

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

Rafaela Borsato Belo

**A PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA EM
CIDADES DE PEQUENO PORTE: análise e investigação da
Vila dos Operadores de Jaguará em Sacramento – MG.**

**Uberlândia
2018**

Universidade Federal de Uberlândia | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Rafaela Borsato Belo

**A PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA EM CIDADES DE PEQUENO
PORTE: análise e investigação da Vila dos Operadores de Jaguará em Sacramento-
MG.**

Uberlândia

2018

Rafaela Borsato Belo

**A PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA EM CIDADES DE PEQUENO
PORTE: análise e investigação da Vila dos Operadores de Jaguará em Sacramento-
MG.**

Área de concentração: Projeto, espaço e cultura.

Linha de pesquisa 1: Arquitetura e Cidade: teoria, história e conservação.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia
como requisito para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura
e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Beatriz Camargo Cappello

Coorientadora: Prof.^a Dra. Claudia dos Reis e Cunha

Uberlândia

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B452p
2018

Belo, Rafaela Borsato, 1989-
A preservação da arquitetura moderna em cidades de pequeno
Porte [recurso eletrônico]: análise e investigação da Vila dos
Operadores de Jaguará em Sacramento-MG. / Rafaela Borsato Belo. -
2018.

Orientadora: Maria Beatriz Camargo Cappello.
Coorientadora: Claudia dos Reis e Cunha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1434>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Arquitetura. 2. Patrimônio cultural - Sacramento (MG). 3.
Arquitetura moderna - Preservação. 4. Cidades pequenas. 5. Arquitetura
e cidade. I. Cappello, Maria Beatriz Camargo (Orient.). II. Cunha,
Claudia dos Reis e (Coorient.). III. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. IV. Título.

CDU: 72

Rafaela Borsato Belo

A PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA EM CIDADES DE PEQUENO PORTE: análise e investigação da Vila dos Operadores de Jaguara em Sacramento-MG.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Beatriz Camargo Cappello – Orientadora

Instituição: FAUeD PPGAU UFU

Parecer: _____

Assinatura: _____

Prof.^a Dra. Claudia dos Reis e Cunha – Coorientadora

Instituição: FAUeD PPGAU UFU

Parecer: _____

Assinatura: _____

Prof.^o Dr. Luiz Carlos de Laurentiz

Instituição: FAUeD PPGAU UFU

Parecer: _____

Assinatura: _____

Prof.^a Dra. Anna Beatriz Ayroza Galvão

Instituição: UFBA / Escola da Cidade

Parecer: _____

Assinatura: _____

Aprovação em: Uberlândia, 30 de agosto de 2018.

Aos meus pais, Ezequiel e Sandra,
com todo o meu amor e respeito.

Agradecimentos

À Deus, pela saúde, discernimento, paz e por cada momento de vida.

À minha família, pelo amor, pela força fundamental para que me tornasse quem sou e pela compreensão em minhas ausências e impaciências. Em especial aos meus pais, Ezequiel e Sandra, que nunca mediram esforços para que eu realizasse tudo o que sempre desejei; ao meu irmão Matheus, por sempre acreditar e torcer por minhas conquistas; à minha irmã Maria Carolina pelo carinho, cuidado, atenção ao ler meus textos e por me ajudar a racionalizar toda ansiedade. Ao meu namorado e amigo, Marcus Vinícius, pelo amor, paciência e por me proporcionar a paz necessária que permitiu que este trabalho fosse finalizado com leveza e também por todo carinho que recebo de sua família, principalmente da Dona Márcia e da Nádia.

Às minhas amigas Ariane Bocamino, Vanessa Vidal e Gabriela Ribeiro pelo suporte emocional e pelo incentivo mais que necessário para que pudesse conquistar e finalizar mais esta etapa.

Aos colegas de mestrado que compartilharam conhecimento e angústias ao longo desses dois anos.

À professora Dra. Maria Beatriz Camargo Cappello pela orientação, atenção, por compartilhar seu conhecimento e também por despertar em mim o olhar mais atento à historiografia da arquitetura e do urbanismo modernos.

À professora Dra. Claudia dos Reis e Cunha pela coorientação e por sempre me entusiasmar pela pesquisa em preservação da Arquitetura.

Aos professores Dra. Anna Beatriz Ayroza Galvão e Dr. Luiz Carlos de Laurentiz pela discussão e esclarecimentos apresentados na Banca de Qualificação.

Aos funcionários e ao proprietário do Parque Náutico de Jaguará, pelo suporte nas visitas realizadas à Vila dos Operadores de Jaguará; à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Cultural e ao Arquivo Público Municipal Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Bruonswik de Sacramento, pelo material fornecido e pela disponibilidade em ajudar e também à equipe da CEMIG na Usina Jaguará e, em especial, ao Setor de Memória da CEMIG em Belo Horizonte - MG.

À colega Gabriela Bertuluci por toda a ajuda no levantamento de informações junto aos sacramentanos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia e a todos os docentes.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa de estudos concedida e ao Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais por recursos que permitiram visitas à campo.

A intermitência do sonho é o que nos permite suportar os dias de trabalho.

Pablo Neruda

RESUMO

A pesquisa analisa a preservação do patrimônio cultural em cidades de pequeno porte e as dificuldades encontradas para que determinados exemplares tenham reconhecidos seus valores culturais. Assim, investiga o caso da Vila dos Operadores de Jaguará cujo exemplo sintetiza as problemáticas do reconhecimento do patrimônio cultural, advindo da arquitetura e do urbanismo do Movimento Moderno, como também as dificuldades que municípios menores apresentam no reconhecimento dessa arquitetura e urbanismo como portadores de valores a serem resguardados na atualidade. Portanto, objetiva compreender os obstáculos que a cidade de Sacramento-MG, demograficamente considerada de pequeno porte, apresenta no reconhecimento do valor de um patrimônio cultural e também na efetiva preservação desse patrimônio, tendo em vista que a Vila dos Operadores de Jaguará não é reconhecida como portadora de tais valores e tampouco possui sua estrutura resguardada por nenhuma esfera de órgãos oficiais de preservação estando, assim, à mercê de investimentos privados e consequentemente de intervenções pouco responsáveis. Para tanto, utilizou-se de aportes teóricos para a leitura do território e da história da cidade de Sacramento e também do contexto histórico, político, econômico e social da Vila dos Operadores de Jaguará, inicialmente levantados pelo Núcleo de Pesquisa em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia. Desse modo foi possível refletir sobre o reconhecimento da arquitetura e urbanismo modernos em uma cidade de pequeno porte; o papel da administração pública municipal na proteção do patrimônio cultural na cidade de Sacramento; as particularidades recorrentes do porte da cidade, no que tange à preservação do patrimônio cultural e também no papel de setores públicos federais que, nesse caso, surge na figura da universidade pública.

Palavras – chave: Patrimônio cultural; preservação da Arquitetura Moderna; Vila dos Operadores de Jaguará; Cidade de pequeno porte; Sacramento – MG.

ABSTRACT

The research examines the cultural heritage preservation in small towns and the difficulties encountered to recognize the cultural values of some archetypes (exemplars). Thus, it investigates the case of Jaguará Operators' Village whose example synthesizes the problems of the recognition of cultural heritage, coming from the architecture and urbanism of the Modern Movement, as well as the difficulties that smaller municipalities present in the recognition of this architecture and urbanism as values carriers to be safeguarded in the present time. Therefore, it aims to understand the obstacles that the demographically considered small town of Sacramento-MG presents in the recognition of a cultural heritage value and also in the effective preservation of the patrimony, considering that the Jaguará Operators' Village is not recognized as a bearer of such values, nor does it have its structure protected by any sphere of official preservation organs, been at the mercy of private investments and consequently of not responsible interventions. For this purpose, theoretical contributions were used to read the territory and the history of the Sacramento city, as well as the historical, political, economic and social context of the Jaguará Operators' Village, initially raised by the Center for Research in Theory and History of Architecture and Urbanism of the Faculty of Architecture and Urbanism and Design of the Federal University of Uberlândia. Thereby it was possible to reflect on the recognition of modern architecture and urbanism in a small town; the role of the municipal public administration in the protection of cultural heritage in the city of Sacramento; the peculiarities of the size of the city, with regard to the preservation of cultural heritage and also in the role of federal public sectors, which in this case appears in the figure of the public university.

Keywords: Cultural heritage; preservation of Modern Architecture; Jaguará Operators' Village; Small town; Sacramento - MG.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PARTE 1. O MODERNO COMO PATRIMÔNIO NO BRASIL: identificação e valores	
1.1. Introdução à preservação da arquitetura moderna no Brasil	17
1.2. O reconhecimento do valor de um bem cultural	25
1.3. O reconhecimento da arquitetura e do urbanismo modernos como patrimônio cultural nacional.....	35
PARTE 2. CIDADE DE PEQUENO PORTE: particularidades no recorte da preservação cultural	
2.1. Sacramento – MG: uma cidade de pequeno porte	41
2.2. Políticas culturais locais: da teoria à preservação do patrimônio edificado.....	60
2.3. Vila dos Operadores – O caso Jaguará	70
2.4. A memória coletiva e sua importância na justificativa da preservação	102
PARTE 3. A PRESERVAÇÃO CULTURAL NA ATUALIDADE: políticas e conceitos	
3.1. Políticas de preservação: turismo, leis de incentivo e ferramentas	110
3.2. A paisagem cultural e a Vila dos Operadores de Jaguará	122
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128
6. APÊNDICES	
6.1. Entrevista com Marco Aurélio de Almeida	135
6.2. Entrevista com Paula Scalon	136
6.3. Entrevista com Professor Ivan Sebastião Barbosa	137
6.4. Entrevista Carlos Alberto Cerchi	147
6.5. Entrevista Arquiteta Virgínia Dolabela	150
6.6. Entrevista Arquiteto Reynaldo Luiz Calvo	152
7. ANEXOS	
7.1. Mapa de arranjos populacionais desenvolvido pelo IBGE	156
7.2. Lista de bens inventariados em Sacramento – MG	157

7.3. Fichas de Inventários das edificações e do plano urbanístico da Vila dos Operadores de Jaguará	170
7.4. Fotografias doadas pelo ex-funcionário da CEMIG, o senhor Marco Aurélio de Almeida, ao Arquivo Municipal de Sacramento	236
7.5. Notícias sobre a Vila de Jaguará publicadas no jornal O ESTADO DO TRIÂNGULO	237

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar a preservação do patrimônio cultural em cidades de pequeno porte, deu-se inicialmente durante o desenvolvimento do trabalho final de graduação em Arquitetura e Urbanismo. O objeto de estudo, naquele momento, era uma tulha de café do século XIX, pertencente às instalações de uma fazenda cafeeira no pequeno município de Cravinhos-SP.

Até que o objeto de estudo fosse encontrado, muito especulou-se sobre outros edifícios da cidade, inseridos no centro urbano. Observou-se que, pelas dificuldades encontradas, não havia por parte da população a compreensão da importância cultural edificada na cidade e que tampouco a administração pública se importava com isso.

Este projeto mudou de objeto, mas manteve-se com o objetivo de aproximar o olhar de localidades que desconhecem a totalidade de suas potencialidades culturais, mas que ainda se encontram abertas à discussão e, quiçá, à significativos avanços nesse setor.

Investigar o caso da Vila dos Operadores de Jaguara reascendeu a oportunidade de compreender o processo de reconhecimento de um patrimônio cultural em uma cidade de pequeno porte, com o agravante de ser este um objeto em processo de reconhecimento de valor cultural.

A Vila dos Operadores de Jaguara foi construída na bacia do Rio Grande na zona rural da cidade de Sacramento-MG, entre os anos de 1967-1971 pela então Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG, com o intuito de abrigar os operadores que trabalhavam na Usina Jaguara (UHE Jaguara) como também às suas famílias.

O programa da Vila atendia as necessidades primordiais para a vida da população nas quais contemplava habitação, trabalho, saúde, lazer, espiritualidade, educação e comércio, inseridos em um projeto urbano que priorizou a circulação entre os setores onde estavam distribuídas as edificações. Tanto os projetos das edificações, bem como o projeto urbano, refletiam princípios da arquitetura e urbanismo modernos e são hoje considerados exímios exemplares dessa corrente na região do Triângulo Mineiro e do interior do Brasil.

O corpo de funcionários da Vila era composto basicamente por moradores da região e foi o cenário de mais de vinte anos da vida dessas pessoas. Com a crise econômica brasileira instaurada nas décadas de 1980/1990 e com o surgimento da política de privatização, iniciada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a CEMIG encerrou a maior parte das atividades da Usina nesse período fazendo com que a Vila, já no início dos anos 1990, estivesse completamente desabitada.

Em 2004 a Vila vai a leilão e 2006 todo o conjunto da Vila foi arrematado por um único comprador que inicia ali o projeto de um parque náutico, utilizando-se apenas de parte dos

edifícios existentes, deixando tanto outros à mercê do tempo, intempéries e sem qualquer tipo de manutenção.

Para compreender a significância de um conjunto com o da Vila dos Operadores de Jaguara é importante compreender que os valores atribuídos a um bem é o que determina sua importância cultural em uma sociedade e, portanto, determina também sua importância no quadro da preservação local. Os valores identificados em um bem cultural existem sob aspectos que podem variar entre características formais, históricas, sociais e de memória, por exemplo.

A construção da Vila marcou o desenvolvimento econômico e social da cidade de Sacramento que, além de empregos e progresso, deslumbrou novas perspectivas de convívio social. Porém, a administração pública municipal não manifesta esclarecimento no reconhecimento dos valores culturais e históricos do conjunto da Vila dos Operadores de Jaguara, ainda que demonstre ter plena consciência da importância de outras expressões culturais presentes na cidade.

Esta incompreensão deve-se em muito à proximidade temporal entre o surgimento da Vila e dos dias atuais, fazendo com que a seja visto como conjunto recente demais para ser preservado. Tal fato acarreta na exclusão do conjunto em políticas públicas de preservação cultural utilizadas na cidade, como a da política de isenção fiscal do ICMS Cultural do estado de Minas Gerais.

A hipótese proposta inicialmente para o desenvolvimento deste trabalho, compreendia que a preservação cultural encontra dificuldades particulares em cidades de pequeno porte e, a partir de premissas que corroboram para a análise da Vila dos Operadores de Jaguara e sua inserção no município de Sacramento, o trabalho buscou refletir a preservação da arquitetura e do urbanismo moderno e de seus valores em cidades que não estão inseridas em roteiros de destaque no quadro estadual ou nacional, como é o caso de Sacramento.

Assim foi possível pensar o papel da administração pública municipal como agente protetora de bens culturais na cidade de Sacramento; as influências recorrentes do porte da cidade, no que tange à preservação dessa ou de outras arquiteturas, e também no papel de setores públicos federais que, nesse caso, surge na figura da universidade pública.

Os objetivos gerais da pesquisa visaram analisar a questão da preservação da arquitetura moderna em cidades de pequeno porte, dentro do contexto da cidade contemporânea, não somente no que se refere ao reconhecimento do patrimônio cultural, mas também em como valores como os da *memória*, devem ser considerados na justificativa da preservação cultural efetiva. Também tencionaram refletir sobre o patrimônio cultural na cidade de Sacramento-MG com o propósito de investigar o modo como acontece a

capitalização dos investimentos voltados ao financiamento dos projetos de preservação, a fim de elucidar as particularidades dessa questão em cidades de pequeno porte.

Como objetivos específicos, a pesquisa analisou o território de Sacramento, a fim de compreender a configuração espacial do município, identificando o patrimônio cultural preservado; compreendeu o processo histórico de Sacramento, em aspectos relacionados com a sociedade, a política e a economia local; ponderou a presença das ações dos órgãos de preservação no município; analisou o contexto histórico no qual surge a Vila dos Operadores de Jaguará, as relações econômicas e culturais e quais os impactos observados na cidade a partir deste projeto e, por fim, detectou as principais dificuldades culturais, sociais e econômicas que impedem que a Vila dos Operadores de Jaguará seja preservada como um bem de importância cultural e arquitetônica para a cidade de Sacramento.

Como método de desenvolvimento, foi adotada a metodologia qualitativa, ou abordagem qualitativa, que consistiu na pesquisa teórica, documental, de campo e na organização, sistematização e na análise das informações para redação final do trabalho.

A pesquisa qualitativa tem como identidade o reconhecimento da existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre o sujeito e objeto, constituindo-se como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas. (RAMIRES; PESSÔA, 2013, pág.25)

A pesquisa teórica foi compreendida pelo levantamento de referências bibliográficas dos temas abordados ao longo da dissertação e a pesquisa documental permitiu que os documentos oficiais, tais como as Cartas Patrimoniais, elucidassem a importância do conjunto investigado e colaboraram para o entendimento do processo de reconhecimento do valor do patrimônio cultural, bem como permitiram o desenvolvimento teórico deste trabalho.

A pesquisa de campo foi de suma importância neste processo, uma vez que possibilitou a coleta de documentação e de informações diretamente com os sujeitos envolvidos com o tema. Neste passo foi adotada a *técnica da entrevista*, que permitiu o desvelamento da realidade pesquisada e o contato entre o pesquisador os sujeitos envolvidos ao tema.

Desta forma foi possível organizar, sistematizar e analisar das informações coletadas para redação final do trabalho, a metodologia consistiu na revisão bibliográfica de importantes teóricos do tema tratado; em pesquisa no Núcleo de Pesquisa em Teoria e História em Arquitetura e Urbanismo – NUTHAU¹ da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design – FAUeD da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, como também no Arquivo Público

¹ O Núcleo desenvolve a Pesquisa “Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação” na qual essa dissertação se insere fazendo parte deste grupo de pesquisa maior.

Municipal de Sacramento, onde hoje abriga a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Cultural.

A dissertação está estruturada em três partes. A **Parte 1**, dividida em três subitens, introduz o histórico da preservação do patrimônio cultural no Brasil e como inicia-se a produção e o reconhecimento da Arquitetura Moderna naquele mesmo período. Também suscita a reflexão dos tipos de valores atribuídos a um bem cultural, a fim de compreender como atualmente é admitida a significância cultural para fins de preservação, principalmente no que diz respeito ao patrimônio cultural recente.

A **Parte 2**, estruturada em quatro subitens, inicialmente apresenta a cidade de Sacramento a começar pelo levantamento histórico, elencando os principais acontecimentos da formação da cidade; passa pela leitura da conformação do território do município e também dos conceitos que definem uma cidade como sendo de pequeno porte. A seguir elucida a respeito das políticas de preservação vigentes na cidade no que condiz sua organização, suas ações e dificuldades, e como também identificam e elegem o patrimônio cultural a ser preservado na cidade.

Nesta esfera, é apresentada ainda o contexto do surgimento, desenvolvimento e do estado atual da Vila dos Operadores de Jaguará como um patrimônio cultural ainda não reconhecido em Sacramento. Para tanto, recorre-se ao suporte de documentos patrimoniais, de referências e de depoimentos que reforçam a importância da Vila enquanto arquitetura, urbanismo e marco na memória da população.

Para finalizar, a **Parte 3** discute, em dois subitens, as diferentes políticas nacionais que norteiam a discussão da preservação cultural e, conseqüentemente, e sobre o modo como interferem diretamente nas intervenções realizadas em um patrimônio cultural. Estas políticas aparecem, entre outros meios, no encorajamento ao turismo, no chamado turismo cultural ou em respostas às leis de incentivo fiscal. Para mais, é importante compreender também as reflexões que, na contemporaneidade, têm estendido a ideia de patrimônio cultural à vertente da paisagem cultural e que, teoricamente, perpassa os limites do patrimônio edificado e encaminha a análise para além de seu entorno, portanto a uma leitura da própria paisagem.

PARTE 1. O MODERNO COMO PATRIMÔNIO NO BRASIL: identificação e valores.

Arquitetura Moderna, como arte moderna em geral, não é um capricho, é uma realidade, uma urgência, uma premência do tempo histórico daqueles que pensam.

Gregori Warchavchik, 1928.

1.1. Introdução à preservação da arquitetura moderna no Brasil

Por ações preservacionistas entende-se o conjunto de esforços interessados em prolongar ao máximo a existência de um bem cultural, através de medidas conscientes que considerem não somente o objeto em si e suas características físicas e relevâncias históricas, mas também seu entorno e a ambiência na qual se insere.

O patrimônio cultural é fruto de escolhas de uma sociedade e para tanto deve haver consenso dos valores culturais, históricos e sociais atribuídos a ele que, por sua vez, assume o papel instrumental de ligação entre o presente e o passado, seja por aporte histórico, seja por atributos estéticos.

[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 1990, p. 535)

Ainda que os valores de significância atribuídos a um bem estejam restritos à escala local, sua importância como patrimônio cultural já pode ser considerada legitimada mesmo quando não há reconhecimento em esferas superiores como a estadual e a federal. Porém, a falta de reconhecimento e de visibilidade por parte de órgãos mais estruturados, pode acarretar no detrimento do seu estado de conservação, como será tratado adiante.

Historicamente o patrimônio emerge atrelado ao estado moderno, especificamente como representação do Estado-Nação, a compreender o Estado como extensão de grupos dominantes e Nação como o coletivo se sobrepondo ao particular (interesse público contra os privilégios da aristocracia). Desse modo, a ideia do patrimônio, vinculado ao binômio Estado-Nação, constituir-se-ia na ocorrência da perda de bens culturais registrados não somente no Brasil do século XX, mas anteriormente também na Europa, no final do século XVIII e XIX, com os exemplos da Revolução Francesa e dos vandalismos praticados na Inglaterra no mesmo período.

O Estado-Nação manifesta-se como uma entidade política de unidade territorial, cuja base é o exercício da cidadania, política por excelência, e não necessariamente contempla amplas temáticas culturais, mas sim àquelas que aludem exercícios nacionalistas. A relação fortalece, ainda nos dias atuais, o sentido de patrimônio como algo coletivo e, portanto, é importante elucidar que as ações preservacionistas estão, na maioria dos casos, atreladas à

gestão política e cultural das esferas competentes, sejam elas de qualquer instância. (CHUVA, 2005).

Nas primeiras décadas do século XX, no contexto internacional, verifica-se o surgimento de documentos denominados como cartas patrimoniais², que são documentos postulados muitas vezes em caráter indicativo e que buscam discutir questões pertinentes ao restauro e à preservação de monumentos históricos.

A Carta de Atenas de 1931 ou Carta de Restauro de Atenas de 1931, foi elaborada neste ano durante o 1º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos³ e sugere respeito a historicidade do monumento, às transformações pelas quais o mesmo passou e à autenticidade dos materiais originais, exigindo a distinção dos novos materiais e condena qualquer tipo de falsificação. Vale ressaltar que nesta carta, as exigências e a conduta a ser adotada no restauro refere-se somente à arquitetura e referencia o meio urbano somente no que diz respeito àquele que viria a ser o perímetro de tombamento, ou seja, o entorno a ser preservado, a fim de que a conservação do bem seja garantida.

Já a Carta de Atenas, elaborada durante o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, no ano de 1933, é um manifesto a respeito das questões pertinentes ao urbanismo, ficando conhecida como a *carta do urbanismo* cuja visão promovia um urbanismo de ordem funcional e, dentre os pontos levantados, no que refere-se ao patrimônio histórico das cidades – e que só foi acrescentado por solicitação de delegados italianos, uma vez que não era o objetivo fundamental da construção do documento – decreta que os valores arquitetônicos devem ser mantidos, respeitando-se a personalidade e o passado próprios da cidade.

A Carta traz considerações sobre os quatro pontos-chaves habitação, lazer, trabalho, circulação e patrimônio histórico das cidades e, entre outros pontos, a separação das áreas residenciais, de lazer e de trabalho, através da setorização das áreas e de um planejamento do uso do solo⁴.

As Cartas de Atenas, portanto, querem superar definitivamente as reconstituições estilísticas que abundaram no século XIX e que ainda eram muito praticadas na época de sua divulgação. Revelam a superação dos procedimentos reconstitutivos defendidos por Viollet-le-Duc ao longo daquele século e a aceitação da nova teoria do restauro de Camilo Boito que preconiza a nítida separação entre o novo e o

² As cartas patrimoniais estão disponíveis na íntegra em português no site do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 04/08/2017.

³ A Carta foi o primeiro documento internacional a agrupar as deliberações de consonância de diversos países, no que tange questões do patrimônio e do restauro.

⁴ Desse segundo documento, conhecem-se várias versões. A primeira corresponde à ata do IV CIAM, publicada nos Anais Técnicos da Câmara Técnica de Atenas. A segunda versão foi publicada por Le Corbusier em 1941, sob o título de “A Carta de Atenas”, em que o autor acrescenta tópicos e ênfases particulares ao conteúdo dos documentos dos Anais. A terceira, de autoria de José-Luis Sert, foi publicada nos Estados Unidos em 1942, como parte da obra: “*Can Our Cities Survive?*”. Há referência ainda a uma quarta versão publicada em holandês, cujo conteúdo confronta o texto de Le Corbusier com a ata do IV Congresso. (ALMEIDA, 2009, p. 43)

antigo, muito difundida a partir de 1906, quando da incorporação de seus princípios à legislação de proteção italiana. (CHOAY, 1992, p.122 apud. SANT'ANNA, 2015, p.5)

Essas cartas influenciaram a criação e consolidação do pensamento sobre o restauro no Brasil e, embora referencie a Carta de Restauro como base as discussões de preservação, Rodrigo Melo Franco de Andrade, fundador e diretor do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN⁵, e Lúcio Costa conselheiro e representante direto do CIAM no Brasil, direcionaram suas ações com base nas premissas apresentadas na Carta de Atenas de 1933.

Dessa forma, as ações de preservação patrimonial no país, tiveram seu início em 1937 com o surgimento do SPHAN, o órgão federal de preservação. A atuação do órgão surge aportada, mediante à outras ações culturais, também à ideia de ser o registro da nação, como colocado por Rodrigo Melo Franco de Andrade.

[...] era preciso tornar visível; não através da incorporação de traços da natureza, como no romantismo, mas através da identificação de uma tradição cultural que tivesse uma duração no tempo, cujo passado era preciso alcançar, e que tivesse uma visibilidade no espaço, cuja configuração e moldura era preciso estabelecer. (SANTOS, 1996, p. 76)

Entendia-se que o registro desse patrimônio cultural é que atestaria o desenvolvimento cultural e intelectual de um país. O órgão não se limitou somente a reproduzir o perfil do país traçado pela história, mas também em desenvolver a dualidade entre o resgate de uma história – que nesse momento permanece concentrado na preservação da Arquitetura Colonial Brasileira, principalmente na do século XVIII, tendo como principal defensor o arquiteto Lúcio Costa – e da construção da memória recente a partir do desenvolvimento da arquitetura e urbanismo moderno, fundamentando, assim, a história da arquitetura e do urbanismo no Brasil.

O histórico da preservação do patrimônio no Brasil esteve, desde seu início, vinculado ao movimento moderno em ocorrência de proteções realizadas já na década de 1940 e também à estreita relação entre os primeiros funcionários do SPHAN com as propostas do movimento no Brasil, como é o caso de Lúcio Costa. Eram eles arquitetos cuja atuação consistia, principalmente, na atribuição de juízos de valor no âmbito artístico, que decorriam dos diferentes estilos arquitetônicos.

⁵ Chamado de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) quando da sua criação em 1937, a partir do DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937, o órgão federal de preservação passou por inúmeras mudanças dentro da burocracia estatal, do que decorreram novos nomes e siglas: em 1946 virou Diretoria (DPHAN), em 1970 passou a ser Instituto (IPHAN), em 1979 virou Secretaria (SPHAN), em 1981, manteve a sigla, mas tornou-se Subsecretaria, em 1990 tornou-se Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), em 1994 voltou a sua antiga denominação de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que permanece até os dias de hoje.

Os projetos de preservação de bens culturais no Brasil surgem desse modo com a preocupação de manter viva tanto a arquitetura tradicional, ou seja, a arquitetura colonial, como também a arquitetura “recente”, ou também chamada de “boa arquitetura”, que, diferentemente da arquitetura eclética, foi imediatamente considerada pelos técnicos do órgão como um bem a ser tutelado e transmitido às gerações futuras.

Como exemplo dessa valorização estão os primeiros tombamentos de exemplares da arquitetura moderna realizados pelo órgão: a Igreja São Francisco de Assis da Pampulha, em Belo Horizonte, Minas Gerais, no ano de 1947 e o prédio do Ministério da Educação e Cultura no Rio de Janeiro, em 1948. Ambos os processos tiveram o caráter preventivo.

Considerando o valor excepcional desse monumento o destina a ser inscrito, mais cedo ou mais tarde, nos Livros do Tombo, como monumento nacional, e que, portanto, seria criminoso vê-lo arruinar-se por falta de medidas oportunas de preservação (...) tenho a honra de propor (...) o tombamento preventivo da Igreja São Francisco de Assis, da Pampulha. (COSTA, Lúcio. PESSOA, 1998. apud SANTOS, 2005, p.135)

Por conseguinte, nos primeiros anos de sua existência, a arquitetura moderna brasileira já era reconhecida e valorizada como um bem cultural e sua preservação, como patrimônio, já estava garantida. Porém, atualmente detecta-se que foi exatamente a proximidade temporal, entre a finalização da obra e sua valorização como bem a ser preservado que agravou o seu reconhecimento e de sua efetiva preservação.

A preservação é motivada pelo fato de nesses bens ser reconhecido um significado cultural – seu valor histórico, artístico, memorial ou simbólico – tornando-os dignos de medidas para ser tutelados para as próximas gerações, para que continuem a ser documentos fidedignos e efetivos suportes do conhecimento e da memória coletiva. Portanto, deveriam ser essas as razões prevalentes para guiar o projeto de restauração. (KÜHL, 2008, p.58)

Em que pese o precoce reconhecimento dado pela primeira geração de técnicos do SPHAN à arquitetura moderna, ela nunca foi de fato considerada pela população em geral e, com todos os questionamentos à atuação do SPHAN durante a fase heroica, o olhar dos preservacionistas voltaram-se para a incorporação de “novos patrimônios” ao rol dos bens tutelados pelo estado.

O tombamento de obras modernas teve como objetivo nesta fase inicial, edifícios recém-concluídos, utilizando a legislação de proteção do patrimônio histórico e artístico para garantir que a construção não fosse destruída ou não fosse mutilado o projeto original. (PESSOA, 2006, p. 160)

Porém, este fato acabou por deixar os bens ligados ao movimento moderno em segundo plano. Muitos imóveis e conjuntos edificados ficaram legados ao abandono, sofrendo com a degradação progressiva ou mesmo com reformas descaracterizantes.

As políticas de preservação do patrimônio no Brasil, na figura do SPHAN, adotaram uma perspectiva predominantemente estética em detrimento do aspecto histórico, deixando

assim de incorporar conceitos da historiografia nacional e internacional tão relevantes para um alcance mais profundo no que diz respeito à preservação do patrimônio.

[...] se houve uma preocupação de elaborar critérios para a avaliação do valor artístico dos bens, o mesmo não pode ser dito em relação ao valor histórico. (...) a constituição do patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominante estética. Inclusive, praticamente não havia historiadores no quadro de funcionários do SPHAN, tendo ficado a Seção de História entregue a pessoas, como Carlos Drummond de Andrade, que, apesar de seu inegável valor intelectual, não era um especialista na matéria. (FONSECA, 2005, p.114)

Além das características estéticas, o roteiro da preservação no Brasil seguiu, inicialmente, um roteiro de cidades privilegiadas pela visibilidade diante ao órgão e, apesar de se apresentar atualmente menos concentrada, o plano da preservação no Brasil ainda se faz pouco presente em diversas pequenas cidades, das mais diferentes regiões interioranas do país.

Trata-se, portanto, de dois pontos-chaves a serem pensados na reflexão dessa problemática na atualidade: de um lado encontram-se as pequenas localidades que muitas vezes abrigam exemplares ímpares da arquitetura brasileira, mas que, por não se encontrarem próximos a regiões privilegiadas turística ou economicamente, padecem do esquecimento e do outro lado temos uma arquitetura que viveu seus anos de glória e de supervalorização, mas que atualmente sofre com a falta de reconhecimento por parte da população que não a vê como patrimônio cultural a ser preservado assim como, por exemplo, reconhece um edifício eclético ou de elementos coloniais ou barrocos, por exemplo.

Em um país de grandes dimensões, o SPHAN desenvolveu suas atividades de modo marcadamente desigual. O conjunto de bens tombados desenha um mapa de desigualdades discrepantes nas diversas regiões, períodos e tipos de bens, formando conjuntos fechados e finitos. [...] O Rio de Janeiro foi o estado onde a prática do SPHAN se iniciou com maior impacto: 78 bens tombados no primeiro ano (56% do que seria tombado até 1967). Seguem-se a Bahia com 50 inscrições (36% sobre o mesmo total), Pernambuco com 36 (64,3%) e Minas Gerais com 22 (10,3%). (RUBINO, 1996, p.97)

Ainda são pontuais as áreas de investimento efetivo em preservação patrimonial; consequentemente a concentração de investimento permanece em cidades maiores e/ou cidades localizadas em um roteiro “privilegiado”, com maior notabilidade e com possibilidades de retorno financeiro. Nesse quadro, inúmeras pequenas cidades e seus potenciais históricos-arquitetônicos acabam por serem excluídos dessas esferas de investimento perdendo assim seu direito à memória, à história e ao conhecimento de sua própria origem.

Para isso, ressalta-se a importância de desenvolver ações de documentação, conservação e proteção da arquitetura e de conjuntos urbanos e paisagísticos construídos segundo os princípios do Movimento Moderno, como tem sido os trabalhos desenvolvidos pelo DOCOMOMO Brasil, representação brasileira da organização não-governamental internacional DOCOMOMO (International Working Party for Documentation and Conservation

of Buildings, Sites and Neighbourhoods of Modern Movement), fundada em 1988. A organização tem como um dos principais objetivos promover o conhecimento e a reflexão sobre o Movimento Moderno e as manifestações artísticas e técnicas a ele relacionadas, bem como as documentar.

Na realidade os grandes agentes da preservação do patrimônio moderno são os governos estaduais e municipais. As instituições de patrimônio nestas esferas têm realizado trabalhos sistemáticos de inventário e proteção do acervo do movimento moderno brasileiro que mereceriam um trabalho de coleta destas informações pelo DOCOMOMO-Brasil para obtermos um quadro nacional. (PÊSSOA, 2006, p. 165)

Com o propósito de colaborar para suprir a lacuna existente, tanto no investimento da preservação do patrimônio moderno, como na historiografia da arquitetura e urbanismo modernos no interior do Brasil, o Núcleo de Pesquisa em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo - NUTHAU, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design – FAUeD da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, vem desenvolvendo a pesquisa intitulada, Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação⁶, cujo objetivo principal é a identificação, documentação e preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico moderno nessa região.

A mesorregião do Triângulo Mineiro, situada ao oeste do Estado de Minas Gerais, entre os rios Grande e Paranaíba, afastada dos grandes centros do país receberá a difusão da arquitetura moderna mais tardiamente, entre as décadas de 1960 e 1970. A escolha do local de Brasília para localização da Capital Federal, nos anos 1950, provocou um importante impacto econômico e social na região do Triângulo Mineiro fortalecendo sua importância geoestratégica, consolidando-a com passagem de estradas federais e fomentando várias atividades de apoio ao empreendimento de Juscelino Kubitschek. Além disso, a construção de Brasília (1957 – 1960) contribuiu para que a modernidade e o progresso fossem incorporados no espaço urbano e no imaginário cultural da população dessas cidades.

Portanto, novas técnicas construtivas, nova estética, novos modos de vida e usos do espaço, trazidos pela arquitetura e urbanismo modernos fizeram parte do desenvolvimento urbano e transformações das cidades dessa região. As cidades receberam novas tipologias de edifícios residenciais, instituições públicas e privadas, indústrias, praças, clubes e vilas que se implantaram no espaço e foram fortemente incorporados à sua identidade visual e histórica.

Assim sendo, com a intenção de fortalecer as ações ligadas à conservação das resultantes do Movimento Moderno, em contexto internacional, ocorre a criação do DOCOMOMO Internacional, em 1988. No Brasil, esses estudos e pesquisas tornaram-se mais abrangentes e sistemáticos, a partir da fundação do DOCOMOMO Brasil, em 1992, adotando

⁶ Pesquisa realizada sob a coordenação da Prof.^a Dra. Maria Beatriz Camargo Cappello e com o financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG.

os mesmos princípios e procedimentos do órgão internacional, voltados para a documentação e para a preservação das criações do Movimento Moderno na arquitetura, urbanismo e manifestações afins, constituindo, dessa maneira, um espaço específico para sua discussão e proposição de ações com o enriquecimento das contribuições das pesquisas elaboradas nos meios acadêmicos.

Na região de recorte deste trabalho, o crescimento e a expansão sofridos por suas cidades, especialmente nos últimos anos, têm ocasionado na substituição indiscriminada da produção da arquitetura e do urbanismo modernos, nos âmbitos arquitetônicos, paisagísticos e urbanísticos e também em alterações de seus usos em áreas centrais – local onde geralmente se concentra essa produção. Consequentemente há a perda desses exemplares antes mesmo que tenham sido registrados.

Essa situação é ainda mais alarmante ao considerar que o Estado de Minas Gerais tem se destacado pelo programa de identificação e proteção do patrimônio cultural desenvolvido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, a partir da implantação da Lei Estadual 18.030/2009, conhecida como a Lei do ICMS Cultural⁷, que promove a municipalização das ações protecionistas e contempla financeiramente os municípios participantes.

A Lei exige que o município desenvolva fichas de inventários que contenham, entre descrições mais específicas, dados técnicos como endereço, designação, se a propriedade é pública ou privada, análise do entorno, levantamento histórico, fotográfico, como também dados a respeito do atual estado de conservação, se já possui algum tipo de proteção legal, quais intervenções já realizadas e se possui intervenções que o descaracterizaram. A objetivo é que o incentivo fiscal seja aplicado na manutenção do bem cultural e de que os levantamentos realizados atuem como veículo de resguardo para o bem.

A maciça participação das gestões públicas mineiras tem demonstrado que certamente essa política – embora com certos desvios que não interessam discutir neste momento – promove a difusão dos conceitos de preservação cultural e ações voltadas para esse fim.

Porém, mesmo com o incentivo, não é sempre que as instâncias administrativas compreendem quais medidas tomar diante da obrigatoriedade de proteger seus bens culturais e para tanto seria fundamental que houvesse um corpo técnico específico para a realização

⁷ O ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação) do Patrimônio Cultural é um dos critérios de distribuição do ICMS nos municípios mineiros. A habilitação dos municípios ao critério depende da estruturação e manutenção de um sistema de gestão local e de desenvolvimento de ações de proteção, conforme as exigências normativas definidas pelo órgão estadual de patrimônio. (CARSALADE, 2014). Mais informações no site do IEPHA: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoaes/icms-patrimonio-cultural>. O assunto será melhor tratado da Parte 3 deste trabalho.

desses inventários e posteriormente de dossiês de tombamento a fim de elevar a proteção, salva a importância do bem, à nível estadual que, no caso de Minas Gerais refere-se ao trabalho do IEPHA e, porventura, a nível federal, cujo órgão responsável é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Eventualmente, há casos nos quais a preservação de bens culturais parte da iniciativa da sociedade civil, sem respaldo técnico, metodológico e sem a experiência que instâncias especializadas possuem. Dessa maneira, é possível que aumentem as dificuldades na efetivação da preservação do bem, uma vez que a qualidade do trabalho e dos levantamentos não alcancem suficiência para sua proteção.

A escassez ou a duvidosa documentação, são agravantes que muitas vezes fazem com que as pequenas cidades não tenham visibilidade desejável para que haja investimento na preservação de seu patrimônio cultural, mesmo que sejam essas cidades a grande maioria dentre as cidades brasileiras⁸. Além da pouca visibilidade, essas localidades são prejudicadas pela falta de conhecimento por parte da população e dos órgãos públicos.

Assim, a identificação e a documentação dessa produção colocam-se como a primeira medida necessária para seu reconhecimento e valorização, e se torna procedimento imprescindível para sua conservação, principalmente quando se trata dessas pequenas cidades. Ao mesmo tempo, o inventário realizado já é um documento e uma forma de preservação desses bens que, de outro modo, correm o risco de desaparecer ou de serem descaracterizados sem deixar qualquer registro.

As considerações levantadas direcionarão o trabalho à reflexão sobre o avanço da arquitetura e o urbanismo modernos no contexto histórico e social de uma pequena cidade do interior do Brasil, na forma da produção da arquitetura e urbanismo local e também sobre o modo de como seu legado passou a ser reconhecido nos dias atuais, sustentando o foco à cidade de Sacramento-MG e da Vila dos Operadores de Jaguará.

⁸ Dados do IBGE, 2000.

1.2. O reconhecimento do valor de um bem cultural.

Primeiramente, para reconhecer bens culturais como bens culturais de importância à preservação, é imprescindível refletir sobre os valores atribuídos a eles, pela sociedade à qual pertencem, bem como refletir o modo como acontece a atribuição desses valores. A relação entre o valor atribuído a um bem e sua efetiva preservação, é o ponto de partida do diálogo entre a sociedade e as instituições responsáveis pela preservação de bens culturais.

A fim de compreender a dimensão conceitual que o valor de um bem patrimonial é capaz de apreender o trabalho abordará, nesta parte, autores como Alois Riegl, Michael Baxandall, Giulio Carlo Argan, Hanna Levy e Giovanni Carbonara,

O bem ao qual o trabalho refere-se é aquele que não possui um valor cultural intrínseco, ou seja, que não foi construído a fim de se tornar um monumento e sim aquele ao qual seu valor é atribuído pelo homem, uma vez que são essas atribuições que condicionam as formas de tratamento que a eles serão dispensadas. “Não é sua destinação original que confere à essas obras a significação de monumentos; somos nós, sujeitos modernos, que à atribuímos”. (RIEGL, 1984, p. 43. apud CUNHA, 2006).

Os valores aos quais o homem enquadra um bem, na maioria das vezes, referem-se às importâncias formais, históricas, simbólicas, memoriais e sociais. São atributos particulares dados por um determinado meio e que constituem aquele que será o patrimônio local.

O patrimônio é aquele a que os grupos e as pessoas convêm em entender como tal, e seus valores não são algo inerente, indiscutível ou objetivo, mas algo que as pessoas projetam. A patrimonialidade não provem de objetos, mas de sujeitos; pode ser definida como uma energia não física que o sujeito irradia em um objeto e que ele a reflete. (VIÑAS, 2012, p.152. Tradução: autora.⁹)

Para tratar questões tão subjetivas quanto às que permeiam os valores aos quais um bem cultural está submetido, à presente reflexão é imprescindível a palavra de autores que contribuem, com suas definições, para a fundamentação do reconhecimento de bem cultural.

Ao discutir a respeito da valorização da arte, é importante destacar aquele que foi um dos principais autores a tratar o assunto, o austríaco Alois Riegl. Respeitado historiador da arte do século XX, foi o responsável por reestruturar a legislação da conservação de bens históricos na Áustria, para a qual estabelece princípios para a preservação histórica com base nos “valores” do monumento (CUNHA, 2006).

Em sua obra *Der moderne Denkmalkultus* ou *O culto moderno aos monumentos*, de 1903, Riegl (2014) postula no primeiro capítulo, os valores do monumento e sua evolução

⁹ El patrimonio es aquello en lo que los grupos o las personas convien en entender como tal, y sus valores non son ya algo inherente, indiscutible u objetivo, sino algo que las personas proyectan. La patrimonialidad no proviene de los objetos, sino de los sujetos; puede definirse como una energía no-física que el sujeto irradia sobre um objeto y que éste refleja. (VIÑAS, 2012, p.152)

histórica, a fim de apresentar os valores concedidos aos monumentos durante esse processo. Aponta, no segundo capítulo, o que chama de valores de memória ao culto dos monumentos, onde apresenta e define os valores denominados por ele como o *valor de antiguidade*, o *valor histórico* e o *valor volível de memória* ou *de comemoração*. No terceiro e último capítulo, Riegl discorre sobre “A relação dos valores de atualidade com o culto dos monumentos”, no qual confronta valores como o *valor utilitário* ou *de uso* e o *valor da arte* com os usos contemporâneos do monumento.

Assim como aos valores, é importante ter em mente que o reconhecimento daquilo que é monumento pode variar de acordo com o meio no qual o mesmo se insere, portanto, determinar o que é ou não monumento dependerá do modo como a sociedade, que se relaciona com o monumento, o compreende. Para o autor, o monumento deve ser compreendido como obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos), (RIEGL, 2014).

Ao compreender obra de arte como toda criação humana que toca o “tangível, o visível ou audível” e, assim, possuir o valor de obra de arte, o autor ainda define monumento histórico como “toda obra de constituição análoga que possui valor histórico” (RIEGL, 2014, p.32) e também intervém o fato de que o valor de uma obra de arte é dado pelo modo como a obra contempla àqueles que a apreciam. Dessa forma, deixa aberta a interpretação do valor de obra de arte, que certamente mudará com o passar do tempo, uma vez que também mudarão as pessoas que se relacionarão com a obra.

O valor histórico é para Riegl o mais abrangente e, para a percepção desse valor, é importante refletir o *histórico* como “tudo aquilo que foi e não é mais nos dias de hoje”. Assim, considerando a passagem do tempo, deve-se ponderar tudo aquilo que o monumento foi e acrescentar a ele tudo aquilo que se seguiu com o tempo, ou seja, toda a herança que o monumento acarreta. O monumento é visto, desse modo, como aquele capaz de vincular todo o contexto de várias etapas da história, que “supõe um antecedente e não poderia ter acontecido da forma como aconteceu se não tivesse sido antecedido por aquele elo anterior. O ponto-chave de todo conceito histórico moderno é formado pela noção de evolução” (RIEGL, 2014, p.32).

De acordo com os conceitos modernos, toda atividade humana e todo destino humano, dos quais nos ficamos testemunhos ou conhecimento, pode aspirar, sem exceção, a ter um valor histórico, ou seja, todo acontecimento histórico assevera-se como insubstituível. Porém, como não nos seria possível considerar a massa imensa de acontecimentos, dos quais foram conservados testemunhos mediatos ou imediatos e cuja quantidade aumenta ao infinito a cada instante, fomos obrigados a limitar a nossa atenção apenas aos testemunhos que nos parecem representar etapas mais evidentes no processo de evolução de um determinado ramo da atividade humana. (RIEGL, 2014, p. 32)

O propósito do autor ao apresentar, já no primeiro capítulo, a relação entre o valor de obra de arte com o valor histórico é o de deixar claro que um monumento de arte é, sem exceção, um monumento histórico “já que ele representa uma determinada escala na evolução das artes plásticas” e da mesma forma, todo monumento histórico é um monumento de arte.

Na verdade, o “monumento de arte” entendido nesse sentido é um “monumento histórico-artístico”, assim, ele não possui “valor de arte”, mas “valor histórico”. Resultaria, portanto, que a distinção entre monumentos “artísticos” e “históricos” não é apropriada, pois os primeiros estão contidos nos últimos e se confundem com ele. (RIEGL, 2014, p. 33)

No segundo capítulo, onde relaciona os valores de memória com o culto dos monumentos, Riegl classifica os valores dos monumentos em: valor de antiguidade, valor histórico e valor volível de memória ou de comemoração, como dito anteriormente.

Ao valor de antiguidade, o autor afirma a característica de ancianidade, ou inatual, do monumento no qual o valor é revelado imediatamente, ao primeiro contato com uma obra. Fica claro ao observador já em um primeiro instante, o aspecto não-moderno da obra, isto é, o valor é percebido do contraste entre o antigo e o novo. Dessa forma, o valor de antiguidade, é aquele percebido não apenas pelas classes mais instruídas ou cultas, mas também pelas massas. Exemplo deste reconhecimento pode ser percebido na valorização que a sociedade, de uma maneira geral, dispõe à uma igreja do século XIX e não à catedral de Brasília.

Ao tratar o valor histórico, Riegl o coloca como valor que reflete a evolução de uma atividade humana, para qual não interessa o processo de degradação natural passado pelo monumento, mas sim “a sua criação original como obra humana” (RIEGL, 2014, p. 55). Já o valor volível de memória ou de comemoração, relaciona-se diretamente com a atualidade, e busca manter o monumento como um bem eterno, “imortalizado”. O valor histórico é tanto maior, quanto mais o monumento tenha conservado a sua integralidade e quanto mais inalterado estiver após a sua criação, sendo perturbadoras e inoportunas as degradações e alterações parciais. Isso vale tanto do ponto de vista histórico-artístico como do ponto de vista histórico-cultural, e ainda mais do ponto de vista cronológico. (RIEGL, 2014, p. 56)

No terceiro e último capítulo, Riegl trata dos valores da atualidade, aos quais o monumento está submetido. As categorias de valores em que o autor relaciona os monumentos, permitem uma reflexão particular de cada meio com cada obra e também uma reflexão um pouco mais subjetiva de valores que vão além de sua materialidade. No caso aqui apresentado, cabe uma leitura do valor utilitário ou valor de uso, onde o autor defende o uso do monumento, mesmo que fuja de sua função inicial como também defende a manutenção sistemática de conservação do bem a fim de reparar toda patologia a qual o bem está exposto.

A existência física é a condição prévia de toda existência psíquica, sendo mais importante do que esta última, pois a vida física pode desenvolver-se sem uma vida psíquica mais elevada, mas não o contrário. Justifica-se assim, por exemplo, o caso de um velho edifício, ainda hoje em uso, que tem que ser conservado em estado tal que possa alojar as pessoas, sem pôr em risco suas vidas e saúde. Toda trinca, nas

paredes ou no teto, ocasionada pelas forças da natureza, deve ser fechada imediatamente, a fim de evitar, dentro do possível, a penetração de umidade. Em geral, pode-se dizer que para o valor utilitário a forma de conservação a que é submetido um monumento é indiferente, desde que não se comprometa sua existência e de que suas concessões não sejam feitas, em absoluto, ao culto da antiguidade, somente nos casos onde o valor utilitário se implica com o valor de novidade haverá um estreitamento nos limites nos quais ocorre o livre desenvolvimento do culto de antiguidade (...) (RIEGL, 2014, p.66)

É importante pensar, na defesa da conservação de um bem, na clara e abrangente definição que os valores que um bem pode ter, uma vez que um projeto que trabalhe a preservação deverá partir, primeiramente, dessa justificativa junto aos órgãos de conservação ou mesmo às agências financiadoras. Destarte, as ações de restauro e conservação de um monumento dependerão do valor atribuído ao mesmo, uma vez que é esse valor que ditará as premissas do projeto.

Dessa forma, o pensamento riegliano insere definitivamente as práticas da restauração no debate sobre a cultura, considerando-a deliberadamente como “ato de cultura”, antecipando-se às propostas defendidas a partir do segundo pós-guerra europeu pelo chamado “restauro crítico”, que tem nas figuras de Roberto Pane, Renato Bonelli e Agnoldomenico Pica seus protagonistas, e, paralelamente, a marca da contribuição teórica de Cesare Brandi. (CUNHA, 2006, p.14)

Analisando a questão dos valores de um ponto de vista mais artístico, o inglês e também historiador de arte Michael Baxandall trata, no capítulo I. *O objeto histórico: a ponte do Rio Forth, de Benjamin Baker*, de seu livro “Padrões de intenção – a explicação teórica dos quadros” (1985), da forma como acontece o reconhecimento do valor de uma obra de arte, utilizando-se, em um primeiro momento, da análise do método analítico. Nesse método, é fundamentada a crítica de alguns historiadores de arte, no que se fere à quadros e, aquém, adaptada para tratar do caso da ponte do Rio Forth. A partir dessas ponderações o autor pretende, entre outros pontos, harmonizar a polarização entre a crítica e a história da arte.

Para tanto, inicia o capítulo com uma breve e necessária introdução à teoria de explicação histórica, dividida em dois campos: o nomológico (ou nomotético) e o idiográfico (ou teleológico). Ambos caminhos proporcionam ao historiador ou crítico de arte meios de avaliar o determinado valor de uma obra.

[...] os defensores da linha nomológica argumentam que, pelo menos em princípio, é possível explicar ações históricas de modo estritamente causal, considerando-as como manifestações particulares de leis gerais (...) Já os partidários da linha teleológica rejeitam o modelo das ciências físicas e argumentam que a explicação das ações humanas exige que se considerem formalmente os propósitos dos atores: identificamos os fins de uma ação e reconstruímos seu propósito com base em fatos individuais, e não em fatos gerais, mesmo que esteja claro, ainda que de modo implícito, que nos baseamos em generalizações, talvez mais moderadas que fortes sobre a natureza humana. (BAXANDALL, 1985, p. 45)

Por conseguinte, diferentemente do método nomológico, o método idiográfico permite dissociar ações e/ou fatos importantes em todos os processos de criação e produção de uma

obra de arte a fim de reconhecer, em cada parte desse processo, um diferente tipo de importância, um diferente tipo de valor.

Com o intuito de analisar todas as singularidades de uma obra de arte, desde o processo de criação até a finalização e, também, de observar atentamente todos os valores que a compõem, Baxandall analisa a ponte do Rio Forth fundamentando-se no método ideográfico. O autor parte da ideia de que é possível explicar objetos históricos por ele, desde que seja possível, também, considera-los soluções a problemas específicos; tentando reconstruí-los dentro de uma relação lógica entre esses termos.

Como em qualquer outro objeto arquitetônico, o objeto em questão foi idealizado para suprir uma necessidade, no caso a de vencer a distância entre as margens do rio Forth, e, desse modo, o autor aperfeiçoou sua investigação à realidade da ponte ao apresentar uma análise a partir da crítica inferencial¹⁰, na qual levanta os conceitos de análises que surgem a partir da necessidade da construção de uma ponte e dos recursos e condições existentes, dentro do contexto local.

Os conceitos elaborados por Baxandall, são denominados como Encargos e Diretrizes. Ao primeiro, o autor encarrega as reflexões nas quais o projeto passa a ser pensado – Por que existe uma ponte? Por conta dos estuários da costa leste; por causa da distância entre as cidades; o bom nível de técnica em construção de pontos e etc. – ao segundo atribui ponderações pertinentes ao local social e à implantação – O fundo argiloso do Rio Foth; a exigência de que a Marinha tivesse passagem livre para seus navios e por assim em diante.

Baxandall esmiúça todo o processo de construção da ponte do Rio Forth como quem desmistifica uma obra de arte e expõe ao leitor, todo o enredo por detrás da construção da ponte: quem era Benjamin Baker; quais eram seus conhecimentos a respeito da tecnologia do metal; seus estudos e publicações a respeito da força e da resistência do metal como elemento estrutural e sua incansável curiosidade e interesse pela história e pelo trabalho dos engenheiros do passado. O empenho aqui consiste em levar à superfície toda a intenção¹¹ que a ponte representa enquanto objeto resultante de uma trajetória de trabalho e pesquisa.

¹⁰ A crítica inferencial [crítica realizada pelo público], feita e construída de forma dialógica, não tenta categorizar as obras entre um pólo estético e outro histórico; é capaz de identificar e respeitar o *médium* pictórico. A finalidade da crítica não é se arrogar a autoridade da interpretação mais correta: o que determinará o valor de cada uma delas é se o público puder apreciar uma obra com mais clareza. O público é o teste. Neste sentido, quanto mais científica for a história, mais ela se torna crítica: os resultados e métodos precisam ser mostrados e testados; se o resultado não for efetivo, aquela alternativa é rejeitada. (SOUZA, 2015). Disponível em: <https://animusmundus.wordpress.com/2015/02/13/padroes-de-intencao-e-a-ordem-pictorica-um-resumo/>. Acesso em: 25/01/2017.

¹¹ Em seu uso corrente, a palavra pode significar as opiniões e o estado de espírito de indivíduos, mas a intenção não é um estado de espírito construído, mas uma relação entre o objeto e suas circunstâncias”, ou seja, ela “aplica-se mais ao quadro que aos pintores”. Op.cit.

Em um primeiro momento, considerando o contexto europeu do século XIX, a ponte recebeu críticas e elogios de influentes personalidades da época, como é o caso de William Morris e Alfred Waterhouse.

Jamais haverá arquitetura de ferro e cada avanço tecnológico do maquinário dá mais um passo em direção ao feio, culminando com esse exemplo de extrema feiura. (...) O que particularmente me agrada é a ausência de ornamentos. Numa arquitetura desse gênero qualquer detalhe, emprestado de qualquer estilo, ficaria deslocado. Como está essa ponte constitui um estilo próprio. ” (WATERHOUSE, 1889, apud. BAXANDALL, 1985, p.57)

Porém, apesar das críticas controversas no momento de sua elaboração, no ano de 2015 a ponte do Rio Forth foi classificada pela UNESCO como um Patrimônio Mundial da Humanidade por se tratar, segundo sua classificação, de um projeto admiráveis soluções projetuais, materiais e sociais.

A Ponte Forth, que atravessa o estuário do Rio Forth, no leste da Escócia, para ligar Fife a Edimburgo por via férrea, foi a primeira ponte em cantilever (estrutura em consola) de grande comprimento no mundo, 2.529m, e ainda hoje permanece como uma das mais longas. Foi inaugurada em 1890 e continua a operar como uma importante ponte de passageiro e frete viário. Com sua estética industrial distintiva e cor vermelha impressionante, foi concebida e construída usando princípios avançados de engenharia civil e métodos de construção. (UNESCO, 2015. Tradução: a autora.¹²)

Baxandall, iniciou sua narrativa acreditando que era possível explicar objetos históricos seguindo a ideia de que eram soluções a problemas levantados, mantendo seu foco no objeto e não no autor, numa tentativa de reconstruir uma relação lógica entre três eixos: um problema, os recursos para resolver esse problema e a solução propriamente dita. Ele revela e identifica valores acrescidos a partir de um objeto já construído.

Ainda à discussão, o também historiador de arte, Giulio Carlo Argan, em sua obra *História da Arte como História da Cidade* (1992), versa o argumento dos valores atribuídos a um bem e, assim como Baxandall, discorre sobre a diversidade no tratamento de um objeto enquanto obra de arte previamente declarada, a exemplos de valores estéticos intrínsecos, ou enquanto predileção de uma obra meticulosamente analisada para tal fim.

Para quem trata de coisas artísticas, estas têm um valor intrínseco, que o especialista reconhece a partir de certos sinais, como a pureza de um diamante, mas cuja essência não se procura saber, nem sustenta ser possível sabe-la. Para quem lida com valor, a coisa é apenas a oportunidade de produzi-lo, a prova de sua existência, o meio pelo qual se comunica. [...] O interesse pelo valor transcende os fatos isolados e generaliza o

¹² The Forth Bridge, which spans the estuary (Firth) of the River Forth in eastern Scotland to link Fife to Edinburgh by railway, was the world's earliest great multispan cantilever bridge, and at 2,529 m remains one of the longest. It opened in 1890 and continues to operate as an important passenger and freight rail bridge. This enormous structure, with its distinctive industrial aesthetic and striking red colour, was conceived and built using advanced civil engineering design principles and construction methods. Innovative in design, materials, and scale, the Forth Bridge is an extraordinary and impressive milestone in bridge design and construction during the period when railways came to dominate long-distance land travel. (Site oficial UNESCO, 2015. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/1485>)

conhecimento da arte em preposições teóricas, leva a uma filosofia da arte. (ARGAN, 1992, p.13)

Ao se referir a obra de arte, Argan afirma que a postura adotada pelo observador diante do objeto é a de juiz. Para ele, os homens tendem a julgar uma obra pois “uma vez que sabemos poder julgá-las, se renunciássemos a fazê-lo nos disporíamos a sofrê-la passivamente” (ARGAN, 1992, pág.17). Assim, o ato de julgar, que implica em um juízo de valor, torna possível definir qual o sentido daquele objeto diante de algumas perspectivas, como a do próprio autor e a do espectador, como, também, ser possível dizer mais a respeito de quem o julga “Quanto maior o valor que se reconhece no objeto, maior o valor do sujeito que o entende, o recebe, torna-o seu” (ARGAN, 1992, p.17).

Argan defende que o verdadeiro valor reconhecido em um objeto de arte vem de *algo mais* que está presente na real experiência de cada um, “pelo qual o objeto transcende a própria instrumentalidade imediata”. Acredita que se é possível ao homem reconhecer o valor presente em determinado objeto, é porque lhe foi oferecido instrumentos para tal a partir da própria vivência de valores na história que o cerca. Destarte, Argan cerca os critérios das observações e valores que acometem as obras de arte.

Quando se afirma que determinada obra é uma obra de arte, apenas por ser esta uma obra de determinada época “esta pintura é uma obra florentina do início do Cinquecento” (ARGAN, 1992, pág.21), se afirma também que o simples fato de sê-la já a torna uma obra de arte; historicamente é possível fazer tal afirmação, mas nada garante seu valor artístico.

Ou seja, o que avaliamos não é um tipo de obra, mas um tipo de processo, uma maneira de relacionar-se; em outras palavras, o dinamismo ou a dialética interna de uma situação cultural na qual a obra que estudamos (se ela é, de fato, a que pensamos ser) se insere naturalmente liga-se a um contexto, funciona. É um juízo histórico que não encerra, mas abre investigação. (ARGAN, 1992, p.22)

Hanna Levy, também aborda em seu artigo Valor artístico e valor histórico: importante problema da história da arte (1940), a questão do valor a partir da problematização referente a distinção das diversas categorias de valores no que se refere à obra de arte.

Levy apresenta a importância dessa questão principalmente por tratar-se de um ponto extremamente importante quando direcionado às instituições responsáveis pela preservação de bens culturais, como no caso (e na época do texto) o SPHAN, uma vez que esse “tem por missão conservar, proteger, descobrir, explicar, descrever, etc. tudo quanto constitua um valor histórico ou um valor artístico.” (LEVY, 1940). A autora toca conceitos como a teoria abstrata e a história concreta da arte, em uma relação dialética, uma vez que uma não existe sem a outra a fim de compreender essa relação.

“Valor histórico” de uma obra de arte quer, portanto, dizer que esta obra foi causa ou efeito (ou as duas coisas ao mesmo tempo) no correr da história da arte. [...] Distinguimos do tempo “valor histórico”, na sua aplicação à obra de arte, o termo “valor documentário”. Por este termo queremos exprimir o fato que toda obra de arte

possue (ou pode possuir), além do seu valor histórico, no sentido da nossa definição, quer dizer com relação à história da arte, um valor histórico com relação à história geral, como fonte, documento, etc., etc. Esse valor documentário de uma obra de arte não tem, portanto, nada que ver, segundo a nossa definição, com seu valor histórico [sic] (LEVY, 1940, p.186)

Alicerçado à compreensão da ideia de que a elaboração de significados para um bem material, como um edifício, pode se tornar o começo da conceituação de um bem de valor histórico para uma determinada época, é possível associar tal objeto construído a um objeto de valor artístico atemporal, que através de sua presença, em um certo contexto, é capaz de comover e emocionar aqueles cuja relação está garantida através da identificação e/ou da memória com o lugar.

A importância relativa que o valor assume diante de um bem cultural, seja ele de qualquer grandeza e/ou mérito, é considerada por importantes autores como a relação que deveria embasar todo o conceito de conservação do mesmo.

Na concepção contemporânea alargada sobre os bens culturais, a tutela não mais se restringe apenas às "grandes obras de arte", como ocorria no passado, mas se volta também às obras "modestas" que com o tempo assumiram significação cultural. Nesse sentido, é prudente esclarecer que se utiliza a expressão monumentos históricos, não como obras grandiosas isoladas, mas vinculada ao sentido etimológico de monumento e como interpretada por Riegl, ou seja: como instrumentos da memória coletiva e como obras de valor histórico que, mesmo não sendo "obras de arte", são sempre obras que possuem uma configuração, uma conformação. (KÜHL, 2005)

Finalmente, a intenção ao reunir a abordagem de um tema tão subjetivo como o *valor* para a preservação do patrimônio cultural, é apontar e reforçar as dificuldades detectadas por autores ligados diretamente ao campo da preservação do patrimônio histórico, como Giovanni Carbonara, que lidam com essa problemática na prática da preservação de bens culturais na modernidade. Para Carbonara, somente é possível estabelecer critérios para a efetiva intervenção de restauro, quando há o reconhecimento dos valores do alcance histórico e artístico do um bem edificado.

Atualmente Carbonara, influenciado pelas teorias de Cesari Brandi, defende a máxima de que "qualquer comportamento em relação à obra de arte, nisso compreendendo a intervenção de restauro, depende de que ocorra o reconhecimento ou não da obra de arte como obra de arte" (Brandi, 2004, p. 28).

Na verdade, quando se tratar de produtos industriais – entendendo-se isso na mais ampla escala, que parte do mais diminuto artesanato -, o escopo da restauração será evidentemente restabelecer a funcionalidade do produto, estando, por isso, a natureza da intervenção de restauro ligada de forma exclusiva à realização desse fim. Mas, quando se tratar, ao contrário, de obra de arte, mesmo se entre as obras de arte haja algumas que possuam estruturalmente um objeto funcional, como as obras de arquitetura e, em geral, os objetos da chamada arte aplicada, claro estará que o restabelecimento da funcionalidade, se entrar na intervenção de restauro, representará, definitivamente só um lado secundário ou concomitante, e jamais o primário e fundamental que se refere à obra de arte como obra de arte. (BRANDI, 2004, p. 26)

Fundamentado na teoria brandiana, Carbonara é defensor da teoria crítico-conservativa e da releitura dos aspectos do restauro crítico. Nessa corrente, a restauração assume um caráter conservativo de forma prudente, que não prega o “congelamento” do bem e, aceita, quando necessário e sempre respeitando o bem, recursos criativos para tratar principalmente questões, tais como a adição e reintegração de lacunas. Pauta-se em noções de distinção entre passado e presente, nas quais entende-se que a passagem do tempo não pode ser revertida e de que ações inconsequentes ocasionam danos irreparáveis aos bens que são únicos e não-reproduzíveis e que o restauro é um ato crítico, portanto, consciente, baseado na história e na filosofia empregada.

O exame do conjunto teórico alcançado ao longo do tempo pelo restauro confirma e desenvolve essas considerações. Se hoje podemos definir a restauração como um ato que visa preservar e transmitir para o futuro a obra, é necessário acrescentar que a primeira tarefa a ser executada deve ser reconhecer se ela apresenta as qualidades (de testemunho histórico e de valor artístico) a serem transmitidas. Ocorre, em outras palavras, o "reconhecimento" da obra, conforme escrito por C. Brandi, a definição qualitativa de seu valor como documento e como imagem; [...] a verdadeira conservação não pode senão passar pela seleção do material da história, certamente implementou o medidor mais amplo e mais compressivo possível, mas ainda assim. (CARBONARA, 1997, p. 271-272. Tradução: autora.¹³)

Ou seja, para que um bem seja perfeitamente respeitado, a corrente prega a princípio que seus valores (artísticos, estéticos, estruturais, de memória, entre outros) sejam reconhecidos e, posteriormente, considerados no ato do restauro. Todas as ações para com o bem, dependem do reconhecimento crítico que deve considerar as características da obra.

Em outras palavras, através do exercício da crítica histórico-artística, determina-se o campo de aplicação do restauro, cuja definição mais rigorosa se limita à esfera restrita das "obras de arte"; mas, pela esteticidade inerente a todo o real, contudo, também se estende às obras humanas, inclusive àquelas construções, carentes de qualidade propriamente artística. (CARBONARA, 1997, p. 233. Tradução: autora.¹⁴)

Por fim, as reflexões aqui apresentadas são imprescindíveis na discussão da preservação e valorização de bens culturais que podem ser apontados como comuns, sem valor ou até mesmo de proficuidade, por se apresentarem em edifícios residenciais, comerciais, institucionais, entre outros. Um exemplo de bens frequentemente vistos dessa

¹³ L'esame dell'assetto teorico raggiunto nel tempo dal restauro conferma e sviluppa tali considerazioni. Se oggi possiamo definirei il restauro come un atto tendente alla conservazione e trasmissione al futuro dell'opera, occorre aggiungere che il primo compito da svolgere dev'essere quello di riconoscere se essa presenti le qualità (di testimonianza storica e di valore artistico) per essere trasmessa. Occorre, in altre parole, il "riconoscimento" dell'opera, come ha scritto C. Brandi, la definizione qualitativa del suo valore come documento e come immagine; [...] la vera conservazione non può che passare per una selezione dei materiali della storia, attuata di certo col più largo e compressivo metro possibile, ma pur sempre tale. (CARBONARA, 1997, p.271-272)

¹⁴ In altre parole, attraverso l'esercizio della critica storico-artistica si determina il campo d'applicazione del restauro, la cui più rigorosa definizione lo vorrebbe limitato all'ambito ristretto delle sole "opere d'arte"; ma per l'esteticità inerente a tutto il reale esso, comunque, si estende anche alle opere umane, ivi comprese quelle edilizie, prive di qualità propriamente artistica. (CARBONARA, 1997, p.233)

maneira, são alguns exemplares da Arquitetura Moderna que, mesmo que já tenham vivido o apogeu de seu valor artístico, arquitetônico e cultural, com o tempo vivenciam o declínio desse reconhecimento e, conseqüentemente, de sua preservação, o que torna ainda mais necessário nos dias de hoje, o exercício do olhar e da busca pelo valor dessa arquitetura.

Discorrer a respeito do valor ante a perspectiva de diversos olhares, elucida a importância da consonância entre o trabalho prático e a pesquisa teórica da preservação de bens arquitetônicos, e disponibiliza ao agente local esclarecimentos que o permitem agir conforme suas regionalidades, particularidades e especificidades formais, estéticas e históricas do bem arquitetônico. É também o princípio da discussão que se pretende analisar ao longo deste trabalho, que questiona qual é e como acontece a valorização da Arquitetura Moderna no contexto de uma pequena cidade brasileira.

1.3. O reconhecimento da arquitetura e do urbanismo modernos como patrimônio cultural no Brasil.

A história do Brasil é marcada por expoentes arquitetônicos que representam, e recontam, os acontecimentos relevantes na construção social do país. Através das expressões estéticas e culturais empregadas e da análise do contexto de inserção, é possível compreender a importância do patrimônio cultural no quadro da história nacional, de modo a justificar o valor a ele atribuído.

No momento em questão, a entoação das discussões propostas pelo Movimento Moderno transporta ao Brasil, inicialmente na expressividade da Semana de Arte Moderna de 1922, aquelas que seriam as primeiras reflexões a respeito de uma Arquitetura Moderna Brasileira. A produção dessa arquitetura emerge sob a influência estrangeira decorrente do iminente intercâmbio cultural, dadas as viagens à Europa realizadas por escritores, artistas e intelectuais brasileiros de um modo geral, como também de estrangeiros que passam a residir no país, marcando caminhos que permitiram que muitas das ideologias dos países europeus chegassem às terras tupiniquins.

A influência europeia no país foi tamanha que a arquitetura apresentada na semana de 1922, era na realidade de autoria de arquitetos europeus do polonês Georg Przyrembel (1885-1956) e do espanhol, Antonio Garcia Moya (1891-1949), que preconizavam a discussão daquela que se consolidaria como arquitetura moderna.

Além desse fato, os dois primeiros manifestos¹⁵ em favor da arquitetura moderna no Brasil, são assinados por Gregori Warchavchik e Rino Levi, que, apesar de brasileiro tinha formação italiana. (TINEM, 2006).

A discussão pautada pelo Movimento Moderno girava em torno da gênese das afirmações culturais do homem e no Brasil, os primeiros a pensarem os estados da antítese, cultura e instinto, foram Flávio de Carvalho e Gregori Warchavchik, autor de projetos significativos para a história da arquitetura brasileira - como a Casa Modernista da rua Santa Cruz (1928), a Casa Modernista na rua Itápolis (1929) e a terceira Casa Modernista na rua Bahia (1930), todas na cidade de São Paulo (AMARAL, 1977).

No cenário internacional, a movimentação por mudanças nas primeiras décadas do século XX era sentida na busca por referência a tudo que fosse ingênuo, bárbaro, antiintelectual, anticivilizado, antiocidental (AMARAL, 1977) e também à arte primitiva, na qual dava-se especial atenção à arte negra. Diante disso, ficou claro aos intelectuais brasileiros que não era necessária a busca pelo primitivo em outro continente e era sim importante se

¹⁵ "Acerca da arquitetura moderna". Publicado a 1º de novembro de 1925, no *Jornal Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro e Arquitetura e estética das cidades. Carta publicada no *O Estado de São Paulo*, 15, out. 1925, ambos de 1925 e assinados pelo ucraniano Gregori Warchavchik e por Rino Levi, respectivamente.

voltarem para a própria cultura brasileira, à sua própria origem, para que dela pudessem extrair a essência que permitiria o próximo passo a caminho da concordância com o novo movimento.

Compreenderam que a contribuição que poderiam representar os valores instintivos e primitivos que eles podiam fazer surgir de seu próprio solo, sem que lhes fosse necessário busca-los na África, na Ásia ou nas ilhas perdidas do arquipélago oceânico. Foi de Montparnasse e de Montmartre que eles descobriram seu país. Seu evangelho fundamentou-se então na fusão de dois termos opostos: cultura e instinto. (AMARAL, 1977, p.256)

Dessa forma, diferentemente do modernismo literário, o Movimento Moderno na arquitetura no Brasil não se tratava de redescobrir o país, em seus mais diversos aspectos primitivos ou nacionalistas, mas sim em pautar e valorizar a realidade física e geográfica como fatores primordiais da atenção do arquiteto.

Este dogmatismo repousava, contudo, sobre um sentimento bem moderno: a fé (o que vos falta aqui) nas virtualidades democráticas da produção em massa. Esta disciplina teórica lhes permitiu colocar em prática suas idéias no momento oportuno. As teorias de Le Corbusier eram então, para estes jovens jacobinos, purismo arquitetônico, segundo a expressão mesma de Lúcio Costa, o “o livro sagrado da arquitetura moderna brasileira” (...) O caráter revolucionário destas idéias foi contagioso para o estado de espírito do Brasil nesse momento. É que em 1930 o país vivia num clima de revolução. A crise econômica que acabava de explodir em 1929 em New York se propagara rapidamente pelo Brasil. Neste país ela se devia à queda do preço do café no mercado mundial; teve como consequência o desequilíbrio de toda nossa economia nacional baseada nessa exportação e como outra consequência, direta ou indireta, a revolução política. (AMARAL, 1977, p.257)

Mesmo voltadas para a realidade do país, a maneira como os arquitetos brasileiros trabalharam essas novas ideias sofriam enorme influência das doutrinas pregadas pelo franco-suíço, Le Corbusier. Da parte brasileira, coube à Lúcio Costa o papel entusiasta da produção nacional e de levar jovens artistas brasileiros ao estudo dos mestres europeus e de tudo aquilo que os influenciava. O cenário no qual encontrava-se o Brasil não apresentava sinais de qualquer revolução e qualquer mudança seria bem-vinda; por esse motivo, dada a resignação do contexto político, é que Lúcio Costa conduz a construção do Ministério da Educação e Saúde Pública – MESP que emerge como um “milagre”¹⁶ dada conjuntura social do período e cuja construção ocorre entre os anos de 1936 a 1945.

Por volta de 1930, jovens arquitetos puristas se reuniram sob a direção de Lúcio Costa para estudar as obras dos grandes mestres europeus da nova arquitetura que nascia. Conheceram assim a obra de Gropius, ainda presente nesta época na Bauhaus, de onde Hitler em breve ia expulsá-lo. Conheceram igualmente a obra de Mies van der Rohe e sobretudo as teorias de Le Corbusier. (AMARAL, 1977, p.255)

O projeto colocava em práticas as ideologias de Le Corbusier e tinha o próprio como consultor. A equipe era composta por Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Reidy, Carlos

¹⁶ Referência ao ensaio: “Muita construção, alguma arquitetura e um milagre”. Lúcio Costa, 1951.

Leão, Jorge Moreira e Ernani Vasconcelos. Alguns anos mais tarde aconteceria a construção de outro marco da Arquitetura Moderna Brasileira, o Conjunto da Pampulha.

A maneira na qual a Arquitetura Moderna Brasileira se desenvolvia ia, cada vez mais, ganhando destaque a níveis internacionais, como aconteceu na Feira Mundial de Nova Iorque, em 1939. O evento proporcionou à Arquitetura Brasileira um momento de destaque não apenas por apresentar o tipo de arquitetura que estava sendo pensada no maior país da América Latina, como também na qualidade de tal projeto. Segundo Comas (2009), a Feira propunha como tema “O Mundo do Amanhã”, que buscava discutir a construção desse amanhã com os instrumentos do presente.

O tema “O Mundo de Amanhã” não permitia a revivência estilística. Praticamente afastava do concurso o estilo neocolonial que fora a única opção aceita no concurso de anteprojetos para o Pavilhão Brasileiro na exposição de Filadélfia de 1925, quando Lucio fora vitorioso em função da “organização espacial interna e do correto emprego dos elementos formais da arte lusocolonial. (COMAS, 2009, p. 58)

A considerar apenas a experiência do projeto do MESP, de 1936, o Pavilhão Brasileiro já apresentava não apenas mostrava o nível de domínio técnico dos brasileiros, mas também a genialidade em adaptar as lições da Arquitetura Moderna à realidade brasileira. Os arquitetos brasileiros haviam desenvolvido o seu espírito de brasilidade dentro da arquitetura moderna do século em que vivíamos (COMAS, 2009).

O sucesso do Pavilhão Brasileiro foi tamanho que chamou a atenção do Museu de Arte Moderna de Nova York, o MoMA, e interessado em montar uma exposição a respeito da produção brasileira¹⁷, o museu enviou ao Brasil o arquiteto Philip Goodwin e o fotógrafo George Everard Kidder-Smith para que pudessem levantar documentos, material gráfico e novos registros para a exibição¹⁸.

Em dois meses de viagem foram arrecadados “650 fotografias em preto-e-branco e 250 Kodachromes tiradas por Kidder-Smith, mais 200 fotografias em preto-e-branco dos arquivos do Instituto de Arquitetos do Brasil e do SPHAN, desenhos originais de Oscar Niemeyer, impressões e fotografias de vários outros esboços de desenhos, alguns esboços atuais e exemplares dos azulejos do Ministério da Educação. (Deckker, 2000, apud. SCOTTÁ, 2005, p.25)

¹⁷ “Em acesso às correspondências da época da montagem da exposição, havia uma dúvida se eles [Norte americanos] fariam uma exposição brasileira, sabiam sem dúvida que o Brasil tinha uma produção interessante, mas também da América Latina. Lembrando que essa exposição do Brazil Builds na verdade estava junto do programa de ‘Política de boa vizinhança’ do governo americano comandado pelo Nelson Rockefeller. E a Política da boa vizinhança era com a América Latina como um todo. Então havia primeiro uma discussão interna no MoMA se se faria uma exposição da América Latina; mas quando eles chegaram ao Brasil na viagem de 1942, o Goodwin e o Kidder-Smith, viram a quantidade de prédio, de edificações exemplos da arquitetura moderna e aí falaram ‘não, a exposição tem que ser só do Brasil’. ” (Prof.^a Dra. Anna Beatriz Ayroza Galvão, 30/08/2018, em esclarecimento na banca de defesa desta dissertação).

¹⁸ Como sabemos é importante ressaltar que não somente era de interesse dos Estados Unidos apresentar a produção brasileira como maneira de ceder espaço à expressão artística latino-americana, como também tencionava manter relações amistosas com o país para uma possível aliança dentro da cena em que se encontravam: a ameaça da segunda guerra mundial.

A partir do levantamento feito por eles, foi inaugurada em 1943 a exposição Brazil Builds, cujo tema foi Arquitetura Nova e antiga: 1652-1942 e objetivo foi o de apresentar em painéis, fotos, maquetes e etc. tanto a arquitetura herdada por colonizadores e imigrantes como também a nova arquitetura, a arquitetura moderna – que sem dúvida foi a que mais chamou a atenção.

A exposição passou, mais tarde, por diversas cidades da América [do Norte] e também por Londres. A mostra obteve grande atenção da mídia americana, e mesmo no Brasil a repercussão foi imensa. Embora os grandes centros já estivessem a par de algumas poucas novidades sobre a arquitetura moderna brasileira, o grande público leigo ainda as desconheciam e ficou surpreso. (SCOTTÁ, 2005, p.25)

A documentação exposta transformou-se mais tarde em um catálogo lançado pelo próprio Philip Goodwin e, embora tenha sido dividido em duas partes – uma que apresentasse a antiga e uma outra para a nova arquitetura - a relação entre ambas não foi devidamente explorada.

As fases são divididas em duas partes e abordadas de maneira diferente. Entre as duas fases, a metade posterior do século XIX, dominado pelo ecletismo, foi depreciado. Há um único registro fotográfico e esse período foi descrito como um tempo de modismos onde se preferia a “correção acadêmica” (Goodwin, 1943), de “efeito pretensioso e pesado” (Goodwin, 1943), e que o Rio de Janeiro sofria de uma “mania internacional do carregado a Palladio [sic] ” (Goodwin, 1943). (SCOTTÁ, 2005, p.25)

A exposição foi importante não somente pela exibição da produção brasileira a nível internacional, mas também para a consolidação do próprio movimento da arquitetura no país. Em 1943, passou pelo Brasil sendo exibida no próprio edifício do MESP, em português, como projeto museográfico de Oscar Niemeyer.

A historiografia nos mostra que ao mesmo tempo em que a arquitetura brasileira foi pensada, discutida e projetada, passa a conquistar um lugar de afirmação na identidade nacional. A gênese dessa arquitetura no Brasil passou de inspirações recebidas pelo intercâmbio cultural de intelectuais brasileiros à sua própria produção autêntica. A rápida explanação do reconhecimento da arquitetura moderna por parte do olhar estrangeiro faz um paralelo com o reconhecimento da mesma pelo próprio olhar brasileiro.

Em 1937, enquanto produzia-se a arquitetura moderna, surgia também o SPHAN e, não por acaso, os primeiros funcionários do órgão eram arquitetos ligados ao movimento, como é o caso do próprio Lúcio Costa, que assumiu desde o início a Divisão de Estudos de Tombamentos¹⁹.

¹⁹ O SPHAN teve entre seus primeiros colaboradores Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Paulo Thedim Barreto, José de Souza Reis, Renato Soeiro e Alcides da Rocha Miranda. À exceção de Paulo Thedim Barreto, os demais estavam relacionados com importantes projetos do Movimento Moderno. (CAVALCANTI, 1995, p.153 apud. CARVALHO, 2005, p.181)

A conjugação entre os ideais dos intelectuais ligados ao modernismo no Brasil, que buscavam o estabelecimento de uma identidade brasileira com contornos mais independentes dos padrões culturais vigentes, e os anseios políticos do Estado Novo de criação de uma nação consolidada sobre valores nacionais, possibilitou integração de uma política de preservação do patrimônio ao projeto de construção da Nação pelo Estado, e os mesmo arquitetos ligados a difusão das idéias do Movimento Moderno no Brasil assumiram a implementação da política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, fato que tornou singular a situação brasileira: ao mesmo tempo, os mesmos personagens buscavam proteger um passado e lançar as bases para a construção de um futuro. (CARVALHO, 2005, p.178)

A trajetória da preservação da Arquitetura Moderna no Brasil foi influenciada pela visão de seus precursores ligados ao movimento de renovação arquitetônica, estabelecendo o critério de seleção dos bens a serem tombados, o qual se baseava no conceito de excepcionalidade cuja definição tentava equilibrar preservação e desenvolvimento nos moldes da Carta de Atenas do CIAM. (CARVALHO, 2005, p.181)

Pode-se afirmar, contudo, que a política de preservação do patrimônio brasileiro esteve desde o início ligada ao reconhecimento da importância do Movimento Moderno, uma vez que medidas de preservação dessa arquitetura foram realizadas na já década de 1940. A ação do órgão elencava, principalmente, atribuição de juízos de valor artístico a diferentes estilos arquitetônicos; ainda não se falava no Brasil da preservação justificada pelo valor histórico.

Lúcio Costa que no início de sua carreira defendeu a arquitetura colonial brasileira como um exemplo de identidade nacional, passa a reconhecer na Arquitetura Moderna a mesma vocação e identidade, enxergando nela afinidades e valores que antes somente encontrava na arquitetura colonial. Assim, tendo Costa como mentor, os projetos de preservação de bens arquitetônicos no Brasil nascem com a preocupação de manter viva tanto a arquitetura tradicional, ou seja, a arquitetura colonial, como também a arquitetura “recente”, ou mais especificamente a arquitetura advinda do Movimento Moderno.

Como exemplo desse reconhecimento estão, os já mencionados, primeiros tombamentos de Arquitetura Moderna realizados pelo órgão: a Igreja São Francisco de Assis da Pampulha, em Belo Horizonte, Minas Gerais, no ano de 1947 e edifício do Ministério da Educação e Saúde, em 1948. Além de toda significância para o desenvolvimento da arquitetura nacional, tais projetos elevaram o nível de reconhecimento da Arquitetura Brasileira a níveis internacionais.

A preservação da arquitetura desse período deve ser motivada não apenas por sua importância, já reconhecida naquele momento por portar inovações formais e tecnológicas e não somente pela expressão artística que apresenta, também deve-se considerar e, tão imprescindivelmente, a relevância do contexto histórico no qual desenvolveu-se, prezando os avanços do desenvolvimento social e cultural ocorridos à época.

Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos). A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança. (Carta de Atenas, 1933, do Patrimônio Artístico das Cidades)

Factualmente, ao que compete aos órgãos de preservação, deveria existir certa facilidade no reconhecimento da significância da Arquitetura Moderna Brasileira na construção cultural do país, como visto a partir dos exemplares citados e, conseqüentemente, sua preservação já deveria estar garantida. Porém observa-se que ainda se faz necessária a pesquisa e a difusão da compreensão do valor desse bem cultural, principalmente em localidades pequenas e interioranas.

Não diferente de outrora, o reconhecimento do valor da Arquitetura Moderna brasileira ainda hoje está concentrado nos grandes centros urbanos do país e, nessas localidades, são mais facilmente notados pelos órgãos específicos de preservação. Em localidades interioranas, distantes desses centros, o reconhecimento é dificultado pela falta de informação, de referências culturais e pela escassez de corpo técnico que compreenda os critérios que elevam um bem histórico à categoria de patrimônio cultural. Este é o caso das pequenas cidades que fazem parte da região na qual esta pesquisa está sendo desenvolvida, como é o caso da cidade de Sacramento-MG.

PARTE 2. CIDADE DE PEQUENO PORTE: particularidades no recorte da preservação cultural.

*“[...] e o mais que consigo é dizer
com o pranto calado me casei
um banho de cinzas batizou
o quarto fechado que afastei
no crisma de busca assumi
dois olhos que ainda não achei.”*

Sacramento - Milton Nascimento

2.1. Sacramento – MG: uma cidade de pequeno porte.

Antes de concentrar a análise nas problemáticas que tangem a preservação da arquitetura, é importante atentar-se também às influências que o território, o meio e o entorno das cidades nas quais a edificação está inserida, podem exercer sobre a mesma. Tais influências muitas vezes acontecem por meio de atividades econômicas/sociais, expansão ou dispersão do território, consolidação de uma atividade econômica ou extinção de alguma outra, e podem acontecer antes mesmo que o bem seja identificado como portador de valor cultural.

A escolha do local de implantação de um projeto possibilita definir premissas que contribuirão e definirão o programa da(s) edificação(ções) e, assim, norteia partidos que conectam o projeto ao seu meio. Escolhas projetuais podem definir a interação com o meio, como por exemplo, o uso de uma janela que permita a entrada de sol em uma determinada hora ou que permita também a entrada do vento para o controle do clima, ou ainda uma sacada que se descortina para uma paisagem natural pré-existente; são predileções que comunicam-se diretamente com o que o entorno tem a oferecer.

A leitura do terreno ainda permite que a comunicação com o meio se estenda para além dos limites do projeto, podendo aproximá-lo de outras edificações, de um outro meio natural, de outro bairro, de um centro urbano ou mesmo da cidade vizinha.

Portanto, o terreno escolhido ocupa um lugar em um território e, sendo assim, a leitura geográfica desse meio é necessária na compreensão das influências e das relações que o meio exerce em um bem de interesse cultural. O território está sujeito a receber influência da ocupação que abriga, assim como também é apto a influencia-lo e estudá-lo faz parte da compreensão do todo, que envolve a cidade e, portanto, a arquitetura.

Para Milton Santos (1998) o território funciona como um objeto fluido por si só e somente possui fluidez real quando resultado de ações humanas. Ainda segundo o autor o funcionamento do território acontece por meio do que chama de horizontalidades e

verticalidades onde as horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais.

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (SANTOS, 1998, p.15)

É partir dessas duas funções do território geográfico, horizontalidades e verticalidades, que o autor coloca a configuração espacial, chamada por ele, de redes. Redes são, portanto, uma realidade nova que de alguma maneira justifica a expressão da verticalidade, SANTOS (1998), onde as cidades, por exemplo, apresentam um território conectado com outros centros e lugares a partir de fluxos que não somente os interligam entre si, mas também conectam inovações, progressos e avanços que corroboram com um sistema de maior, o da globalização.

Dessa forma, a partir do autor, entende-se que o território pode hoje ser compreendido por lugares contíguos, que se apresentam próximos a si mesmo e aos outros, em suas particularidades e origens e por lugares em redes, que se desenvolvem conectando diversos aspectos sociais e econômicos sob a ótica global.

Ao explorar a definição do território a partir de um viés mais político e, desse modo, próximo das problemáticas urbanas interligadas ao poder administrativo sobre um território, Claude Raffestin (1993) elucida que a noção de espaço é anterior à noção de território e que este se forma a partir do primeiro, sendo desta forma, resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem. (RAFFESTIN, 1993, p.144)

Para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. “Local” de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que o ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. (RAFFESTIN, 1993, p.144)

Ambos autores assentem que o território consolida-se a partir de ações humanas e essas, por sua vez, oscilam em concordância a predileções sociais e políticas vigentes em um determinado período. Portanto, compreender as noções básicas do território permite também compreender minimamente o caminho traçado pelas ações do homem na construção de suas cidades e, como consequência, também de sua arquitetura. A partir destas reflexões

surgiram questionamentos que nortearam a análise da cidade de pequeno porte no desenvolvimento do conteúdo deste trabalho, que é a preservação da arquitetura nessas localidades.

O mapa a seguir Figura 1 (mapa completo Anexo 6.1) desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE²⁰, apresenta os chamados *arranjos populacionais* do estado de Minas Gerais, onde é possível observar o meio ao qual o município de Sacramento está integrado. A intenção do IBGE ao promover essa leitura espacial, é a de fornecer uma amostra territorial das relações econômicas e sociais presentes no processo de urbanização de cada região do país e também a de ampliar a noção do território urbano presente nos Censos Demográficos realizados.

De acordo com o Instituto, os arranjos identificados são definidos segundo a proximidade espacial, que admite a noção de contiguidade, e a proximidade organizacional, que reforça a noção de integração, representando assim as escalas de urbanização, IBGE, 2016. Para tanto, foram estabelecidos critérios comuns à todas regiões brasileiras e desenvolvido um quadro dos arranjos em médias e grandes concentrações urbanas.

²⁰ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.htm>. Acesso em: 07/04/2018.

Segundo o IBGE, Sacramento pode ser entendida como uma cidade de pequeno porte simplesmente a contar por sua densidade populacional. Porém, para compreender o conceito de cidade de pequeno porte, foram levantadas leituras específicas no campo da geografia, uma vez que trata-se de um tema ainda muito discutido nos dias atuais.

Ao elucidar referências sobre o que é uma cidade de pequeno porte, é possível encontrar diferentes definições o que acontece, segundo Orlando Moreira Junior (2013), porque há uma complexa reflexão nessa área de estudo e também ao fato de que essas tipologias de cidades, no Brasil, existem tanto em núcleos urbanos com menos de mil habitantes, bem como em alguns casos particulares de cidades que chegam a ultrapassar 50 mil, adquirindo, assim, características de cidades locais na rede urbana. Ainda segundo ele, há cidades com cerca de 50 mil habitantes com características de uma cidade média, em regiões de baixa densidade demográfica.

Diante da complexidade das relações humanas estabelecidas sobre um território, a cidade pequena pode ser considerada, segundo FRESCA (2010 apud. JUNIOR, 2014)²¹, aquela com complexidade de atividades humanas que extrapola o denominado nível mínimo, mas que tal complexidade de atividades urbanas não gera elementos necessários para que as mesmas possam ser consideradas cidades intermediárias. Ou seja, este entendimento de cidade não concerne a dados precisos sobre a população em si, mas sobre a dinâmica espacial que a mesma estabelece com o meio.

Outra maneira de determinar se uma cidade é de pequeno porte, é exatamente através de dados populacionais, isto é, de sua densidade demográfica. Há críticas que apontam que determinar o porte da cidade desta maneira é arbitrário exatamente por considerar apenas os números e, ao utilizar-se este caminho, incorre-se no risco de igualar cidades que na sua essência são diferentes, FRESCA (2010). Porém, é com base nesses números que o IBGE realiza pesquisas e levanta dados a respeito da população brasileira e será também a partir desta ótica que o trabalho definirá a leitura urbana da pequena cidade de Sacramento-MG.

A área do município é de aproximadamente 3.073,268 km²; população de 23.896 habitantes²², portanto uma cidade de Pequeno Porte 2 de acordo com a definição do IBGE, Figura 2, e apresenta uma densidade demográfica de 7,78 hab./km²; a baixa densidade demográfica não é uma exclusividade da cidade de Sacramento e sim uma realidade da grande maioria das pequenas cidades de Minas Gerais²³.

²¹ FRESCA, T.M. Centros locais e pequenas cidades: distinções necessárias. Anais XVI ENG. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/2736/273619430006/>. Acesso em: 28/05/2018.

²² Dados de acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, a população estimada em 2017, de acordo com o Instituto é de 25.998 habitantes. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sacramento/panorama>. Acesso em: 11/05/2018.

²³ Tupaciguara – a exemplo de outra pequena cidade na região do Triângulo Mineiro – distante 236km de Sacramento, possui população de 25.896 habitantes, em uma área de 1.826,028km² e uma densidade de 13,89

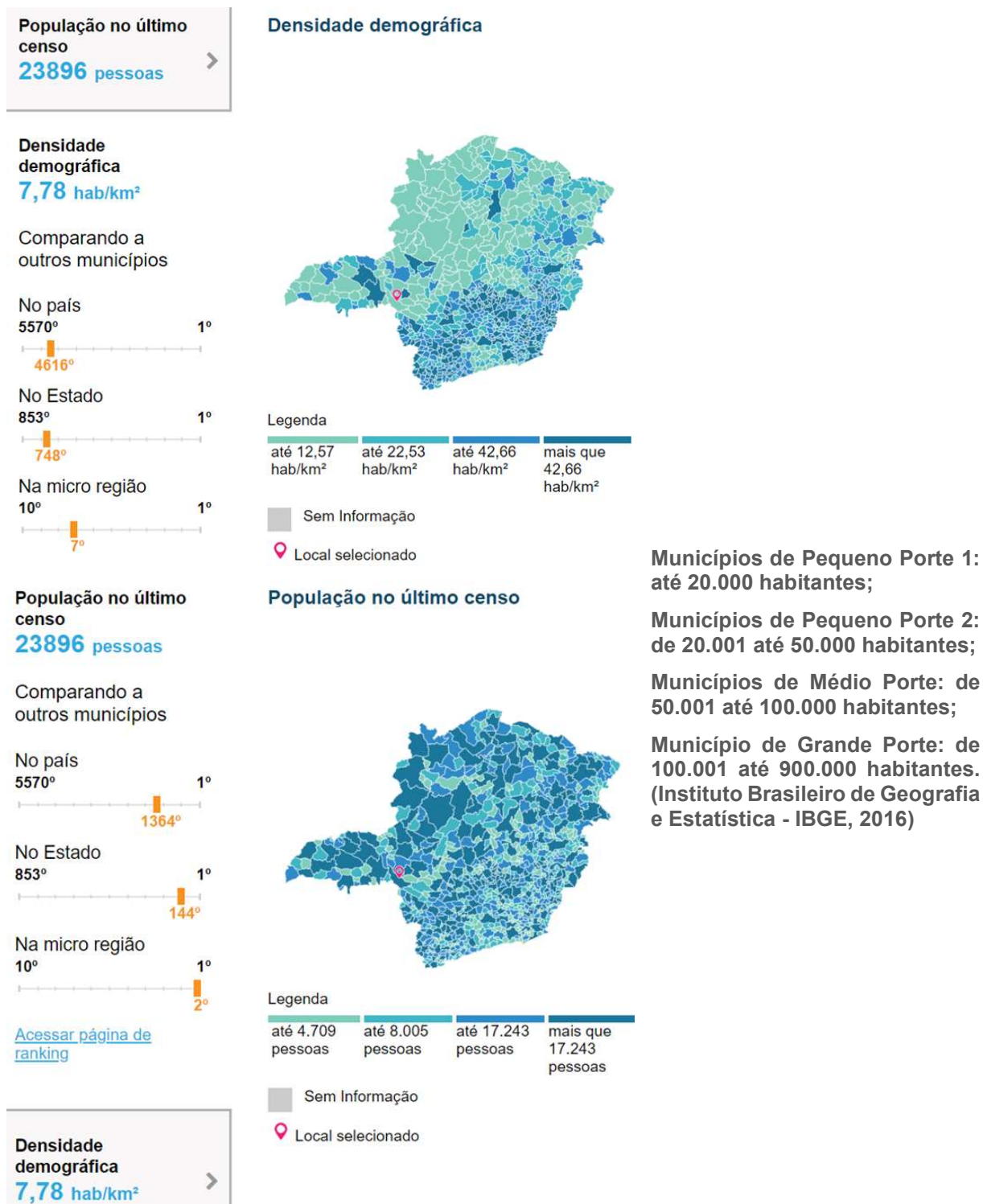


Figura 2 Dados da densidade demográfica de Sacramento-MG em comparativo ao encontrado nos municípios de Minas Gerais. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016.

hab./km². Já a cidade de Araxá, uma cidade de porte médio e distante 86km de Sacramento, possui uma área de 1.165,169 km², população de 102.238²³ habitantes e densidade de 87,75hab./km². A cidade de Uberaba, distante 80 km de Sacramento, conta com uma área de 4.512,135 km², população em torno de 328.272²³ habitantes e uma densidade de 72,75hab./km².

Como é possível observar a Figura acima também indica a densidade demográfica nas cidades do estado de Minas Gerais tendo como referência Sacramento, as cidades de baixa densidade populacional concentram-se predominantemente nas regiões do Jequitinhonha, Norte, Noroeste, Central, Oeste e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Essa concentração pode indicar que extensa parcela do território dessas cidades está concentrado na zona rural, mas não indica necessariamente predomínio de população ou de atividades rurais uma vez que, de acordo com o IBGE no censo realizado em 2010, o Brasil caracteriza-se como país predominantemente urbano, com 84,3% da população vivendo nas cidades (LOBO 2009 apud. WEISS, 2016).

A Figura 2 ainda assinala informações a respeito da população de Sacramento e delimita as pequenas cidades, que são maioria no estado de Minas Gerais. Algumas dessas cidades ainda conseguem manter vivos seus costumes locais e sua cultura por fatores que variam desde o forte sentimento de regionalismo e pertencimento, e até mesmo pela escassez de intercâmbio cultural entre municípios, ocasionada pelo difícil acesso viário.



Figura 3 Localização do município de Sacramento-MG no estado de Minas Gerais. Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu, 2015.

O município de Sacramento está localizado no estado de Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba²⁴, na microrregião da cidade mineira de Araxá e a 480 km da capital Belo Horizonte.

No caso de Sacramento, a interlocução entre município com outras cidades de seu próprio estado, e também de cidades de estados vizinhos, como São Paulo e Goiás, é facilitada por acessos de rodovias federais e estaduais.

O acesso à cidade acontece por meio de algumas das rodovias federais, dentre as quais estão a BR-050 e a BR-040 que ligam o Distrito Federal-DF à Santos-SP e ao Rio de Janeiro-RJ, respectivamente, percorrendo obrigatoriamente pelos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo; a BR-464 e que interliga o Triângulo Mineiro à Serra da Canastra, passando por Uberaba-MG; a BR-153, caso a origem seja Goiânia-GO, por exemplo; a BR-

²⁴ A mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é uma das 12 mesorregiões que conformam o estado de Minas Gerais. Conta com um total de 66 cidades, sendo a maior delas Uberlândia com uma população estimada em 662 362 habitantes segundo o IBGE, 2015.

364, partindo de Cuiabá-MT e a BR-452, saindo de Uberlândia-MG. Algumas das rodovias estaduais que dão acesso à cidade são a SP-334 (Cândido Portinari), partindo de Ribeirão Preto-SP e a MG-190.

As cidades lindeiras à Sacramento são: Perdizes à norte; Araxá e Tapira à nordeste; São Roque de Minas e Delfinópolis; Ibiraci à sul; Pedregulho e Rifaina à sudoeste; Conquista e Uberaba à oeste e Nova Ponte e Santa Juliana à Noroeste.

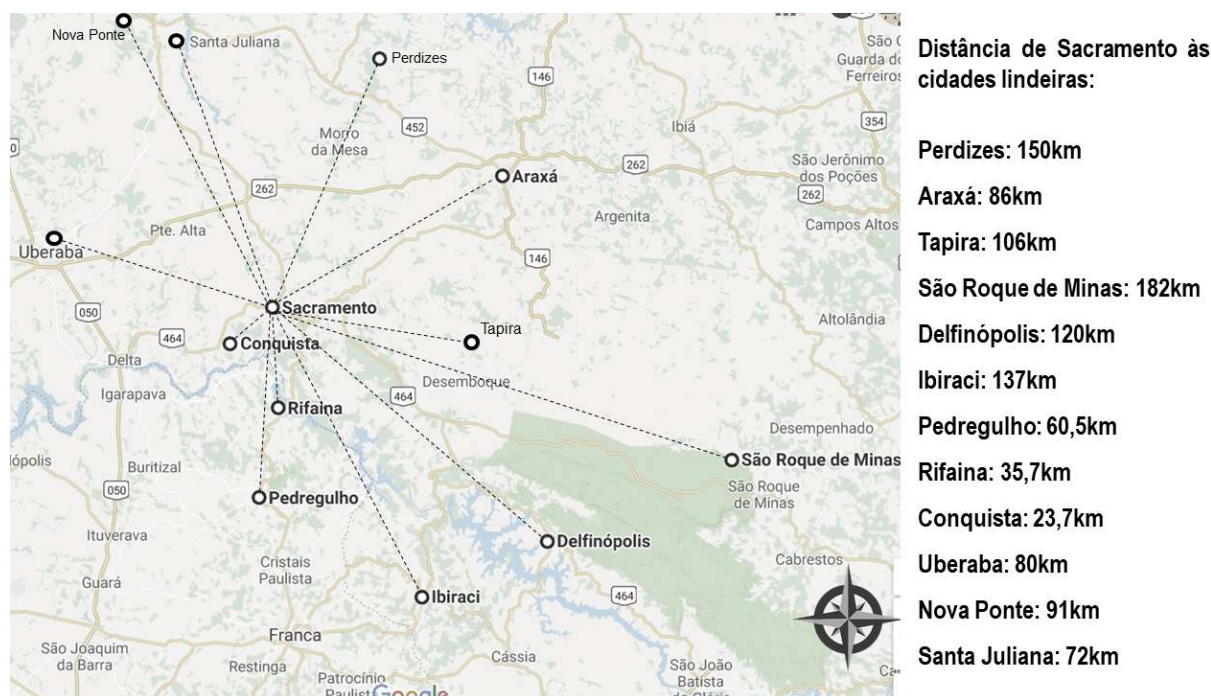


Figura 4 Distância de Sacramento às cidades limítrofes. Fonte: Google Maps, 2017. Dados inseridos: autora, 2018.

Ainda que sua localização privilegie uma relação intermunicipal, a leitura territorial de Sacramento permite observar que o núcleo urbano é isolado em seu próprio limite municipal. O grande cinturão verde existente ao redor do núcleo urbano, correlata a cidade às características rurais, concentrado a visão do visitante ao contato com a natureza e com paisagens a se perder de vista, impedindo que o mesmo tenha a noção de que já se encontra em terras sacramentanas.

A Figura 5 apresenta a relação estabelecida entre o limite urbano de Sacramento de seus os limites municipais, onde é possível observar que a área urbana ocupada corresponde apenas 0,14% da área total do município.

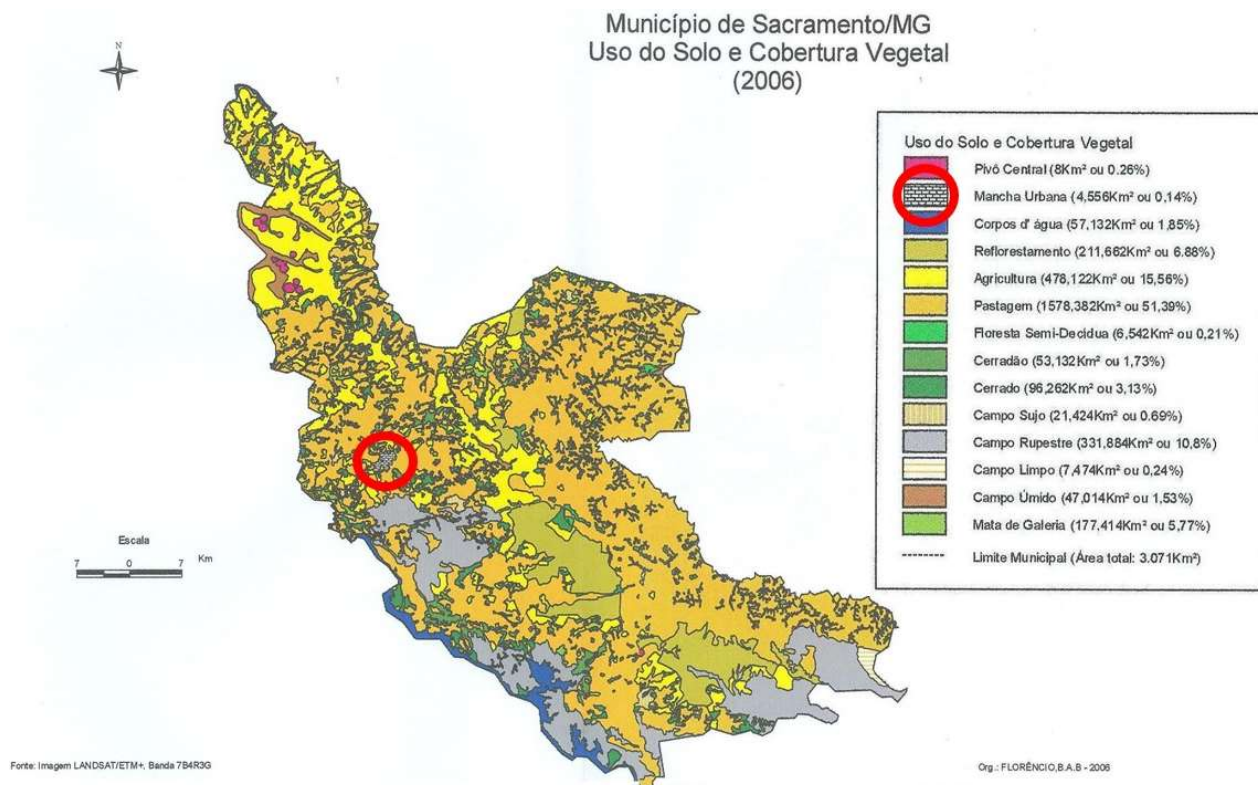


Figura 5 Relação estabelecida entre o limite urbano do município de Sacramento e o limite do município. Fonte: Legislação de Sacramento, 2006. Destaque da autora, 2018.

A importância da leitura em questão, é a de conhecer o território ao qual a administração pública direciona sua gestão e também permite uma análise que servirá para a identificação do valor dos bens culturais na cidade, que se encontram tanto no atual centro urbano como também na área rural, no distrito conhecido como Desemboque.

Localizado a aproximadamente 65 km do centro de Sacramento e ainda dentro do perímetro do município, o hoje distrito do Desemboque foi o sítio de origem do município. Segundo CERCHI (1991), o Desemboque foi um centro irradiador e confrontante com a Província de São Paulo pelo Rio Grande e era ponto de viajantes em demanda ao interior uma vez que todo o intercâmbio entre a Coroa (Rio de Janeiro) e São Paulo com as Províncias de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás tinha como passagem, dentre outros pontos no Rio Grande, o Porto do Desemboque²⁵, entrada do sertão.

²⁵ "Este local está a alguns quilômetros acima de Rifaina-SP e hoje descaracterizado pelo reservatório de água da usina hidrelétrica de Jaguará." (CERCHI, 1991, p.22)

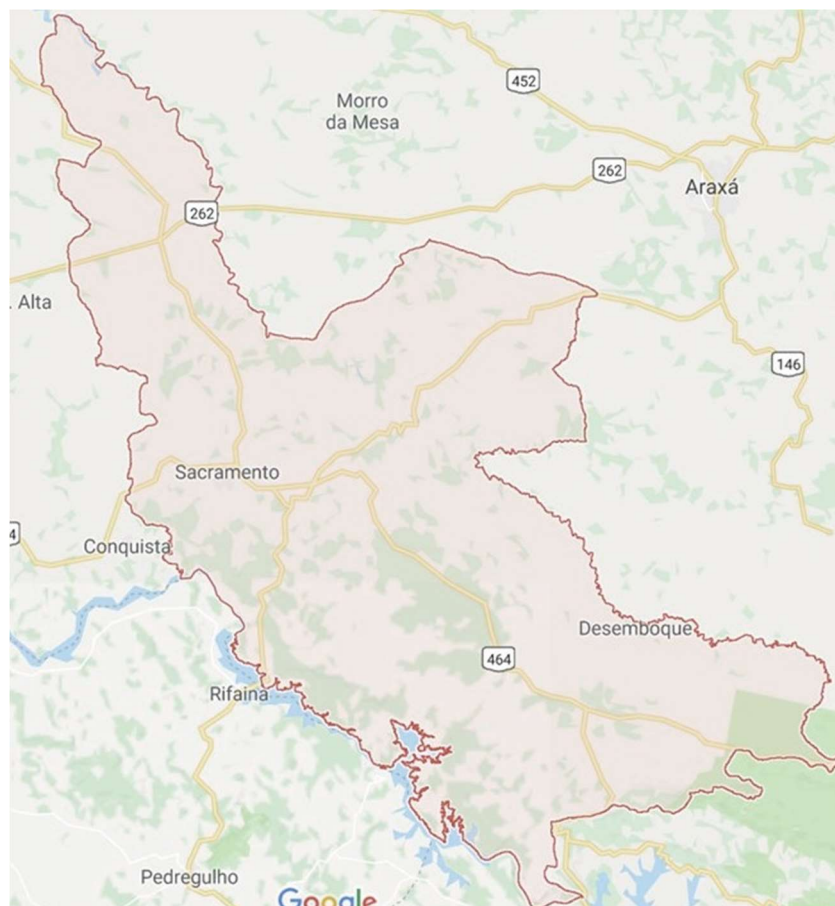


Figura 6 Localização do Distrito de Desemboque no município de Sacramento-MG. Fonte: Google Mapas, 2017.

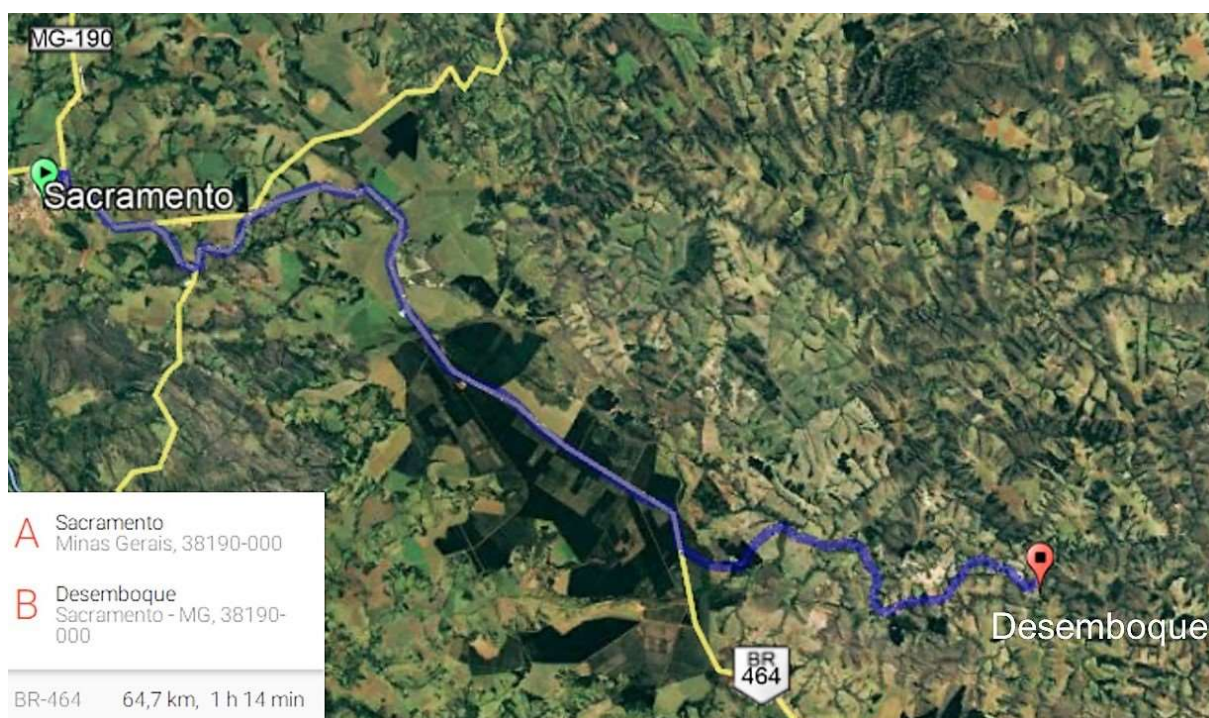


Figura 7 Distância entre o centro urbano de Sacramento e o hoje distrito de Desemboque. Fonte: Google Earth, 2018.

A história do Desemboque inicia-se em meados do século XVIII, com as expedições bandeiristas rumo ao interior do país, em busca de terras férteis e também de pedras preciosas. Por ser uma região muito árida, isolada e com poucos recursos, o arraial²⁶ servia de ponto de apoio àqueles viajantes.

O Desemboque teve grande importância desde o século XVIII, não só pelo ouro extraído de suas catas, mas principalmente por ser entreposto, isto é, localidade onde os viajantes em demanda ao sertão goiano, paravam para descanso e reabastecimento de alimentos. Numa dessas viagens, alguns aventureiros, para não sobrecarregar os animais, esconderam à margem de um ribeirão alguns sacos de farinha para se alimentarem no regresso. Quando voltaram, encontraram tudo apodrecido por causa de uma enchente que, vazando do ribeirão, atingiu a mercadoria. Colocaram nome no ribeirão de “Farinha Podre”, toponímico que se estendeu a toda região do Sertão do Novo Sul que passou a ser o “Sertão da Farinha Podre”. (JACÓB, 2003, p. 40-41)

Como a maioria dos povoados brasileiros erguidos por bandeirantes ou portugueses, o arraial do Desemboque atrelou à sua origem a elevação de uma igreja católica. Segundo DOLABELA (2013), a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro foi construída entre 1761 e 1762, sendo o Julgado do Desemboque criado em 04 de abril de 1816, quando a região é anexada a Minas Gerais, separando-se do estado de Goiás; e no ano de 1820 a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, recebe provisão eclesiástica para erguer a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. As duas igrejas são, no município, os únicos bens patrimoniais tombados e protegidos pelo IEPHA.



Figura 8 Igreja Matriz Nossa Senhora do Desterro no Distrito de Desemboque. Fonte: Virgínia Dolabela, 2009.

²⁶ O arraial do Rio das Velhas, sede do Julgado das Cabeceiras do Rio das Velhas, da Capitania de Goiás, foi fundado em 3 de janeiro de 1752, por Pedro Franco Quaresma e dado posse da região para a dita capitania pelo oficial coronel José Velho Barreto, a mando “*Ilmo. Exmo. Snr. D. Marcos, Governador e Capitão-General da Capitania de Goiás*”. A capitania de Goiás foi criada em 1748 e o então governador para conhecimento e posse de toda a área da capitania toma diversas providências, como levantamentos geográficos, arraiais existentes, população, etc. São diversos documentos que retratam os fatos e a cartografia oficial de Goiás dos anos de 1750 e 1751, mostram claramente que não existia nenhuma povoação na região das cabeceiras do Rio das Velhas, mas somente na antiga estrada para Goiás, passando pelo Porto da Espinha (ou do Anhanguera). (DOLABELA, 2013)



Figura 9 Igreja Nossa Senhora do Rosário no Distrito de Desemboque. Fonte: Virgínia Dolabela, 2009.

Ao acompanhar o bandeirante Major Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira por expedições à oeste do Desemboque por volta do ano de 1812, o vigário Cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Brunswik ergueu, junto a garimpeiros que trabalhavam no ribeirão Borá, um Cruzeiro²⁷ no lado esquerdo do ribeirão e rezou a primeira missa no lugar. (JACÓB, 2003).

O cônego Hermógenes passa então a deixar, periodicamente, sua paróquia no arraial do Desemboque e a percorrer um trajeto de aproximadamente 100 km entre fazendas e garimpos daquela região. Segundo JACÓB (2003) nessas idas e vindas ele ministrava os sacramentos e celebrava missa para os garimpeiros das margens do ribeirão das Abelhas Borá, onde havia instituído o Cruzeiro.

²⁷ Tradição da Igreja Católica Apostólica Romana, que institui o lugar posto como santo e onde celebra-se, geralmente, a primeira missa antes de construir uma igreja.

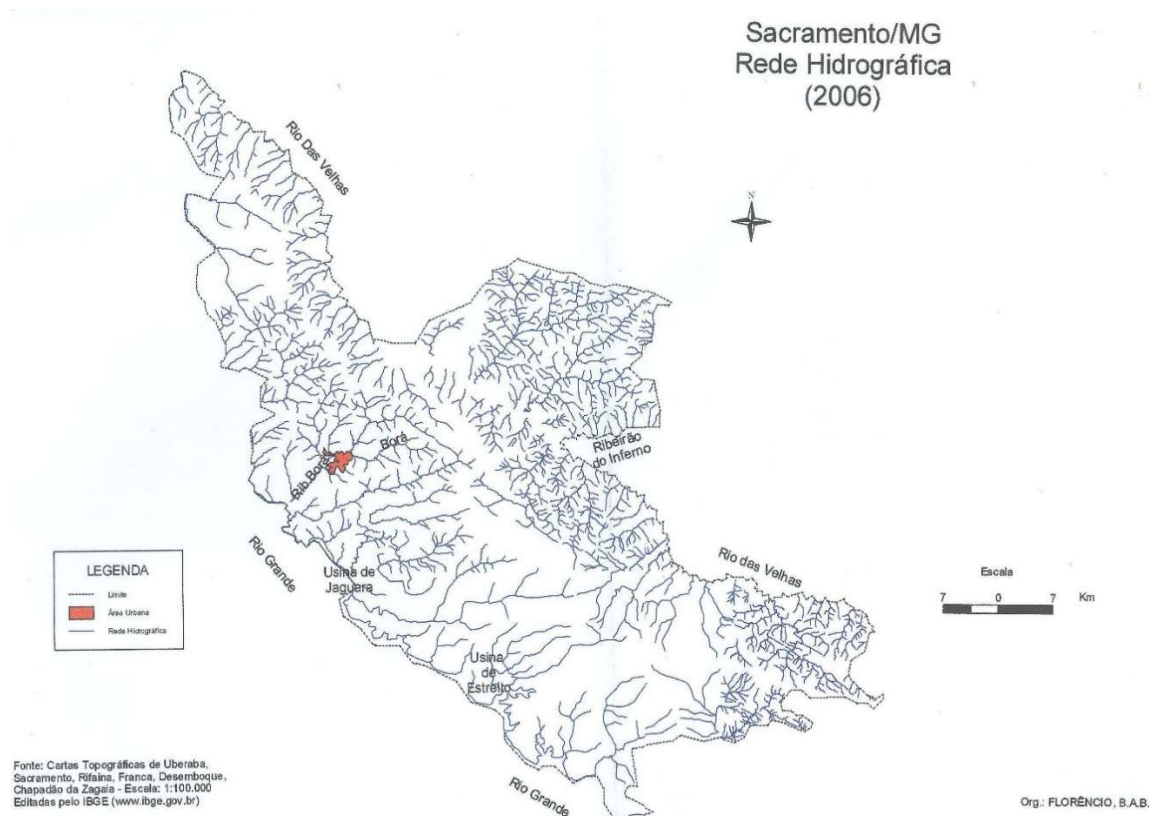


Figura 10 Rede hidrográfica da cidade de Sacramento-MG, importante no processo de formação do Desemboque e da consolidação da cidade de Sacramento, 2006. Fonte: Legislação de Sacramento-MG.

Aquelas terras eram conhecidas como “terras de Maria ausente” que foram a leilão, por se tratar de uma propriedade cuja herdeira, Maria, desapareceu após o falecimento de sua mãe e que, posteriormente, foram a leilão a pedido da família.

O cônego pede então a seu pai, o Capitão Manoel Ferreira de Araújo e Souza, um homem de muitas posses, que lhe adquirisse a propriedade para que pudesse erguer ali o que mais tarde chamou de “pasto espiritual”. Sua intenção era aproximar a igreja daqueles homens e mulheres que ali viviam e, de acordo com fontes primárias organizadas por JABÓB (2003), o cônego não homenagearia apenas um santo padroeiro, como era de costume da Igreja Católica, mas homenagearia aos sagrados sacramentos de Deus.

[...]. Explicou ao prelado a situação da população do Sertão, cada dia mais distante da sede paroquial, encontrando ali famílias que participavam da missa uma única vez ao ano, isto quando havia desobrigas. Explicou a dificuldade de locomoção nas terras bravias e a sua imensa preocupação com o abandono espiritual daquela gente. Disse ao prelado que, para manter a fé genuína no sertão, pretendia erguer às margens do Ribeirão das Abelhas Borá um oratório diferente de todos os demais que se viam pelas estradas do sertão. Esse oratório não seria dedicado a santos padroeiros, como as igrejas do Desemboque ou Uberaba, mas o próprio Deus na essência da fé: o Santíssimo Sacramento. (JACÓB, 2003, p.42)

O Arraial do Santíssimo Sacramento, como ficou conhecido, viu inaugurar a Capela do Santíssimo Sacramento sob o Patrocínio de Maria, em 24 de agosto de 1820, hoje Basílica Nossa Senhora do Patrocínio do Santíssimo Sacramento²⁸. De acordo com JACÓB (2013), no dia 6 de novembro de 1871 foi instalada a Vila do Santíssimo Sacramento e é no ano de 1871 que a vila se tornou cidade, sendo denominada de Cidade do Santíssimo Sacramento, nome que permaneceu até a reforma federativa de 1911, quando passa a se chamar somente Sacramento.



Figura 11 Basílica de Nossa Senhora do Patrocínio do Santíssimo Sacramento em Sacramento-MG. Fonte: Vinícius A. Queiroz.

Outro momento importante na história de Sacramento foi a implantação das ferrovias e estações construídas pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro²⁹ em seu território e posteriormente a construção de bondes elétricos, pela empresa alemã Bromberg & Company³⁰.

²⁸ A Igreja do Santíssimo Sacramento se tornou Basílica no ano de 2014.

²⁹ A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro foi fundada no início da década de 1870, que, pela Lei Provincial n.º 14, obteve concessão para construir o trecho Campinas-Mogim-Mirim, rama de Amparo e prolongamento até as margens do Rio Grande. A construção dos primeiros trechos teve início em 2 de dezembro de 1872, antes mesmo da assinatura do contrato com o Governo Imperial a 19 de junho de 1873. Em 1875 já estava em Mogim-Mirim; dois anos depois em Casa Branca e, depois, São Simão. Em 23 de novembro de 1883, os trilhos da Mogiana atingiram Ribeirão Preto, a primeira composição recebida com natural entusiasmo. Avançando rumo ao primitivo Porto do Desemboque (Rifaina), a Mogiana chegou a Batatais em 1886 e, no ano seguinte, a Franca. Em 1888, há mais de um século, transpôs o Rio Grande, inaugurando a ESTAÇÃO DE JAGUARA, em 05 de março de 1888. (SOUSA, 1985 apud. CERCHI, 1991)

³⁰ A Bromberg, Staudt & Co. é uma empresa que surge quando o fundador, Martin Bromberg, assume a firma de negociação técnica “Holzweiss & Company”, fundada em 1845 em Porto Alegre, Brasil, e renomeia como

Segundo DOLABELA (2013), foi a partir do plantio de café e da abertura do trânsito através da Ponte de Jaguará³¹, construída em 1861 sobre o Rio Grande e que ligava a cidade à então Província de São Paulo, é que o progresso começa a chegar na região de Sacramento. Ao adentrar o estado mineiro, a Companhia inaugura sua primeira estação em Minas Gerais, a Estação Jaguará, na cidade de Sacramento, em 05 de maio de 1888. Também na cidade, mas em 23 de abril de 1889, é inaugurada outra estação, a Estação de Sacramento, ou do Cipó³², e através das estações, a Companhia era capaz de realizar os mais variados transportes de mercadorias.



Figura 12 Estação Férrea Jaguará na cidade de Sacramento-MG. Fonte: Virgínia Dolabela, 2009.



“Bromberg & Company”. Seus negócios envolviam a participação em comércios variados, fábricas de tijolos, ferros e ferrovias. Disponível em: <http://bromberg-staudt.com/>. Acesso em 31/05/2018.

³¹ “Segundo o historiador Hildebrando Pontes, o topônimo Jaguará de “Jaú” (peixe de couro do Rio Grande) e “Quara” (exposto ao sol, quara roupa), nome dado pelos índios Caiapós ao ribeirão de mesmo nome que deságua no Rio Grande pela margem direita (Minas). Na época das cheias, os peixes, procurando esta vertente, mostravam o lombo fora d’água. A este fenômeno os indígenas exclamavam “JAU QUARA” que significa: o peixe Jaú ao sol.” (CERCHI, 1991, p. 23)

³² Conhecida pelo nome de Estação do Cipó, por localizar-se na Serra do Cipó, às margens do Rio Grande. (CERCHI, 1991, p. 41)

Figura 13 Estação do Cipó na cidade de Sacramento-MG. Fonte: Virgínia Dolabela, 2009.

A inauguração dos bondes elétricos, que aconteceu em 15 de novembro de 1913, apenas vinte e um anos depois da inauguração do meio de transporte na cidade do Rio de Janeiro, fato que ocorreu em 8 de outubro de 1892. O projeto e o começo da implantação dos bondes de Sacramento remontam ao ano de 1907, sete anos apenas separavam a inauguração dos bondes elétricos em São Paulo CERCHI (1991).

Em um período onde somente grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro tinham acesso a uma tecnologia que permitia a construção de tal meio de transporte – investimento que nem mesmo outras cidades do Triângulo Mineiro, como Uberlândia e Uberaba, chegaram a ter – Sacramento se destaca por conseguir projetar, construir e utilizar os bondes elétricos.

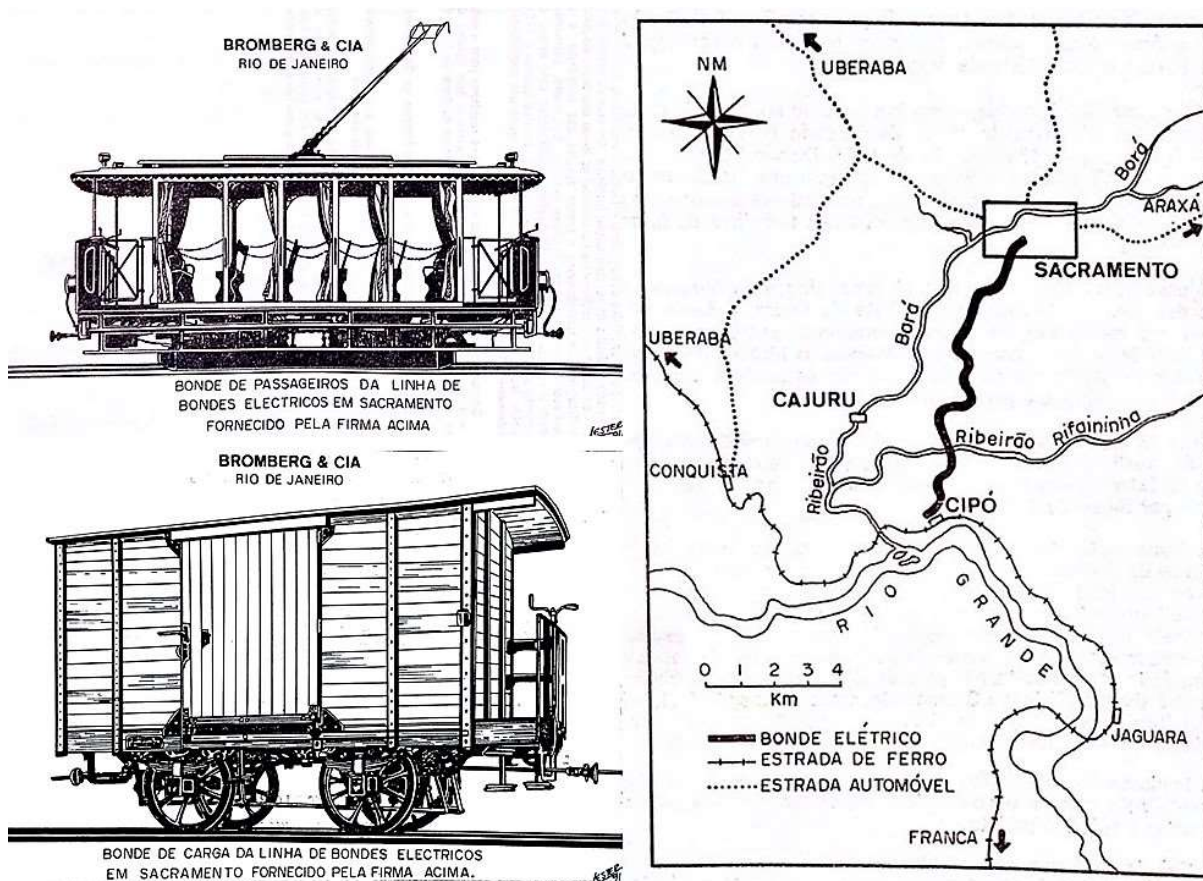


Figura 14 Bondes elétricos e mapa de identificação da linha dos bondes elétricos entre Sacramento e a Estação do Cipó. Fonte: Os Bondes de Sacramento, Carlos Alberto Cerchi, 1991.

De acordo com o DOLABELA (2013), os bondes foram construídos pela empresa alemã Bromberg & Company e chegaram à cidade com o intuito de transpor as dificuldades topográficas da região e também o de ligar Sacramento à Estação do Cipó, que ficava às margens do Rio Grande, possibilitando assim o transporte de passageiros e mercadorias.

Sacramento conseguiu instalar bondes elétricos num período muito curto de paz no mundo que permitiu a importação de material e tecnologia alemã. O funcionamento regular dos bondes só começou no ano de 1914, coincidentemente com o começo do primeiro conflito armado mundial. (CERCHI, 1991, p. 15)

Assim como aponta CERCHI (1991), a instalação dos bondes elétricos em Sacramento foi uma consequência do trajeto da ferrovia (Mogiana) pelo Vale do Rio Grande. As instalações marcaram também decisivamente o desenvolvimento econômico do município, em decorrência da chegada da luz elétrica e, assim, do desenvolvimento de outros meios de produção que antes estavam voltados à atividade agropecuária.

Na margem direita (Minas) do Rio Grande encontram-se as ramificações da Serra da Canastra, que recebe neste lugar o nome de Serra do Cipó. A dificuldade em atingir a estação ferroviária de Sacramento, atrás da Serra do Cipó, fora do perímetro urbano, obrigou também a criação de um meio de transporte que facilitasse a ligação da cidade com a sua estação mais próxima do ramal Ribeirão Preto – Araguari. (CERCHI, 1991, p.16)

Toda a energia elétrica necessária para a efetivação dos bondes e para as cidades de Sacramento e Conquista, era produzida pela Usina Cajuru, instalada a 5km da cidade, no ribeirão Borá, no local onde forma-se a cachoeira Cajuru.

Projetada por engenheiros alemães vinculados à Bromberg & Company, levou aproximadamente dois anos para ser construída e em 1913 já se encontrava em pleno funcionamento, gerando energia para as cidades anteriormente mencionadas.

De arquitetura sóbria e elegante, a Usina Cajuru chama a atenção pelas linhas simples e sólidas, num local despovoado e de difícil acesso. Porém, não deixa de ser um testemunho dos últimos empreendimentos alemães no nosso País, concluído às vésperas da Primeira Guerra Mundial e que definiria um novo comportamento na tecnologia estrangeira no Brasil com a conquista definitiva do mercado brasileiro pela Inglaterra, cedido aos Estados Unidos somente depois da guerra de 1945. (CERCHI, 1991, p. 60)

Próxima à Usina Cajuru, encontra-se a Gruta dos Palhares, uma caverna com aproximadamente 22 metros de altura, descoberta em meados do século XIX e de grande força na paisagem natural da cidade.

Além dos fatos destacados e da evidente importância do catolicismo para a população local, presente na essência da fundação da cidade, Sacramento também é uma cidade conhecida por importantes figuras para a prática do espiritismo na região e que, inclusive, recebe inúmeros peregrinos praticantes da doutrina religiosa. Terra de Eurípedes Barsanulfo³³, jornalista, educador, político e médium de reconhecimento nacional, foi fundador do Centro Espírita Bondade e Caridade e também do primeiro colégio espírita do país, o Colégio Allan Kardec localizado na cidade, que chegou a atender cerca de duzentos alunos.

³³ Eurípedes Barsanulfo nasceu em Sacramento no ano de 1880 e ali faleceu no ano de 1918. Médium, a quem se atribuía curas e que por isso procurado por pessoas, de todas as regiões do país. Seu trabalho, na educação é reconhecido e o primeiro Colégio Espírita do Brasil, talvez do mundo, funciona até hoje, como exemplo de educação diferenciada. (ABIB, 2011, p.119)

Inaugurado no ano de 1907 o local é um ponto histórico para a prática da Doutrina e Pedagogia espírita no país³⁴ cuja gestão organiza anualmente, no dia 1º de maio, festividades em comemoração ao nascimento de Eurípedes.



Figura 15 Colégio Allan Kardec Sacramento-MG, 2014. Fonte: <https://revolteio.com/2015/12/01/araxa-e-sacramentomg-novembro-de-2014/>.

Além de Eurípedes, outra cidadã ilustre da cidade é Carolina Maria de Jesus, nascida na zona rural de Sacramento no ano de 1907 e filha de ex-escravizados, Carolina ganhou destaque nacional como escritora ao ter seu diário publicado sob o título de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, em 1960, e ao ser considerada a primeira autora negra do país. Morreu em 1977 na cidade de São Paulo, cidade para qual se mudou no ano de 1937 após a morte de sua mãe e a ela é dedicada um portal bibliográfico³⁵, com vínculo ao Arquivo Público de Sacramento, e que busca reunir histórias, informações e também homenagear a escritora.

A busca por aquilo que é referência cultural na cidade salientou que o Desemboque, a Basílica do Santíssimo Sacramento, a Estação Férrea de Jaguará, a Estação do Cipó, a Usina Cajuru e o Colégio Allan Kardec, têm grande força na memória da população local e na história de Sacramento. São locais dos quais a importância vem sendo passada de geração a geração e que remontam facilmente, no imaginário popular, o enredo na construção da cidade. Para além de suas qualidades formais, a importância desse patrimônio cultural é considerada também pelo contexto histórico no qual foram concebidos.

³⁴ Mais detalhes disponível em: <http://turismosacramento.wixsite.com/turismosacramento/religioso>. Acesso: junho/2018.

³⁵ Projeto contemplado pelo Edital Prêmio Funarte de Arte Negra, categoria Memória, em 2013. Disponível em <https://www.vidaporescrito.com/>. Acesso em: 05/06/2018.

Assim, compreende-se que a consciência cultural da cidade existe e é construída a partir de exemplares de uma narrativa que reconta saudosismos passados, sem relação com a construção da cidade moderna.

A premência em compreender como os valores históricos e culturais são resgatados dentro de uma cidade como Sacramento, permite analisar os critérios das ações da administração perante a conservação e a preservação de seu patrimônio cultural. Como cabe à administração local, pelo menos em teoria, o papel de proteger os interesses gerais da população, cabe a ele a responsabilidade de instruir culturalmente a população a fim de que seja reconhecido o valor de todo o patrimônio cultural local, sem que haja predileções.

2.2. Políticas culturais locais: da teoria à preservação do patrimônio edificado.

Analizada a leitura urbana, suas relações e acessos, a história da cidade de Sacramento e de seus bens culturais, é preciso ainda compreender o papel desempenhado pela administração política municipal na gestão e no reconhecimento do patrimônio cultural local.

Uma pequena cidade, como Sacramento, resguarda seu patrimônio cultural da mesma maneira que as grandes cidades? A dificuldade em resguardar o patrimônio cultural surge a partir da necessidade interna da população ou vêm como reflexo de uma burocracia expressa em esfera superior?

À vista destas questões e na busca por conteúdo que apresentasse a história de Sacramento e, conseqüentemente de seu patrimônio cultural, foi possível encontrar materiais reunidos por memorialistas e letrados locais, que forneceram respaldo suficiente. Porém, notou-se que apesar serem materiais de qualidade, realizados com base em fontes primárias (jornais de época, fotografias, documentos civis, registros imobiliários e etc.), encontram-se em desordem e mal armazenados junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura de Sacramento.

Esta primeira observação expõe o tratamento ao qual os documentos históricos estão submetidos em uma gestão que, se analisada sob este aspecto, demonstra imprudência no trato desse material.

Contudo, é certo que não cabe apenas às publicações, às fotografias e inventários, ou seja, ao material físico a competência de preservar a memória e a relevância do patrimônio cultural para uma sociedade e, para isso, é que são criadas leis, estatutos e manuais, por exemplo – de iniciativas municipais, estaduais, federais ou internacionais – que visam salvaguardar a história, a memória e o próprio patrimônio.

Na esfera municipal o Plano Diretor é uma das primeiras ferramentas lembradas quando o assunto é a gestão de um município como um todo, bem como deve tratar da proteção do patrimônio edificado da cidade. De acordo com o Artigo 40 do Capítulo III da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, o plano diretor aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, e ainda segundo o Artigo 1º do Plano Diretor da cidade de Sacramento, criado em Lei nº 1.020, de 30 de novembro de 2006³⁶, ele é

[...] o instrumento básico e estratégico de implementação da política municipal de desenvolvimento urbano e ambiental do Município de Sacramento, integra o

³⁶ O Plano Diretor do Município de Sacramento – MG pode ser encontrado na íntegra através do link: [http://200.198.41.151:81/legislacao/Sacramento/LDR/SACRAMENTO%20LDR\(Enviado%20em%205-3-2007%2015.33.39\).doc](http://200.198.41.151:81/legislacao/Sacramento/LDR/SACRAMENTO%20LDR(Enviado%20em%205-3-2007%2015.33.39).doc)

processo de planejamento e gestão municipal, vincula as ações de todos os agentes públicos e privados e atende aos anseios da população no que se refere a normatizar as relações com o espaço. (Plano Diretor Municipal de Sacramento – MG, 2006.)

O Plano Diretor Municipal de Sacramento foi desenvolvido em equipe formada por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento da Universidade Federal de Uberlândia, entre eles arquitetos e urbanistas e geógrafos e também por membros da administração pública do município³⁷.

Os objetivos do plano visam organizar setores de interesses sociais, territoriais, ambientais, educacionais e culturais, a fim de assegurar que o município se desenvolva de maneira previamente planejada e, assim sendo, questões que tocam o patrimônio cultural devem previamente estar contidas nesses planos e diretrizes.

Já no Capítulo I o Plano cita a importância de proteger e valorizar o meio ambiente, a paisagem urbana e o patrimônio histórico, artístico e natural, utilizando-os adequadamente e ainda de proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos (LEI Nº1.020, 2006. Artigo 2º Item IX e Artigo 3º Item X).

O bem cultural ou o patrimônio cultural em si não é claramente discriminado sendo, portanto, sua definição passível da interpretação do agente público ou da sociedade civil. O mesmo acontece quando da questão do patrimônio cultural é pautada no Título II do Desenvolvimento Econômico no Capítulo III do Turismo Item IV do Artigo 20, juntamente com o item referente ao turismo.

o Município promoverá e incentivará o Turismo associado à conservação ambiental como fator de desenvolvimento estratégico econômico e social do Município de Sacramento, com as seguintes diretrizes:

- I – priorização do turismo natural, histórico, de lazer e religioso;
- II – articulação com os demais municípios para o fortalecimento do Circuito da Canastra e do Circuito dos Lagos;
- III – preservação do patrimônio ambiental natural de Sacramento;
- IV – preservação do patrimônio histórico, cultural, arquitetônico e paisagístico, especialmente dos centros religiosos;
- V – apoio à produção artesanal local, às feiras, às exposições e às festas oficiais e tradicionais do Município. (LEI Nº1.020, 2006. Título II, Capítulo III)

³⁷ O plano deve atender premissas dispostas pelo Estatuto da Cidade, que torna o plano obrigatório em cidades:

- I – com mais de vinte mil habitantes;
- II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbana
- III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;
- IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.
- VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. (Art. 41. LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Estatuto da Cidade).

O Capítulo VIII, refere-se exclusivamente à cultura e ao patrimônio. Formulado em dois Artigos, o Capítulo apresenta procedimentos que visam a promoção de eventos culturais bem como a implantação e manutenção de equipamentos culturais e a elaboração de estratégias específicas para o setor cultural da cidade. Também prevê a criação de diretrizes especiais para o que denomina como a Macrozona do Distrito do Desemboque e a Macrozona de Palhares e Cipó.

Visa ainda implantar o *Memorial do Desemboque*, fato que ainda não se concretizou, bem como regulamentar a Zona de Proteção Histórica – ZPH que compreende edificações da Chácara Heigorina Cunha, na zona rural do município, e incentivar a preservação e a revitalização do núcleo urbano original da cidade, além de implantar políticas de educação patrimonial junto a professores e estudantes.

CAPÍTULO VIII – DA CULTURA E DO PATRIMÔNIO

Art. 31. O desenvolvimento cultural do Município e as políticas de preservação do patrimônio observarão as seguintes diretrizes:

- I – promoção e difusão da cultura em suas mais variadas expressões;
- II – preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental do município;
- III – implantação e manutenção de equipamentos culturais, preferencialmente em edificações relevantes sob aspecto histórico, artístico ou paisagístico;
- III – elaboração de planos municipais setoriais e específicos para as áreas de cultura e patrimônio.

Art. 32. O Município promoverá o desenvolvimento cultural da comunidade local, mediante as seguintes ações prioritárias:

- I – criar área de diretrizes especiais para a Macrozona do Distrito do Desemboque e da Macrozona de Palhares e Cipó;
- II – implantar o Memorial do Desemboque no Casarão existente;
- III – regulamentar a Zona de Proteção Histórica (ZPH), compreendendo as edificações existentes na Chácara Heigorina Cunha como patrimônio arquitetônico;
- IV – incentivar a preservação e revitalização do núcleo urbano original, delimitando a área de interesse histórico e inventariando o patrimônio existente, com a finalidade de resgatar a identidade e a história da cidade;
- V – implantar programas de educação patrimonial e ambiental a partir da formação e capacitação de professores e inserção como conteúdo transdisciplinar;
- VI – implantar projeto de identificação visual do patrimônio histórico, cultural e de informações turísticas;
- VII – prever a utilização de operação consorciada para implantação de equipamentos culturais, de turismo e de lazer no município;
- VIII – isentar de IPTU, os imóveis tombados pelo Município e conservados pelos proprietários. (LEI Nº1.020, 2006. Título II, Capítulo VIII)

Porém, ao executar o Plano Diretor na cidade, o mesmo deve estar em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Sacramento³⁸, que foi atualizada e apresentada à Câmara Municipal de Sacramento em 07 de dezembro de 2010.

Na referida lei, encontra-se mais especificamente do que se trata o patrimônio cultural local, bem como prevê a implementação de uma secretaria específica para sua gestão que

³⁸ A Lei Orgânica do Município de Sacramento – MG pode ser encontrado na íntegra através do link: <http://sacramento.cam.mg.gov.br/files/leiorganica.pdf>.

no momento encontra-se no caráter da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura de Sacramento – MG, cujo secretário é o professor Carlos Alberto Cerchi.

Segundo o Artigo 143 da Seção IV (2010) p.118, que trata da Cultura, é “considerado patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da comunidade³⁹”, entre os quais se incluem:

- I as formas de expressão;
 - II os modos de criar, fazer e viver;
 - III as criações tecnológicas, científicas e artísticas;
 - IV as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artísticas e culturais;
 - V os sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- § 1º O teatro de rua, a música, por suas múltiplas formas e instrumentos, a dança, a expressão corporal, o folclore, as artes plásticas, as cantigas de roda, entre outras, são consideradas manifestações culturais.
- § 2º Todas as áreas públicas - especialmente os parques, jardins e praças públicas - são abertas às manifestações culturais.
- § 3º O Município observará as datas comemorativas da cultura municipal, estatuídos no art. 12 e parágrafos. (Lei Orgânica do Município de Sacramento – MG. 2010. p. 118)

No Artigo 144 da mesma Seção, a Lei assegura que os bens culturais sejam reunidos, catalogados, preservados, restaurados, registrados por meios de expressão audiovisual e colocados à disposição do público para consulta.

Dada a importância da documentação de um patrimônio cultural é interessante a sugestão de que, no caso de Sacramento, seja seguida a tendência de arquivos mais modernos, que se utilizam da digitalização e de plataformas *online* como forma de armazenamento permanente. Ainda que o site da Secretaria mantenha atualizada as informações referentes à cultura na cidade, não há acesso a informações específicas, tais como às fichas de inventário, tendo sido essas obtidas por solicitação via *e-mail*.

No que tange às leis municipais, observa-se a necessidade de objetivos específicos a fim de esclarecer o que interpele os patrimônios culturais da cidade, papel que deve ser desempenhado por um Conselho Municipal de Patrimônio.

O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Sacramento foi criado na LEI Nº 1.145, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009⁴⁰, e define no Art. 1º que o patrimônio cultural da cidade é considerado “os bens de natureza material e imaterial, públicos ou particulares,

³⁹ Extraído da do Art. 126 da Constituição Federal de 05/10/1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp. Acesso em: 19/07/2018.

⁴⁰ LEI Nº 1.145, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 – Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Sacramento. Disponível em: <http://culturaeturismosacramento.blogspot.com/p/legislacao.html>. Acesso em: 19/06/2018.

tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da comunidade municipal”.

A Lei municipal que rege as atividades do Conselho, determina o que é patrimônio cultural para o município, a colaboração popular na tutela desse patrimônio como também que seus membros, escolhidos pelo prefeito, sejam representantes e da sociedade civil como advogados, educadores, comerciantes, religiosos, arquitetos, engenheiros e agentes comunitários.

Além de determinar as atividades exercidas pelo Conselho, aponta como atividades administrativas na preservação do patrimônio cultural municipal, a elaboração de inventários, de registros – nos livros de registros próprios, citados a seguir – e de dossiê de tombamentos.

Art. 10 - O registro dos bens culturais de natureza imaterial se dará:

I - no Livro de Registro dos Saberes, no caso dos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - no Livro de Registro das Celebrações, no caso dos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - no Livro de Registro das Formas de Expressão, no caso de manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - no Livro de Registro dos Lugares, no caso de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

Parágrafo único - Poderão ser criados outros livros de registro, por sugestão do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural do Município e que não se enquadrem nos livros definidos nos incisos do "caput" deste artigo. (Do Patrimônio Cultural do Município. LEI Nº 1.145, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.)

Juntamente com a presente Lei foi sancionada outra legislação que prevê a criação do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural da cidade de Sacramento, a LEI Nº 1.143, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009. O fundo, como o próprio nome diz, busca receber uma verba destinada para fomentar atividades relacionadas ao patrimônio cultural no município.

Art. 1º. Fica criado o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural da Cidade de Sacramento, de natureza contábil-financeira, sem personalidade jurídica própria e de duração indeterminada, vinculado à Superintendência Municipal do Desenvolvimento Econômico, Turístico e Cultural, com o objetivo de financiar as ações de preservação e conservação a serem realizadas no patrimônio cultural material e imaterial protegido.

Art. 2º. O Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural será gerido pela Superintendência Municipal do Desenvolvimento Econômico, Turístico e Cultural, que se sujeitará à supervisão e às normas gerais editadas pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Sacramento.

Portanto, consoante às leis municipais apresentadas, o município apresenta competência legislativa em identificar e proteger seus bens culturais. Todavia esse esforço pode divergir de acordo com o plano de governo de prefeito e de secretários, conforme a gestão política.

O que pôde ser observado é que tanto na gestão anterior, como na gestão atual, os secretários de cultura se preocuparam em documentar a história da cidade de forma clara, mas apesar de demonstrar interesse na preservação da história da cidade, as ações não são coordenadas e, por isso, ineficazes.

Teve-se acesso a um antigo blog⁴¹ da Secretaria da Cultura, desenvolvido pela arquiteta Virginia Dolabela – que atuou como Diretora de Cultura entre os anos de 2005/2007 e que após um período de afastamento retomou à frente da diretoria, na gestão compreendida entre os anos de 2009 e 2012 – que contém informações a respeito das atividades realizadas pela secretaria e sobre as legislações culturais desenvolvidas no período.

Por ser a arquiteta uma profissional não natural de Sacramento e por tampouco manter ali relações familiares foi questionado, em entrevista⁴², sobre como a ocorrência de possíveis dificuldades decorrentes das relações sociais e familiares – e pela proximidade entre ambas – interferem na preservação do patrimônio cultural na cidade. Para Dolabela a dificuldade em documentar e conservar o patrimônio cultural em Sacramento ocorre sim em parte pela proximidade social e familiar dos cidadãos sacramentanos, como também pela falta de iniciativa da gestão municipal e por conflitos recorrentes quando trata-se de um patrimônio cultural cuja propriedade é privada.

Quanto as suas perguntas relativas a ser uma cidade pequena, e tomada por famílias de sobrenome com familiares em cargos públicos, dificulta algum processo de preservação. Todas as dificuldades e entraves. Não precisam estar em cargos públicos, interferem diretamente, com uma visita ou telefonema ao gabinete do prefeito. Tive várias experiências que comprovam isso, seja na época que tentamos fazer o inventário, seja em decisões do Conselho. Quando recebemos a indicação do tombamento do Conjunto da Usina de Jaguará, não sei como, em dois dias já estava recebendo telefonemas seja da parte do proprietário ou do gabinete. Isso por que fomos iniciar os estudos pela capela. Assim como várias vezes escutei não se tomba imóvel particular, não mexe com isso, etc. (Virgínia Dolabela, 06/06/2018. Entrevista concedida à autora.)

A profissional acredita que durante seu período atuante na gestão cultural de Sacramento, havia muito desconhecimento e despreparo técnico na efetiva preservação do patrimônio cultural e também a falta de interesse em investir nesse setor.

Dentro do que vivenciei nos períodos que passei na administração municipal, acredito que as mudanças feitas na Legislação do ICMS Cultura (Lei Hobin Hood [sic]) ao longo dos anos, foi uma tentativa do Estado de corrigir as distorções do uso dos recursos e conseguir resultados mais concretos na preservação dos bens culturais. No caso de Sacramento, posso lhe dizer que a Gestão Municipal queria os recursos financeiros, mas não queria investir na gestão, preservação e conservação dos bens culturais. Durante muitos anos a prestação de contas dos recursos do ICMS demonstram a quase totalidade para o Carnaval e Festa de 1º de Maio, e algumas poucas ações como nas Festas da Congada e Folia de Reis

⁴¹ Informações gerais a respeito da cultura em Sacramento. Disponível em: <http://culturaeturismosacramento.blogspot.com/>. Acesso em: 19/06/2018.

⁴² Apêndice 6.5.

(subvenções aos grupos e escolas de sambas). (Virgínia Dolabela, 06/06/2018. Entrevista concedida à autora.)

Ainda segundo a arquiteta, já em 2007 estava prevista a criação, junto às atividades da Secretaria de Cultura e do Turismo, do Programa de Desenvolvimento Sustentável que possuía como base a preservação, a conservação e o uso dos bens culturais materiais e imateriais do município, mas que, por falta de visão e interesse, os gestores não deram seguimento ao programa.

Sacramento é uma cidade de história densa, de notória relevância na construção do território do Triângulo Mineiro e o ufanismo é notado em autores sacramentanos responsáveis pela publicação de livros como *As Terras de Maria Ausente*, de Amir Salomão Jacób, antigo secretário da cultura e *Os Bondes de Sacramento*, de autoria do atual secretário da cultura, o professor Carlos Alberto Cerchi. Tantos outros trabalhos como dissertações e teses, que recontam as histórias, a geografia e a religiosidade de Sacramento, estão disponíveis nos bancos de dados de universidades, principalmente da Universidade Federal de Uberlândia.

Em entrevista⁴³ concedida em visita à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura de Sacramento, o professor Carlos Alberto Cerchi, relatou como acontece a identificação, a documentação e a conservação do patrimônio cultural de Sacramento. Segundo ele, o Conselho Municipal de Patrimônio ficou desativado na gestão anterior e agora, em sua gestão, está trabalhando para atualizar as fichas de inventários de bens já catalogados e na identificação de alguns outros bens ainda não reconhecidos pelo município (mas não revela quais são), todos presentes no ANEXO 6.2., fornecido pela Secretaria.

Em relato esclarece que o patrimônio cultural identificado no município é apresentado, na maioria das vezes, por vereadores que por meio de projetos de lei, conseguem a aprovação na câmara e, por fim, o pedido de inventário ou tombamento é sancionado pelo prefeito. Ainda segundo o secretário, a maior motivação para inventariar esses bens nos dias atuais é o possível retorno fiscal garantido pela Lei do ICMS Cultural, projeto ao qual eles passaram a submeter as fichas dos bens da cidade no ano de 2017. Ao todo, como é possível observar em anexo, são dezoito bens tombados pelo município.

“Dentro do plano que fazem para o ICMS, vocês elegem alguns bens para fazer os inventários e enviar, certo? Quais são esses bens? Vocês têm essa relação?”

Tem, nós temos a relação sim de todos eles. Os que estão em estudo, os que já estão tombados né? E os que poderiam vir a ser tombados. Porque na ausência do Conselho Municipal de preservação, o tombamento era feito por lei municipal né, através da câmara. Então alguns desses bens foram tombados como a Estação do Cipó, a Estação de Jaguará né, as estações dos bondes, o museu é.... enfim. As igrejas do Desemboque, o casarão do Desemboque, aí a gente vai ter.... tem em torno de uma dúzia mais ou menos. Por lei municipal. Num passou por aquele

⁴³ Apêndice 6.4.

processo complexo de tombamento que tem não. [sic] (Carlos Alberto Cerchi. 26/03/2018. Entrevista concedida à autora.)

Com a atualização no ano de 2009, a Lei Nº 18.030 que define a distribuição da arrecadação do ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – do estado de Minas Gerais, passou a conter uma seção na qual dedica parte da arrecadação do ICMS ao turismo, na forma do ICMS Turístico (como tem sido chamado) e “corresponde a um incentivo que permite às administrações públicas municipais uma suplementação financeira para a realização de investimentos no setor turístico, nas localidades contempladas com o recurso.” (BORGES; EMMENDOERFER; MONTEIRO; SOARES, 2012)

No entanto, mesmo que a oportunidade concedida pela Lei possibilite a compreensão de novos valores culturais, o recorte da preservação do patrimônio cultural sacramentano não avança para além de bens erguidos entre a construção das igrejas do Desemboque e aqueles das primeiras décadas do século XX. Ou seja, a compreensão que prevalece nessas localidades, e muitas vezes também nas seleções dos órgãos estaduais e federais, é parte de um senso comum, que não abarca a concepção contemporânea dos patrimônios mais recentes.

À vista disso, considera-se como patrimônio cultural de Sacramento aqueles que fazem referência ao surgimento da cidade e a eles é acrescido o valor histórico, diferentemente do que ocorre com o patrimônio cultural provindo de manifestações mais recentes, como os da segunda metade do século XX, dado o caso da Vila dos Operadores de Jaguará.

Este dado coloca luz na dificuldade do reconhecimento do patrimônio cultural “mais recente”, como bens de valor histórico e cultural, tal qual ocorre regularmente com a exemplares da arquitetura e do urbanismo modernos na região. Agentes que teoricamente são dotados de esclarecimento histórico e cultural, ainda não compreendem esse patrimônio como um bem a ser protegido e nem mesmo os considera na lei de isenção fiscal. Embora não haja a garantia da aplicação dos recursos na conservação do patrimônio cultural, o inventário, o registro e o tombamento são ritos de consagração e reconhecimento de valor.

De acordo com o Cerchi, o abandono dos arquivos históricos e os bens culturais da cidade na gestão anterior, atrasou o desenvolvimento de atividades que privilegiem o setor. Mesmo que esta seja a realidade do município, esta justificativa é habitual no que diz respeito à cultura. A área nem sempre é privilegiada na destruição de investimentos dos governos e por ser o patrimônio parte dessa cultura, padece também de sub-financiamento e investimentos inadequados às necessidades dos projetos de conservação e educação patrimonial.

Durante a entrevista, foi proposta a integração entre a FAUeD - UFU com a Prefeitura Municipal de Sacramento e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura a partir de práticas acadêmicas no formato de projetos de extensão e de atividades municipais relacionadas à preservação do patrimônio cultural da cidade⁴⁴. Diferente do que se esperava, a ideia foi bem aceita pelo secretário que se colocou à disposição a ir até Uberlândia para apresentar ao grupo de pesquisadores, as necessidades culturais e de gestão dos bens que a cidade manifesta.

O secretário reconhece a relevância material do conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará e o seu papel turístico na cidade. Porém, até então, não a considerava como patrimônio cultural que também pode contar com o respaldo administrativo e financeiro por parte da administração pública.

Na ausência do esclarecimento local do caso da arquitetura e do urbanismo modernos presentes na figura da Vila dos Operadores de Jaguará em Sacramento, a maior contribuição prestada à sua identificação e documentação vem da pesquisa de “Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação”, que é desenvolvida há quase 10 anos, por professores pesquisadores, alunos de mestrado e alunos de iniciação científica do NUTHAU da FAUeD – UFU.

A pesquisa ali desenvolvida busca estabelecer uma base documental que possibilite a identificação e a preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico moderno nas cidades da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Um destes patrimônios identificado é a Vila dos Operadores de Jaguará e, além de documentar a trajetória da Vila, o contexto político e econômico brasileiro - que definiu a política energética vigente na época de sua criação - busca levantar referenciais teóricos em arquitetura e urbanismo e suas condições atuais, e também contribuir para diretrizes de restauro e de conservação em um novo uso, a fim de incentivar seu emprego voltado para o turismo e cultura na região.

Todos os documentos relativos a Vila dos Operadores de Jaguará que foram coletados pelo grupo de pesquisadores do Núcleo, encontram-se à disposição da população acadêmica, pública e civil⁴⁵. O material disponível é: plantas cedidas pelo arquivo da CEMIG; fotografias feitas *in loco* e coletadas nos arquivos da CEMIG; material de divulgação e informes cedido também pelo arquivo da CEMIG e pelos atuais proprietários do Parque Náutico de Jaguará.

No desenvolvimento desta pesquisa descobriu-se que um acervo particular de fotografias de antigo funcionário, que retratam o momento da construção da Vila e da Usina,

⁴⁴ O projeto desta proposta está sendo construído dentro do NUTHAU, do qual parte esta pesquisa, para ser desenvolvido a partir do segundo semestre de 2018.

⁴⁵ O Banco de Dados da pesquisa pode ser consultado em www.arqmoderna.faued.ufu.br/doc_moderno.

que havia sido doado ao Arquivo Público Municipal de Sacramento, encontrava-se desaparecido. Felizmente as fotografias foram localizadas intactas⁴⁶ em posse de um antigo funcionário do arquivo que justificou a retirada do material do meio público, por receio que o mesmo seja danificado ou mesmo perdido permanentemente.

Com base no resultado obtido no levantamento de referências, existe o esforço de alguns sacramentanos para que a história da cidade permaneça presente na vida da atual geração e da futura. Há o cuidado na escrita, na precisão das datas e dos fatos, entretanto falta ainda cautela no armazenamento físico desses arquivos. Infelizmente é comum que os arquivos públicos das cidades, onde geralmente ficam armazenados as fontes primárias não sejam equipadas com tecnologia de armazenamento digital.

Entretanto, preservar de fato é um conjunto de ações além da memória em um papel. É questionar o que de fato deve ser realizado para que o patrimônio em si não expie e padeça em intervenções inconsequentes e fazer valer o que em lei soa diligente.

A partir da experiência lograda no desenvolvimento desta pesquisa, ficou claro que além dos agentes locais, a experiência dos profissionais acadêmicos e de suas pesquisas, desenvolvidas nas universidades, têm grande valor de ajuda às questões como a da preservação cultural de localidades como a apresentada. É importante reconhecer que, no caso de Sacramento, a Universidade Federal de Uberlândia tem posição influenciadora na formação da população e que ao meio acadêmico cabem também iniciativas que corroborem com as políticas públicas locais.

Especificamente neste caso, é possível que haja trabalhos que contribuam tanto para a formação profissional de estudantes, como também na capacitação de agentes que lidam diariamente com dificuldades burocráticas e técnicas, em campos que não se restringem ao patrimônio cultural e alcança o planejamento urbano, a preservação ambiental, a habitação de interesse social, entre outros.

A contextualização histórica da Vila dos Operadores de Jaguará, apresentada a seguir, é um exemplo da contribuição que a universidade tem a oferecer, tendo em vista que sua expressão foi trazida para o grupo de pesquisa por uma aluna⁴⁷ de iniciação científica nascida em Sacramento e que fez parte da pesquisa maior desenvolvida pelo NUTHAU.

⁴⁶ Anexo 7.4.

⁴⁷ Raquel Beatriz Silva, arquiteta, antiga estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia e natural de Sacramento-MG.

2.3. Vila dos Operadores – O caso Jaguará.

O século XX marcou decisivamente o desenvolvimento econômico, cultural e social do Brasil. O país passou por um período de grandes avanços em projetos e investimentos com o propósito de se posicionar em setores até então de pouco incremento, a exemplo do setor energético. A fim de compreender o contexto no qual insere-se a Vila dos Operadores de Jaguará o recorte aqui analisado apresenta brevemente o período que se inicia a partir da década de 1930, percorre o período da Era Vargas (1930-1945) e concretiza-se com Juscelino Kubistchek (1956-1961).

A política instituída pelo governo de Getúlio Vargas, principalmente durante o período que ficou conhecido como o Estado Novo - compreendido entre os anos de 1937-1945 almejava reforçar o sentimento de identidade nacional, o que, segundo GUERRA (2008), consistia uma política de integração nacional, de deslocamento de fronteiras e, ao retomar em 1940 o lema bandeirista “Marcha para o Oeste”, também almejava acelerada expansão geopolítica pelo território nacional.

Não por acaso foram criadas então instituições encarregadas de fornecer dados confiáveis para a ação do governo, como o Conselho Nacional de Geografia, o Conselho Nacional de Cartografia, o Conselho Nacional de Estatística e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este de 1938. Essas agências ajudariam o Estado a formular e implementar suas políticas destinadas a vencer os “vazios” territoriais e a pouca interação da rede urbana. (OLIVEIRA, 2017 ⁴⁸)

Antes mesmo de iniciado tal movimento, em 1937, Vargas também foi responsável pela criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) que, conforme OLIVEIRA (2017), apontava para a importância das estradas como instrumento de comunicação entre as regiões e cidades, estrutura que Juscelino Kubistchek ampliaria tornando possível a estreita comunicação da então isolada Brasília com o restante do país.

Brasília aparece como quota principal e final do Plano de Metas⁴⁹ de Kubistchek; aparece como um exemplo concreto de avanço e progresso apresentando as expressões político-culturais do período, muito por meio da promoção da arquitetura e do urbanismo modernos, como elucidado na Parte 1 deste trabalho. A importância da construção da capital

⁴⁸ A conquista do Oeste. 2017. CPDOC | FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/ConquistaOeste> . Acesso em: 03/04/2018.

⁴⁹ Programa de governo de Juscelino Kubistchek, eleito presidente em 1956, onde se propôs se realizar 50 anos de progresso em 5 anos de realizações. O ideal foi embasado em 30 metas a serem alcançadas em múltiplos setores da economia. A última meta a ser inserida, a 31ª ou a meta-síntese, foi a transferência da capital do Brasil para a cidade que ele construiria, Brasília.

refletiu diretamente no desenvolvimento e no reconhecimento do Centro-Oeste como uma região com potencial a ser explorado.

A expansão industrial e tecnológica pelo território brasileiro, principalmente rumo ao Centro-Oeste, beneficiou o desenvolvimento do Triângulo Mineiro presente na rota rumo à Brasília. Em 1958 foi construída a Usina Hidrelétrica (UHE) Cachoeira Dourada, no rio Paranaíba (divisa de Minas Gerais e Goiás), e na bacia do rio Grande⁵⁰ onde, segundo Guerra (2008), foram construídas as Usinas Hidrelétricas de Furnas⁵¹, Estreito, Porto Colômbia e Marimbondo (na divisa entre Minas Gerais e São Paulo) e as Usinas da CEMIG – Igarapava (na divisa entre Minas e São Paulo), Volta Grande e Itutinga (Minas Gerais) e, Jaguará (na divisa entre Sacramento (MG) e Rifaina (SP)).

[...] com a efetivação da prioridade do seu Plano de Metas: a construção de Brasília em 1956. Esse período foi considerado marco do desenvolvimento nacional em decorrência do impulso econômico e das transformações que provocou no país [...]. As transformações políticas e econômicas que ocorreram no país, depois da 2ª Guerra Mundial, geraram um incremento de consumo de energia elétrica, acentuando a ausência de uma política de investimento em infra-estrutura energética. (GUERRA, 2008, p. 118)

⁵⁰ A Bacia Hidrográfica do Rio Grande (BHRG) está situada na Região Sudeste do Brasil. É uma bacia hidrográfica de expressiva área territorial, com mais de 143 mil Km² de área de drenagem. Com população de nove milhões de habitantes, a Bacia Hidrográfica do Rio Grande é formada por 393 municípios, dos quais 325 têm área totalmente incluída na BHRG, o que comprova sua grandeza como bacia hidrográfica que inclui dois importantes estados brasileiros: Minas Gerais, a norte, com 60,2% da área de drenagem da bacia, e São Paulo, ao sul, com 39,8% da área. (Fonte: <http://www.grande.cbh.gov.br/Bacia.aspx>. Acesso em: 22/05/2017)

⁵¹ Furnas Centrais Elétricas ou Eletrobrás Furnas, é uma empresa brasileira de economia mista subsidiária da Eletrobrás, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, atuando no segmento de geração e transmissão de energia em alta e extra alta tensão.

O caráter expansivo desses empreendimentos - localizados em regiões remotas, com redes urbanas e viárias incipientes-, passaram a exigir a construção de núcleos urbanos para oferecer moradia e outros serviços públicos necessários a uma boa qualidade de vida aos trabalhadores das empreiteiras e, posteriormente, às famílias dos operadores das usinas hidrelétricas. Exigiu uma estrutura que comportasse todo o contingente de funcionários que viriam operar essas usinas, de modo que pudessem estabelecer vínculos sociais independente da proximidade com o centro urbano. Nesse cenário surgem as “vilas dos operadores” que formam pequenos núcleos urbanos pensados para suprir necessidades básicas para a vida dos operadores – habitação, trabalho, educação, comércio, saúde e lazer.

Tais núcleos urbanos são aqui denominados de “vilas dos operadores” a fim de especificar seu caráter industrial e seu vínculo operacional com as hidrelétricas. Essa nomenclatura foi usada pela própria empresa e deve indicar também que não se trata de uma conformação urbana que possa ser comparada à de uma cidade, principalmente por se tratar de um núcleo urbano privado e de menor complexidade em suas relações sociais, econômicas e políticas. Uma vila, no sentido aqui apresentado, deve cumprir aos critérios e normas estabelecidos por àqueles a quem pertencem e, no caso da Vila dos Operadores de Jaguará, se trata da CEMIG.

Por sua vez, a história da Vila dos Operadores de Jaguará tem sua gênese atrelada à da Usina Hidrelétrica (UHE) de Jaguará, localizada na bacia do rio Grande a jusante da UHE de Estreito⁵² e a montante da UHE de Igarapava⁵³. Está na divisa dos estados de São Paulo e Minas Gerais, próxima da antiga Estação Jaguará, mencionada anteriormente e dista aproximadamente 20km do centro de Sacramento. A casa de força da usina encontra-se a 5km, na cidade de Rifaina-SP e o restante de sua estrutura na zona rural da, já apresentada, cidade de Sacramento-MG.

⁵² Usina Luiz Carlos Barreto de Carvalho - conhecida como Usina de Estreito-, localizada na bacia do rio Grande, na divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, com base na cidade de Pedregulho-SP. Pertence à empresa federal Furnas Centrais Elétricas.

⁵³ A Usina Hidrelétrica de Igarapava foi construída pela CEMIG em parceria com empresas privadas e começou a ser construída apenas no ano de 1991.

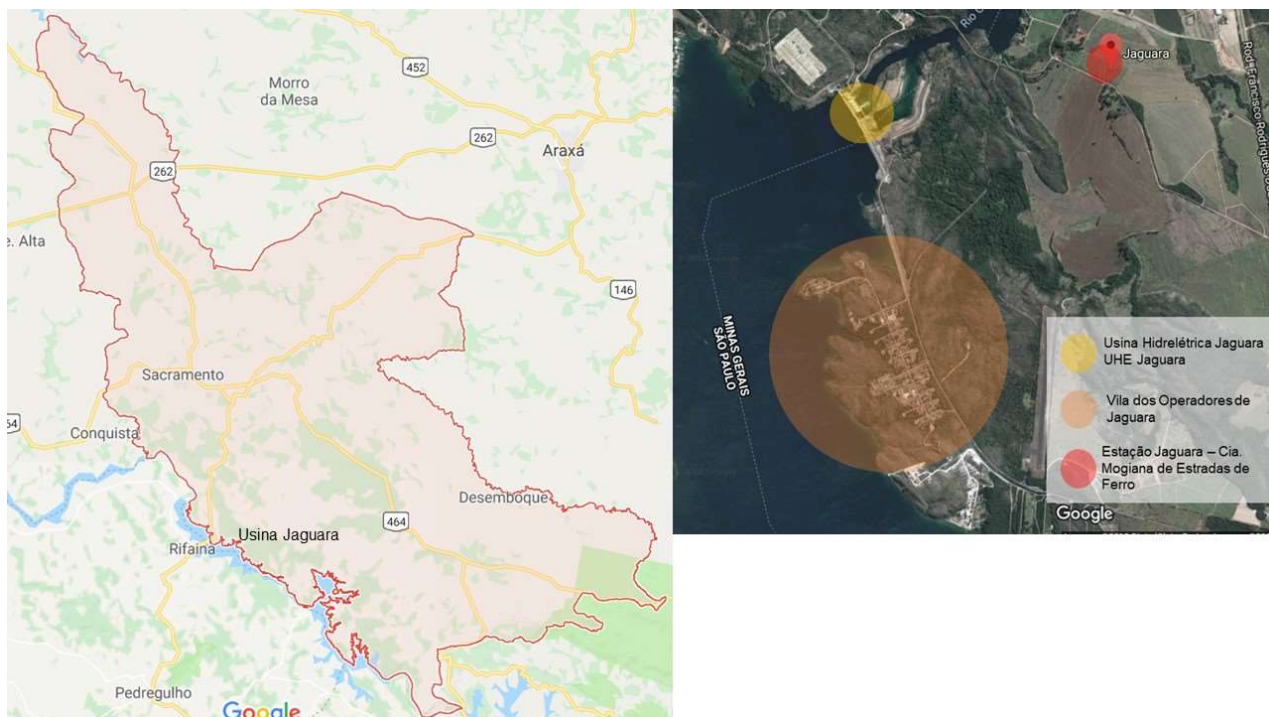


Figura 17 Relação da disposição da cidade de Sacramento com a implantação da Usina Jaguará, do distrito de Desemboque e da Estação Jaguará. Fonte: Google Mapas e Google Earth, 2017. Dados inseridos: a autora, 2017.

A UHE Jaguará começou a ser construída no ano de 1966 e a Vila dos Operadores de Jaguará teve sua construção entre os anos de 1966-1971. A instalação da usina na bacia do rio Grande aproveitou-se de um grande potencial hidrelétrico da região, sendo a Jaguará a sétima usina na cascata de aproveitamentos hidrelétricos implantados pela Companhia.

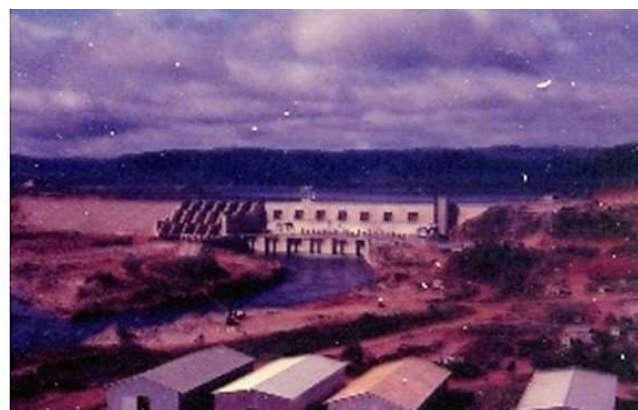


Figura 18 Usina Jaguará logo após a inauguração. Final da década de 1960. Fonte: Setor de Memória CEMIG-Belo Horizonte, 2016.

A concessão para a construção da usina foi concedida, em 1959, à Companhia Geral de Minas Gerais – uma empresa de mineração paulista “proprietária de reservas de zircônio e bauxita na região sul de Minas Gerais. O aproveitamento destinava-se ao fornecimento de energia para uma fábrica de alumínio que a mineradora pretendia instalar em Poços de Caldas” (Usinas da Cemig: 1952-2005. 2006, pág.86)

A Companhia Geral de Minas Gerais contratou então a empresa norte americana EBASCO Service Inc. para realizar estudos tecnológicos e orçamentais a fim de aproveitar sua experiência em serviços prestados às concessionárias de energia elétrica, controladas no país pela empresa à qual a EBASCO Service Inc. faz parte, a somente EBASCO – Electric Bond and Share Co. -, por intermédio da American and Foreign Power Co. (Amforp)⁵⁴. É importante deixar claro que muitas mineradoras, como a Companhia Geral de Minas Gerais, investiam em projetos de produção de energia elétrica com a finalidade de produzir energia para o seu próprio consumo, uma vez que no período essa produção não era abundante. Dessa forma o crescimento da eficiência geradora de energia foi seguido pelo crescimento análogo no setor de mineração.

No decorrer da década de 1950, a Cemig assegurou a expansão da oferta de energia para grandes empresas que instalaram ou ampliaram suas plantas industriais no estado. Em 1962, a companhia atendia 1.800 consumidores industriais que absorviam mais de 80% de sua produção de energia elétrica. Entre os principais consumidores industriais, figuravam a Mannesmann (tubos de aço), a Belgo Mineira (laminados de aço), a Alumínio de Minas Gerais – Aluminas (alumínio e ferroligas), a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas (chapas de aço), a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (ferroligas), a Usinas Queiroz Júnior (laminados de aço) e as companhias de cimento Barroso, Itaú e Cauê. (Usinas da Cemig: 1952-2005. 2006, pág.32)

A Companhia outorgou ao governo federal, em 1961, a permissão para a realização do projeto denominado Rifaina – Jaguará com potencial energético estimado em 532 MW e em 1962, após perder a concessão do aproveitamento de Estreito para Furnas, a CEMIG requisitou ao governo o direito de construir a Usina de Jaguará. A concessão foi concedida em 1963.

Apesar da mobilização da Cemig e das principais lideranças políticas estaduais, o governo federal não voltou atrás na questão de Estreito. Em compensação, a empresa mineira obteve a concessão de Jaguará em setembro de 1963 com a promulgação do decreto federal nº 52.416. O mesmo instrumento legal revogou a concessão outorgada à Companhia Geral de Minas. (Usinas da Cemig: 1952-2005. 2006, pág.87)

Para arcar com o investimento da construção da UHE de Jaguará e de todo sistema básico de transmissão de energia elétrica, foi necessário à CEMIG assinar, em 1966, um contrato de financiamento com o Banco Mundial no valor de 49 milhões de dólares. O valor, repassado em moeda nacional, serviria para a realização do empreendimento que contou

⁵⁴ “A Electric Bond & Share Co. (Ebasco) tem suas origens em 1892 com a criação da General Electric (GE), fruto da fusão da Edison General Electric e da Thomson-Houston. Em 1905, a GE criou a EBASCO com a finalidade de investir na produção e distribuição de energia elétrica. Operando inicialmente nos Estados Unidos, a Bond & Share passa a atuar na América Latina em 1917. Em 1925, devido a questões internas e por pressão do Comitê de Comércio dos Estados Unidos, a Bond & Share é desmembrada da General Electric. ” Disponível em: <http://memoriaviva.cpfl.com.br/nossa-hist%C3%B3ria/o-pioneirismo-dos-empresendedores-paulistas/d%C3%A9cada-de-20/verbetes-e-tabelas/electric-bond-share-american-foreign-power-company.aspx>. Acesso em: 18/04/2018.

também com recursos próprios da CEMIG como também com empréstimos da Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras⁵⁵.

Em julho do mesmo ano, tiveram início as obras para a construção da Usina, sob a responsabilidade da Construtora Mendes Júnior. A primeira etapa foi concluída em 1971 e em 26 de fevereiro ocorreu a cerimônia oficial de inauguração da usina, na qual estiveram presentes o então presidente do regime militar vigente na época, Emílio Garrastazu Médici; o ministro de Minas e Energia, Antônio Dias Leite; o governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro e os engenheiros João Camilo Penna e Mario Bhering, presidentes da CEMIG e Eletrobrás, respectivamente.

Localização Município: <i>Rifaina (MG)</i>	Cronologia Início de construção: <i>1966</i> Início de operação: <i>1971</i>	Barragem Tipo: <i>Terra/enrocamento</i> Comprimento (m): <i>325</i> Altura máxima (m): <i>40</i> Cota do coroamento: <i>561</i>
Bacia hidrográfica Rio: <i>Grande</i> Bacia: <i>rio Grande</i> Área de drenagem (km²): <i>62.700</i> Vazão média de longo tempo (m³/s): <i>1.042,65</i>	Casa de força Potência instalada (MW): <i>424</i> Nº de unidades geradoras: <i>4</i> Potência unitária (MW): <i>108</i> Energia assegurada (MWmédio): <i>336</i> Queda nominal (m): <i>45</i> Tipo de turbina: <i>Francis</i> Engolimento turbina (m³/s): <i>265,5</i>	Reservatório Área (km²): <i>34,6</i> Volume total máximo (hm³): <i>470</i> Volume útil máximo (hm³): <i>90</i> NA mínimo operativo: <i>555,5</i> NA máximo operativo: <i>558,5</i> Municípios atingidos: <i>Sacramento (MG); Pedregulho e Rifaina (MG)</i>
Vertedouro Tipo: <i>Superfície controlada</i> Capacidade máxima (m³/s): <i>14.100</i> Nº de comportas: <i>6 (CS)</i>		

Figura 19 Características técnicas do funcionamento da UHE Jaguará. Fonte: Livro Usinas da CEMIG, 2006.

Para dar suporte aos funcionários que construiriam a Vila, foi erguida uma vila de habitações temporária para abriga-los; assim que as obras terminaram, as habitações foram destruídas.

⁵⁵ "Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) foi proposta em 1954 pelo presidente Getúlio Vargas. O projeto enfrentou grande oposição e só foi aprovado após sete anos de tramitação no Congresso Nacional. Em 25 de abril de 1961, o presidente Jânio Quadros assinou a Lei 3.890-A, autorizando a União a constituir a Eletrobrás. A instalação da empresa ocorreu oficialmente no dia 11 de junho de 1962, em sessão solene do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), no Palácio Laranjeiras, no Rio de Janeiro, com a presença do presidente João Goulart." Disponível em: <http://eletrobras.com/pt/Paginas/Historia.aspx>. Acesso em 18/04/2018.



Figura 20 Habitações temporárias erguidas para os empreiteiros que trabalham na construção da UHE Jaguara. Fonte: Setor de Memória CEMIG- Belo Horizonte, 2016.

Finalmente, a Vila dos Operadores de Jaguara teve sua construção iniciada no ano de 1966. Inicialmente acreditava-se que havia sido projetada exclusivamente pelo Departamento de Engenharia Civil da CEMIG, Divisão de Arquitetura e Edificações, formado por engenheiros civis e arquitetos, responsáveis por todas as obras locais de construção civil da CEMIG.

Nos arquivos levantados pela pesquisa, alguns nomes que foram identificados como autores e colaboradores dos projetos: Maria Lacy Garcia Guimarães (arquiteta), Álvaro Pessoa Coelho (arquiteto), Cláudio Augusto Magalhães Alves (arquiteto) e Reynaldo Luiz Calvo (arquiteto e presidente do IAB no período 1970/1971) Isvaú, Wilda e Luis (desenhistas e projetistas). A planta do plano urbano data de 1965 e as dos demais variam entre 1965 a 1968 e sabe-se que a construção da vila ocorreu concomitante à construção da Usina, inaugurada em 1971.

Porém, em entrevista⁵⁶ com o único profissional encontrado desta lista, o arquiteto Reynaldo Luiz Calvo, descobriu-se que tanto ele, como o arquiteto Cláudio Augusto Magalhães Alves não faziam parte da equipe oficial do Departamento de Engenharia Civil da CEMIG. Ambos conseguiram trabalhar na empreitada através de contatos estabelecidos pelo arquiteto Décio Machado, com quem trabalhavam, e que nutria boas relações com o chefe de projeto do Departamento, o arquiteto José Emílio Resende Costa.

Consegui, após formado o contato da CEMIG. Eu estava trabalhando junto com o arquiteto Décio Machado⁵⁷ que era de uma linha que a gente seguia, mais no funcionalismo e como ele tinha mais prestígio eu consegui fazer alguns contratos em nome dele já englobando o meu só que incluía o Claudio (Cláudio Augusto Magalhães Alves) que foi o responsável pela casa de visitas e o Décio que acho que fez o clube da Vila dos Operadores ou coisa parecida. Então nós fizemos um acordo com a CEMIG de coordenar, embora não tivesse sido constituído uma firma propriamente dita de consultoria, de coordenar além desse projeto, outras equipes para que eles, para que não ficasse muito “inchado” o escritório. Então nós começamos a prestar o serviço entregando todos os projetos, o elétrico, hidráulico,

⁵⁶ Apêndice 6.6.

⁵⁷ Arquiteto Décio Correa Machado, também autor do projeto arquitetônico da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

a arquitetura etc., etc. A Vila já tinha sido definida por eles, já tava pronta com os locais indicados, onde seria feito cada coisa.

[...] E tinha então todo um esquema feito especialmente para isso. Mas basicamente a Vila foi feita dentro da CEMIG mesmo, o chefe era o José Emílio Resende Costa (arquiteto autor do projeto da Sede da CEMIG em Belo Horizonte entre os anos de 1980-1989), um dos arquitetos, já falecido, Istvan Farkasvolgyi então eles pormenorizavam porque além dessas nós fizemos além de Jaguará outras coisas pra eles e inclusive, aqui na capital Belo Horizonte [...] [sic] (Reynaldo Luiz Calvo, 19/07/2018. Entrevista concedida à autora.)

A Vila se configura a partir da construção de 70 casas de 4 tipologias L1, L2, L3, L4, em lotes de 1400 m² e das demais edificações como o hotel e alojamento, clube, templo ecumênico, ambulatório, casa de visitas, conjunto comercial, escola, edifício administrativo e lavanderia; aeroporto – estação de passageiros, com uma pista de pouso asfaltada com 1.100 metros lineares; um prédio de portaria e recepção, campo de futebol e outras quadras esportivas.



Figura 21 Setorialização da Vila dos Operadores de Jaguará. Fonte: Arquivo NUTHAU/FAUeD/UFU "Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação" 2009/2011. Elaboração e desenho CROZARA, L.G.N., 2011.

Os operários recebiam a casa pronta e mobiliada totalmente elaborada dentro da linguagem da arquitetura apresentada pelo Movimento Moderno. Todos os edifícios foram projetados dentro da mesma linguagem, utilizando-se de elementos construtivos presentes na arquitetura moderna brasileira, como: cobogós, telhado borboleta, estrutura em concreto aparente, evidenciando a planta livre; uso de materiais padronizados industriais, com desenhos elaborados nas portas e esquadrias apresentando, assim, um alto nível de definição dos detalhes funcionais tanto nas

residências, como dos edifícios públicos (escola, comércio, clube, etc.). Observa-se que o projeto da Vila foi sendo pensado com a mesma preocupação, desde o plano urbano até aos detalhes de maçaneta, luminárias e mobiliário.

Segundo Reynaldo Luiz Calvo, os projetos arquitetônicos e o projeto urbano, não foram intencionalmente pensados como algo que deveria apresentar características extraordinárias, pelo contrário, buscavam uma funcionalidade simples como também seguir detalhadamente as criteriosas exigências da CEMIG.

“Toda a Vila é muito bem pensada e o que chamou a nossa atenção, especificamente, foi a influência da arquitetura e do urbanismo modernos no projeto. Imagino que pela época discutia-se muito as premissas, as funcionalidades...”

Vamos dizer assim, o nosso escritório andava com certo desenvolvimento, então a gente andava com uma série de coisas, até mesmo pra própria CEMIG foram feitos mais de dez projetos, mas sempre procurava sempre a atualização, mas não, vamos dizer assim, não se imaginava nada extraordinário não... o que se fazia era um urbanismo simples, que nós inclusive também trabalhamos nessa área numa certa ocasião, fizemos plano de desenvolvimento no norte, etc. e tal, mas aí já com a ideia voltada mais a uma, vamos dizer, a uma definição. Porque nós fomos educados, vamos dizer, no CIAM, no Congresso Internacional da Arquitetura Moderna, quem escreveu a Carta de Atenas (1933) foi Le Corbusier, na ocasião da guerra então, no início, o urbanismo nosso estava muito à condição de trabalhar, circular, descansar, divertir, hoje a gente já percebe que a cidade é muito mais do que isso, então, com o tempo, a gente vai ganhando essa experiência, com o tempo, mas de qualquer maneira vamos dizer que inicialmente a gente tinha essa ideia do lançamento das coisas... (Reynaldo Luiz Calvo, 19/07/2018. Entrevista concedida à autora.)

O plano urbanístico foi elaborado para organizar o espaço das residências de diferentes tipologias e os equipamentos urbanos citados acima. Sua implantação revela características de um pensamento urbano que se evoluía no Brasil desde princípios do século XX, com influências europeias e norte-americanas⁵⁸.

O arquiteto Reynaldo diz não se lembrar exatamente de quem desenvolveu o projeto urbano da Vila, acredita ter sido trabalho dos arquitetos José Emílio Resende Costa e Istvan Farkasvolgyi, ambos já falecidos. O que se

“O projeto urbanístico também foi feito dentro da CEMIG, previamente? ”

Tudo, tanto é que quando nós recebemos, eu tenho lá a planta que eu creio que será muito útil para você, que já está marcada nela os projetos que a integrariam. Entendeu? Então tem a da Vila em si, que é genérica e tal e tem a casa de visitas, onde seria. Naquele local nós mandamos proceder um levantamento específico onde então foi utilizado para lançar o projeto. [...], mas a Vila de Jaguara não havia sido nada de excepcional que tivesse que ser considerado, e nós recebemos pronta né?! A Vila em si e seguramente foi o José Emílio ou o Istvan que fizeram o projeto, sei lá, mais um ou dois arquitetos, mas ficavam mais voltados ao detalhamento das coisas deles. (Reynaldo Luiz Calvo, 19/07/2018. Entrevista concedida à autora.)

Implantada em uma topografia relativamente plana, linear às margens do Rio Grande, o plano para a Vila seguia uma estrutura “espinha de peixe”, caracterizada por um eixo central – a principal via da Vila, Av. Rio Grande – e por vias secundárias, destinadas a acessar as residências e os equipamentos públicos. Os edifícios da escola, do conjunto comercial e da administração e lavanderia, estão concentrados em uma grande praça central próximo ao traçado das residências, demonstrando uma evidente preocupação com a setorização de uso no plano urbanístico.

⁵⁸ Como é o caso da chamada Cidade-Jardim, termo criado pelo inglês Ebenezer Howard, em livro publicado originalmente em 1898. O livro “To-morrow” chamado “Garden-cities of To-morrow” na segunda edição, em 1902.

Os arquitetos envolvidos na empreitada visitaram o terreno apenas uma vez, antes da elaboração dos projetos e, segundo Reynaldo, nunca mais voltaram lá e nem mesmo tiveram conhecimento de que as edificações haviam sido executadas corretamente.

“Nós tivemos acesso à algum material na Usina Jaguara, fotos, algumas outras plantas... O senhor já esteve na Jaguara?”

Não, nunca estive... acho que salvo engano, fui ainda sem nada, fui só pra conhecer o local. Ainda árido, sem grandes coisas..., mas já com a implantação e tudo, nunca mais... tanto é que nem retrato a gente tinha! Eu até procurei retratos, mas não tinha... A Vila propriamente foi feita internamente na CEMIG.

“É um prazer falar com o senhor porque a casa de visitas é um dos projetos que mais chamam a atenção...”

É bom porque esse projeto tem o que mais de trinta, quarenta anos?! E tudo fez parte de uma ocasião. É realmente um projeto interessante porque ele é simples, agradável, o aspecto né? Muito bem detalhado, espero que realmente tenha sido feito assim, porque nós não acompanhávamos obra. Nós só fazíamos o projeto e eventualmente, quando algum empreiteiro questionava alguma coisa, a gente então analisava e dizia se ele teria ou não razão. Por exemplo que ficou para o final, que foi a cozinha, ela foi o detalhamento que foi a ser acertado depois, durante a obra. E ela foi detalhada toda, o sistema de exaustão, etc e tal, e também, de certa forma, superdimensionada. [sic] (Reynaldo Luiz Calvo, 19/07/2018. Entrevista concedida à autora.)



Figura 22 Terreno “tábula rasa” antes da implantação da Vila dos Operadores de Jaguara. Fonte: Setor de Memória da CEMIG- Belo Horizonte-MG.

O hotel/alojamento e a casa de visitas, próximos às margens da represa e afastados das residências, destacam também uma setorização voltada para o uso do lazer dos usuários esporádicos e de posição mais importante (diretoria) que visitavam a Vila. O templo ecumênico, situado ao fim da Av. Rio Grande, pode ser visto por todo o caminho percorrido no interior da Vila. Essa estratégia na implantação, demonstra os conceitos da Nova Monumentalidade abordados por Giedion e Sert nos CIAM e que, durante a década de 1950, já estavam sendo implantados em Brasília e certamente influenciou os autores deste projeto.

Em 1989 a Vila dos Operadores de Jaguara foi desativada e, sendo fruto do setor econômico e de uma parceria público-privada, não escapou das políticas de privatização do início dos anos 1990, a exemplo do Programa Nacional de Desestatização (PND), iniciado no governo de Fernando Collor (1990-1992). As diretrizes do programa seguiam uma tendência

do mercado internacional, sob a influência do chamado Washington Consensus⁵⁹. A abertura econômica seguiu diretrizes formuladas por economistas e analistas e instituições como o FMI, Banco Mundial e Tesouro dos EUA “que pregavam o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento, que atravessavam um longo período de dificuldades para o crescimento de suas economias”⁶⁰.

Em 1995 com a eleição e o primeiro mandato de FHC o discurso político voltou a focar a privatização do setor elétrico por meio do PND- Programa Nacional de Desestatização. A privatização gerou um clima tenso, com as mobilizações e discussões envolvendo lideranças sindicais, políticas e empresariais, etc. favoráveis e desfavoráveis à privatização do setor elétrico. (...) A CEMIG negociou 1/3 de suas ações ordinárias, os ativos de geração nuclear de Furnas foram transferidos para a Eletronuclear em função de uma possível privatização. (GUERRA, 2008, p.135)

Nesse ínterim, a CEMIG trabalhou inicialmente com a venda isolada de algumas residências por sua conta própria e, não obtivendo sucesso, em 2004 a Vila inteira foi a leilão.

Vilarejo construído pela Cemig em 1970 para abrigar trabalhadores de hidrelétrica vai a leilão em março por, ao menos, R\$ 6 mil. [...] A "cidade" de Braz tem área de 238 hectares -o equivalente a 310 campos de futebol-, 70 casas de três e quatro quartos, hotel, igreja, escola, ambulatório, clube, lago para lazer, aeroporto, infraestrutura de água, esgoto, asfalto e iluminação. [...] A usina Jaguara está no quarto lugar do ranking da Cemig de produção energética, com 424.000 kw. [sic] (FOLHA DE S. PAULO, 24/09, 2006).

Somente em um segundo leilão, realizado em 21 de dezembro de 2006 por R\$ 6,36 milhões⁶¹, é que a Vila é arrematada pela empresa Borá Agropecuária Ltda. – cujo proprietário é o empresário e professor Ivan Sebastião Barbosa Afonso – atualmente uma pequena parte de sua estrutura funciona como dependências do Parque Náutico de Jaguara, que se divulga como um refúgio turístico ambiental e que recebe turistas disponibilizando estadia no hotel e restaurante; reserva do clube e do templo ecumênico para eventos pessoais e atrativos como passeio de lancha, aluguel de caiaques e mergulho.⁶²

Nesse processo entre a desocupação e o leilão, aproximadamente entre os anos de 1990 a 2006, a Vila permaneceu praticamente abandonada. Os quase dezesseis anos de falta de manutenção foram cruciais para que o quadro de conservação da Vila fosse prejudicado. A única atividade mantida entre os anos de 1990 a 2013 foi a do Grupo Escolar Naná

⁵⁹ Ou, Consenso de Washington, “resumia-se na recomendação de que o Estado se retirasse da economia, quer como empresário quer como regulador das transações domésticas e internacionais, a fim de que toda a América Latina se submetesse às forças do mercado, o que viabilizaria ulteriormente a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), do Canadá à Terra do Fogo, tal como proposta pelo Presidente George Bush, com o lançamento em 1990 de The Enterprise for the Americas Initiative.” BANDEIRA, 2002.

⁶⁰ Russo, Mário. 2013. Privatizações ganharam força a partir dos anos 90. Venda de estatais começou com siderúrgicas e passou por bancos, teles, e chegou a rodovias e aeroportos. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/privatizacoes-ganharam-forca-partir-dos-anos-90-10448501#ixzz5D46Q8Fty>.

⁶¹ Valor do Real em dezembro de 2006 – R\$ 1,00 = US\$ 1,63. (GUERRA, 2008, pág. 137)

⁶² Dados obtidos no “Cardápio de Atrativos 2017” – Folder de divulgação do Parque Náutico de Jaguara.

Kubitschek Soares⁶³ que funcionou até uma outra escola ser construída pela Prefeitura de Sacramento em uma outra localidade, em 2013, fora das dependências de Jaguará.

A mudança causou o abandono da escola e conseqüentemente a degradação do prédio. Segundo o proprietário, em entrevista, a desocupação do edifício da escola se deu devido à interesses da administração pública, que resolveu construir um edifício próprio e se desvincular pacificamente da Vila, à qual pagava aluguel.

Mesmo com a intenção inicial de transformar a Vila dos Operadores de Jaguará em parte do Circuito dos Lagos, no Circuito da Serra da Canastra⁶⁴, os proprietários não conseguiram, até o presente momento, arcar com todo o investimento necessário para a recuperação de todas as edificações, alegando a falta de um investidor que esteja interessado em aplicar no local. As dificuldades econômicas pelas quais o país tem passado está afetando diretamente o andamento dos projetos de expansão e de conservação dos edifícios.

Eu logo que comprei, eu achei que o caminho era esse, eu buscava um financiamento, dava a vila como garantia e ia tocar as coisas. Eu fui no superintendente da Caixa Econômica Federal, fui em Uberlândia também, superintendente lá. Fui no superintendente de Minas Gerais da Caixa Econômica Federal. Me recebeu, conversamos, mostrei tudo pra ele “e é isso que nós precisamos, é isso que nós desejamos” ... ah “porque nós hoje fazemos o seguinte, pegamos um terreno lá em Uberlândia, pegamos um terreno lá em Uberlândia, a pessoa, o construtor vem cá, traz a promessa de compra e venda e o projeto que ele quer fazer lá. Nós fazemos pra ele um financiamento de cem milhões de reais e começamos a pôr dinheiro; então um pouco de dinheiro pra ele pôr no terreno, pôr pouco de dinheiro pra pôr laje, mais laje e quando nós vamo ver há cinquenta milhões de reais e lá só tem a laje; se esse cara morrer, aquela laje num vale nada, o prédio só vai valer depois que tiver o Habite-se, antes disso quê que vale né?! Então nós fazíamos isso, nós coríamos esse risco. Lá no seu caso tá quase tudo pronto mas só que nós não temos essa linha de financiamento... nós não conseguimos, eu não consigo pelas vias normais, falou essa frase pra mim, pelas vias normais, fazer esse financiamento para você. [...]. Então estou no mercado à procura de um parceiro, estou no mercado à procura de um parceiro. Como tem, é um negócio, num é um negócio pititinho, é um negócio grande e exige pôr dinheiro, né? Cê num resolve isso aqui com cinco mil reais, “não vamo lá com cinco mil reais eu resolvo lá” não é ter que ter dinheiro, tem que ter dinheiro prévio, porque eu também não vou ficar com sócio sem dinheiro. Então isso é um pouco mais difícil numa crise dessa. Quem é que tá investindo hoje? Quem é que qué investir hoje? Então é a essa a situação. Mas nós vamos fazer isso, nós tamos buscando e vamo achar né? Pra nós então tocarmos isso aqui, tocarmos isso aqui... dentro das concepções mais, é.... mais atuais que tivermos dentro dessa concepção do projeto hoteleiro, de turismo e imobiliário juntos... é isso. [sic] (Ivan Sebastião Barbosa, 26/03/2018. Entrevista concedida à autora.)

⁶³ O nome da escola, Naná Kubitschek Soares, foi dado em homenagem à irmã do então presidente da república, Juscelino Kubitschek.

⁶⁴ “A Serra da Canastra dá nome ao Circuito Turístico que reúne onze cidades: São Roque de Minas, Araxá, Bambuí, Campos Altos, Ibiá, Medeiros, Perdizes, Sacramento, Tapira, Tapiraí e São João Batista do Glória. Segundo a definição da Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais, um circuito turístico compreende um conjunto de municípios com potencial turístico e relativa proximidade em determinada área geográfica, caracterizado pela predominância de certos elementos da cultura, da história e da natureza. ” Disponível em: <http://www.serradacanastra.com.br/saber-mais/circuito-da-canastra>. Acesso em: 18/04/2018.

Em visitas⁶⁵ realizadas no ano de 2017, observou-se que a gestão e o uso da Vila concentram-se exatamente nos edifícios do hotel e do restaurante, diretamente destinados às dependências do Parque Náutico Jaguará de maneira pontual e restrita. Até mesmo edifícios de usos esporádicos como é o caso do clube, e do templo ecumênico, encontram-se em estado de deterioração, sem manutenção. Mesmo com missas programadas uma vez por mês, o templo ecumênico encontra-se sem manutenção e com sua integridade física comprometida.

Dessa forma é possível compreender o porquê dos edifícios que estão fora do programa do parque, como os que antigamente funcionavam como a escola, o centro comercial, o ambulatório e a casa de visitas, se encontrarem em completo abandono: sem um uso, uma atividade que mantenha o edifício em funcionamento, dificilmente o mesmo manterá sua integridade física.

A percepção da Vila dos Operadores de Jaguará deve perpassar para além da leitura de sua importância histórica e econômica na região do Triângulo Mineiro. A Vila é um dos exemplos consolidados dos anos que marcaram o período de maior produção da arquitetura e do urbanismo modernos no Brasil. É também um exemplo de como a falta de um uso compatível com suas características, afeta seu estado de conservação.

Logo, a Vila deve ser analisada aqui a partir da ótica da preservação e da conservação, com o intuito de levantar estudos que permitam refletir análises e ações para salvaguardar o que resta de sua arquitetura e de seu urbanismo.

Abaixo foram compiladas fotografias que apresentam alguns dos edifícios da Vila dos Operadores de Jaguará em diferentes épocas (nos anos de 2008, 2011 e 2017) juntamente a uma análise de seu atual estado de conservação. Ao observar as imagens é possível perceber como a falta de programa supracitada afetou, e ainda afeta, as características físicas e projetuais dos edifícios.

⁶⁵ Visitas realizadas pela Prof.^a Dra. Maria Beatriz Camargo Cappello e pela mestranda Rafaela Borsato Belo.



Figura 23 Localização dos edifícios que compõem a Vila dos Operadores de Jaguará. Fonte: a autora, 2017.

O edifício de recepção e portaria é o primeiro a se avistar ao chegar à Vila, Figura 24, mantém até hoje seu uso inicial. Nela o visitante deve se identificar antes de ter seu acesso permitido. Sua estrutura e formalidade permanecem em constante uso. Apesar de se tratar de um edifício de pouca complexidade, não foram dispensados a ele cuidado com a plástica projetual e com sua materialidade, que apresenta o uso do concreto, do vidro e de filetes de pedra em seu acabamento.



Figura 24 Portaria e Recepção. Anos: 2008, 2011 e 2017. Fonte: Banco de Dados "Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação" do Núcleo de Pesquisa em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo. FAUeD/UFU.



Figura 25 Administração e Lavanderia. Anos: 2008, 2011 e 2017. Fonte: Arquivo do Banco de Dados "Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação" NUTHAU-FAUeD-UFU.



Figura 26 Conjunto Comercial. Anos: 2008, 2011 e 2017. Fonte: Arquivo do NUTHAU "Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação" 2009/2011 e 2017.

As Figuras 25 e 26, apresentam a Administração/Lavanderia e o Conjunto Comercial, respectivamente. Estas edificações apresentam avançado estado de degradação e foram – e continuam sendo – vítimas de vandalismo com diversas pichações e vidros e telhas quebrados.

As edificações de forte plasticidade formal, chamam a atenção principalmente por suas coberturas, comumente chamados de “borboleta”, que expressam o domínio do concreto por parte dos autores do projeto e também proximidade com a arquitetura produzida nas principais capitais brasileiras, como Belo Horizonte e Rio de Janeiro.



Figura 27 Escola. Anos: 2008, 2011. Fonte: Arquivo do Banco de Dados "Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação" 2009/2011. NUTHAU/FAUeD/UFU.



Figura 28 Escola nos dias atuais. Foto: autora, 2017.

Já as Figuras 27 e 28, referentes à escola – Grupo Escolar Naná Kubitschek Sores – retratam um dos casos mais consideráveis da passagem do tempo por um edifício da Vila dos Operadores de Jaguará. Em um intervalo de apenas seis anos o edifício passou de uma escola completamente estruturada, em funcionamento, a mais um exemplo de um edifício em degradação por motivo de abandono. Nesse exemplo é claro como o peso de alguns anos de desocupação ocasionam em grandes danos.

Além de pichações a escola conta atualmente com vidros e telhas quebradas; entupimento de calhas que geraram goteiras em algumas salas de aula e vegetação em meio ao calçamento.



Figura 29 Aeroporto. Anos: Não identificada (período da Vila em atividade) e 2011 e 2017. Fonte: Arquivo CEMIG Usina Jaguará e Arquivo NUTHAU/FAUeD-UFU "Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação" 2009/2011.



Figura 30 Hotel e Alojamento. Anos: 2008, 2011. Fonte: Arquivo NUTHAU/FAUeD/UFU "Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação" 2009/2011.



Figura 31 Clube. Anos: 2008, 2011. Fonte: Arquivo NUTHAU/FAUeD/UFU "Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação" 2009/2011.



Figura 32 Templo. Anos: 2008, 2011 e 2017. Fonte: Arquivo NUTHAU/FAUeD/UFU "Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação" 2009/2011 e foto das autoras, 2017.

Com o fechamento da Vila, essas edificações não possuíam um uso definido e estavam abandonadas. Por garantirem uma funcionalidade mais rentável dentro da proposta turística pensada pelo novo proprietário o aeroporto, o hotel, o clube e o templo ecumênico se encontram hoje, depois de reformados para reativação, em um melhor estado de conservação e mantêm sua formalidade e funcionalidade.

Além do partido defendido pelo autores do projeto, a concepção formal da vila permite interpretações a respeito de sua forma e sua composição, a exemplo da especulação de que templo ecumênico, em sua forma piramidal, tenha sido pensado de modo a se localizar direcionado à Meca, segundo o que foi relatado ao proprietário Ivan e entrevista.

A informação não é confirmada pelo arquiteto Reynaldo e segundo ele, não havia nada de especial programado para o projeto do templo e ele próprio desconhecia a forma final tomada pelo projeto. Acredita também que a formalidade do templo ecumênico foi resultado de uma experimentação elaborada por um outro arquiteto da equipe.

“E a respeito do templo ecumênico? (Foram enviadas previamente fotos para que ele se recordasse do projeto). ”

É, não... eu tenho uma vaga ideia, não vou te afirmar com toda a segurança não, que realmente nós fizemos assim alguma assim em forma de estudo, que pode ser esse e nunca mais foi tocado. Tanto que procurei nos guardados e não achei nada semelhante, embora tenha a vaga ideia de que o outro ex-sócio (Inaudível. Mas algo semelhante a Décio Everfi) tenha mexido em uma coisa semelhante assim, mas eu não consigo identificar e, assim sendo, eu não posso de qualquer forma assumir... (Reynaldo Luiz Calvo, 19/07/2018. Entrevista concedida à autora.)

Ao apresentar as edificações acima, buscou-se expor o que ocorre à uma edificação quando seu uso é mais ou menos frequente. O uso está ligado à manutenção frequente do bem e, conseqüentemente, à sua conservação. O patrimônio cultural que tem garantido o seu uso, garante também que por mais tempo suas características sejam preservadas e reconhecidas por gerações posteriores.

A casa de visitas da Vila dos Operadores de Jaguará, Figura 32, foi visitada pelos pesquisadores do NUTHAU da FAUeD-UFU pela primeira vez no ano de 2008. Na ocasião a mesma se encontrava em perfeito estado de conservação, mesmo estando há pelo menos dezoito anos sem uso.



Figura 33 Casa de Visitas já no declínio das atividades da Vila. Ano aproximado, 1990. Fonte: Arquivo CEMIG Usina Jaguará, 2016.



Figura 34 Casa de Vistas. Anos: 2008, 2011 e 2017. Fonte: Arquivo NUTHAU/FAUeD/UFU "Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação" 2009/2011 e 2017.

Havia inicialmente, por parte dos novos proprietários, o interesse em fazer da casa um spa, que complementaria o programa de atividades do Parque Náutico de Jaguará, conforme relato dos proprietários aos pesquisadores. Porém, com a falta de investidores que permitissem que o projeto do Parque Náutico seguisse adiante, nenhum programa do parque está direcionado à casa devido ao alto custo de sua reforma de adaptação à um novo programa, assim como será explicitado na Parte 3 deste trabalho.



Figura 35 Detalhe de vegetação crescendo na casa de visitas. Anos: 2008, 2011 e 2017. Fonte: Arquivo NUTHAU/FAUeD/UFU "Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação" 2009/2011 e 2017.



Figura 36 Interior da despensa da Casa de Vistas. Ano: 2008. Fonte: Arquivo NUTHAU/FAUeD/UFU "Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação" 2008.



Figura 37 Interior da despensa da casa de visitas em 2017. Fonte: autora, 2017.

Os danos apresentados nas Figuras 35, 36 e 37 são os que mais comprometem parte da casa e talvez os mais preocupantes uma vez que, além de comprometer o revestimento e as esquadrias, podem danificar permanentemente a estrutura da parede, podendo leva-la ao desabamento.



Figura 38 Suíte casa de visitas. Anos: 2008, 2011 e 2017. Fonte: Arquivo NUTHAU/FAUeD/UFU "Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação" 2009/2011 e 2017.

Já se passaram aproximadamente nove anos desde a primeira visita feitos pelos pesquisadores e, com o passar do tempo e com a falta de manutenção, surgiram patologias que tornaram tanto a reforma preventiva, como a adaptação da casa em spa, financeiramente inviável ao orçamento particular do empresário. Segundo a filha do proprietário, a arquiteta Paula Scalon, os danos dos imóveis vão além dos apresentados externamente; ele se encontra com péssimas condições elétricas e hidráulica.

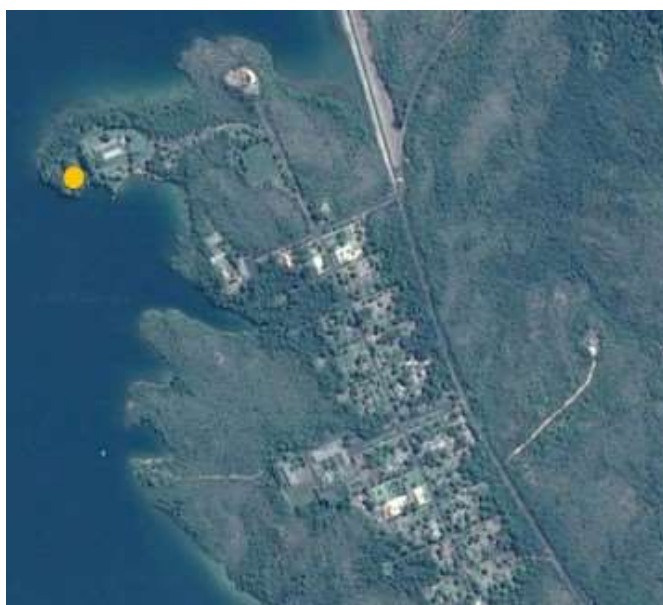


Figura 39 Demarcação da Casa de visitas na imagem aérea da Vila dos Operadores de Jaguará. Fonte: Google Earth, 2017. Dados inseridos: autora, 2017.

A casa de visitas⁶⁶, como o próprio nome sugere, tinha como função receber visitas da diretoria e a presidência da CEMIG. Sua implantação está localizada próxima à represa, em um ponto mais distante do restante da Vila, a fim de garantir privacidade e uma bela paisagem às confraternizações e reuniões ali realizadas como também reafirmar a hierarquia e a importância dos representantes ali reunidos.

O programa da casa é distribuído em dois níveis que consistem em um pavimento térreo que abriga garagem,

⁶⁶ Segundo Reynaldo Calvo, foi preciso algo em torno de sessenta pranchas que detalhassem com exatidão todas as informações necessárias para a execução do projeto. As pranchas originais encontram-se em posse do arquiteto que se disponibilizou em entregá-las ao arquivo da FAUeD.

depósito, vestiários e suíte do zelador e no primeiro pavimento, que comporta cozinha, bar, lavabo, despensa, área de estar e jantar integradas e por uma circulação realizada através de eixos que interligam as seis suítes. A varanda se abre em terraço e permite acesso ao setor das suítes e à uma visão para o jardim interno, no qual há um pequeno espelho d'água.

O acesso ao primeiro pavimento acontece por meio de três escadas: uma social, que permite o ingresso à casa a partir da varanda e da sala de estar e jantar, e por outras duas que possibilitam um acesso mais privativo ao terraço, cozinha, entrada da sala de jantar e ao setor das suítes, tanto pela varanda como pelo terraço.

A tipologia é formada por dois blocos interligados por um jardim central, sendo um em formato retangular, que abriga as áreas coletivas e de serviço e o outro em forma de "L", onde estão localizados os dormitórios.

O bloco das áreas coletivas possui um limite recuado, ladeado por uma grande varanda e limitado por portas de vidro, que permitem que a visão se descortine para a Serra da Canastra, para a represa e para toda a vegetação circundante. A cobertura plana – laje treliçada com tijolo cerâmico – com acabamento em concreto, se posiciona sobre o volume, dispondo de calhas embutidas para o escoamento da água. O jogo dos volumes e planos conferem à casa a plasticidade de linhas, paralelas e perpendiculares, que se completam pelos acessos através de escadas laterais, também em concreto. Os materiais utilizados – o concreto, a madeira, o tijolo cerâmico, filete de pedra, o vidro, a madeira e o ferro-, se mantêm aparentes e em diálogo com a paisagem natural do lugar.

Naquele tempo, vamos dizer assim, uma usina era um acontecimento extraordinário dentro da própria empresa, então a Vila era feita com carinho inicialmente para o pessoal que ia operar, porque para os construtores era feita outra vila. E numa questão assim de divulgação, foi então feita a casa de visitas porque, para levar pessoas importantes para conhecer, para ver e inclusive, no nosso entendimento, superdimensionada, porque num quarto daquele lá dá pra você viver um ano só de armário embutido etc. e tal (risos) então é um negócio assim, extraordinário! E tinha então todo um esquema feito especialmente para isso. [sic] (Reynaldo Luiz Calvo, 19/07/2018. Entrevista concedida à autora.)

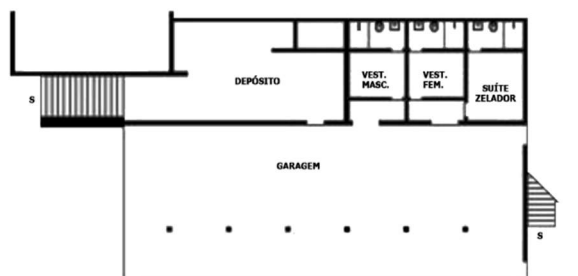
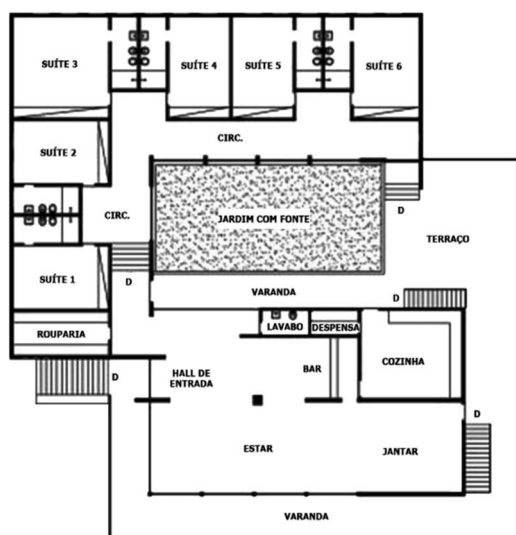


Figura 40 Planta do primeiro pavimento e do térreo da Casa de visitas. Fonte: Arquivo NUTHAU/FAUeD/UFU "Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação" 2009/2011 e 2017.

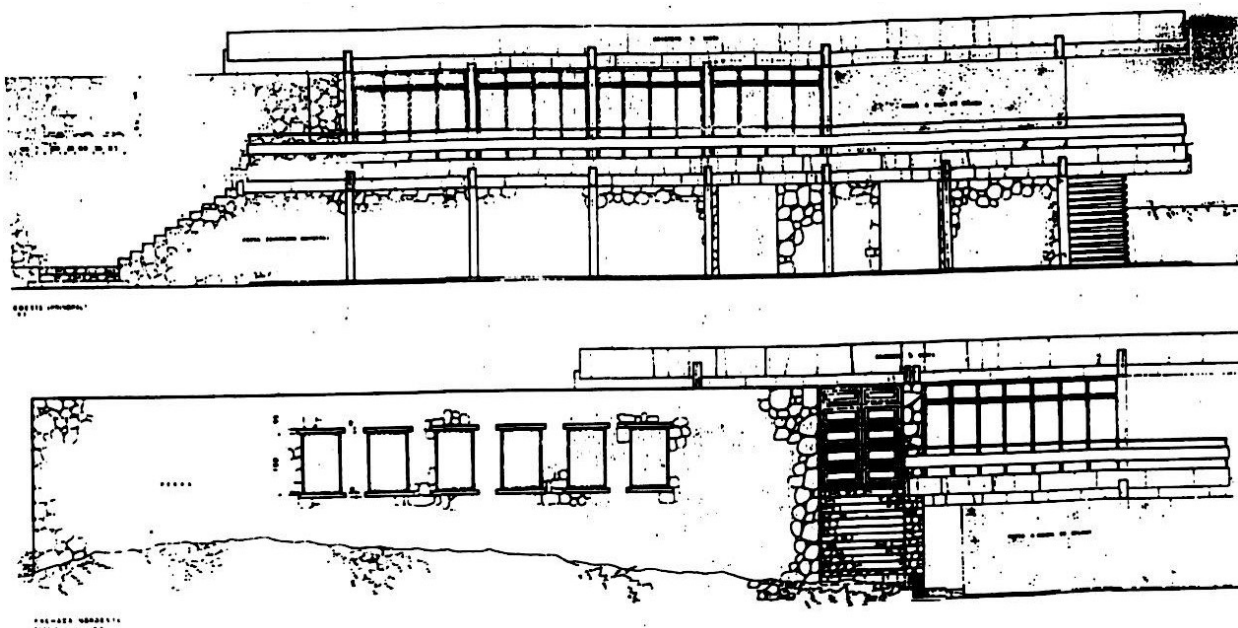


Figura 41 Detalhe das pranchas originais. Fonte: Arquivo NUTHAU/FAUeD/UFU "Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação" 2009/2011 e 2017.

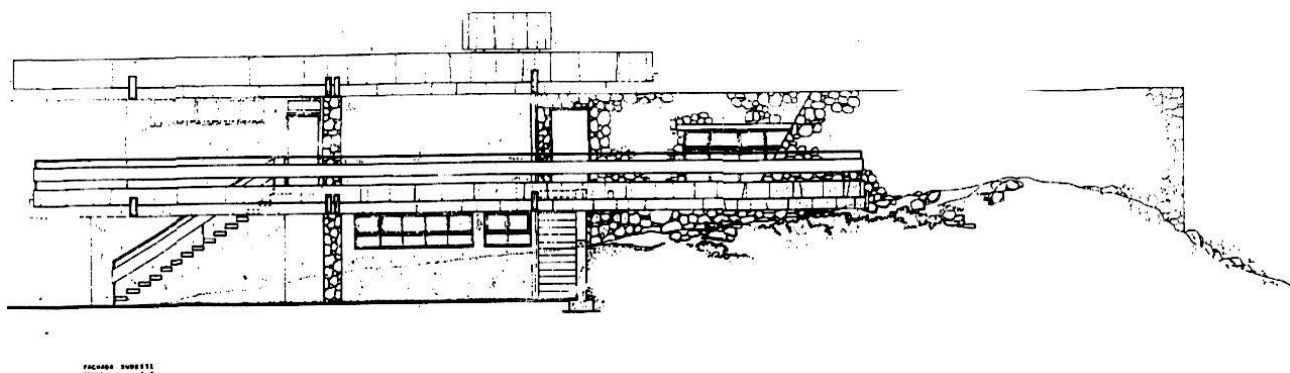


Figura 42 Detalhe das pranchas originais. Fonte: Arquivo NUTHAU/FAUeD/UFU "Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação" 2009/2011 e 2017.

Como anteriormente mencionado, a documentação que os pesquisadores do NUTHAU realizaram, além de visitas a campo e registros fotográficos das mesmas, fichas de inventários⁶⁷ das edificações que compõe a Vila dos Operadores de Jaguará. Essas fichas seguiram o modelo das fichas de inventário do DCOMOMO- International⁶⁸, que inclui os seguintes itens:

⁶⁷ Anexo 7.3.

⁶⁸ Traduzidas para o Docomomo Brasil, pelo grupo do Docomomo Bahia orientado pela Prof.^a Dra. Anna Beatriz Ayrosa Galvão.

1. IDENTIDADE DO EDIFÍCIO/ GRUPO DE EDIFÍCIOS/ CONJUNTOS URBANOS/ PAISAGEM/ JARDIM – nome do edifício; variante ou nome anterior; endereço; cidade; estado; cep.; país; national grid reference; classificação/tipologia; estado de proteção e data;
2. HISTÓRIA DO EDIFÍCIO – proposta original; datas; autor do projeto e colaboradores; outros associados ao projeto; alterações significativas com datas; uso atual; estado de conservação.
3. DESCRIÇÃO – descrição geral; construção; contexto;
4. AVALIAÇÃO- técnica; social; cultural e estética; histórica; general assessment;
5. DOCUMENTAÇÃO – referências principais; material visual anexado; pesquisador/data;
6. EXAME DO RELATÓRIO – nome do revisor; data do preenchimento; aprovação; comentários;
7. ANEXOS.

As fichas foram aplicadas pela primeira vez à Vila dos Operadores de Jaguará no ano de 2009 e revisadas no ano de 2011 por alunos de iniciação científica, sob a orientação da coordenadora da pesquisa. Essas fichas funcionam como ferramentas de documentação e identificação da arquitetura moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e além disso foram as primeiras medidas adotadas para a efetiva documentação desses bens.

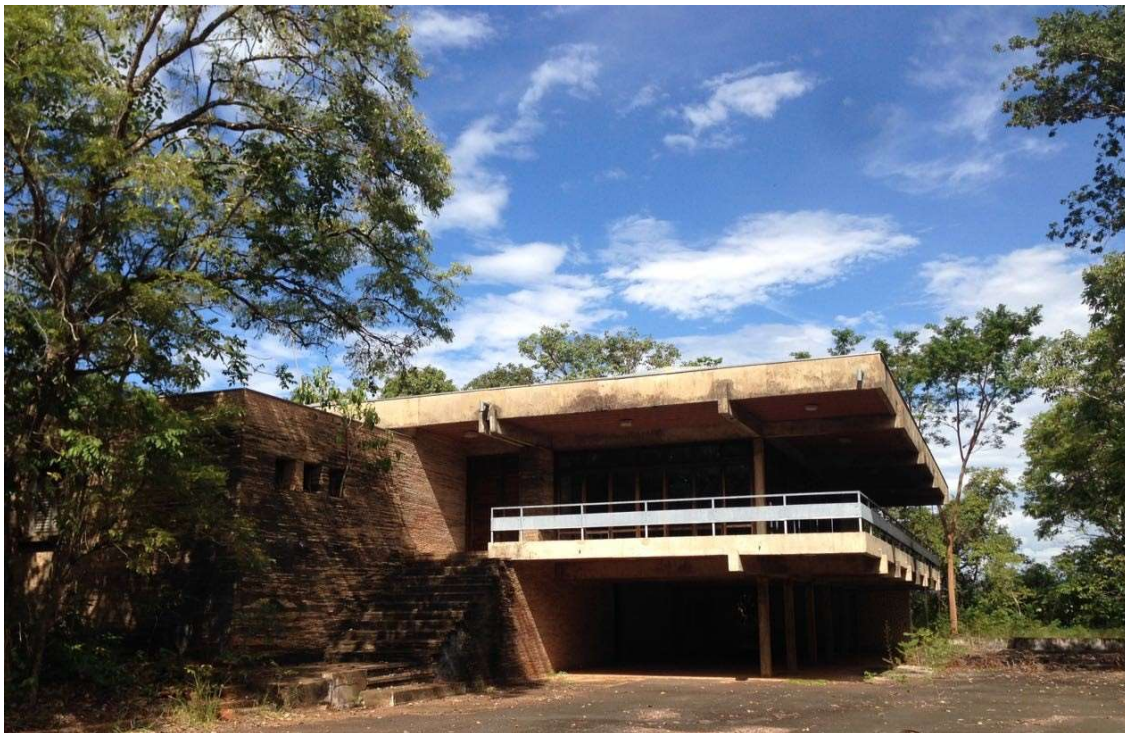


Figura 43 Casa de visitas atualmente. Fonte: Arquivo NUTHAU/FAUeD/UFU "Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação", 2017.

As premissas conceituais adotadas nesse trabalho para a leitura do atual estado de conservação da casa, como também de possíveis intervenções, foram alinhadas às consideradas nas cartas patrimoniais nas quais ressaltam-se a compreensão do valor de um bem, considerando sua importância histórica, social, cultural, artística e, além disso, a ideia de que a partir de intervenções conscientes, o homem contemporâneo é capaz de garantir a transmissão do direto à memória desse bem a sociedade futura, assim como aponta as ações fundamentais em documentos como a Carta de Veneza de 1964.

A Carta de Veneza foi redigida no ano de 1964 durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios⁶⁹ e nela os monumentos são apresentados como elementos em constante relação com o tempo presente e que, assim sendo, devem ser evocados considerando também aspectos memoriais e simbólicos.

Os princípios fundamentais propostos pela Carta de Veneza, buscam guiar intervenções a qualquer tipo de bem, respeitando sempre a integridade física inicial dos monumentos, no qual as intervenções são possíveis, contanto que respeitem a composição do ambiente como estratificado ao longo do tempo.

Seus objetivos são basicamente os de conservar e revelar aspectos históricos e estéticos, respeitando os materiais autênticos, ou seja, a matéria transformada pelo tempo. Quando necessária a adição de algum material, esta deverá ser executada utilizando-se de materiais e linguagem contemporâneos à intervenção, seguindo os princípios da distinguibilidade, na qual a inserção de um novo material deve ser realizada de modo a não confundi-la com o estado da obra antes da intervenção.

A Carta destaca como três os princípios básicos da preservação a distinguibilidade, a reversibilidade e o princípio da mínima intervenção. O primeiro é, como apresentado, o princípio de diferenciação da intervenção daquilo que é original a obra, não induzindo assim o observador ao falso histórico; o segundo a intervenção que poderá ser removida futuramente sem comprometer o material original e o terceiro defende, como o próprio nome diz, mínimas e pontuais intervenções.

Das correntes teóricas que atualmente refletem intervenções em bens culturais com base estabelecida na Carta de Veneza, são destacadas três: a crítico-conservativa, a conservação integral e a hipermanutenção ou repristinação, todas desenvolvidas por críticos italianos.

⁶⁹ ICOMOS – International Council on Monuments and Sites. Mais informações em: <https://www.icomos.org/fr/>. Acesso em: 16/06/2018.

Para a realização de análise e levantamentos completos no Brasil, é possível também o acesso a trabalhos e manuais disponibilizados diretamente pelo site do IPHAN⁷⁰, como é o caso do Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio Cultural⁷¹, que faz parte do Programa Monumenta⁷², que apresenta informações e direcionamentos desde as premissas a serem observadas no início até ao projeto executivo.

O atual estado de conservação da Vila como um todo foi observado com base nesses documentos oficiais e iniciou-se a partir de imagens aéreas do entorno da casa: a primeira, uma imagem de 2011 e a segunda uma imagem de 2017.



Figura 44 A imagem à esquerda demarca a vegetação presente no entorno da Casa de Visitação no ano de 2011 e a imagem à direita a demarcação do estado atual dessa vegetação. Fonte: Google Earth 2011 e 2017.

É possível observar o considerável aumento da vegetação que circunda o edifício. Essa primeira observação é apresentada a fim de refletir a respeito do entorno no qual uma edificação de interesse cultural está inserida. Não se pode pensar no edifício como um bem isolado e para que sua conservação seja garantida é preciso entender como funciona seu meio e sua exposição a ele.

Nesse caso, a natureza está presente em grande parte das patologias sofridas pelo edifício. O constante aumento da vegetação, somado a intempéries e à falta de manutenção, intensificaram todo o processo de deterioração pelo qual passou a edificação. Apesar de seu

⁷⁰ Portal oficial IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/>.

⁷¹ Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec1_Manual_de_Elaboracao_de_Projetos_m.pdf. Acesso em: 16/07/2017.

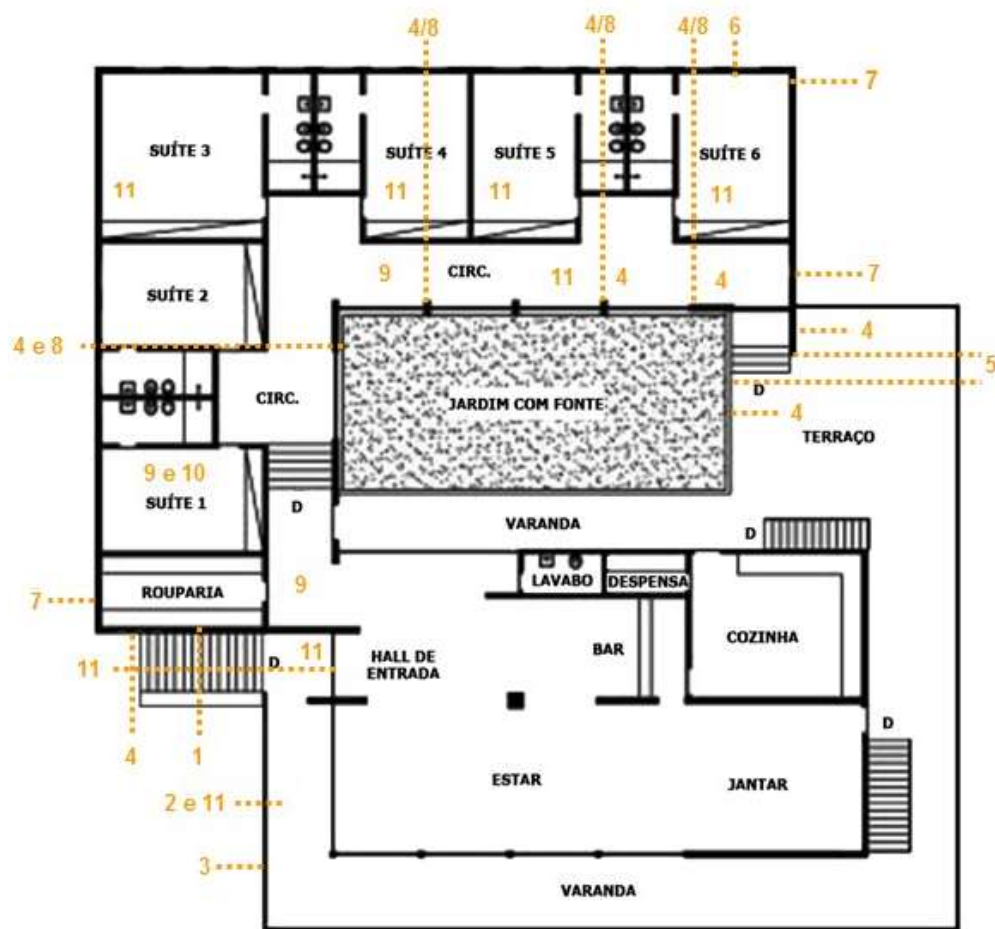
⁷² Programa Monumenta é um programa federal, executado pelo Ministério da Cultura do Brasil, e patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

quadro atual ser alarmante, a edificação tem resistido ao tempo dada a qualidade de sua construção, que data de aproximadamente cinquenta anos atrás.

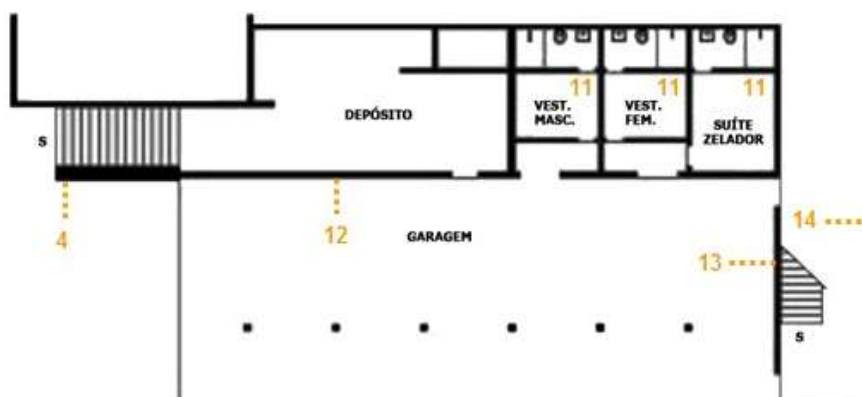
Dado o caráter teórico buscou-se sintetizar, no quadro de patologias, quais poderiam ser as primeiras condutas adotadas para garantir a integridade física da edificação a fim de servir de premissa para um trabalho prático a ser desenvolvido por qualquer que seja o interessado – a academia; a administração pública; o proprietário ou mesmo um investidor do setor privado.

As patologias apresentam-se repetidamente em diversos pontos da casa, mas ainda não comprometeram fatalmente sua estrutura e nem sua formalidade. Para tanto a identificação dessas patologias é apenas o enunciado para a elaboração de um quadro ampliado de diretrizes a serem pensadas para a restauração da casa de visitas.

PLANTA DO TÉRREO E DO PRIMEIRO PAVIMENTO COM INDICAÇÃO DE PATOLOGIAS – CASA
DE VISITAS



PLANTA 1º PAVIMENTO_s/e



PLANTA PAVIMENTO TÉRREO_s/e

Figura 45 Fonte: Arquivo NUTHAU/FAUeD/UFU "Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação" 2009/2011 e 2017. Dados inseridos: autora, 2017.

PATOLOGIAS INDICADAS NAS PLANTAS

1



2



3



4



5



PATOLOGIA	MATERIAL	POSSÍVEIS CAUSAS	POSSÍVEIS CONDUTAS
1- Enraizamento de vegetação	Tijolo de barro e revestimento de filete de pedra	Semeaduras de pássaros, intempérie e/ou falta de manutenção	Poda dos galhos da árvore, aplicação de herbicida e preenchimento das lacunas consequentes com material adequado (deverá ser testado previamente)
2- Vedação de laje de cobertura quebrada e com presença de mofo	Tijolo cerâmico para laje	Umidade, ação antrópica e falta de manutenção	Limpeza, substituição das peças danificadas
3- Oxidação	Guarda corpo de ferro	Falta de manutenção na pintura e/ou aplicação de tinta não apropriada	Manutenção da peça com materiais e técnicas apropriadas
4- Mofo e Bolor	Revestimento de filete de pedra	Umidade ocasionada por infiltração (capilaridade ou calha entupida)	Limpeza e correção da causa do problema
5- Crescimento de planta na edificação	Tijolo de barro, concreto	Semeadura de pássaros, intempéries e falta de manutenção	Remoção da planta e aplicação de herbicida

6



7



8



10



9

PATOLOGIA	MATERIAL	POSSÍVEIS CAUSAS	POSSÍVEIS CONDUTAS
6- Quebra ou perda de material	Vidro	Intempéries (chuva, vento) ou ação antrópica	Substituição do material
7- Presença de cupim	Alvenaria e revestimento de filete de pedra	Falta de manutenção	Remoção, fumigação e exterminação do ninho
8- Infiltração ascendente por capilaridade	Alvenaria e revestimento de filete de pedra	Umidade proveniente do meio externo	Secagem e impermeabilização da parte atingida
9- Infiltração descendente	Laje armada, forro de gesso e parede de alvenaria	Umidade ocasionada por calhas entupidas ou telhas quebradas e falta de manutenção das mesmas	Limpeza das calhas e das possíveis telhas quebradas e manutenção constante
10- Goteira	Laje armada e forro de gesso	Umidade ocasionada por calhas entupidas ou telhas quebradas e falta de manutenção das mesmas	Limpeza das calhas e das possíveis telhas quebradas e manutenção constante

11



12



PATOLOGIA	MATERIAL	POSSÍVEIS CAUSAS	POSSÍVEIS CONDUTAS
11- Presença de insetos (aranha e formiga)	Alvenaria	Falta de manutenção	Limpeza e dedetização
12- Calha entupida e deslocamento de viga de madeira	Madeira	Calha entupida e falta de manutenção	Limpeza da calha e adicionar uma nova peça
13- Armadura de pilar exposta	Concreto armado	Desgaste pelo tempo, umidade, ação antrópica	Limpeza, recuperação e reiteração da peça comprometida
14- Infiltração no muro de arrimo	Alvenaria	Umidade proveniente do contato direto com terra e plantas	Limpeza, impermeabilização do muro



13



14

Figura 46 Quadros de patologias elaborados pela autora, 2017.

Das metodologias aplicadas na restauração e na conservação de um bem, há aquelas que conciliam questões tradicionais com as particularidades da arquitetura moderna, como é o caso do projeto de restauro do Edifício Pirelli⁷³ em Milão, cuja intervenção de restauro seguiu preceitos teóricos embasados na discussão proposta pelo restauro crítico e pela Teoria do Restauro de Cesare Brandi⁷⁴.

O edifício, alinhado com a linguagem arquitetônica internacional daqueles anos é, ao mesmo tempo, caracterizado pela ótima qualidade dos materiais, dos detalhes construtivos e do design, representando um feliz episódio arquitetônico italiano do segundo pós-guerra. Desde a época de sua construção, com efeito, foi-lhe reconhecida uma posição de excelência no panorama arquitetônico mundial e suas características estéticas, técnicas, estruturais e funcionais incomuns tornaram-no um dos edifícios em altura mais imitados e apreciados pela crítica internacional. (SALVO, 2005, pág.4)

A partir de exemplos como esses e do levantamento histórico, social, artístico e cultural aqui brevemente apresentados, é possível elaborar critérios que mesclam a atividade particular da Vila com a participação social, através de representações como o conselho municipal, pesquisadores e técnicos interessados. “O patrimônio arquitetônico não sobreviverá a não ser que seja apreciado pelo público e especialmente pelas novas gerações. Os programas de educação em todos os níveis devem, portanto, se preocupar mais intensamente com essa matéria” (Declaração de Amsterdã, 1972, item H, p.2).

A gestão participativa entre as instâncias pode nortear caminhos que levem a duas principais ações:

- Ao reconhecimento da Vila dos Operadores de Jaguará como um marco social, econômico e cultural para a cidade de Sacramento e para toda a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, através de atividades educativas que permitam que a sociedade tenha acesso à Vila e à sua história, contribuindo assim para sua reinserção à sociedade (o que lhe foi negado com a privatização);

- À efetiva intervenção de restauro da casa de visitas, e da Vila como um todo, a partir da administração de recursos voltados para esse fim, como é o caso do ICMS do Patrimônio Cultural ou mesmo com a tentativa de financiamentos privados, ou mesmo de investidores, destinados à preservação da arquitetura e de afirmações culturais.

Portanto, para que se mantenha viva a expressão da Arquitetura Moderna no conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará, a fim de que perdurem ainda por muitos anos, é preciso ponderar que as intervenções de restauro e de conservação sigam critérios críticos para com a edificação, de modo a prever uso e gestão aos edifícios para que, a exemplo das edificações

⁷³ Edifício Pirelli, foi construído entre os anos de 1956 e 1960 em Milão, Itália. O projeto é do arquiteto Gio Ponti e de uma equipe de engenheiros cujo nome principal é o de Pierluigi Nervi.

⁷⁴ Em 'Teoria da restauração', Cesare Brandi articula princípios teóricos da restauração da obra de arte com sua experiência prática na direção do 'Istituto Centrale del Restauro' em Roma.

que fazem parte do programa do Parque Náutico de Jaguará, garantam sua conservação a partir de uma função, uma vez que nenhuma intervenção será bem sucedida se não houver uso que garanta a manutenção constante.

2.4. A memória coletiva e sua importância na justificativa da preservação da Vila dos Operadores de Jaguará.

Perante à apresentação da história e relevância da Vila dos Operadores de Jaguará, como patrimônio cultural da cidade de Sacramento, se retoma aqui a discussão dos valores e desta vez sob a especificidade do valor da memória para que, assim, mesmo que as outras importâncias levantadas na Vila não sejam suficientes para sua proteção, ainda exista uma justificativa sob este aspecto.

Como já colocado, a proximidade temporal pode dificultar a preservação da arquitetura moderna que é tida, muitas vezes, como recente demais para receber uma ação preservacionista ou mesmo parte “comum”, ou usual, da cidade do presente e sem ainda possuir assim, o merecido reconhecimento histórico que justifique tal ação.

Em se tratando ainda de uma arquitetura fruto de setores recentes da economia, é recente também as pesquisas históricas que pautam o tema e, por vezes, não há fundamentação suficiente para nortear ações preservacionistas em um determinado bem, principalmente em localidades como a da região desta pesquisa.

Porém, mesmo sem uma pesquisa histórica fundamentada, há muitos fatores que estabelecem as relações do indivíduo com o espaço e que justificam ações preservacionistas. Eles podem ser fatores físicos, como objetos que são, no caso da cidade, os edifícios, as praças, como também o próprio plano urbano, entre outros; e fatores sensoriais como o clima, o cheiro, a lembrança nostálgica e etc. Muitas vezes essa relação indivíduo-espaço é estabelecida de modo inconsciente, onde a relação de pertencimento se dá naturalmente, sem que haja a ciência do porquê.

Pensar esses fatores como forma de atribuição de valores ao objeto – sejam eles de importância formal, histórica, simbólica, memorial ou social – é um dos pontos-chaves a ser considerado na preservação de um bem, dado que não é necessariamente uma característica especial que define a preservação e, sim, valores reconhecidos pelo próprio homem. Dentre os valores atribuídos a um bem, já referenciados neste trabalho, está o valor da memória, ao qual daremos especial atenção.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. (NORA, 1993, p. 7)

Pierre Nora (1993), ao elucidar sobre a memória e apresentá-la no caráter social e coletivo, busca distinguir essa faculdade, da história tal qual acontece. Para ele “a história começa onde a memória social acaba e a memória social acaba quando não tem mais como

suporte um grupo. Ou seja, a memória social é sempre vivida, física ou afetivamente. ” (D'ALÉSSIO, 1992/1993, p. 99)

Quanto ao posto da memória coletiva, que existente enquanto vivências e relações de um grupo, Nora (1993) atribui e denomina os lugares de memórias, postos fixos onde as experiências do indivíduo se complementam com as do grupo social e assim permanecem em resistência à ação do tempo. O autor, em seu discurso, em defesa do retorno a ritos que definem os grupos, a vontade do grupo que se auto reconhece e se auto diferencia, o movimento de resgate de sinais de *appartenance* grupal. (D'ALÉSSIO, 1992/1993, p. 102)

A memória de um indivíduo e a sua identificação no espaço, se constrói ao longo de sua vida e marca a passagem do tempo. Das brincadeiras na rua à atenção ao atravessá-la; do sorvete na praça, ao lugar onde sempre se encontra um amigo no domingo; da igreja, do cinema, da casa da avó, da primeira escola, no ponto no qual a turma da faculdade costumava se reunir, na praça que tem suas cores modificadas de gestão em gestão e etc. Além dos fatores sensoriais, os costumes criados e vividos reforçam o pertencimento.

[...] o hábito, a rotina e os costumes locais resistem às forças que tendem a transformá-los e essa resistência permite entender melhor a que ponto nesse tipo de grupo a memória coletiva se apóia nas imagens espaciais. As cidades se transformam no curso da história. (HALBWACHS, 2013, p. 162)

A descoberta da cidade e do lugar no qual está inserida, acontece aos poucos na vida de cada um. Não há fatores que julguem, de um modo geral, a importância desse ou daquele lugar e cada um é capaz de identificar a importância que cada parte do todo tem ou teve em sua vida. Esse pode ser um valor individual, porém inestimável.

Pode-se dizer que as relações pessoais com o lugar estão diretamente vinculadas a um fator não-físico e sim psíquico: a memória. Ela é capaz de determinar a importância que um lugar possui em um observador. Toda a imagem criada, é formada por colagens simbólicas de momentos, histórias, cheiros, cores e fixada em uma composição mental, podendo ser bela e nostálgica ou disforme e traumática.

Cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história. O caudal de lembranças, correndo sobre o mesmo leito, guarda episódios notáveis que já ouvimos tantas vezes de nossos avós. (...). Mas a memória rema contra a maré; o meio urbano afasta as pessoas que já não se visitam, faltam os companheiros que sustentam as lembranças e já se dispersaram. Daí a importância da coletividade no suporte da memória. Quando as vozes das testemunhas se dispersam, se apagam, nós ficamos sem guia para percorrer os caminhos da nossa história mais recente: quem nos conduzirá em suas bifurcações e atalhos? Fica-nos a história oficial: em vez da envolvente trama tecida a nossa frente só nos resta virar a página de um livro, unívoco testemunho do passado. (BOSI, 1979, p. 145)

No caso da Vila dos Operadores de Jaguará, o lugar é representado por cenários concretos de onde se viveu, trabalhou e compartilhou momentos de lazer, fé e renovação social e econômica. Concentrou importantes atividades sociais; foi pano de fundo para todos

os setores da vida dos trabalhadores e de suas famílias e está, conseqüentemente, ainda presente e viva em suas memórias.

No período compreendido entre 1971 a 1989, famílias foram constituídas e estabeleceram viva relação com aquele espaço construído para eles e por eles transformado em lar. São histórias de vidas, depoimentos reais e valores que por si só já deveriam assegurar a conservação real do lugar. Porém, como justificar a importância da memória, dos relatos e dos depoimentos dessas pessoas no que se refere à preservação da Vila? Como é possível tornar esse material uma ferramenta válida?

Para compreender esta relação, um antigo funcionário da Usina Jaguará, o senhor Marco Aurélio de Almeida, foi ouvido⁷⁵. Muito solícito, se disse nostálgico ao lembrar da vida na Vila e que ela, em suas palavras “Representou realização de meu sonho, aprendizado, conhecimento, valores humanos, educação, de meus filhos o melhor lugar que Deus me concedeu para constituir e viver com minha família.” (Marco Aurélio de Almeida, 02/11/2017)

O depoimento deste ex-funcionário se atrela ao sentimento de sua família e ao de tantas outras pessoas que por ali passaram. As relações do homem com o seu meio transcendem conceitos, caminham para além da técnica e justificam a preservação de um bem a partir de sua importância histórica e de seu valor de memória.

No que fere o material, é imprescindível a realização de um trabalho de recuperação alinhado a metodologias próprias e responsáveis, mas também, consoante ao trabalho técnico, deve haver a participação daqueles que se relacionaram, ou que se relacionam, com o bem, uma vez que dependerá também deles a gestão e a manutenção constante; seja por meio de ações preventivas ou mesmo no papel da conscientização do valor presente. Para que assim aconteça, deve-se considerar a importância da história oral, transmitida entre as gerações e que é capaz de reconstruir valores importantes na significação de um bem e ocasionalmente, facilitar a efetivação de sua preservação.

Nessa reflexão é fundamental se atentar ao relato, à memória e a vivência das pessoas sobre um determinado bem, a fim de reforçar ainda mais sua importância como patrimônio a ser preservado, como é o caso do valor do depoimento do senhor Marco Aurélio sobre a vida na Vila.

Tentarei responder o mais real de que presenciei, vivi, participei em 32 anos de empresa CEMIG em Jaguará. Na Vila de Operadores morei de 1970 a 1999. Fui motorista, almoxarife, aux escritório, aux administração, Chefe de Seção, Técnico em Administração e finalizando com Gerente Administrativo da Usina. (Sou muito orgulhoso por isso). [sic] (Marco Aurélio de Almeida, 02/11/2017. Entrevista concedida à autora.)

⁷⁵ Apêndice 6.1.

Maurice Halbwachs, em seu livro *Memória Coletiva* de 1950, discorre sobre a importância de se pensar a memória em uma dimensão que ultrapassa os limites do plano individual. Para ele não é possível a um homem ter uma lembrança sem que a mesma tenha sido influenciada por seu meio, o que de certa forma interliga todos os homens de uma sociedade ou de um determinado grupo.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1950, p.30)

A partir da compreensão de que a memória pessoal de cada indivíduo está diretamente relacionada ao meio em que este vive, é possível correlatar a importância que um bem material possui em uma sociedade mesmo que seu valor seja reconhecido por uma pequena parcela da população. Essa pequena população deve ter seu direito à memória garantido como parte de um todo, de toda uma sociedade.

Nas cidadezinhas menores, um pouco afastadas das grandes correntes, ou nas dos países orientais (...) as tradições locais são mais estáveis e o grupo urbano parece melhor como em outros lugares em grau menor, ou seja, como um corpo social que em suas divisões e sua estrutura reproduz a configuração material da cidade em que está encerrado. (HALBWACHS, 1950, p.162)

Ao comparar a ligação entre a memória e a identidade que se estabelece com o meio, Michael Pollak em seu texto *Memória e identidade social* (1992), defende a ideia de que a memória é algo socialmente construído, que não se faz individualmente e que a partir do relato oral dessa memória é possível que a mesma tenha o peso e a importância de uma documentação escrita, uma vez que

[...] a crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta. (POLLAK, 1992, p.8)

Para o autor, além de memória individual e social, há ainda a memória herdada, que é a memória que o indivíduo recebe de terceiros e a partir dessa memória é possível afirmar a existência de uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade.

Nessa construção da identidade - e aí recorro à literatura da psicologia social, e, em parte, da psicanálise - há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do copo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos portando dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p.5)

O autor ainda acredita que existam, na atualidade, novos meios de pesquisa para que a coleta das informações por via da história oral tenha crédito e rigor necessários para fins de justificativa e construção de uma narrativa.

Agora, é óbvio que a coleta de representações por meio da história oral, que é também história de vida, tornou-se claramente um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa. Por exemplo, hoje podemos abordar o problema da memória de modo muito diferente de como se fazia dez anos atrás. Temos novos instrumentos metodológicos, mas sobretudo, temos novos campos. A rigor, sem assumir o ponto de vista do positivismo ingênuo, podemos considerar que a própria história das representações seria a história da reconstrução cronológica deste ou daquele período. O que se tem feito recentemente, como por exemplo a história da auto-apresentação das elites de um país, e também a história da cultura popular, ou da autopercepção popular, é, a meu ver, uma história perfeitamente legítima. (POLLAK, 1992, p. 8)

Ambos autores apresentam de maneira semelhante, o modo como o homem e sua relação subjetiva com o espaço, no torso da memória, têm peso e relevância na compreensão de uma sociedade e dos diversos bens que a compõe. A leitura clarifica muitas relações que o homem estabelece com o espaço e responde alguns porquês a respeito das sensações que um determinado lugar pode propiciar.

Essa relação do homem com o seu meio, pelo viés da memória, se reflete muitas vezes em seu desejo de preservar um bem, um patrimônio. Manoel Luiz Salgado Guimarães em História, memória e patrimônio, compreende que o termo patrimônio é uma relação (do homem) com o tempo e com o seu transcurso e que também é pensar nas formas sociais de culturalização do tempo, próprias a toda e qualquer sociedade humana. (GUIMARÃES, 2012, p.99)

Se é possível a defesa da memória como ferramenta de preservação da lembrança e da história do homem e de uma sociedade, é possível também ao patrimônio ser salvaguardado como testemunha dessa história, desse passado.

É igualmente a partir de traços do passado que o patrimônio pode empreender sua tentativa de reconstrução de uma cadeia temporal e hereditária, vinculando as gerações presentes àquelas precederam, estabelecendo, por esse meio, importantes laços sociais necessários à vida das coletividades humanas. (GUIMARÃES, 2012, p.100)

A reflexão exposta pelos autores apresenta brevemente pontos a serem considerados quando se trata da preservação de um bem cultural e ainda reforça a relação que a memória pode estabelecer com o meio mesmo se tratando de um bem recente, como é o caso da Vila dos Operadores de Jaguara e de alguns exemplares resultantes das experiências da Arquitetura Moderna no Brasil. O depoimento, a história oral e a memória coletiva devem ser respeitosamente consideradas na leitura da relevância do patrimônio cultural.

Em visitas à UHE de Jaguara foi possível encontrar algumas fotografias do período onde a Vila estava plenamente ativa, Figuras 47/48/49, porém o maior acervo ainda se encontra nos arquivos pessoais dos antigos moradores e/ou na memória de cada um deles.



Figura 47 Atividades desenvolvidas pelo Grupo Escolar Naná Kubistchek Soares, sem data. Fonte: Arquivo CEMIG Usina Jaguara, 2016.



Figura 48 Atividades desenvolvidas pelo Grupo Escolar Naná Kubistchek Soares, sem data. Fonte: Arquivo CEMIG Usina Jaguara, 2016.



Figura 49 Atividades desenvolvidas na Vila dos Operadores de Jaguará quando ainda ativa: no templo ecumênico (superior esquerda); no hotel (superior direita); uma habitação ainda ocupada (inferior esquerda) e a pista do aeroporto (inferior direita); sem data. Fonte: Arquivo CEMIG Usina Jaguará, 2016.

No programa de exploração turística como Parque Náutico, as potencialidades históricas e culturais da Vila, não são exploradas e sua importância na memória da população e do progresso da cidade de Sacramento, são esquecidas. Por mais que os edifícios existentes recontem o passado, o objetivo do Parque sustenta-se na exploração da paisagem, em suas potencialidades naturais e, caso haja oportunidade de requalificação de algum dos edifícios da Vila, a atenção será em benefício das atividades já existentes, como confirmado pelo proprietário. Neste caso, a importância da paisagem pesa sobre a importância cultural da Vila e, portanto, também deve ser considerada no plano da preservação cultural naquela localidade.

As significâncias culturais e de paisagem da Vila devem ser salvaguardadas e documentadas em suas relevâncias e seguindo critérios específicos. Contudo, a reflexão que o presente trabalho busca alcançar, é a de ressaltar o valor da memória da população local, como argumento indispensável na defesa do todo. É a memória ainda viva na população que deve ser considerada diante de um bem como a Vila e tem peso para além da conservação física do bem; sem a valorização da memória nada

E no que compete ao desafio da preservação, o valor da memória deve ser considerado como critério de valorização de bens culturais e ser parte basal da metodologia

e das ações preservacionistas. Por sua vez, estas ações devem se servir igualmente do levantamento e dos registros dessas memórias em prol do resgate de importâncias para além da presença física do bem.

Sem considerar o valor de memória, aos antigos moradores – que fizeram parte da construção desse momento e que viveram considerável parte de suas vidas na Vila – nada é destinado. Suas memórias, suas lembranças e a dinâmica que havia nesse lugar, perdem-se juntamente com a matéria que, dia após dia, sofre descaracterização ou mesmo o completo abandono.

PARTE 3. A PRESERVAÇÃO CULTURAL NA ATUALIDADE: políticas e conceitos.

3.1. Políticas de preservação: turismo, leis de incentivo e ferramentas.

Diante do explicitado e cientes da importância do investimento em políticas que incentivam a preservação cultural, as práticas turísticas, como as praticadas nas instalações da Vila dos Operadores de Jaguará, chamam a atenção porque muitas vezes, apropriam-se de bens culturais a fim de os tornarem mais rentáveis e atrativos, para mais diversos públicos. Essas práticas tendem a explorar um costume, uma festa popular e a vida de um cidadão ilustre do local, por exemplo, de modo a fazer com que o interesse do capital prevaleça em detrimento do cultural.

A atividade turística tem notório papel na disseminação cultural entre os indivíduos e localidades; na percepção dos valores regionais; no pertencimento da população, ao se tornar referência e motivo de orgulho e, quando bem gerida, se torna uma grande aliada da economia, da cultura e da história de um povo.

É também uma atividade intensificada pelo processo de globalização e pode-se compreendê-la como fruto basal das relações entre comunidades, cuja interdependências ocasionaram em oportunidades de novos trabalhos baseados na prestação de serviços, por exemplo (SILVA, 2010).

A atividade turística possui fundamentalmente seus laços nas relações culturais em função de contínuos processos interativos entre comunidades diferentes que ocupam espaços socialmente distintos e que, em virtude dessas diferenças, acabam se tornando atraentes uma para a outra. (SILVA, 2010, p. 24)

No campo da conservação, o turismo muitas vezes é visto como um mecanismo “predador”, mesmo que mantenha viva a formalidade do bem cultural. A resistência em viabilizar a preservação do patrimônio cultural a partir deste setor da economia, consiste na inclinação deste à rentabilidade econômica das atividades, independente do “sacrifício” cultural pelo qual o bem possa passar. Essa inclinação pode implicar em situações onde as intervenções além de prejudicar o bem cultural em si, podem afetar toda a população resultando em infelizes fenômenos urbanos tal como a gentrificação⁷⁶, por exemplo.

A crescente associação do turismo às práticas preservacionistas vem fomentando discussões no âmbito da preservação cultural e diante disso, é necessário refletir o seu emprego como ferramenta de preservação ou de divulgação da cidade de Sacramento, e

⁷⁶ O termo *Gentrificação* foi cunhado assim pela socióloga Ruth Glass (Berlim 1912 – Reino Unido 1990). A expressão deriva do substantivo inglês *gentry*, que designa indivíduos ou grupos “bem nascidos”, de “origem nobre”. Assim, foi concebida originalmente para fazer referência a um processo de elitização ou de “enobrecimento” de determinados lugares da cidade, anteriormente caracterizados como áreas predominantemente populares. (PEREIRA, 2014, p.308).

também até que ponto é possível utilizá-lo de modo coerente e alinhado às metodologias de restauro e conservação, que nada mais buscam que o respeito pela origem e história do bem.

Como propor o uso consciente do patrimônio cultural e vinculá-lo ao uso turístico sem que isso contribua para a exclusão de bens considerados “menos rentáveis”? Por outro lado, em qual escala de aplicação esse tipo de uso se torna questionável? Seria possível uma pequena cidade sofrer consequências alarmantes a ponto de limitar o uso turístico como ferramenta de conservação a um bem?

Na análise do uso turístico da Vila dos Operadores de Jaguará e das instalações do Parque Náutico de Jaguará, verifica-se que para alguns edifícios o uso turístico tem sido um meio para a conservação de sua forma, como é o caso do hotel, por exemplo. Porém, a falta de recursos impede que outros edifícios se tornem próprios para o uso turístico, como é o caso do clube, do aeroporto, do ambulatório e da casa de visitas.

O local é de grande potencial turístico, em razão de seus atrativos próprios, como o lago cristalino de 33 km², 97% de balneabilidade e sem oscilação expressiva durante todo o ano, as trilhas ecológicas, a natureza, o aeroporto e a usina hidrelétrica, além de atrativos expressivos nas proximidades, como a Gruta dos Palhares, a Serra da Canastra, as termas de Araxá, o acervo ferroviário da Mogiana, os Museus Portinari e Paleontológico, a escada de peixes da Usina de Igarapava, dentre outros. (Texto informativo retirado do site do Parque Náutico de Jaguará, 2016)



Figura 50 Atividades realizadas pelo Parque Náutico Jaguará. Sem data. Fonte: Site Parque Náutico Jaguará, 2017.

Ao considerar a Vila como um conjunto projetado a partir de uma lógica própria, é pertinente salientar a incoerência na qual manter um bem erguido, resulta na depreciação da dinâmica original. No caso, as instalações do Parque Náutico priorizam o que seu orçamento alcança e também o estímulo de atividades mais rentáveis.

Para tanto é necessário que haja um equilíbrio entre os interesses culturais e econômicos e principalmente um plano de gestão que permita que esse equilíbrio perdure com o passar do tempo. A permanência das ações nesse caso pode depender da compreensão da importância da Vila como patrimônio cultural da cidade e também do momento em que a população tomar para si parte da responsabilidade de cobrar dos órgãos públicos a tutela da mesma.

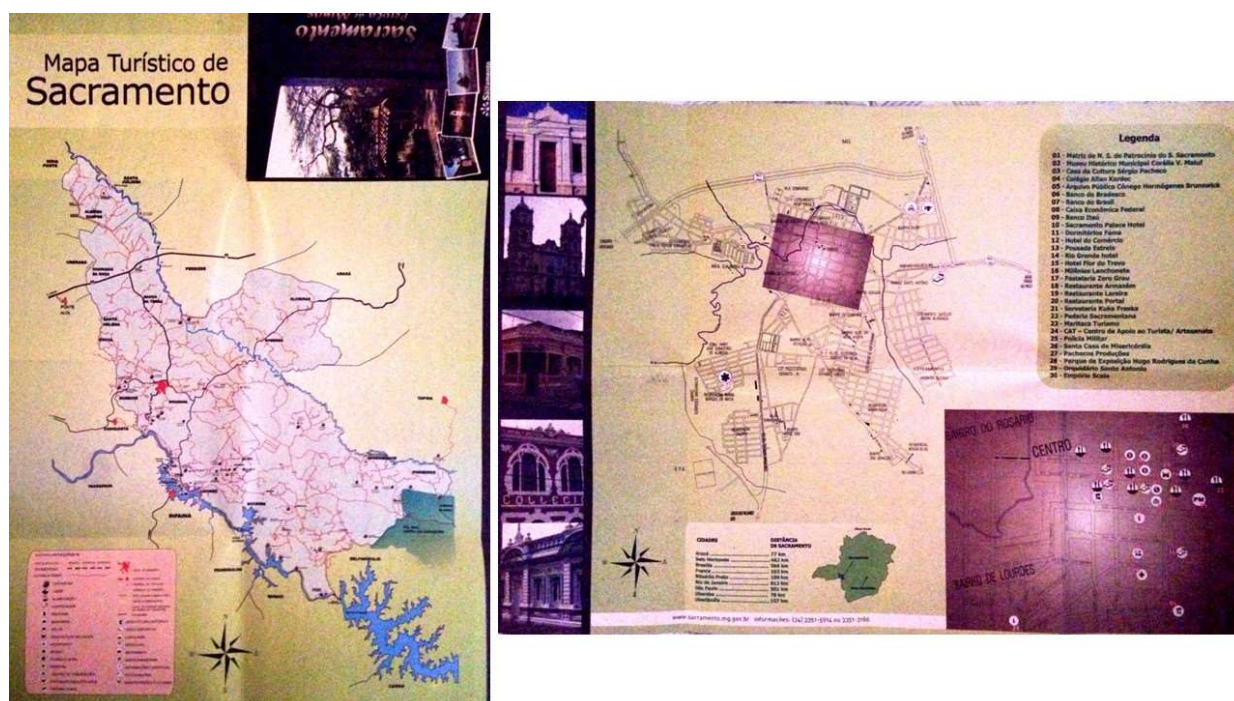


Figura 51 Mapa turístico de Sacramento desenvolvido pela Secretaria de Cultura atuante durante o ano de 2009. Fonte: Arquivo NUTHAU/FAUeD/UFU "Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação" 2009/2011 e 2017.

Segundo apontado em sua tese, o geógrafo Paulo Sérgio da Silva (2010), afirma que as atividades turísticas do município de Sacramento não são responsáveis como a administração deseja demonstrar e que, no caso específico do Parque Náutico de Jaguará, à época de sua pesquisa, não havia responsabilidade ambiental na prática das atividades do recinto.

O que chama atenção neste empreendimento é o descuido com o meio ambiente, além de construído em área de preservação ambiental (Lei Federal 6938-81), as margens são ocupadas com quiosque e bar, os resíduos líquidos do hotel são lançados na água à jusante, os resíduos graxos deixados pelos motores náuticos ficam em suspensão na água. (SANTOS, 2010, p.200)

É imprescindível que um parque que se divulga como “recanto natural” tenha responsabilidade diante da estrutura natural que ocupa. As leis ambientais vigentes são posteriores ao ano de implantação da Vila, como é o caso da Lei apresentada por SILVA (2010) no trecho destacado, que é do ano de 1981. Contudo, as críticas a esse tipo de empreendimento existem e favorecem a fiscalização através de denúncias em casos de ilegalidade.

Silva (2010) reforça a reflexão de que o turismo pode acarretar em impactos ambientais nas paisagens naturais e culturais, principalmente em localidades onde os usos naturais são intercalados às atividades de lazer.

A transformação da paisagem em mercadoria aos poucos vai conduzindo-a para sua descaracterização original, tanto no que se refere ao patrimônio natural como o artificial, e aos poucos esses símbolos são fetichizados e formatados como peças visuais reduzidas aos interesses e tendências turísticas. (SILVA, 2010, p.218)

Diante de questões como essas o International Council on Monuments and Sites – ICOMOS, através da Carta Internacional do Turismo Cultural, traz recomendações para a gestão do turismo em sítios de significância patrimonial que segue princípios fundamentais para o caminho pelo qual deve percorrer a direção de ações pensadas para o meio gerido.

Princípio 1: Como o turismo doméstico e internacional estão entre os principais veículos das trocas culturais, a conservação deve proporcionar oportunidades responsáveis e bem geridas para os membros da comunidade residente e para os visitantes experimentarem e compreenderem em primeira mão o património e a cultura dessa comunidade. (...)

Princípio 2: O relacionamento entre os Sítios Património e o Turismo é dinâmico e pode envolver valores em conflito. Ele deve ser gerido de uma forma sustentada para as gerações actual e futuras. (...)

Princípio 3: A Conservação e o Planeamento do Turismo para os Sítios Património deve garantir que a Experiência do Visitante valha a pena, seja satisfatória e agradável. (...)

Princípio 4: As comunidades residentes e os povos indígenas devem ser envolvidos no planeamento para a conservação e para o turismo. (...)

Princípio 5: As actividades do turismo e da conservação devem beneficiar a comunidade residente. (...)

Princípio 6: Os programas de promoção do turismo devem proteger e valorizar as características do Património Natural e Cultural. (...) (Carta Internacional do Turismo Cultural, 1999, p. 4-9)

Os princípios levantados pela carta visam uma gestão consciente que contemple tanto o uso e a comunidade local, como também a qualidade das atrações para visitantes externos. A primeira consideração a ser feita na identificação de um bem edificado, com potencial a ser preservado, é a atribuição de valores que a ele é dada. A importância de refletir o valor como questão primordial no reconhecimento de bens, já tratada neste trabalho, agora também se faz necessária por uma nova reflexão inerente à discussão, a do valor enquanto custo, preço, rentabilidade.

Há, para tanto, valores atribuídos aos monumentos tanto por aqueles que defendem a reflexão do valor como justificativa da preservação de um bem, como também valores

atribuídos pelo setor econômico, que considera a rentabilidade do mesmo a julgar sua localização, condição física, entorno, acessibilidade e outros fatores que somados aos valores estéticos e históricos, por exemplo, potencializam atividades econômicas.

É importante que a defesa da conservação de um bem, tenha clara a abrangência dos valores que o mesmo pode ter, uma vez que um projeto de preservação deverá partir dessa justificativa junto aos órgãos de conservação ou mesmo às agências financiadoras.

Por exemplo, o valor mercantil, assim denominado por Françoise Benhamou (2016), faz referência ao valor capital no qual muitas críticas ao uso do turístico estão pautadas, principalmente quando relacionado ao patrimônio cultural, tendo em vista que ele é um dos grandes causadores das especulações às quais muitos imóveis estão sujeitos.

Os economistas distinguem o valor de uso dos bens patrimoniais, que se traduz no mercado pelo valor mercantil (aluguéis, preço de venda) ou pela tarifa de ingresso, e o valor de não uso, o valor passivo, que procede do caráter específico dos bens, encontrável nos bens ambientais: valor de existência, valor de opção e valor de transmissão para as gerações futuras. O valor de existência é a satisfação que se tem ao saber que existe, no próprio país ou em outro lugar, um grande monumento ou um grande museu, mesmo sem nunca visitá-lo. O valor de opção consiste na possibilidade de visitar tal ou qual monumento sem horizonte predefinido. O valor de herança é a fruição extraída pelos cidadãos da transferência do patrimônio para a sua descendência. (BENHAMOU, 2016, pág. 37)

A partir do momento em que o bem passa a ser valorizado, apenas ou primordialmente, como objeto de investimento, suas significâncias culturais são ofuscadas por uma série de razões sociais, que se utilizam de seus valores históricos, sociais, estéticos – entre os já mencionados – como seu real valor, como o valor que realmente importa.

Em meio a contradições, o turismo cultural é uma atividade que cresce exponencialmente no Brasil e no mundo, e é visto como importante atividade geradora de empregos e de fortalecimento econômico de diversas cidades, muitas vezes até como força motriz da economia.

Nas últimas décadas, o Brasil tem vivido grande expansão no setor turístico, fato este que é consequência da implementação, em 1991, de uma política nacional de turismo que se espelhava no ideal neoliberal e pautava-se na modernização e na inserção do país na ciranda capitalista global, em detrimento de quaisquer ações de natureza social. Nesta perspectiva, "mostrar a cara do Brasil lá fora" foi uma das metas impostas ao recém-criado Ministério do Esporte e Turismo, a época. (MAGALHÃES, 2008, pág. 41)

Atualmente na Vila dos Operadores de Jaguará, o turismo existe sob respaldo da paisagem natural do local onde a Vila está implantada. A região na qual está inserida a cidade de Sacramento e a represa de Jaguará, é conhecida também como a região do Circuito dos Lagos de Minas Gerais, da qual também fazem parte os reservatórios de Volta Grande, Igarapava, Estreito, Nova Ponte, Planura e Fronteira. Esse recorte da paisagem do cerrado,

às margens da bacia do Rio Grande, é marcado não apenas pelo turismo cultural, apontado como parte do Circuito Turístico da Alta Mogiana⁷⁷, mas também pelo ecoturismo.

Desde a aquisição, a ideia era fazer com que a Vila integrasse não somente o Circuito dos Lagos, mas também o Circuito da Canastra⁷⁸, circuito este que já possui reconhecimento nacional. A priori providenciou-se as adaptações necessárias para que houvesse essa integração e os edifícios que ainda estão ativos servem como instalações às atividades realizadas pelo Parque Náutico de Jaguará.

Há um desconhecimento do potencial cultural das edificações da Vila, que poderia ser explorada por fins artísticos e culturais. Em entrevista⁷⁹, o proprietário relatou sobre atividades culturais que desenvolveu nas dependências da Vila, especificamente na “prainha” frente à represa, onde aconteceram festivais de cinema, apresentação de grupos de Congada da região e feirinhas de artesãos locais.

Porém, para que esses eventos fossem organizados de modo lucrativo tanto em produção cultural, como em retorno de capital à administração do Parque, que estivessem previstos inicialmente no programa e no planejamento do mesmo; não existiu um planejamento inicial de programa e de gestão, sendo as atividades direcionadas à obsolescência do que já se propunham.

Ainda segundo o proprietário devida a falta de investidores é que aplicações mais sólidas não foram realizadas na Vila. Entre os planos de investimento, está o loteamento dos terrenos que, no plano urbano original encontram-se como áreas verdes, a fim de atrair moradores que se utilizem de equipamentos também a serem implementados, como instalações luxuosas na casa de visitas. Para ele, uma estância turística só é capaz de ser bem-sucedida, quando se atrela a ela um sólido investimento imobiliário.

Com a ausência de um reconhecimento oficial, por parte das administrações públicas, o conjunto fica completamente suscetível a descaracterizações e consequências ainda mais fatais, como o completo desaparecimento.

Dessa forma, para que haja consenso entre o interesse do proprietário com o interesse cultural, que vai além dos levantamentos acadêmicos e interpela o interesse coletivo, é necessário pensar em um plano de gestão que equilibre as atividades culturais e o uso da

⁷⁷ Alta Mogiana - região correspondente a municípios do nordeste do estado de São Paulo da qual fazem parte também algumas cidades do estado de Minas Gerais. Sua denominação se deu por conta da Cia Mogiana de Estradas de Ferro que passava pela região. É formada pelas seguintes cidades: Estado de Minas Gerais- Araguari, Conceição das Alagoas, Fronteira, Planura, Uberaba, Uberlândia. Estado de São Paulo- Buritizal, Cajuru, Guaiara, Guara, Igarapava, Ituverava, Miguelópolis, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Rifaina.

⁷⁸ Localizado na confluência das mesorregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e do Oeste de Minas o Circuito turístico na Serra da Canastra reúne onze cidades: São Roque de Minas, Araxá, Bambuí, Campos Altos, Ibiá, Medeiros, Perdizes, Sacramento, Tapira, Tapiraí e São João Batista do Glória.

⁷⁹ Apêndice 6.3.

estrutura da Vila dos Operadores de Jaguará, em consonância com um plano turístico para Sacramento e região.

É necessário ressaltar que o apelo à que a população tenha acesso liberado à Vila, parte do princípio de que o conjunto marcou decisivamente a vida e a história das cidades de Sacramento e de Rifaina e, portanto, defende-lo é defender o direito ao acesso à memória coletiva, parte fundamental para a construção da identidade local. Mesmo que não seja viável a entrada franca, que a mesma seja concedida ao menos em datas comemorativas ou em dias específicos durante a semana.

Também é importante defender o direito de propriedade exercido pela família que administra e assim sendo, defende-se a ideia de pensar em ações conjuntas que permitam que os interesses sociais e particulares sejam contemplados.

Analisando as atividades oferecidas atualmente pelo Parque Náutico Jaguará, observa-se que nenhuma das atividades é livre ou direcionada ao uso franqueado da população, e até mesmo o acesso ao restaurante é realizado por meio do pagamento de uma taxa⁸⁰.

Contudo, existem atividades direcionadas aos estudantes das escolas, públicas e privadas, da região que consistem em passeios recreativos e culturais; refeições regionais; aulas de caráter ambiental e de aporte histórico sobre a região. Segundo o proprietário, o Parque encontra-se diariamente disponível para que as escolas agendem essas atividades, mas que durante o ano de 2017 e até o momento da entrevista, nenhuma escola havia manifestado interesse.

Programa de um dia com atividades dirigidas ao fortalecimento do relacionamento interpessoal, vivência ambiental e lazer cultural; Café de Boas Vindas; Almoço; Lanche da tarde; Sobremesas: Doces da Região. Aula presencial no mirante sobre os aspectos históricos/antropológicos, geomorfológicos e biológicos da região; Atividades de integração/recreação; Visita ao acervo histórico da antiga Cia Mogiana construções de 1888; Visita a Usina Hidrelétrica de Jaguará (passível de mudanças ou não autorização de visita pela CEMIG); Vivência dos Sentidos (Templo Ecumênico Piramidal); um professor a título de cortesia a cada 20 alunos. Um guia do PNJ a cada 40 alunos; um monitor Staff do PNJ a cada 40 alunos. Importante: Os legumes e verduras são orgânicos, produzidos em nossa fazenda livre de resíduos de agentes químicos. (Disponível em: <http://www.parquenauticodejaguara.com.br/programa-escola>).

Ainda segundo Ivan, durante o período de aproximadamente cinco anos, conseguiu realizar o Festival de Inverno⁸¹ inspirado pelo Festival de Inverno de Ouro Preto, no qual teve participação enquanto era professor da Universidade de Minas Gerais.

⁸⁰ Taxa no valor de R\$10,00 por carro.

⁸¹ Anexo 7.5.

O Festival contou com maciço apoio do município de Araxá, a fim de contemplasse a integração das manifestações culturais das cidades da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. As feiras de artesanato, de produtos naturais, as apresentações de dança e de música, aconteciam na “prainha”, frente à represa. Para Ivan, o projeto não teve continuidade por perder apoio com o passar dos anos e porque sozinho não conseguia mais ir adiante com a organização.

Há também atividades que contemplam o chamado “turismo de incentivo”, referente a bonificações dadas por empresas aos seus funcionários, como forma de premiação por metas alcançadas, como também programas ecológicos voltados à terceira idade e às atividades corporativas (eventos completos).

As atividades desenvolvidas corroboram para que a rentabilidade seja o principal uso das instalações da Vila dos Operadores de Jaguará uma vez que, sem atividades taxadas, é difícil manter a estrutura da Vila em funcionamento.

Para conciliar os interesses culturais e privados, é preciso pensar em medidas de financiamento que vão desde leis estaduais de incentivo fiscal a auxílio de entidades que patrocinam a preservação de edifícios referências da arquitetura moderna.

O incentivo dirigido pelo ICMS, já contemplava projetos de preservação do patrimônio cultural, onde já tornava viável a preservação de bens elencados pelo Conselho Municipal de Cultura, Secretaria de Cultura ou mesmo por um corpo técnico contratado pela administração local. Com essa atualização é possível aos municípios inscrever suas localidades turísticas para receber o incentivo a partir de requisitos que vão de acordo com a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais - SETUR.

O critério Turismo, previsto no art. 1º, inciso XVI, e descrito no art. 9º da lei, tem seu cálculo detalhado no Anexo VI e foi regulamentado pelo Decreto 45.403, de 18/6/2012. O percentual de repasse atualmente vigente é de 0,1%. Busca-se com esse critério incentivar que municípios desenvolvam políticas locais para incentivo ao setor. A lei exige como requisitos para o município receber repasses na área:

(...) I – participar do Programa de Regionalização do Turismo da SETUR;

II – elaborar uma política municipal de turismo;

III – constituir e manter em regular funcionamento o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo. (DECRETO Nº 45.403, DE 18 DE JUNHO DE 2010⁸²)

Tanto o ICMS Cultural destinado à preservação do patrimônio cultural como o ICMS Turístico contemplariam a preservação do conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará se houvesse, entre a administração municipal e administração privada do parque, um acordo de uso que permitisse atividades socioculturais nas instalações da Vila.

⁸² Disponível em: http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/decretos/2010/d45403_2010.htm. Acesso em: 30/04/2008.

Segundo a atual presidente do Conselho do Patrimônio Municipal de Sacramento, Eliana Vilas Boas, o município de Sacramento ainda não conseguiu pleitear o recurso dado que “são muitas exigências, mas estamos trabalhando e nos adequando a normativas, estamos confiantes que este anos vamos conseguir pontuar.”⁸³

No ano de 2017, na atual gestão municipal da cidade de Sacramento, consolidou-se junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura, o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR. Estiveram presentes na reunião de oficialização, um representante do Poder Público, no caso o atual secretário de cultura, Carlos Alberto Cerchi; um representante da Superintendência Municipal de Desenvolvimento Econômico; um representante da Diretoria de Cultura, do trade turístico e representantes de setores interessados como do comércio, indústria, agropecuária, artesãos e, entre eles, o proprietário da Vilas dos Operadores de Jaguará, o senhor Ivan Sebastião Barbosa Afonso, como representante do Circuito Turístico.

Tal participação acena para o diálogo já estabelecido entre os proprietários e a administração local que já direciona parte dos objetivos a criação também de um Conselho de Cultura, como pode ser visto na própria página da Secretaria. “Teremos no futuro próximo um Conselho de Turismo e um de Cultura, bem como as seções ligadas ao assunto como Conselho Fiscal, Fundo Municipal de Cultura, COMDEPA⁸⁴ e outros correlatos⁸⁵.”

É possível que unidos, os interesses turísticos públicos e privados da cidade de Sacramento, possam buscar por meios que viabilizem a conservação da Vila. Um bom exemplo de projeto de financiamento para a conservação da Arquitetura Moderna, seria é programa da Getty Foundation de Los Angeles, o chamado Keeping It Modern⁸⁶, lançado em 2014, que visa apoiar ações de preservação e conservação de edifícios da arquitetura moderna reconhecidos mundialmente.

No Brasil já foram selecionados quatro projetos para a conservação da arquitetura moderna: o Pavilhão Arthur Neiva – Rio de Janeiro, o Edifício da FAU USP – São Paulo, a Casa de Vidro – São Paulo e mais recentemente o Museu de Arte de São Paulo – MASP – São Paulo. Esta iniciativa apoia atividades de planejamento, incluindo a criação de planos de conservação que oriente políticas de manutenção e conservação a longo prazo, a investigação das condições estruturais dos edifícios, testes e análises de materiais modernos e o desenvolvimento de protocolos de conservação baseados em pesquisas.

⁸³ Informação cedida por e-mail, pela funcionária Eliana Vilas Boas em 07/06/2018.

⁸⁴ Órgão de preservação local - Conselho Municipal de Patrimônio.

⁸⁵ Disponível em: <http://culturasacramento.com.br/conselho-municipal-de-turismo>. Acesso em: 07/05/2018.

⁸⁶ Disponível em: http://www.getty.edu/foundation/initiatives/current/keeping_it_modern/.

O programa propicia o envolvimento de pesquisadores, professores, consultores, alunos de pós-graduação e iniciação científica participarem de um estudo técnico aprofundado dos edifícios abrangendo análises construtivas, documentação histórica, atualização de levantamentos, mapeamento de danos e patologias das edificações. A proposta é realizar assim um planejamento para a conservação e uso continuado dos edifícios no presente e no futuro. Por visar projetos de interesses em nível internacional, o programa não contemplaria a Vila, porém, a metodologia aplicada nos levantamentos poderia ser facilmente reproduzida dadas as devidas proporções.

A relação entre os interesses culturais e privados é delicada, porém há meios possíveis de preservar a arquitetura e o urbanismo modernos presentes na Vila sem que alguma das partes de interesse seja prejudicada. Em um primeiro momento é necessário levar aos atuais proprietários da Vila o esclarecimento da necessidade de continuar a busca por parcerias que viabilizem a conservação do conjunto como um todo, tanto de suas potencialidades turísticas como também de seu caráter cultural. Em segundo momento, é importante levar a reflexão ao município, de modo a conscientizar a população do valor patrimonial e cultural desta arquitetura e urbanismo modernos presentes na cidade no corpo do conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará.

Elaborar assim, ações de educação patrimonial, com os usuários e com os moradores da cidade de Sacramento atores importantes nas ações de valorização e preservação do patrimônio, para difusão da importância da herança moderna presente no conjunto da Vila, não reconhecida como patrimônio cultural. E por fim estabelecer, em conjunto, um plano de ação que proporcione o aproveitamento máximo das potencialidades da Vila sem que a descaracterize e restrinja seu uso a um público predeterminado.

Em uma análise nacional, as vilas operadoras desempenharam importante papel na consolidação de sistemas econômicos em períodos significativos na história política e social do Brasil, sobrevivem como legado material representado por suas tipologias de habitação, de sistema viário e de traçado urbano e como legado histórico, uma vez que marcaram a abundância de recursos de momentos prósperos pelos quais o país passou.

O caso da Vila Serra do Navio⁸⁷, localizada no estado do Amapá, a 203 km de Macapá, é um dos exemplos de cidades construídas com a finalidade de servir um empreendimento local. Denominada como uma *company-town* por TIRELLO (2017), a vila começou a ser construída em 1955 pelo arquiteto paulista Oswaldo Bratke e fez parte das instalações da

⁸⁷ "No rio Amapari (afluente do rio Araguari, no Amapá), existe uma ilha comprida, com a forma aproximada de um navio, por causa dessa ilha, a serra próxima passou a ser conhecida como Serra do Navio. E o núcleo residencial ali construído pela ICOMI, junto às jazidas de manganês, foi batizado como Vila Serra do Navio". Disponível em www.geocities.com/icomipapud. ESPALLARGAS, L. 2009, p.66.

mineradora ICOMI⁸⁸ - mineradora associada à empresa internacional Bethlehem⁸⁹ - que, desde 1947, possuía concessão para extrair manganês na região, ESPALLARGAS (2009).

Projetada para abrigar cerca de 2.000 pessoas, que consistiam nos mineradores e em suas famílias, a Vila Serra do Navio apresentou declarada influência da arquitetura moderna produzida no estado de São Paulo e levada ao projeto por Bratke e um programa consistia em escolas, hospital, cinema, áreas esportivas e recreativas destinadas aos funcionários e seus familiares, sob a administração da mineradora⁹⁰.

No ano de 1997, a mineradora ICOMI anunciou que não extrairia mais minério na região, por acreditar que não havia mais viabilidade econômica da extração naquele local. Sem a administração da mineradora as edificações que compõem a vila, passaram por um processo de descaracterização de seus traços projetuais, porém, seus aspectos históricos e materiais como também sua representação em um cenário de progresso àquela região, foram fatores determinantes para que houvesse seu reconhecimento como bem patrimonial a ser salvaguardado.

Em 2011, a Vila Serra do Navio foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, embora ainda não contasse com inventários de reconhecimento físico do lugar, nem com análises aprofundadas das características degenerativas das edificações, TIRELLO (2017).

A vila passou por um processo de municipalização em 17 de março de 1992 e para que ainda hoje suas características arquitetônicas e urbanas sejam conservadas, são somados aos esforços do IPHAN o trabalho da Secretaria de Patrimônio da União e também da Prefeitura Municipal de Serra do Navio. É um exemplo de como o uso e a apropriação dos moradores, fizeram a diferença na conservação deste conjunto.

Assim como a Vila dos Operadores de Jaguará e a Vila Serra do Mar, a Vila Paranapiacaba foi fruto do empreendimento privado que, em seu caso ocorreu como suporte à construção da primeira ferrovia paulista pela companhia inglesa São Paulo Railway – SPR. As obras ocorreram por volta de 1860 e com influência da arquitetura inglesa, a Vila tornou-se um importante exemplar do patrimônio cultural brasileiro.

Em 1946, a ferrovia e todo seu patrimônio foram incorporados ao Governo Federal e, em 1957, a Rede Ferroviária Federal S. A. passou a administrá-los. A partir dos anos 1980, Paranapiacaba passou por um intenso período de abandono e degradação, acompanhando o descaso dos governos com o transporte e o patrimônio ferroviário. Em 1987, teve seu patrimônio reconhecido pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Arquivístico e Turístico

⁸⁸ ICOMI: Indústria e Comércio de Minério S.A.

⁸⁹ Bethlehem Steel Corporation foi uma empresa siderúrgica dos Estados Unidos, inaugurada em 1857, e extinta em 2003. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Bethlehem-Steel-Corporation>. Acesso em: 01/05/2018.

⁹⁰ IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4572/vila-serra-do-navio-ap-esta-mais-perto-da-regularizacao-fundiaria>. Acesso em: 01/05/2018.

(Condephaat), em 2002 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e em 2003 pelo órgão municipal. Entre 2003 e 2007, foi considerada pelo World Monuments Fund (WMF) um dos cem patrimônios em risco mais importantes do mundo. Em 2008, em virtude das políticas de reabilitação, saiu da lista da WMF e tornou-se o primeiro patrimônio cultural paulista e também o primeiro patrimônio industrial brasileiro a compor a lista indicativa do Brasil ao título de Patrimônio da Humanidade da Unesco. Essa candidatura foi retomada pelo Iphan em 2014, após o anúncio dos vultosos R\$ 42 milhões em investimentos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas (PACCH). (FIGUEIREDO, 2015, p.31)

Entretanto, o que chamou a atenção deste trabalho, foi o processo administrativo e de gestão pelo qual a Vila Paranapiacaba passou. A fim de administrar de perto a dinâmica da Vila, a prefeitura de Santo André instituiu em 2001 a subprefeitura de Paranapiacaba, viabilizando uma gestão descentralizada e articulando as políticas setoriais de desenvolvimento urbano, econômico e social com preservação do patrimônio cultural, conservação ambiental, turismo e participação cidadã. (FIGUEIREDO, 2015, p.33)

No ano seguinte e a partir da compra da Vila pela prefeitura, foi possível dar início a um projeto denominado de Programa de Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável, que consistiu, resumidamente, na implementação de políticas integradas que interligaram eixos como a “descentralização administrativa”, “integração de políticas setoriais: interdisciplinaridade, participação e território”, “planejamento urbano e preservação do patrimônio”, “turismo sustentável e a conservação ambiental” e o “desenvolvimento social e a participação cidadã.”⁹¹

A qualidade do trabalho e a experiência com a gestão da Vila Paranapiacaba inspira e se tornou referência nacional e ambas as vilas mencionadas são exemplos da possibilidade de preservação de conjuntos desse porte ainda que localizados no interior do país; são geridas por projetos conscientes de sua história sem que seu uso ficasse restrito a apenas à contemplação cultural.

Como apresentado, existem diversos caminhos para que a conservação de um conjunto como a Vila dos Operadores de Jaguará, possa ser efetivada. Nesta Parte buscou-se apresentar um pouco da discussão das políticas aplicáveis no financiamento do turismo como meio de conservação do patrimônio cultural, através também da história e do atual estado de conservação da Vila dos Operadores de Jaguará e também de exemplos que permitem a reflexão de meios reais para conservá-la, sem deixar de considerar sua condição turística vigente.

⁹¹ O trabalho pode encontrado com mais detalhes em: <file:///D:/Download%20Chrome/74963-128731-1-PB.pdf>. Acesso em: 20/07/2018.

3.2. A paisagem cultural e a Vila dos Operadores de Jaguará.

O presente trabalho não poderia furtar-se a apresentar, mesmo que brevemente tendo em vista que não é seu foco, o tema da paisagem que muito discute-se na atualidade. A discussão que interessa diz respeito à importância da leitura da paisagem cultural e das formas de conservá-la. A questão é continuamente tratada em soluções como as exemplificadas no item anterior, cuja intervenção deve considerar além do projeto em si, também a paisagem por ele conformada.

O conceito de paisagem é amplamente abordado por diferentes áreas do conhecimento tais como, a arquitetura, ecologia, geografia, entre outros. O campo da geografia investiga intensamente o tema por uma perspectiva que, nesse trabalho, é pertinente considerar devida a proximidade da Vila dos Operadores de Jaguará à Serra da Canastra, conformação de notória representatividade na paisagem brasileira.

Diante da questão da Jaguará, a paisagem natural é vista como potencializadora da paisagem criada pela mão humana, e ações preservacionistas podem contribuir tanto para sua preservação, como também na preservação do todo.

Ao trabalho geográfico é acrescida a discussão proposta pela UNESCO⁹² em 1992; pelo Council of Europe⁹³ do ano de 2000 e também, em nível nacional, pelo debate desenvolvido atualmente pelo IPHAN, que busca desde aproximadamente 2009, alicerçar a análise da preservação cultural também no que compete a preservação da paisagem cultural, entre outros objetivos.

Uma das leituras que feita a respeito da paisagem natural, é a de que ela é compreendida como precedente às ações do homem, portanto, é a paisagem conformada pela estrutura geológica do território. A paisagem cultural é, por sua vez, interpretada como fruto das ações do homem em seu espaço e defendida pelo positivista geógrafo americano Carl Otwin Sauer, nas primeiras décadas do século XX⁹⁴. “A paisagem é analisada em suas formas materiais, existindo uma preocupação em investigar como a cultura humana, analisada através de seus artefatos materiais, transforma essa paisagem.” (RIBEIRO, 2007, p.15)

A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural, ou seja, a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural,

⁹² Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cartilha_do_patrimonio_mundial.pdf. Acesso em 05/05/2018.

⁹³ Texto original na língua inglesa disponível em: <https://rm.coe.int/1680080621>. Acesso em 05/05/2018. Texto traduzido por autor desconhecido disponível em: <https://rm.coe.int/16802f3fb7>. Acesso em 05/05/2018.

⁹⁴ A Escola de Berkeley ou Geografia Cultural Saueriana adota uma visão positivista calcada no historicismo e trata a paisagem cultural como um conceito científico, restrito essencialmente aos aspectos visíveis, excluindo assim todos os fatos não materiais da atividade humana. Nessa corrente de pensamento Sauer deixa explícito que as dimensões estética e subjetiva da paisagem existem e são reconhecidas, mas não fazem parte do interesse científico, na medida em que não podem ser classificadas e mensuradas. (LUCA, 2016, p. 57)

o resultado. (SAUER, 2004, p.29 apud. LUCA, 2016, p.57). A paisagem cultural centraliza o interesse da cultura a partir do fato de ela ser entendida como resultado da ação humana alterando a paisagem natural, embora, na realidade, toda ação humana que altera a natureza produz cultura. (LUCA, 2016, p.57)

Em contrapartida, ao considerar a ação do homem na formação da paisagem cultural, considera-se também todas as representações simbólicas daquele lugar; representações estas que estão além da materialidade e que contemplam o homem, suas linguagens e interpretações, desde as mais simples às mais complexas.

Essa leitura é feita por um movimento que rompe com o positivismo de Sauer e que nos anos 1960 “se dirigiu para uma maior aproximação da geografia com as filosofias ligadas ao humanismo, do que emergiu uma nova corrente que se intitulava “geografia humanista”, que refutava também a geografia cultural. ” (RIBEIRO, 2007, p. 24)

Em meio a múltiplas interpretações, há um consenso de que a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre o seu espaço. No entanto, ela pode ser vista de diferentes maneiras. A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, locus de interação entre a materialidade e as representações simbólicas. (RIBEIRO, 2007, p. 9)

A compreensão da potencialidade de preservação da paisagem cultural, corrobora a justificativa da preservação da Vila dos Operadores de Jaguará e de todo seu entorno. A paisagem cultural da Vila é conformada por espaços erguidos pelo homem e pela natureza que os circunda.

Ainda que a contemplação da natureza não tenha sido o objetivo principal das edificações da Vila e que, como visto na Parte 2, não foi realizada uma leitura detalhada da paisagem natural local para a implantação das edificações, a leitura realizada na contemporaneidade permite afirmar que a paisagem cultural daquele local recebe importâncias bilaterais, tanto da exuberância da paisagem natural como da excepcionalidade das ações humanas.

Assim, é necessária que além da tutela da Vila dos Operadores de Jaguará, a paisagem cultural também seja resguardada. Qual a garantia de que a paisagem não padeça por intervenções inconsequentes?

Conforme declarado em entrevista o proprietário afirma que, caso surja um investidor interessado, existe a ideia construir um prédio comercial e/ou residencial aproveitando-se a estrutura do que hoje ainda é o centro comercial. Caso o projeto seja realizado, entende-se de antemão que a escala de prédio, seja qual for o número de andares, destoa completamente da paisagem cultural local e, portanto, tanto a Vila em si, como a paisagem, encontra-se em risco de descaracterização.

A carência de uma categoria de preservação que abranja a paisagem como um bem patrimonial já era sentida quando surgiram as primeiras ideias de preservação do patrimônio no Brasil, em 1937, se apresentando com o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. No ano de 2009, a portaria 127 de 30 de abril, define paisagem cultural:

Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. Parágrafo único - A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN, mediante procedimento específico. (Diário Oficial da União, 2009, p.17)

Dada a notoriedade que as discussões sobre o reconhecimento, preservação e gestão da paisagem cultural, têm ganhado nas últimas décadas, é possível aplicar essa leitura à Vila dos Operadores de Jaguará, a partir de seus valores de memória presentes na vida da população, desde sua inserção no contexto da cidade de Sacramento, e também a partir de valores formais, referentes à interferência humana na construção daquele espaço.

Leituras das paisagens como as que efetivaram a preservação e conservação da Vila Paranapiacaba, por exemplo, são perfeitamente aplicáveis à realidade encontrada na Vila dos Operadores de Jaguará e esses exemplos merecem ser estudados e adaptados em outros contextos. A chancela de paisagem cultural dada à região que engloba a Vila, juntamente com a represa e seus arredores, e o pacto de gestão daí decorrente, poderiam ser os mais eficazes meios de conservação deste conjunto.

É imprudente acreditar que apenas a documentação ou o tombamento por si só poderão, sozinhos, garantir a efetiva conservação da Vila e das múltiplas memórias das quais ela é portadora. O desafio de preservar reminiscências da Arquitetura Moderna na Vila dos Operadores de Jaguará se atrela ao desafio de também preservar a paisagem cultural do lugar e suas belezas naturais.

A solução vista é considerar a implementação de um plano de gestão cultural e de paisagens naturais que envolvam interesses da sociedade civil, do desenvolvimento econômico, cultural e turístico da cidade de Sacramento como também os interesses da administração privada, assim como considerado na Parte 2 deste trabalho.

Aos pesquisadores que hoje voltam suas investigações a esse objeto, fica a responsabilidade de resgatar a memória; de coletar, sistematizar e disponibilizar materiais que garantam a permanência desse período no registro da história da cidade de Sacramento e da Região do Triângulo Mineiro e, por que não, também a consultoria técnica e teórica das ações de intervenção, a fim de moderar os interesses envolvidos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou dar continuidade à incessante pesquisa de investigação e documentação da Arquitetura Moderna do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com uma contribuição mais detalhada do que se entendeu como o valor de patrimônio cultural da Vila dos Operadores de Jaguará em Sacramento, uma cidade de pequeno porte de Minas Gerais.

As manifestações arquitetônicas encontradas são expressões funcionais, estruturais, de estética clara e de forte traçado, que injustamente ainda não encontraram, principalmente na pequena cidade, a proteção necessária para que perdurarem por muitos e muitos anos – e quem sabe lá, em um futuro não tão distante, tenham seu valor plenamente resguardado.

A pesquisa teve ainda como objetivo, a compreensão da preservação do patrimônio cultural a partir da hipótese do agravamento da preservação cultural em cidades de pequeno porte. O desenvolvimento permitiu considerar que para além dos agravantes convencionais, como o insuficiente investimento em cultura, as tentativas de preservação cultural em uma cidade de pequeno porte precisam contar com ainda mais suporte técnico, que neste caso poderá ser realizado em consonância com a universidade pública – quando possível o acesso ao órgão.

A contextualização histórica e a documentação da Vila dos Operadores de Jaguará, aqui apresentadas, é um exemplo da contribuição que a universidade tem a ofertar. Após as visitas à cidade, e a partir da entrevista realizada com o atual secretário de cultura, surgiu a proposta por parte do grupo de pesquisa do NUTHAU que, como já colocado, realiza o projeto “Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: História e Preservação” e também a disposição das duas partes, em realizar um projeto de extensão que contaria com a participação de alunos de graduação e de professores pesquisadores de áreas afins.

A ideia é transportar ao meio acadêmico as dificuldades encontradas por uma administração pública, no momento de reconhecer, documentar e intervir em um patrimônio cultural; em contrapartida, a academia aproxima-se da realidade prática da preservação cultural nos municípios e oferece ainda um retorno do investimento na universidade à sociedade.

Há muito o que se discutir sobre as formas de conscientização cultural, ainda mais quando é entendido que o patrimônio cultural pode ser reconhecido sob valores subjetivos que, assim como as intervenções e a documentação, deveriam ser transmitidos de geração em geração; valores como o da memória podem resgatar as significâncias culturais mesmo que a materialidade se perca.

Contudo, ressalta-se que os valores que provém da identificação, da memória e da história de uma população devem ser identificados com diligência e reponsabilidade. São valores que devem ser resguardados antes de qualquer medida que infira em intervenções no patrimônio cultural.

Sacramento é uma cidade na qual a história é percebida facilmente. No desenvolvimento desta pesquisa foi gratificante conhecer essa cidadezinha de clima bucólico e de lindas paisagens. Desbravar os caminhos para chegar até a Vila dos Operadores de Jaguará – por rotas alternativas e outras nem tanto – foram momentos que influenciaram o interesse na importância deste trabalho.

A Vila dos Operadores de Jaguará, por sua vez, é um conjunto que parece merecer mais a proteção a cada visita realizada. Percorrer suas ruas, sentir a ambiência e perceber o passar do tempo sobre sua estrutura, reascende a reflexão também da urgência da pesquisa em áreas como as da preservação em arquitetura e do urbanismo.

Não se trata apenas do resgate de um patrimônio cultural local, trata-se de um patrimônio cultural de valores comprovados, ao longo deste e de outros trabalhos, os quais não são notados em uma pequena cidade como Sacramento. É notado que a deficiência se encontra não no que diz respeito à atribuição de valores a este patrimônio e sim na compreensão cultural daquilo que é entendido como patrimônio cultural no município. Infelizmente a dificuldade do reconhecimento, dessa expressão arquitetônica e urbanística, ainda é um dos maiores desafios a serem enfrentados.

O trabalho contou com um importante aporte teórico que permitiu a compreensão da trajetória da arquitetura e do urbanismo, bem como fundamentou a reflexão de valoração de bens culturais brasileiros e ainda fundamentou compreensões do território e da conformação do município. Portanto, as considerações levantadas proporcionam alternativas de ação e de justificativa de trabalhos que poderão ser realizados junto à Vila dos Operadores de Jaguará, como também para outros pequenos municípios.

5. Referências bibliográficas

Gerais

- ALMEIDA, E. de. **O "construir no construído" na produção contemporânea: relações entre teoria e prática.** Tese de doutorado. 2009. São Paulo – USP.
- ANDRADE JUNIOR, N. V., ANDRADE, Maria Rosa de Carvalho. R. N. C. **O IPHAN E OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MODERNO: A aplicação na Bahia do Inventário Nacional da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Modernos.** Docomomo Bahia 2013.
- AMARAL, Aracy A. (org.). **Projeto Construtivo Brasileiro na Arte - (1950-1962).** S. Paulo - Rio de Janeiro, MEC-FUNARTE - Sec. da Cultura, Ciência e Tec. do Est. de S. Paulo, 1977.
- ARGAN, Giulio. **História da arte como história cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 280p. 1995.
- **Arquitetura Moderna e sua preservação: Estudos para o plano de construção preventiva do Pavilhão Arthur Neiva.** Org.: Bárbara Cortizo de Aguiar e Maria Luisa Gambôa Carcereri. Rio de Janeiro, 2017.
- BACELAR, W. K. de A. **Pequena Cidade: uma caracterização.** V Encontro de Grupos de Pesquisa. "Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais". Novembro de 2009.
- _____. **A pequena cidade nas teias da aldeia global: relações e especificidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG.** Tese de doutorado. Uberlândia. 2008.
- BENHAMOU, Françoise. **Economia do patrimônio cultural.** São Paulo, Edições Sesc, 2016.
- BOSI, Ecléa. **Memória da cidade: lembranças paulistanas.** In. O DIREITO À MEMÓRIA: Patrimônio histórico e cidadania. Departamento do patrimônio histórico (1992). Secretaria Municipal de Cultura. Prefeitura do Município de São Paulo. Pág. 145. São Paulo.
- BRANDI, Cesare. **Teoria do Restauro.** Torino: Piccola Biblioteca Einaudi, 2004.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1981.
- CAMARGO, Mônica Junqueira de. **A presença Brasileira na historiografia da arquitetura do século XX.** *Desígnio*, n. 11/12, pp. 73-88, mar. 2011.
- CAMISASSA, M. M. S. **A Preservação do Moderno e a Formação dos Futuros Profissionais da Arquitetura e do Urbanismo.** In: PESSÔA, José; VASCONCELLOS, Eduardo; REIS, Elisabete; LOBO, Maria (Orgs.). *Moderno e Nacional.* Niterói: Ed. UFF, 2006, pp. 169 -180.
- CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. **O inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural: adequações e usos (des) caracterizadores de seu fim.** *Revista CPC*, São Paulo, n.16, p. 001-208, maio/out. 2013.
- CAPPELLO. M. B. C. **Documentar para conservar: arquitetura moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** In: Eline Maria M. P. Caixeta; Bráulio Romeiro. (Org.). *Interlocuções na arquitetura moderna no Brasil: o caso de Goiânia e de outras modernidades.* 1ªed.Goiânia: Editora UFG, 2015, v., p. 169-194.
- _____.; VALE, M. M. B. T.; LAURENTIZ, L. C.; BORBA, L. E.; RIBEIRO, P. P. A. . **Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo e Mineiro e Alto Paranaíba. História e Preservação.** 1ª. ed. Uberlândia: EDUFU, 2012.

- CARBONARA, Giovanni. **Avvicinamento al restauro. Teoria, storia, monumenti.** Napoli: Liguori Editore, 1997.
- _____. in **Che cos'è il restauro? Nove studiosi a confronto, (da un'idea di B. Paolo Torsello)**, Venezia, Marsilio, 2005.
- CARVALHO, Claudia Suely Rodrigues de. **Preservação da Arquitetura Moderna: edifícios de escritórios construídos no Rio de Janeiro de 1930 a 1960.** Tese (Doutorado- Área de Concentração: História e Fundamentos do Urbanismo) – FAUUSP, 2005.
- CASADEI, Eliza Bachega. **Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva.** Revista Espaço Acadêmico – nº108 - maio de 2010.
- CAVALCANTI, Lauro. **As preocupações do Belo.** Rio de Janeiro: Taurus Editora, 1995, p. 153.
- CERCHI, A. C. **Os bondes de Sacramento. Sacramento – MG.** 1991. Sacramento – MG. p. 163. 1991.
- CHIZZOTTI, Antônio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios.** Revista Portuguesa de Educação, 2003, 16(2) pp. 221-236. CIEEd. Universidade do Minho.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio.** São Paulo: Unesp. 282p. 2002.
- CHUVA, Márcia. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 31, 2005.
- COSTA, L. **Documentação Necessária.** COSTA, L. Registro de uma Vivência, São Paulo, Empresa das Artes, 1995.
- CUNHA, Claudia dos Reis e. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN.** São Paulo - 2010. Tese (Doutorado – Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP.
- _____. **O patrimônio cultural da cidade de Sorocaba: Análise de uma trajetória.** São Paulo – 2005. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: História de Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP.
- _____. **Alois Riegl e o “Culto Moderno dos Monumentos”.** In: Revista CPC, São Paulo, v.1, n.2, maio/out. 2006.
- _____. **A atualidade do pensamento de Cesare Brandi.** Resenhas Online, Vitruvius. 2004. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/03.032/3181>. Acesso em 15/09/2017.
- _____. **Teoria e método no campo da restauração.** Revista Pós FAU USP v.19 n.31p. 98-115. São Paulo. Junho 2012.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). **O Direito à Memória – Patrimônio Histórico e Cidadania.** São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.
- CRUZ, T. F. dos S. **Intervenções de restauro em Paranapiacaba: entre teorias e práticas.** Tese de doutorado. São Paulo. 2013.
- D'ALESSIO, M. B. M. **Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora.** Revista Brasileira de História. São Paulo. V.13, nº 25/26. Pp.97-103. Set. 92/ago. 93.
- DECKKER, Z., 2001. **Brazil Build: the architecture of the modern movement in Brazil.** Spon Press – Taylor & Francis Group. London and New York, 2001.

- FIGUEIREDO, V.G. B. **Gestão sustentável da paisagem cultural: legados e lições da experiência de Paranapiacaba**. Revista CPC, São Paulo, n.18, p. 29–55, dez. 2014/abril 2015.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**. Rio de Janeiro: UFRJ / IPHAN, 1995.
- FRAMPTON, K. **História Crítica da Arquitectura Moderna**. Barcelona, Gustavo Gili. 1987.
- GOODWIN, P.L. **Brazil Builds – Architecture New and Old 1652 - 1942**. New York, The Museum of Modern Art. 1943.
- GUERRA, M. E. A; ALMEIDA, D. A. **Geração de energia, geração urbanística: Implantações urbanísticas vinculadas às hidrelétricas no triângulo mineiro e sul de Goiás (2003)**. In: II Simpósio Regional de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, novembro.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **História, memória e patrimônio**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 34, p. 91- 111, 2012.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003, 224 p.
- JACÓB, A.S. **Documentário comentado: As Terras de Maria Ausente. Fundação da cidade de Sacramento. Sacramento - MG**. 2003. p. 173.
- KÜHL, Beatriz. **História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos**. R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006.
- _____. **Restauração hoje: método, projeto e criatividade**. Desígnio, São Paulo, n. 6, p. 19-34, 2006.
- _____. **A restauração do arranha-céu Pirelli: a resposta italiana a uma questão internacional, por Simona Salvo**. Pós: Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo[S.l: s.n.], 2006.
- _____. **A intervenção na arquitetura contemporânea como tema emergente do restauro**., Vitruvius, jul. 2016 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.194/6129>>.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad.: Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)
- LEVY, Hanna. **Valor artístico e valor histórico: importante problema da história da arte**. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro. Mês 4, 1940, pp. 181-192.
- LOBO, C. F. F. **Dispersão espacial da população nas regiões de influência das principais metrópoles brasileiras**. Tese de doutorado. 2009. 164p.
- LUCA, Virginia Gomes de. **Caráter da paisagem: foto-grafia do antigo caminho dos imigrantes italianos no sul de Santa Catarina**. Tese Doutorado. UFSC. Florianópolis - SC, 2016.
- MARTINS, C. A. F. **Arquitetura e Estado no Brasil: Elementos para uma Investigação sobre a Constituição do Discurso Modernista no Brasil; a Obra de Lúcio Costa**. São Paulo. Dissertação (Mestrado) – FFLCH - USP, 1º. Capítulo. 1988.
- MAGALHÃES, C.F. **Turismo, política e Planejamento - Estudo do Circuito Turístico do Diamante no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais**. Tese de doutorado. Belo Horizonte, 2008.

- MELO, N. A. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. 2008. 437f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- MONNIER, Gérard. **Fazer a história da arquitetura recente**. Revista CPC, São Paulo, n.3, p. 54-68, nov. 2006/abr. 2007
- _____. **O edifício-evento, a história contemporânea e a questão do patrimônio**, *Desígnio*, 2006, n. 6, p. 11-18.
- MORRISON, A. **The tramways of Brazil – A 130 Year Survey** Bonde Press. New York. 1989.
- NASCIMENTO, Flavia Brito do. **Conjuntos residenciais modernos: valor e preservação**. Anais do 7º Docomomo 2007.
- _____. **Preservando a arquitetura do século XX: o Iphan entre práticas e conceitos**. Cadernos Proarq 19, Arquitetura – Periódicos. 2 – Urbanismo-Periódicos. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Arquitetura. 2012.
- NERUDA, P. [Apresentação]. In. **Confesso que vivi: memórias**. 29. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 7.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. Tradução Yara Aun Khoury. *Proj. História*. São Paulo (10), dez. 1993.
- PADUA, Carolina Dal Ben. **Arquitetura Moderna: um estudo sobre patrimônio e preservação**. 2013. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- PEREIRA, A.L.S. **A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis**. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 307-328, nov 2014.
- PESSÔA, José. **Cedo ou tarde serão consideradas obras de arte**. In: PESSÔA, José; VASCONCELLOS, Eduardo; REIS, Elisabete; LOBO, Maria (Orgs.). *Moderno e Nacional*. Niterói: Ed. UFF, 2006, pp. 157-168.
- PESSÔA, V. L. S. **PESQUISA QUANTITATIVA E PESQUISA QUALITATIVA: reflexões para pensar o projeto de pesquisa**. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFG/Regional Catalão. Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação vol. 1, 2012.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Conferência transcrita por Monique Augras e editada por Dora Rocha. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- PORTUGUEZ, A.P., SEABRA, G. F. QUEIROZ, O.T. M. (Organizadores). - **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.
- QUENCI, V. M. **Timóteo: o legado urbano de um projeto industrial**. 2007. 396p.: il. Tese (Doutorado – Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, 2007.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Trad.: Maria Cecília França. São Paulo. 1993.
- **Revista 50 anos da CEMIG**. Editada pela Superintendência de Comunicação Visual e Representação. Maio, 2002.
- RIBEIRO, R. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan, 2007. 152p.
- RIEGL, Alois. **O culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução de Werner Rochschild Davidsohn, Anar Falbel – I. ed. – São Paulo: Perspectiva, 2017.

- RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado: A Instituição do Patrimônio em São Paulo. 1969-1987.** São Paulo: UNESP, 1999
- RUBINO, Silvana. **O mapa do Brasil passado.** Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996.
- SALVO, Simona. **Restauro e 'restauros' das obras arquitetônicas do século 20: intervenções em arranha-céus em confronto.** Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. Revista CPC, São Paulo, n.4, p.139-157, maio/out. 2007.
- SANT'ANNA, Márcia. **Preservação como prática: sujeitos, objetos concepções e instrumentos.** In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1.ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.
- SANTOS, Cecília Rodrigues dos. **Conservação no DOCOMOMO: modernidade em busca de preservação ou preservação em busca de modernidade?** Moderno e Nacional. DOCOMOMO. 2006. Niterói: Ed. UFF, 2006.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo. 1993.
- _____. **Território: Globalização e Fragmentação.** Organização: SANTOS, M., SOUZA, M.A.A. de., SILVEIRA, M.L. São Paulo, 1998.
- SILVA, P. S. **O público e o privado na gestão das potencialidades e das fragilidades turísticas no município de Sacramento – MG.** Tese de doutorado. Uberlândia – MG, 2010.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. **A preservação do moderno: o caso de Brasília. Moderno e Nacional.** DOCOMOMO. 2006. Niterói: Ed. UFF, 2006.
- SCHICCI, Maria Cristina da Silva. **The Cultural Heritage of Small and Medium – Size Cities: A New Approach to Metropolitan Transformation in São Paulo, Brazil.** TDSR. Volume XXVII number I, 2015.
- SPOSITO, E. S. **Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana.** 1982. 238 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____.; JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades Pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais.** Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- TINEM, Nelci. **Subsídios ao debate historiográfico sobre o tema.** In: o Alvo do Olhar estrangeiro: o Brasil na historiografia da arquitetura moderna. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.
- **Usinas da Cemig: 1952-2005.** / Coordenação Paulo Brandi de Barros Cachapuz. – Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2006. 304p.
- WANDERLEY, M. N. B. **Urbanização e Ruralidade: Relação entre a pequena cidade e o mundo rural e estudos preliminares sobre os pequenos municípios em Pernambuco.** Recife: UFPE, 2001. Disponível em: Acesso em janeiro de 2006.
- WEISS, R. **A dinâmica urbana: da compreensão à construção de um modelo de identificação dos padrões de crescimento urbano por meio das métricas espaciais da paisagem. O caso do distrito da Lagoa da Conceição – SC.** Tese de doutorado. Florianópolis. 2016.

- WOLFF, Silvia Ferreira Santos; ZAGATO, José Antônio Chinelato. **A preservação do patrimônio moderno no Estado de São Paulo pelo Condephaat**. Arqtextos, São Paulo, ano 17, n. 194.07
- ZONNO, Fabiola do Valle. **O valor artístico na relação passado-presente: Modos de interpretação do lugar**. Arqtextos, São Paulo, ano 17, n. 195.00, Vitruvius, ago. 2016.

Periódicos

- **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2ª Edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
- ABIB, D. J. **Cultura espírita no Brasil**. Brazilian Cultural Studies v. 2, n. 2, p. 106-124, Jul/Set. 2011.
- BANDEIRA, L.A.M., 2002. **Revista Bras. Polít. Int.** 45 (2): 135-146 [2002].
- BORGES, A. R.; EMMENDOERFER, M.L.; MONTEIRO, L. P.; Soares, E. B. S. **ICMS Turístico: um estímulo à participação social em prol do desenvolvimento turístico em destinos indutores de Minas Gerais?** In. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 18, n. 61, Jul/dez.2012.
- CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. CROZARA, Letícia Guitarrara Nirschl. **Vila dos Operadores da Usina Hidrelétrica de Jaguará: Análise urbana e arquitetônica**. Revista Horizonte Científico. Uberlândia, VOL 5, Nº 2 (DEZ 2011).
- FRESCA, T.M. **Centros locais e pequenas cidades: distinções necessárias**. Anais XVI ENG. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/2736/273619430006/>. Acesso em: 28/05/2018.
- JUNIOR, O.M. **As cidades pequenas na geografia brasileira: A construção de uma agenda de pesquisa**. GEOUSP – Espaço e tempo, São Paulo, n.35, 2013, p. 19 – 33.
- MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity?** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.
- **PAISAGEM CULTURAL**. Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional – IPHAN. 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf. Acesso em: 26/06/2017.
- **Sistema do ICMS. Critério Turismo. Passo a passo para o cadastramento de informações e documentos no Sistema do ICMS critério Turismo**. Secretaria de Estado de Minas Gerais, Superintendência de Políticas do Turismo. Núcleo de ICMS critério Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/images/stories/icmsturistico/manual-sistema-icms-criterio-turismo.pdf>. Acesso em: 10/09/2017.
- SILVA, Raquel Beatriz; LAURENTIZ, Luiz Carlos de. **A ARQUITETURA MODERNA NAS CASAS DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA**. Revista Horizonte Científico. Vol.5, nº2. Dez.2011. Uberlândia, MG.
- SOUZA, Eduardo. **Padrão de intenção e a ordem pictórica**. 2015. Disponível em: <https://animusmundus.wordpress.com/2015/02/13/padrees-de-intencao-e-a-ordem-pictorica-um-resumo/>. Acesso em: 25/01/2017.

- SCOTTA, Luciane. **Brazil Builds: Architecture New and Old. Repercussão da divulgação da arquitetura moderna brasileira.** AUS (Valdivia), 2015, no.17, p.24-29. ISSN 0718-7262.

Sites

- **Companhia Energética de Minas Gerais.** <http://www.cemig.com.br/pt-br/Paginas/default.aspx>
- **Conselho Municipal de Turismo de Sacramento.** <http://culturasacramento.com.br/conselho-municipal-de-turismo>
- **Conselho Municipal de Turismo de Sacramento.** <http://culturaeturismosacramento.blogspot.com/p/conselho-de-patrimonio-bens-protegidos.html>
- DOLABELA, V. 2013. **Histórico do município de Sacramento – MG.** Disponível em: <http://virginiadolabela.blogspot.com.br/2014/08/caminhos-do-desemboque-notas-historicas.html>.
<https://virginiadolabela.blogspot.com/2013/12/desemboque-notas-historicas.html>
<https://virginiadolabela.blogspot.com/2016/04/200-anos-de-anexacao-dos-julgados-do.html>
Acesso em: 04/10/2016.
- **Estatuto da Cidade. 2001.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm
- **Legislação Mineira.** Norma. Lei 18030 de 12/01/2009 – Texto atualizado. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-novamin.html?tipo=LEI&num=18030&comp=&ano=2009&texto=consolidado>. Acesso em: 05/09/2017.
- **LEI N. ° 18.030/2009 – DISTRIBUIÇÃO DA PARCELA DA RECEITA DO PRODUTO DA ARRECAÇÃO DO ICMS PERTENCENTE AOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS. DELIBERAÇÃO NORMATIVA DO CONSELHO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL (CONEP) Nº 01/2016.** Disponível em: http://iepha.mg.gov.br/images/Documentos/Programas/DN_01-2016_exerc_2018.pdf. Acesso em: 04/11/2017.
- **Parque Náutico de Jaguará.** <http://www.parquenauticodejaguara.com.br>
- **Prefeitura municipal de Sacramento – MG.** <https://www.sacramento.mg.gov.br/>

Arquivos

- NUTHAU – Núcleo de Pesquisa em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia (FAUeD – UFU).
- Arquivo Público Municipal de Sacramento “Cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Bruonswik”
- Arquivos Usina Jaguará CEMIG.
- Setor de memória CEMIG – Belo Horizonte.
- Arquivo Pessoal de Marco Aurélio de Almeida.
- Arquivo Pessoal de Amir Salomão Jacób.

6. APÊNDICES

As entrevistas foram organizadas cronologicamente.

6.1. Entrevista antigo funcionário da Usina Jaguará, o senhor Marco Aurélio Almeida.

Entrevista realizada em 02/11/2017, via e-mail pela mestrandia Rafaela Borsato Belo.

Boa tarde senhor Marcos Aurélio,

Estou enviando algumas perguntas e espero não atrapalhar. Vou colocar as perguntas aqui, no corpo do e-mail, mas também em um arquivo no word (responda onde e como achar melhor).

Essas perguntas nos ajudarão a compreender a importância e como os projetos da Usina de Jaguará atingiram diretamente a vida dos moradores de Sacramento e também dos funcionários que ali trabalharam. Estou à disposição para eventuais dúvidas e desde já agradeço a disposição em ajudar.

1- Quando a Usina Jaguará foi instalada na cidade, como a população de Sacramento recebeu a empreitada?

O senhor se lembra e pode dividir conosco, de quais eram as expectativas da população?

2- Com a construção da Vila dos Operadores de Jaguará, ouvimos dizer que alguns funcionários, quando se casavam, recebiam o direito de morar em uma casa da Vila, o senhor confirma essa história?

3- A dinâmica das festas, o uso do clube, do restaurante, do templo ecumênico e dos espaços em comum: Como era a vida na Vila?

4- O Centro Comercial, ou supermercado, vendia o que exatamente? Era possível comprar tudo por ali sem que se precisasse ir até a cidade?

5- A Vila era aberta às pessoas que não moravam por ali ou, para ter acesso à Vila, era necessário conhecer alguém que ali morasse?

Era possível acessar a Vila apenas para uso do restaurante e da represa?

6- A escola atendia a população de Sacramento ou era, preferencialmente, voltada aos filhos dos funcionários da Usina?

7- Qual a lembrança mais importante que o senhor tem quando pensa no conjunto da Vila dos Operadores?

8- A Vila dos Operadores, assim como a Usina Jaguará, teve grande importância no desenvolvimento, econômico e social, tanto da cidade de Sacramento como para a cidade de Ríofina. Como o senhor acredita que esse projeto tocou a vida da população dessas cidades?

9- O senhor acredita na importância da preservação da memória desse período, através da, por exemplo, preservação da memória da Vila dos Operadores de Jaguará?

10- Além das fotos doadas ao Arquivo Público Municipal, o senhor possui, ou sabe quem possui, fotos ou qualquer outro registro do período de funcionamento da Vila dos Operadores?

11- O senhor pode nos indicar outros funcionários que podem nos fornecer seus relatos pessoais?

12- Como o senhor acha que pode acontecer a interação da estrutura da Vila dos Operadores de Jaguará, com a população da cidade de Sacramento? Alguma sugestão?

13- O que a Usina e toda a sua estrutura, representou na vida do senhor?

Atenciosamente.

Respostas do sr. Marco Aurélio

Boa tarde. Tentarei responder o mais real de que presenciei, vivi, participei em 32 anos de empresa CEMIG em Jaguará. Na Vila de Operadores morei de 1970 a 1999. Fui motorista, almoxarife, aux escritório, aux administração, Chefe de Seção, Técnico em Administração e finalizando com Gerente Administrativo da Usina. (Sou muito orgulhoso por isso).

1 - A expectativa era grande para uma cidade pequena, considerando empregos novos, crescimento da população, circulação de recursos financeiros; porém tudo era novidade. Considerando também as empreiteiras que utilizava a cidade como logística.

2 - Não era assim. Eu fui o primeiro empregado a casar-se dezembro 1967. Era avaliado: função, salário, interesse da empresa em te-lo no acampamento. (Estas moradias oferecidas eram em uma vila de Jaguará remanescente de uma cerâmica desapropriada pela CEMIG; e Vila Operária) com casas geminadas em 25 conjuntos e depois uma ampliação de aproximadamente 60 casas bem pequenas. A Vila de Operadores foi construída para abrigar pessoal da administração, operação e manutenção da Usina; por isso o nome de Vila de Operadores. Pessoal que trabalhava na construção da Usina, raríssimos moravam lá.

3 - A vila de Operadores era exclusiva do pessoal mencionado item anterior.

4 - O Centro Comercial era composto de Supermercado, Açougue, Confeitos de Padaria. Também farmácia, um posto de serviço bancário na época pelo Banco Crédito Real e depois Banespa. Era aberto para feirantes que passavam por lá oferecendo seus produtos.

5 - Havia um controle de entrada de pessoas feito pela segurança antes da CEMIG e depois contratadas. Acesso a usina só com prévia autorização. Restaurante e outros era permitido sob controle. (por ser considerada área segurança Nacional).

6 - A Escola era para filhos de empregados, porém recebia também filhos de moradores da Estação de Jaguará (comunidade)

7 - Foi um marco de modernidade, progresso, crescimento profissional, melhoria econômica para os municípios, para os empregados e dizer ERA UMA VEZ.....

8 - Resposta item anterior.

9 - A Empresa não tinha como meta memória e sim um empreendimento industrial e econômico. " Hoje teríamos que vivenciar FENIX" renascer das cinzas. (Veja Dra como somos: as fotos que doe para o Arquivo Público, verdadeiro acervo, SUMIUUUU!...

10 - Somente lembranças de boas épocas e contemplar as ruínas. Pois o imóvel onde localiza a Vila de Operadores e outros prédios já foram vendidos; parece que nem sequer pagaram, somente haverá histórias para contarmos, como faço agora, kkkk!

10 - Poucos ex empregados estão aqui em Sacramento, muitos tiveram um período pequeno e não conheceram esta história. (Estou com 75 anos) graças.... Se conseguir fotos de album de família que contemple o que quer, vamos contactando.

11 e 12 já respondidos anteriormente.

13 - Representou realização de meu sonho, aprendizado, conhecimento, valores humanos, educação, de meus filhos o melhor lugar que Deus me concedeu para constituir e viver com minha família.

Se precisar algo estou a disposição, me dê um alô no Wssap pois conseguindo foto lhe envio. Sou muito fraco em informática, percebeu.

Abraços e meus respeitos. Atee.

6.2. Entrevista realizada com Paula Scalon, gestora do Parque Náutico de Jaguará e uma das filhas do proprietário.

Entrevista realizada em 11/09/2017, via e-mail, pela mestrandia Rafaela Borsato Belo.

Ola Rafaela, estamos a disposição para ajuda la. Respondendo....

1- Em alta temporada, qual a estimativa de público nas dependências do Parque Náutico de Jaguará?

No Hotel mais Restaurante e Prainha e o Condominio da Vila, o publico chega ate 500 pessoas no fim de semana.

2 - Com que frequência o clube da Vila é alugado? E quando é alugado é para fins pessoais (churrascos de família por exemplo) ou para fins corporativos (confraternização de empresas e etc)?

A locação do Clube varia muito de temporada. Seu aluguel é na maioria de uso corporativo, casamento e aniversarios.

3- Além das celebrações realizadas no 4º sábado do mês, o templo está disponível para aluguel para a realização de atividades de cunho religioso, como casamentos e batizados?

Sim, alem da missa mensal o templo pode ser usado para celebrar casamentos sim, como ja foi varias vezes.

4 - Quais atividades turísticas vocês acreditam que a estrutura da Vila pode oferecer mas que ainda não oferece? Qual seria o primeiro projeto executado para atender a essa atividade?

A Vila hoje, tem muita vida nos fins de semana, onde os inquilinos ocupam suas casas, as crianças brincam por todo o Parque e todos se interagem, vizinhos se tornam amigos e há muita atividade entre eles. O que queremos permanecer, principalmente pela tranquilidade.

5 – Quais as atividades turísticas mais rentáveis que o Parque hoje oferece? É possível expandir essas atividades a fim de aumentar a procura pelo turismo ecológico?

O turismo náutico é o mais forte na região e no Parque, além claro de se ter a tranquilidade.

6 – Os moradores das cidades de Sacramento e Rifaina são assíduos frequentadores do Parque ou o maior público advém do interior do Estado de São Paulo ou mesmo do Estado de Goiás?

Sacramento e Rifaina frequentam pouco. Maior público vem do interior Norte de SP e Minas Gerais. As cidades que estão em um raio de 300km, que são muitas.

7- Qual das edificações que compõem conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará e que não estão em uso, serviriam como complementação da estrutura do Parque Náutico de Jaguará? Por exemplo: reativar o Supermercado, a Casa de Visitas e/ou a escola. E qual o uso se daria a essa edificação?

Todas as edificações ainda sem uso servem para complementar o projeto turístico e imobiliário do Parque. Porém o custo para reativá-las é alto devido a isso estas edificações estão sem usos. Porém existem vários projetos de se tornar a Casa de Visitas um SPA, a área do Supermercado, Escola e Escritório em um grande centro tecnológico e cultural de integração. Entre outros "sonhos". Gostaria de enfatizar aqui, que apesar de alguns lugares estarem ainda desativados, durante o período que estamos no Parque, a intenção é de sempre preservar a arquitetura existente que é belíssima e é o que faz o lugar ser tão bonito. E de sempre dar o melhor uso as edificações.

Paula Scalon

6.3. Entrevista com o Professor Ivan Sebastião Barbosa, proprietário Vila dos Operadores de Jaguará.

Realizada em 26/03/2018, às 10h40, nas dependências do hotel da Vila, por Prof.^a Dra. Maria Beatriz Camargo Cappello e pela mestrandia Rafaela Borsato Belo.

Ivan: Essa vila, ela foi implantada pela CEMIG para a construção e depois manutenção e operação da Usina Hidrelétrica e essa vila destinou-se à elite dos trabalhadores que vieram pra cá e também à elite dos empreiteiros que vieram pra cá. Pra se ter uma ideia, o dono da Mendes Júnior* morou aqui. Um diretor, quem ganhou a licitação para construir: Mendes Júnior. Mendes Júnior, ela que construiu, barragem. O doutor Marcos Mendes, que é filho do José Mendes, o dono e fundador da Mendes Júnior, o doutor Marcos Mendes que era dono da Mendes Júnior morou aqui na vila.

Maria Beatriz: Mas eles ganharam a licitação para construir a usina?

Ivan: Construir barragem, a parte de engenharia.

Maria Beatriz: Aquele edifício que tem lá também foi construído por eles?

Ivan: Não, tudo lá foi feito por eles. Aquilo é barragem, não é edifício, é uma barragem do lado de cá e a gente entra nela.

Maria Beatriz: Sim...

Ivan: Pois bem, então essa vila teve essa finalidade. A vila dos operários era outra que foi até depois abandonada e depois destruída. Ao que eu sei, essas melhores informações, se obteria na CEMIG; foi ela que projetou tudo isso. Ao que eu sei, todas as concepções arquitetônicas dos prédios aqui, foram feitas pela equipe de arquitetos da CEMIG em Belo Horizonte. Mas que àquela época, que àquela época, tinha profunda influência arquitetônica, e você num é daquela época, que você é moça nova, mas você já já certamente já sabia que na década de sessenta, setenta, a influência de Niemeyer era muito grande, foi a época de Brasília; Niemeyer tinha uma presença marcante em Belo Horizonte, que foi ele é que fez as obras do Juscelino em Belo Horizonte, então ele era muito estreito com a arquitetura de Belo Horizonte. Então aqui, é você vê nitidamente que há uma influência, num foi Niemeyer que teve aqui nem fez nada aqui, mas os arquitetos da CEMIG que fizeram, os arquitetos da CEMIG que fizeram, tem uma certa um viés né, não sei como vocês chamam isso na arquitetura, mas eles tinham um certo viés, você vai ver isso no prédio do supermercado né... é, você tem um viés um tanto da arquitetura do Niemeyer. Então eles fizeram isso daqui essa concepção, desses prédios, alguns eu já recuperei, outros eu não recuperei ainda e... nós, é, (pausa) temos também que realçar pra vocês a maneira que foi parcelado o terreno aqui na vila; foi feito lotes imensos tipo americano, onde tem a residência no meio do terreno, pra trás é um quintal privativo e na frente é uma área comum e toda a frente foi feita

com essa concepção. A CEMIG ficou com isso aqui esse tempo todo (pausa) e depois num processo de desmobilização que as empresas públicas federais passaram e ela também passou ela pôs isso aqui em licitação pública dentro dum processo público de licitação e nós fomos o licitante vencedor.

Rafaela: Ela ficou desativada, se não me engano, eu estava lendo sobre, ela ficou desativada desde oitenta e nove né?

Ivan: Assim, quando a CEMIG é (pausa), a CEMIG vendeu em 2006, dezembro de 2006.

Rafaela: Já não tinha ninguém mais aqui?

Ivan: Tinha uma pessoa só, só o chefe da CEMIG da área. Ele mantinha uma casa aqui pra ele. O dia que eu cheguei aqui, tinha uma casa...

Rafaela: É o Nilton?

Ivan: Não, agora mesmo eu me lembro o nome dele... sempre foi muito querido o, o... um homem extraordinário, já se aposentou. Ele era o chefe, era o engenheiro chefe de Jaguará e ele mantinha, morava em Uberaba, mas mantinha uma casa aqui porque às vezes ele vinha ficava até tarde trabalhando na usina então ele dormia aqui. E as vezes final de semana ele vinha pra cá. Chama Nilton Braz. O nome dele é Nilton Braz. Ele já tá aposentado. E ele, o, ele, a CEMIG durante um período deve ser, eu não tenho a data, mas deve ser oitenta e nove, ela passou já a decidir pela venda e consequentemente foi desativada, desativando seria tirar o pessoal que aqui residia. E ela foi então gradativamente, tirando, é, é, desocupando toda a vila a ponto até que o dia que eu cheguei aqui em fevereiro de 2007, já não tinha nenhuma nada mais ocupado, tava tudo absolutamente desocupado; como falava no edital de venda que ela não ia vender um imóvel ocupado né? Ninguém ia comprar isso... então foi essa história que eu sei. Agora, a concepção arquitetônica essas coisa toda eu acho que merecia, merecia de vocês, que eu acho muito importante esse estudo que vocês tão fazendo e acho que seria muito importante vocês terem um contato com o departamento de arquitetura da CEMIG em Belo Horizonte.

Maria Beatriz: Isso ainda não conseguimos...

Ivan: Por quê?

Maria Beatriz: Nós já fomos lá em Belo Horizonte, já fomos aqui, eles não têm informações, mas temos alguns nomes dos arquitetos e engenheiros que fizeram parte do departamento de arquitetura daquela época, mas...

Rafaela: Tem até um nome de um arquiteto que né, surgiu, como responsável... Cláudio Magalhães e aí nós até procuramos nos registros do CAU né, do conselho de arquitetura que teve é, eles refizeram todos os registros mais antigos, nós achamos o registro dele que foi por volta de sessenta e cinco, que ele se registrou no conselho de arquitetura, mas nós não encontramos esse arquiteto ainda. Então por se tratar de um projeto da década de setenta...

Ivan: Mas eu, deixa eu te falar uma coisa, deixa eu te explicar então pra vocês, vou apenas sugerir que vocês têm caminhos mais fortes que os meus...eu acho que (pausa) que esse trabalho de vocês é um trabalho científico que isso interessa a todos né? Não interessa a especificamente à Beatriz né? Interessa a todos...

Maria Beatriz: Interessa à cidade de Sacramento...

Rafaela: Interessa a todos...

Ivan: Isso exatamente... interessa a todos, interessa a todos. Então, isso as vezes tá tendo dificuldade que são facilmente transponíveis, por que são facilmente transponíveis, porque são dificuldades que as vezes não num tem num tem razão de existir. Dá informação pra vocês, qual é a dificuldade que alguém sadio que não seja demente tem em fazer num processo desse. Quem é que se nega a dar informações? Então eu acho que a primeira, porque vocês têm que buscar essa concepção que foi feita foi feita isso aqui. Eu não sou arquiteto, mas eu vejo... tenho três filhas arquitetas e o fundamental aqui é lá ver tijolo, se é de tijolo ou de concreto, a igreja num tem tijolo tem só concreto, isso é uma coisa sem muita importância por quê que foi feita dessa forma? Por que que a igreja foi feita piramidal? Alguém fala que ela é voltada pra Meca eu num sei se é voltada pra Meca..., mas já pensou se alguém criou essa igreja, piramidal, no eixo da vila, voltada pra Meca? (pausa) Quer dizer, foi essa a concepção? Isso é fundamental pra vocês saberem disso e isso é só no departamento de arquitetura. Não é com Cláudio Magalhães só, até porque não é Cláudio Magalhães o nome que eu tenho, mas eu acho que vocês têm que ir lá e lá é muito fácil ir...

Maria Beatriz: Mas nós fomos...

Ivan: Mas é chegar lá e "aqui é professora Beatriz, eu vim aqui com a fulana e fulano essas coisa toda", a CEMIG... a CEMIG é um órgão difícil em Uberlândia, imagina em Belo Horizonte. Então vocês têm quem ir lá, vocês têm que mostrar por exemplo pro prefeito de Uberlândia a importância disso... ele pega o telefone e fala na hora com o presidente da CEMIG... na hora ele fala com o presidente da CEMIG... "escuta eu tô aqui com a professora Beatriz da UFU da arquitetura, elas precisam de uma

reunião com o departamento de arquitetura daí”... na hora ele marca pra vocês. Agora vocês ir lá e “toc toc toc” no departamento de arquitetura eles acham que vocês que num tem que receber vocês... manda um estagiário atender vocês. Então o caminho que é inverso. O caminho que é inverso, a senhora tá entendendo professora?

Maria Beatriz: Entendi...

Ivan: Com todo respeito, a CEMIG funciona assim... não adianta ir aqui em Uberlândia sobre as plantas, o que eu estou falando... aliás, ali lhes falam sobre as plantas, deve estar em Uberlândia, mas pra entender, ali eles num sabem a concepção disso uai, coisa antiga... é só o departamento de arquitetura que vai poder dizer pra vocês se os arquitetos ainda tiverem vivos que devem estar vivos se não faz tanto tempo... vocês tem que ir lá, e ir ir com, com a reunião marcada, ir com a reunião marcada. A senhora é professora da universidade, eu fui da UFMG por trinta e cinco anos professor da universidade, ora, quem é que deixa de receber a universidade? Tendeu

Maria Beatriz e Rafaela: Sim... uhum...

Ivan: Agora eu acho que a senhora teria que, acho que o caminho seria ver essa concepção aí, arquitetônica, e por que que fizeram uma igreja piramidal por que que foi feito aquele supermercado estilo palácio da... de Brasília... por quê? Por que que fizeram aquilo? Num era muito mais caro? Muito mais caro? Eu sei que naquela época havia abundância de recursos públicos, mas veja vocês isso aqui é coluna, isso aqui é coluna, aquilo ali é coluna, aqui é laje pra um pavimento só isso aqui (apontando para pilares e vigas estruturais da sala comum do hotel), os engenheiros que vem cá aqui cabe quatro pavimentos pra cima (pausa), por que que foi feito com essa concepção? Por quê eu não sei te falar... por que que a vila tem um eixo que é a avenida da vila com a igreja no centro, por que que a igreja num foi na praça lá em cima? Por que que a igreja num foi, porque tem uma praça!

Maria Beatriz: É tem uma proposta urbanística...

Ivan: Tem uma praça aqui, lá tem uma praça lá em cima que tem o supermercado, que tem o escritório central e tem a escola no fundo... por que que a igreja não foi feita lá? Por que que foi feita aqui no centro do eixo da vila? E por que que ela é que ela é piramidal? E por que que ela é voltada para Meca segundo alguns dizem...

Maria Beatriz: Isso só saberemos se a gente conseguir falar com os arquitetos mesmo...

Ivan: Só lá... só lá, então... eu tô às ordens de vocês...

Maria Beatriz: Não, mas é uma boa ideia, ... vamos procurar saber...

Ivan: Eu acho que você tem que fazer isso professora... senhora tá entendendo, num julgar, chegar a professora Beatriz ir lá a professora Beatriz e vai chegar e vai achar que o chefe do departamento de arquitetura vai recebe-la e vai dar as informações porque num vai... ele acha que num tem tempo pra cuidar de você. Essa que é a realidade... é só ali no prefeito, “prefeito o senhor pode marcar pra mim”, ele vai entender, ele tá sabendo desse projeto de vocês?

Maria Beatriz: O atual não sei, mas o outro sabia... mas é uma boa ideia...

Ivan: É bom até que você vai lá faz um contato, mostra pra ele o que que é né, mostra pra ele o que que é...

Maria Beatriz: Porque é um projeto financiado pela Fapemig...

Ivan: Fapemig? Então maior razão ainda, maior razão ainda da CEMIG abrir as portas pra vocês.

Maria Beatriz: Então, sempre que a gente entrou em contato com a CEMIG, deixamos claro que era um projeto, financiado pela Fapemig, que precisávamos da documentação possível...

Ivan: Não, não, não..., mas vai... se você me permite uma sugestão Beatriz, faça esse caminho, vá no prefeito, o prefeito liga pro presidente da CEMIG, ou quem que ele quiser ali, se quiser ligar pra outra pessoa que ele quiser e marca a audiência pra você, dia tal tantas horas, no departamento de arquitetura da CEMIG vai te receber...

Maria Beatriz: Uhum...

Ivan: Você vai lá, leva você e leva você (apontando para Rafaela e Gabriel – aluno de ic presente) ... e pronto! Ai lá você fica sabendo de tudo. É lá que você tem porque que eu tenho, posso te falar te mostrar a igreja, posso é só fotografia, você tem que ver, tem que ver a alma disso aqui, a alma disso aqui é lá que você vai ver. Entendeu? Tem também ver a planta, mas a planta também tem a fotografia dela aqui...

Maria Beatriz: É, então agora a gostaríamos de saber um pouco sobre o vocês têm de planos e projetos...

Ivan: Vô te falar...

Maria Beatriz: Por que que comprou... o que você puder contar sobre a vila...

Ivan: Vou falar tudo...

Maria Beatriz: Porque temos intenção também de, com a universidade, desenvolver um projeto de extensão é, que pudesse auxiliar, pra que isso aqui continue existindo, do melhor modo possível. A nossa intenção de estudo não é para pedir um tombamento...

Ivan: Não e eu tenho certeza disso...

Maria Beatriz: Não temos intenção nenhuma disso...

Ivan: E nem tem razão pra ser tombado...

Maria Beatriz: Estamos estudando a vila desde 2009 e gostaria de saber como a universidade pode auxiliar ...

Ivan: Deixa, deixa eu te expor as coisas que... nós não temos nada aqui que... eu trabalho aqui com as minhas filhas...

Maria Beatriz: Sim eu sei, eu conheço elas...

Ivan: São minhas filhas e eu não traria minhas filhas pra algo clandestino, pra algo de bandidagem né... Então, a CEMIG pôs isso aqui em licitação (pausa), em 2004. Eu não tive coragem, eu morava em Belo Horizonte, era professor da universidade e procurador federal. Eu não tive coragem de entrar em 2004 na licitação, não entrei. Não houve candidato, não houve concorrente. Ela voltou a licitação em dezembro de 2006 aí já quando aí já passado o tempo na outra licitação eu conversei com as minhas filhas, minhas filhas largaram tudo, minhas filhas são de um pouco com idade um pouco mais velha que você (acenando para Rafaela) ... mesma coisa que você largar Uberlândia e vir para o sertão, você quer?

Maria Beatriz: Sim, eu conheço elas desde a época em que fiz a primeira visita...

Ivan: Elas moravam em Belo Horizonte, formaram em Belo Horizonte, todos os amigos lá em Belo Horizonte, namorados em Belo Horizonte, todas com emprego em Belo Horizonte, largar isso tudo pra cá, moça de trinta anos, quer ficar lá no “auê” né? Então, eu reuni minhas filhas, eu só tenho filha, que é a minha sorte, que é a minha sorte... você tem filhos Beatriz?

Maria Beatriz: Tenho...

Ivan: Quantos?

Maria Beatriz: Uma menina.

Ivan: Menina é uma benção... então eu reuni minhas filhas e falei com elas falei “olha, CEMIG pôs à venda lá a vila de Jaguará com tudo lá, aquilo lá é uma preciosidade em termos de, em termos de que pode ser desenvolvido lá um projeto que vale a existência de uma pessoa, vale existência de uma pessoa... eu tô muito bem aqui, sou professor, tô me aposentando, moro aqui na Pampulha, tenho casa de dois mil metros quadrados, piscina, sauna, que que eu vou largar eu vou largar isso aqui? Então, entretanto, se vocês quiserem esta preciosidade pra vocês assumirem, eu entro nessa licitação, posso ou não ganhar mas entro nessa licitação”. Aí, “pai o que que é”, elas já tinham vindo aqui mas vindo aqui com outros olhos, passear antigamente quando funcionava aqui essas coisas, num conhecia nada daqui. É, então elas me deram resposta, as quatro me deram resposta, “não pai, se o senhor entrar na licitação e ganhar nós assumimos”, por isso é que tão aqui, felizes, felizes... largaram tudo. Então nós entramos na licitação e ganhamos a licitação, e ganhamos a licitação. Que que nós pensávamos, pensamos, e já pensávamos lá, nós vamos identificar, vamos procurando parceiro financeiro que nos permita fazer o projeto turístico e imobiliário daqui. Nós temos dois milhões e meio de metros quadrados, o aeroporto, lá da portaria onde vocês entraram pararam até aqui é tudo do Parque Náutico Jaguará. Isso aqui tem uma concepção, tem planos, tem projetos, tem pré-projetos vamos dizer assim aqui nós vamos fazer em torno de mil e quinhentos lotes, vai ser em torno de mil e quinhentos lotes. Agora, vamos fazer esses lotes como? De acordo com o parceiro que eu vou arrumar, que eu ainda não tenho. Ele vai, qual que é a ideia dele, eu não possa achar que eu vou que eu vou buscar um sócio e já vou levar pra ele todas as mercadorias prontas, cê tá me entendendo? E cada um às vezes tem uma ideia, cada um tem uma ideia. Nessas minhas estradas, eu pude encontrar pessoas com as ideias mais diferentes uma das outras, o quê que entretanto nós devemos fazer aqui, nós devemos realçar aqui: a questão turística, que é fundamental aqui. Vocês conhecem o museu de Candido Portinari que tá logo ali...

Maria Beatriz: A Serra da Canastra...

Ivan: Hein?

Maria Beatriz: A Serra da Canastra.

Ivan: A Serra da Canastra! Nós temos paleontologia em Uberaba...

Rafaela: Tem a companhia, a Mogiana...

Ivan: Mogiana! Estrada de ferro... então nós temos uma série de atrativos turísticos muito fortes aqui na região. Então aqui é possível fazer um polo turístico forte. Forte, forte. E hoje só se faz pólos turísticos.... você não tem turístico que envolva arquitetura, que envolva investir em hotéis e etc você valoriza toda a região e você então tem que valorizar o que é seu. Lá na Bahia alguns estrangeiros cometeram o erro de construir um grande resort. Esse resort deu certo só que todas as áreas envolvendo o resort é de outro num é num é de quem fez o resort, tá entendendo? Uma coisa tão tão... hoje a concepção é você fazer um projeto turístico junto com um projeto imobiliário. E tendo aqui o

aeroporto, tendo aqui o aeroporto, tem toda uma estrutura pra inclusive fazer um “fly community” de vim aqui pessoas que tem, que vão vim em função do aeroporto. Então essa é a concepção que nós estamos buscando parceiro para realizar; se vão fazer ela amarela ou um pouco mais cor de rosa, nós não sabemos ainda porque isso vai depender do parceiro, agora naturalmente que é isso que vai ser feito aqui, dentro das normais existentes de urbanismo, de meio ambiente, essas coisas, então nós vamos fazer isso...

Maria Beatriz: Sim, desde que vocês compraram, já tinha um potencial forte do turismo,... gostaríamos de saber por que vocês não conseguiram ainda... e também sobre possíveis financiamento, gostaríamos de entender porque sabemos do potencial deste lugar...

Ivan: Olha ô Beatriz, a vida é interessante, e num é, vou ser muito sincero com você, num é como a gente gostaria que fosse. Eu logo que comprei, eu achei que o caminho era esse, eu buscava um financiamento, dava a vila como garantia e ia tocar as coisas. Então vai escutando, pra cê compreender como é que cada um reage às coisas e como nós tamo aí. Eu fui no superintendente da Caixa Econômica Federal, fui em Uberlândia também, superintendente lá. Fui no superintendente de Minas Gerais da Caixa Econômica Federal. Me recebeu, conversamos, mostrei tudo pra ele “e é isso que nós precisamos, é isso que nós desejamos” ... ah “porque nós hoje fazemos o seguinte, pegamos um terreno lá em Uberlândia, pegamos um terreno lá em Uberlândia, a pessoa, o construtor vem cá, traz a promessa de compra e venda e o projeto que ele quer fazer lá. Nós fazemos pra ele um financiamento de cem milhões de reais e começamos a pôr dinheiro; então um pouco de dinheiro pra ele pôr no terreno, pôr pouco de dinheiro pra pôr laje, mais laje e quando nós vamo ver há cinquenta milhões de reais e lá só tem a laje; se esse cara morrer, aquela laje num vale nada, o prédio só vai valer depois que tiver o Habite-se, antes disso quê que vale né?! Então nós fazíamos isso, nós corríamos esse risco. Lá no seu caso tá quase tudo pronto mas só que nós não temos essa linha de financiamento... nós não conseguimos, eu não consigo pelas vias normais, falou essa frase pra mim, pelas vias normais, fazer esse financiamento para você. Eu morei em Belo Horizonte e tenho, felizmente, fui da universidade também, tenho boa relação, quer dizer, naturalmente eu vou perdendo, já tô a algum tempo aqui, mas naquela época eu tinha muito boa relação lá. Fui secretário do Tancredo, tive uma participação política lá... alguém me disse o seguinte, você que é moça nova, “você quer resolver o seu problema você procura o Zé Dirceu”; hoje eu tô vendo o que é que eles tavam fazendo, e eu não quis fazer isto. “Não, por esse caminho eu não vou resolver as coisas”, porque as minhas filhas estão misturadas, não vou fazer isso. Hoje eu tô vendo como se faz, como se faria, como que resolvia o problema. Mas eu disse “não vou fazer isso”. Então estou no mercado à procura de um parceiro, estou no mercado à procura de um parceiro. Como tem, é um negócio, num é um negócio pititinho, é um negócio grande e exige pôr dinheiro, né? Cê num resolve isso aqui com cinco mil reais, “não vamo lá com cinco mil reais eu resolvo lá” não é ter que ter dinheiro, tem que ter dinheiro prévio, porque eu também não vou ficar com sócio sem dinheiro. Então isso é um pouco mais difícil numa crise dessa. Quem é que tá investindo hoje? Quem é que quer investir hoje? Então é a essa a situação. Mas nós vamos fazer isso, nós tamos buscando e vamo achar né? Pra nós então tocarmos isso aqui, tocarmos isso aqui... dentro das concepções mais, é... mais atuais que tivermos dentro dessa concepção do projeto hoteleiro, de turismo e imobiliário juntos... é isso.

Rafaela: E dr. Ivan, o senhor falou né que tem esse plano, de fazer esse loteamento, com essa gleba que o senhor tem aqui, com os projetos existentes, por exemplo, a casa de visitas, o senhor tem algum plano pra esses projetos...?

Ivan: Deixa eu te explicar, a casa de visitas é uma incógnita, você foi num ponto que é uma incógnita. Por que que é uma incógnita? Porque eu não sei a que ela vai destinar-se. Eu afasto a possibilidade dela servir para a minha residência, eu não vou morar lá nunca, eu não tenho família para morar lá. Por que que eu não tenho família para morar lá? A minha mulher é uma mulher simples, não é uma mulher sofisticada, mulher simples, e nem, as minhas filhas me adoram, pelo menos dizem que me adoram, mas adoram sim. Elas são apaixonadas comigo. Minhas filhas..., mas nenhuma quer morar comigo! Então vamo lá na casa de visitas, uma suíte pra casa uma ninguém quer! (risos)

Maria Beatriz: Mas nem é uma casa pra ser uma residência acho né... ela deve ser investida em algum outro ponto...

Ivan: Bom então vamo escutando... então, tô afastando as hipóteses. Pra mim morar não serve. Num vô investir pra morar lá.

Rafaela: Sim...

Ivan: Pois bem, agora quem que é o meu sócio? Pode ser um cara com uma mulher de salto alto, acha que quer morar lá, pra trazer as madame amiga dela pra passar o final de semana... eu não sei quem é! Quem que vai sentar ali? (apontando para a poltrona em sua frente) eu não sei! As vezes ele tem a maricota, que acha aquilo esplendoroso! Pra ela chegar, por exemplo em Uberlândia, com as amigas dela lá dos coisa, e vim passar o final de semana aqui com salto Luís XV! Perfeitamente! Eu não sei

quem é que vai sentar ali! Então a primeira... que é o pior, pior das alternativas seria transformar aquilo ali em residência... mas se eu, que meu sócio vai querer? “Não minha mulher vai querer morar lá, ela quer manter aquilo lá pra ela”. E oê moço novo (apontando para o Gabriel) a vida é colorida, é cheia de coisa, entendeu? Então essa hipótese eu acho que é a menos provável, mas é a primeira hipótese que tem que ser considerada... vai servir de residência, a pessoa pra aceitar vai vim me perguntar... “te interessa procê residir lá?” Tem que perguntar porque eu tô aqui uai, posso querer morar lá, posso querer transformar lá pra minha família né? Pois bem, então essa hipótese tá excluída. Que que poderia ser? Há outras ideias de transformar lá num escritório geral do projeto todo. Eu não acho que lá deva ser gasto com esse fim, mas são os planos de um escritório geral, mas não precisa ser aqui. Há quem fala em fazer aí o hotel boutique, hotel boutique... “organdi”, “organdi”, suítes aí, fazer hotel refinado, mil e duzentos reais a diária, e você junto com a estrutura desse hotel aqui você mantém esse hotel turístico lá. Então há várias ideias, de que que vai ser feito lá. Eu não sei te falar com exatidão que que vai ser feito lá... vai depender do meu parceiro, entendeu? Quê que ele quer. Agora eu, acho, eu gostaria que lá se destinasse a uma, a uma, concepção dentro do nosso projeto turístico. O que é eu não sei... eu acho que o dia que nós chegarmos a um acordo financeiro sobre isso aqui nós temos que procurar escritório de arquitetura no Brasil que num seja a espertisse de juntar uma coisa como essa pra fazer pra nós um projeto...

Rafaela: Que integrasse o projeto todo...

Ivan: Tem que ser, tem que ser tudo integrado o projeto todo. Porque uma coisa você vai lá no supermercado, vou pegar um prédio daquele e aquilo lá num vai ser supermercado, lá num vai ter supermercado. E se tiver uma área comercial aqui num vai ser no coração da vila, vai ser lá lá do outro lado. Eu acho que aqui inclusive a nossa ideia é tê aqui uma área comercial, num futuro, num futuro feito o projeto vai tê que tê uma área comercial, vai ter uma farmácia, vai tê umas coisa mas num vai ser lá, lá foi feito na que naqui que a vila era só aqui, agora quê que nós vamo fazer lá, num vai fica um prédio daquele... vamo fazê um flat lá certamente. Baseado em toda aquela estrutura e subindo um flat lá de quatro andares, ali vai ser uma coisa desse tipo. Mas então o quê que é que realmente que vai ser feito eu num posso dizer pra você porque primeiro que nós num temos o projeto arquitetônico definitivo e segundo eu num tenho um sócio ainda. Que naturalmente vai, e é mais fácil eu deixar livre pra alguém, porque as ideias, eu vou contar duas ideias pra vocês, pra vocês verem que quando a gente vai fazer um negócio grande desse quais são as ideias das pessoas. Eu tive negociando com um grupo chinês, parceria; o chinês pra mim, falava português...

Maria Beatriz: O chinês são os compradores (refere-se à Usina Hidrelétrica Jaguará)?

Ivan: Não, não esse já tem tempo, é outro tipo outro.. aqui não foi comprado por chinês, são franceses...

Maria Beatriz: Mas falaram que tinha também um grupo chinês ..

Ivan: Chineses foi, é é, lá em...

Rafaela: São Simão?

Ivan: São Simão!

Maria Beatriz: Mas então, me falaram que aqui também que tinha uma parte deste grupo chinês.

Ivan: Não, aqui é a Engie...

Maria Beatriz: É a gente até viu quando chegou o nome desles...

Ivan: A Engie comprou aqui, Jaguará, e em lá em Uberlândia... como é que chama lá? Como é que chama lá gente... A Usina da Cemig lá em Uberlândia..

Maria Beatriz: Tem a Miranda...

Ivan: Miranda! A Engie comprou Miranda e Jaguará. Os chineses compraram lá em São Simão, e Volta Grande foi uma firma italiana... essas são as quatro empresas que foram vendidas...

Rafaela: Ah tá, eu pensei que a italiana tinha comprado aqui...

Ivan: Comprou Volta Grande... Pois bem então, esse chinês, que não é esse povo não que comprou a usina lá, antes fosse eles, mas o chinês chegou pra mim, nós conversamos lá em Belo Horizonte, numa reunião lá em Belo Horizonte, ele chegou pra mim e falou assim “por que que não tem”, eu tenho uma planta básica do que pode ser feito aqui, ele virou pra mim e falou assim “por que que você não pôs aqui um campo de golfe?” Pra você ver como é que é a concepção das pessoas, projetou aqui um campo de golfe. Eu falei “olha minhas filhas estudaram esse negócio de campo de golfe, mas eu pedi pra desconsiderar por duas coisas: primeiro que exige uma área muito grande e segundo que a manutenção é muito cara”, falei essa frase pra ele. Sabe que que ele virou pra mim e falou “num é você que vai manter é o sheik!” Desse jeito! Levei um susto! Ai ele explicou “porque com um campo de golfe eu levo o sheik, sem campo de golfe eu num levo o sheik. E o sheik indo lá quinze dias por ano ele paga o campo de golfe o ano inteiro!” Falou desse jeito pra mim. Então quer dizer se esse chinês tivesse evoluído comigo, teria que tê um campo de golfe aqui porque ele raciocinava lá de Pequim, e Pequim

passa na Arábia Saudita e lá e traz o sheik, tá certo? Então ele tá pensando é desse jeito e nós aqui pensando em Uberlândia passando por Uberaba né, é diferente. Eu tive um outro investidor aqui que um dos homens mais ricos aqui da região, teve comigo aqui sentado aqui, ele mexe com cavalos e ele ficou encantado... então cada um tem uma concepção! Seu eu fizer uma concepção definitiva eu excluo ao invés de atrair. Então eu deixo "*in albis*", eu sei o que é possível fazer aqui mas eu deixo para as pessoas o que pode ser feito mas o que vai ser feito nós vamos discutir juntos.

Rafaela: No meu trabalho de mestrado eu pesquiso a preservação da Arquitetura Moderna em cidades de pequeno porte e um dos vieses que eu coloco como ponto chave no meu trabalho é a questão do turismo e foi isso que me chamou a atenção quando soube da Vila dos Operadores, pela maneira com a qual vocês a administram e a mantém conservada...

Ivan: Gastei uma fortuna para fazer isso...

Rafaela: Imagino mesmo... e para a minha análise gostaria de saber qual a relação do senhor com a prefeitura, se existe um diálogo entre as partes; se existe também por parte da prefeitura o interesse em às vezes trazer alguma atividade para cá... como funciona?

Ivan: A nossa relação com o prefeito de Sacramento é a melhor possível... nós somos amigos e ele tem interesse em nos ajudar. Só o que que eu posso pedir para ele fazer pra mim? Então eu não tenho o que pedir pra ele fazer pra mim, pelo menos por enquanto. E ele também não tem como me ajudar gente, o que que ele vai fazer? Fazer eventualmente fazer festas aqui? Eu não tenho como pedir muitas coisas a ele e a prefeitura é muito limitada no que se refere a recursos. Eu tenho a melhor relação com ele..., mas eu não fico pedindo a ele as coisas que eu sei que ele é limitado e o que eu preciso que tem consistência eu peço a ele.

Rafaela: Entendi, até a Paula (filha do Ivan) comentou que as escolas públicas vêm até aqui...

Ivan: Muito esporadicamente não é uma coisa habitual, cotidiana, vem aqui as escolas municipais. Mas por exemplo nesse ano que passou 2017 não veio nenhuma escola aqui. Então são coisas esporádicas que vem aqui. Às vezes vem a terceira idade de Jeriquara (cidade do estado de SP, próxima à Sacramento). Mas isso não é uma coisa sistemática que dá suporte à manutenção disso aqui. O poder público ajuda no que eles podem ajudar.

Rafaela: Teve uma gestão (prefeitura municipal) anterior a essa e como era a relação?

Ivan: Ah! A do Bruno (ex-prefeito) foi ótima também! Eu nunca tive problemas com a administração pública...

Rafaela: A população de Sacramento frequenta muito aqui?

Ivan: Frequenta, mas não vamos adjetivar se é muito ou pouco, frequenta... os paulistas frequentam mais.

Maria Beatriz: E os moradores de Sacramento reconhecem o Parque como uma atividade de peso turístico?

Ivan: Professora aqui a cidade é desse tamanho, em Uberlândia eles veem dessa forma? Porque aqui ninguém vê. Vocês conhecem o patrimônio ferroviário daqui? Isso aqui é uma riqueza! Quando nosso prefeito foi prefeito da outra vez, portanto tem cinco anos, eu organizei um grande movimento aqui lá na estação para de certa forma pedir a ele (mostrando uma reportagem do evento na época) pedindo que a ponte de 1888, antes da República, que esse patrimônio aqui mais a Cipó (Estação do Cipó) de baixo, são riquezas fabulosas, isso de história... isso Beatriz é muito fácil resolver mas eu num vou fazer porque eu num tenho tempo eu não dou conta, mas isso aqui um prefeito num ia gastar um centavo da prefeitura! Faz um projeto na Lei Rouanet e tá pago isso aqui a CEMIG pagaria isso aqui e hoje a gente pode pagar! Mas tem que querer fazer! Tem que ter competência pra querer fazer!

Maria Beatriz: Mas é que entendemos que esse local também pode ser de interesse da prefeitura que poderia colaborar com projetos em parceria porque é um turismo para a cidade!

Ivan: Eu sei que você quer abordar a coisa, mas eu quero ver a coisa em abstrato! Não quero analisar a coisa do prefeito de Sacramento, o Baguá (apelido do prefeito Wesley de Santi de Melo), que ele é ótimo! É muito bom o Baguá, mas é um iluminado? Num é! O outro que tava ai também num é esse "anda com um salto um pouco mais alto", mas também num tem nenhuma luminosidade. Quando ele foi eleito, em fevereiro mais ou menos, eu liguei pra ele, falei com a secretária dele ver que dia que ele podia me receber. Ele mandou me dizer que não ia me receber na prefeitura, que viria aqui então era pra mim marcar a data que ele viria almoçar aqui. E assim fez. Então veio pra cá um dia às 10h e saiu às 16h. E conversamos sobre tudo isso que nós estamos falando aqui agora e também de outros setores como a cafeicultura que é um setor que eu também tô envolvido. E falamos dessa questão o turismo, Sacramento é uma cidade vocacionada para o turismo. E outra coisa, Deus pôs aqui, de graça, pra essa turma "ruim de serviço", a Gruta dos Palhares! Você tá me entendendo??? Deus pôs aqui o Eurípedes! Algum de vocês é espirita? Um santo! Um dos pais do espiritismo nacional!!! E Sacramento vive de costas para Eurípedes! Vive de costas para um turismo que aqui é uma riqueza turística! Eu entrei nos movimentos todos aqui! Mas eu cansei! Não me recuso a ajudar mas tomar frente das

associações turísticas e essas coisas todas eu não vou fazer mais não! Mas eu acho que tudo o que for feito nessa linha eu acho muito importante. Acho que Sacramento tem um potencial aqui, ligado a náutica e tudo isso aqui é fantástico mas acho que precisa ser gerido pelo poder público de uma maneira mais eficiente. Tem o rapaz agora que é secretário de turismo de Sacramento e também da parte cultural que é extraordinário, é o professor Berto Cerchi.

Rafaela: Sim! Nós vamos falar com ele! Nós marcamos uma reunião.

Ivan: Ótimo! Tem em Sacramento alguém melhor para o cargo que ele? Não tem! É a sorte do prefeito ter nomeado o Berto Cerchi. Mas o que ele vai fazer lá? O que ele tá fazendo em 2018? Como projeto... nada! Deu tempo de fazer até filho! E ele que é ruim? Não é! Ele é o melhor! Mas e aí, as limitações, as gerências, as prioridades? Cada um tem as suas.... Eu podia estar até mais próximo do professor Berto Cerchi, mas eu envelheci... eu, tá vendo o cartaz lá? (Apontando para uma das paredes da sala) é do festival de inverno. O festival de inverno daqui era uma coisa fantástica! Eu quando era da universidade (referindo-se ao seu tempo como docente da UFMG) eu participei e ajudei a criar o festival de inverno de Ouro Preto que quem fez foi a universidade. Era um negocinho organizado pela universidade e hoje virou um negócio internacional! Nós fizemos seis anos aqui... nós trouxemos aqui sempre todos os anos, quinze cidades! Você trazia gente desde Orlândia (SP) até Conceição das Alagoas (MG), até Perdizes (MG), Franca (SP) veio todos os anos, Uberlândia nunca consegui trazer por diversas razões. Trouxemos aqui o balé de terceira idade... Igarapava (SP) veio cá e trouxe Bumba meu Boi, que acontecia aqui entre o hotel e o lago (represa)! Igarapava teve uma grande imigração de maranhenses para trabalhar na cana de açúcar desde a década de 1950 e trouxe pra cá um grande número de famílias maranhenses que trouxeram pra cá essas tradições. Tem um povoadozinho próximo de Conquista (cidade mineira próxima a Sacramento) e lá tem um povoadozinho minúsculo chamado Guaxima e Conquista veio todos os anos. E uma vez trouxeram a dança do ventre de Guaxima! Guaxima tem população de trinta ou quarenta casas! E eles pediram pra trazer e trouxeram e foi sensacional! Uma professora de São Paulo, casou-se, e veio parar na Guaxima! Ela trouxe as meninhas de quatro ou cinco anos pra dançar e foi uma coisa lindíssima! Então fizemos esse festival de inverno... seis anos! Araxá deu um apoio tremendo pra nós e foi indo indo... quem me ajudava nisso era a Paula minha filha. Paula engravidou e foi ter a filha dela e não teria condições naquele ano de me ajudar e eu que idealizava as coisas mas quem executava, como as coisas aqui no parque, quem executa não sou eu. Quem manda no hotel, no que vai servir ou não é a Simone (outra filha). Primeiro ano eu já sabia que teria dificuldades, mas depois você vai cansando porque as dificuldades não são superadas e por mais que você queira.... Eu acho que desenvolvi um pouco da cultura aqui na região. Hoje tem escola de música, são coisas que nós que incentivamos aqui com o festival de inverno. Achei que nós demos bons passos mas que não são passos suficientes para mudar uma mentalidade e nós estamos vivendo um momento de profundo desencanto. Eu tenho pena das gerações mais novas. Todos estão profundamente desencantados.

Maria Beatriz: Gostaria de falar que esse nosso projeto tem um caráter de conscientização e de valorização do espaço, poderíamos contribuir para que as prefeituras da região busquem fazer projetos que possam ajudar...

Ivan: Vamos ver, pra eu entender. O que é que você tem em Sacramento dentro do projeto? Você tem a Vila Jaguara, tem a Mogiana que mais?

Maria Beatriz: Então, a nossa equipe trabalha com Arquitetura Moderna...

Ivan: Professora o que é que você tá pensando dentro da cidade de Sacramento?

Maria Beatriz: Então, a nossa pesquisa é voltada para a Documentação da Arquitetura Moderna no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, aqui em Sacramentos temos o edifício da agência do Banco do Brasil, do Forum da Comarca de Sacramento, a Usina Hidrelétrica de Jaguara e a Vila de Operadores agora Parque Náutico de Jaguara que são projetos construídos com essa linguagem. Mas temos professores dentro do nosso núcleo que trabalham e estudam outras linguagens, que abarcaria o Desemboque também por exemplo. Então gostaríamos de saber como poderíamos contribuir com um projeto de extensão...

Ivan: Então você poderia discutir isso com o professor Berto Cerchi e o que eu posso fazer por você no dia que quiser retornar aqui com um outro professor dessa área do Desemboque porque eu acho que vocês têm que mexer nisso. Eu não sirvo pra falar certas coisas mas eu acho que nós vamos perder o Desemboque porque ele já tá acabando. O Desemboque tem uma história fantástica! É o culpado pela origem de Uberlândia, alguém lá em Uberlândia pensa nisso?

Maria Beatriz: Sim temos professores que já realizaram trabalhos sobre o Desemboque...

Ivan: Mas o que que eles fazem pra salvar o Desemboque? O Desemboque não é coisa de Sacramento, ele é da nossa história total da civilização do Oeste do Brasil.

Rafaela: Teve até uma arquiteta que trabalhou aqui, achei uma página dela na internet, onde ela apresenta bastante material sobre o Desemboque... o nome dela é Virgínia Dolabela...

Ivan: Sim! Ela foi até da Secretaria de Cultura daqui... ela escreveu bastante coisa sobre o Desemboque. Mas o quê que acontece... nós estamos a setenta quilômetros de distância do Desemboque. Enquanto Itapira (cidade mineira próxima a Araxá) tá a vinte quilômetros com estrada asfaltada. O dia que Araxá acordar ele toma o Desemboque de Sacramento.

Rafaela: Aproveitando que o senhor falou que viveu cinquenta anos em Belo Horizonte, que é uma cidade grande e capital, o senhor acha que essa dificuldade que o senhor relatou o senhor acha que o tamanho da cidade de Sacramento influenciou, por ser uma cidade pequena, por ser uma cidade do interior, diferentemente de Belo Horizonte...

Ivan: Eu não acho que é por ser Sacramento, acho que é uma questão de mentalidade, de cultura... não dá pra comprar uma pessoa que fez uma graduação e um mestrado com gente que não tem cultura, as concepções não são iguais. A maioria é deseducada. Não adianta estudar numa escola que não ensina a ser gente.

Maria Beatriz: Nós gostaríamos muito de poder contribuir de algum modo com os projeto que você fosse fazer aqui... de algum modo com alguma ação de conservação...

Ivan: Olha professora, podemos ficar próximos...

Maria Beatriz: Por exemplo se quiserem continuar o festival... trazer a universidade...

Rafaela: Se o senhor me permite, nós estivemos aqui em novembro trazendo o pessoal de um evento (DOCOMOMO BR) e foi comum a todos o encantamento por todas as edificações da Vila, principalmente pela casa de visitas que tem uma estrutura belíssima, eu gostaria de saber se o senhor está aberto para que possamos trazer alguns alunos para realizar algumas atividades aqui, a fim de contribuir para a conservação da casa...

Ivan: O trabalho de manutenção nós já fazemos, mas eu posso recebe-los quando souberem o que querem fazer... é muito bom tê-los aqui pode estudar com a Paula um dia, traz os estudantes, os graduandos para ver as coisas aqui. A única coisa que eu sinto por ter saído de Belo Horizonte foi ter perdido a universidade.... eu sei como é importante a academia na sociedade. Veja o que vocês querem fazer, conversem com a Paula, eu terei muito prazer em receber vocês aqui. Aqui tá aberto, ainda mais para a universidade, no que eu puder ajudar... Eu tô disposto a recebe-los aqui, talvez o prefeito não, mas o professor Berto Cerchi depois recorre ao prefeito se precisar. Eu acho que seria esse o caminho para Sacramento. Eu gostaria muito que a universidade estivesse conosco, mas sobre especificamente o festival eu tenho que ter "vitaminas" pra voltar com esse projeto. Mas eu acho que a universidade pública ela tem um dever com a sociedade...

Maria Beatriz: Sim, os projetos de extensão são isso, eles ampliam essa função. A universidade tem um papel grande no desenvolvimento das questões voltadas para a pesquisa e ensino e precisa ampliar sua atuação nas atividades de extensão. Não que não tenha, temos em Uberlândia vários projetos de extensão cultural e em outras áreas, que são desenvolvidos na cidade e trazem desenvolvimentos pra a cidade, mas temos que ampliar sim, concordo.

Ivan: O atual prefeito de Uberlândia já visitou a cidade depois que ele assumiu? Não tem o menor interesse!!! Ele não tá integrado com o espírito da coisa... independente do partido, a universidade pública tem que tá fazendo a diferença, é pra isso que ela existe...é pra isso que ela atua na sociedade, pra devolver a cultura. Mas não é assim que acontece. Eu fui da universidade, trinta e cinco anos da universidade, que que nós podíamos fazer e fizemos? Muito pouco, quase nada...

Maria Beatriz: Nós queremos deixar claro que estamos à disposição para o que for possível ajudar. Abrindo espaço para fazermos um projeto junto com a comunidade, um projeto de extensão, o que possa ajudar para conservação deste espaço...

Ivan: Fantástica essa ideia sua professora Beatriz! Eu faço aqui uma crítica não a vocês mas à universidade pública de um modo geral...

Maria Beatriz: Eu também concordo com suas críticas, mas estamos tentando mudar... e esse projeto tem esse proposito, e viemos conversar sobre o que podemos fazer aqui para colaborar...

Ivan: Da minha parte assim eu tô aberto, para fazermos mais coisas juntos e tô aberto para ajudá-los... eu acho que esse projeto de vocês é extraordinário e conseqüentemente eu estou pronto para ajudá-los, não quero enfraquecer em hora nenhuma e não quero de forma nenhuma deixar de acreditar nisso.

Maria Beatriz: podemos pensar um exemplo, vamos supor que vocês encontrem um parceiro que destina a casa de visitas para fazer um SPA, ele terá que fazer um projeto... você tem suas filhas que são arquitetas, mas a universidade poderia ajudar nos estudos sobre as possibilidades como esse projeto poderia ser feito...

Ivan: Eu acho isso perfeito! Vamos ter que contratar arquitetos, minhas filhas são arquitetas mas eu não acho que se eu achar um parceiro eu não vou querer que elas mexam com isso....

Maria Beatriz: Mas mesmo que elas façam, elas vão precisar de uma equipe de orientação, de assessoria, para estudar o estado do concreto, da estrutura ... como lidar com questões específicas.

Ivan: Sim, no momento certo nós vamos falar sobre isso...

Maria Beatriz: Nós gostaríamos de colaborar com nosso conhecimento técnico ou no sentido de sensibilização da prefeitura, ou para a administração que vocês têm aqui, que vocês fazem aqui. Como você falou, aqui está assegurado e conservado o que dá para ser conservado... mas seria bom ampliar este estado de conservação com o uso da comunidade local...

Ivan: Eu acho muito importante essa visita de vocês Beatriz, e quero manter minhas relações com vocês estreitas, eu quero isso...

Maria Beatriz: E nós temos os outros professores que trabalham com as outras áreas....

Ivan: Pois é, vamos reunir! Vamos reunir! Vocês vêm almoçar aqui um dia, você convida os outros professores e trazemos o professor Berto Cerchi...

Maria Beatriz: Isso e pensar no que pode ser feito... como um plano!

Ivan: Isso, um plano. E trazer os professores que trabalharam o Desemboque... vamos sentar e conversar. Eu acho o seguinte, vou te explicar para não ter dúvida, dificilmente você vai encontrar Sacramento mais mobilizada para fazer isso do que agora. Apesar de não estarem fazendo, é fácil você sensibilizar um homem como o Berto Cerchi para isso e é fácil convencer o Baguá a entrar nessa estrada. Tá entendido? Se você deixar passar, as vezes sai ele e entra outro, as vezes melhor que ele mas as vezes não tem a sensibilidade dele... eu acho que Sacramento tá num momento muito propício para esse tipo de ideia, de andar nessa estrada. Não é que o prefeito seja um entusiasta, mas é um homem bom, e as pessoas boas atraem-se pelas boas ideias. O momento é propício e eu tô com vocês para andar nessa estrada. Tá certo Beatriz? E por exemplo, sobre a Serra da Canastra, daqui a serra dá setenta quilômetros! Todas as riquezas da Serra da Canastra tão do lado de lá! Se você tem a Canastra você vai fazer o que na portaria de Sacramento? Nada. Você foi ver a queda d'água, a nascente do São Francisco que é tudo de lá. Sacramento nunca teve boca pra isso... a Canastra tá cada dia mais longe de Sacramento! Ai vem o turista de São Paulo "eu quero ir na Canastra" eu digo perfeitamente, "como o senhor quer ir?" "não, eu quero ir lá de carro!" Ai é um carro moderno, novinho... estrada de terra, agora é atoleiro, época das águas, em outra época é poeira. "Tem outra maneira? Tem!" Você contrata um guia de Sacramento, que vai te levar lá. Ai ele cobra pra te levar lá, setecentos reais!! Então que que acontece.... "e se eu for por São Paulo?" Ai você chega no asfalto, por São Roque... ai você vai por Uberlândia, ai vai por Piuí, Piuí chega por asfalto, não chega em Sacramento! Então não tem via, essa que é a história! As belezas tão de lá, não tão de cá... quem vai à Serra da Canastra num vai chegar em Sacramento, pra quê?! Quer ver a nascente do São Francisco, quer ver as belezas que tão do lado de lá e ai vai encostar no portão de São Roque de Minas...pra quê vir em Sacramento? Então não tem essa consciência que nós temos que aproveitar a Serra naquilo que ela pode nos dar... O norte, o oeste de Minas vai por São Roque, por Piuí porque tem estrada! Aqui num tem, isso então tem que ser dimensionado, tem que ser considerado...

Maria Beatriz: Quando foi feito o Plano Diretor pra Sacramento, não foi pensado nessas questões...?

Ivan: Olha, por exemplo tem um negócio de observação de passarinho!!! Observação de aves. Isso é pra uma região igual Uberlândia que não tem nada de turismo!! O que que Sacramento tem de especial pra passarinho?! Não tem nada!! Existem entusiastas para isso!!! E esquecem a Gruta dos Palhares por exemplo... agora eu vou falar isso eles vão achar que sou contra!! Mas existe um resultado econômico... E nisso a Serra da Canastra e o Desemboque estão a cada dia mais longes de Sacramento....

Rafaela: O que dificulta esses acessos também é o tamanho do município de Sacramento perto da dimensão do núcleo urbano né...

Ivan: O município é muito grande! Mas você tinha que ter, você falou da Virginia Dolabela, ela foi política, ligada ao vice-prefeito e o Baguá levou-a para a secretaria de turismo, sendo o secretário de turismo o professor Amir, que é advogado. E ela incompatibilizou com o professor Amir porque ela quer mandar, o professor Amir num quer que ela mande e essas bobagens que as pessoas têm na vida. Então ela ficou ai fazendo projeto, uma mulher de muitas ideias, então eu falei pra ela Virginia, vamos fazer coisas mais palpáveis, ela começou um projeto até lá em Uberlândia não sei se vocês ficaram sabendo, mas teve ai um projeto de uma estrada de ferro de Ibiá a Araguari... uma bobagem dessa que ia gastar um dinheiro que num tem pra fazer uma coisa sem utilidade nenhuma! Cai fora dessa! Eu falei escuta, vamos fazer um projeto Rouanet para o projeto da Jaguará e se isso fizemos o projeto e aprovar na Lei Rouanet, no Ministério e um deputado fizer um pronunciamento disso, no outro dia eu aprovo isso na CEMIG! É um projeto de cinco anos e a CEMIG investe quanto por ano na Lei Rouanet?! Entendeu, mas vai fazer isso, num vai fazer isso. O município não tem dinheiro pra fazer e recuperar essa ponte é uma riqueza imensa! Ai ela virou pra mim e disse que já tinha pronto o que ia fazer na

estação e já tinha mesmo! Eu falei que num era daquele jeito que a comunidade tinha que participar disso... o que vai ser feito no prédio da estação?! A comunidade tem que opinar! "Não, vai ser isso aqui!!" É coisa aí que se perde... perdemos aí a Virginia que poderia ser uma pessoa direcionada a fazer, que tinha resultados... ela foi preguiçosa? Não não foi, mas trabalha em coisa que não tem a menor procedência! Eu acho essa região árida de cultura... não tem cultura.

Rafaela: Sobre a escola aqui da Vila, ela funcionou até...

Ivan: Funcionou até quatro anos atrás... até quatro anos atrás ela funcionava.

Rafaela: E o quê que aconteceu?

Ivan: A CEMIG tinha conversado com a prefeitura que iria vender isso aqui e a prefeitura tinha que dar um jeito, a escola era municipal... então, não é que tinha a escola aqui. A CEMIG cedia o prédio para a prefeitura manter uma escola municipal aqui dentro. Antes era pra morador, foi feita pra isso, mas naquela altura já não tinha morador na Vila... mas aí a CEMIG foi desativando, foi todo mundo embora e a escola ficou sendo uma escola municipal para a região aqui de Jaguará. E quando eu cheguei a prefeitura tava fazendo uma escola municipal ali na vilinha (apontando para fora da Vila) e aquela escola foi feita antes da administração anterior do Baguá, antes de eu chegar aqui. Aí uns anos depois a escola mudou-se daqui pra lá e desativou e a prefeitura entregou. E aqui a escola chama-se Naná Kubistchek, que foi a irmã do Juscelino que fundou a CEMIG. E são essas preciosidades...

Maria Beatriz: E o que o senhor achava dela continuar sendo usada como escola... era bom ter uma escola aqui?

Ivan: Nunca pus obstáculo algum! Eu não posso avaliar isso, quando eu cheguei já não tinha aluno morando na Vila eu não peguei a Vila florescente.... Muita gente da região estudou aqui. Agora isso foi se tornando precário em função da desativação da Vila, que não tem morador e não tinha nada. Então passou-se... quando eu cheguei já estava em construção da outra escola. Eu gostava de ter a escola funcionando aqui...

Maria Beatriz: Bom, para nós era mais importante saber sobre o seu relato e as suas colocações sobre a Vila e assim, o que tínhamos pensando em falar era exatamente isso, que temos o núcleo de pesquisa na universidade e que temos interesse em contribuir e abrir algumas possibilidades de trabalho...

Ivan: Aqui especificamente quando eu tiver um parceiro eu os procurarei e aí já fica resolvido isso, antes disso não tem por que eu os procurar. E quando nós formos fazer o projeto definitivo aqui, eu os procurarei. Só que isso aqui é específico, eu acho que é isso que eu gostaria que vocês saíssem daqui e tivessem uma visão mais macro do que simplesmente o parque náutico aqui de Sacramento, eu acho que tem outras questões aqui, que não estão afetas a mim, mas que são importantíssimas para uma colaboração da universidade, que seria aqui pelo menos três: o patrimônio viário da Mogiana, Desemboque e Gruta dos Palhares. Isso dependeria de uma decisão, de um direcionamento das áreas competentes a isso aí, que eu acho o professor Berto Cerchi muito sensível e muito preparado para tudo isso daí. Turismo é economia, turismo é dinheiro, é renda e emprego. Turismo é renda e emprego!

Maria Beatriz: É um dos meios de você conservar...

Ivan: É, turismo é recurso pra cidade. Agora é um escândalo eu falar aqui que tem que se pegar Eurípedes e fazer turismo em cima. Vai trazer milhares e milhares de pessoas.

Maria Beatriz: O Plano Diretor poderia incluir isso e isso é uma das coisas que a universidade pode contribuir. O Plano Diretor foi feito pela própria universidade mas pode e deve ser revisto.

Ivan: Pode-se inclusive fazer um plano específico para turismo não pode?!

Maria Beatriz: Claro! Deve ser feito...

Ivan: Pois então, é isso do que eu falo. Mas é isso.

6.4. Entrevista realizada com Carlos Alberto Cerchi, atual secretário da cultura e do turismo de Sacramento – MG.

Entrevista realizada presencialmente na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura de Sacramento – MG, no dia 26/03/2018 pela mestrandia Rafaela Borsato Belo e pela Prof.^a Dra. Maria Beatriz Camargo Cappello.

Rafaela: Como acontece o trabalho da preservação de bens culturais na cidade de Sacramento?

Cerchi: Através do Conselho Municipal, o Condepha.

Rafaela: E como é que funciona? Existe um plano de trabalho para eleger os bens que serão preservados; a cidade já possui alguns bens que já são preservados...?

Cerchi: Sim, pelo fato de ter incentivo fiscal...

Rafaela: Que é o ICMS certo?

Cerchi: Sim, o ICMS Cultural né? Nós tamo sempre fazendo levantamento, já tem alguns tombados e, por estar desativado há algum tempo o Conselho, então nós tamo refazendo todos os relatórios arquitetônicos e etc, pra obter essa vantagem do estado.

Rafaela: E dentro desse plano que vocês fazem para o ICMS, porque assim, dentro do ICMS elegem alguns bens para fazer os inventários e mandar né? Quais são esses bens? Vocês têm essa relação?

Cerchi: Tem, nós temos a relação sim de todos eles. Os que estão em estudo, os que já estão tombados né? E os que poderiam vir a ser tombados. Porque na ausência do Conselho Municipal de preservação, o tombamento era feito por lei municipal né, através da câmara. Então alguns desses bens foram tombados como a Estação do Cipó, a Estação de Jaguará né, as estações dos bondes, o museu é.... enfim. As igrejas do Desemboque, o casarão do Desemboque, aí a gente vai ter.... tem em torno de uma dúzia mais ou menos. Por lei municipal. Num passou por aquele processo complexo de tombamento que tem não.

Rafaela: Complexo a nível estadual que o senhor fala?

Cerchi: É...

Maria Beatriz: Mas municipal é. Tombado a nível municipal é.

Cerchi: É, por lei municipal. Tem o projeto de lei, o vereador entra com o projeto é aprovado na câmara e sancionado pelo prefeito.

Rafaela: O senhor teria como me encaminhar a relação desses bens?

Cerchi: Tenho.

(O secretário se levanta para buscar os dossiês de tombamento presentes em sua sala. Apresenta o dossiê do prédio onde está instalada a secretaria, que antigamente era a Cadeia da cidade)

Rafaela: Então assim Cerchi, aqui em Sacramento o que vocês têm feito para proteger esses bens vocês fazem dentro do Conselho Municipal, em reuniões, e o que tem de fato preservado esses bens é o auxílio do ICMS?

Cerchi: É.

Rafaela: Você sabe se aqui na cidade existe algum trabalho de Educação Patrimonial, cultural junto às escolas?

Cerchi: Aí assim, a educação patrimonial nós fazemos com as crianças.

(Se volta às pesquisadoras e apresenta o dossiê do Desemboque)

Cerchi: A moça que trabalha no arquivo (ali mesmo) ela tem uma pasta

Rafaela: E quem fez esses dossiês?

(O secretário se distrai com sua filha pequena, presente durante a conversa, e não responde a pergunta)

Cerchi: Então o ideal era você conversar mesmo com a moça e ela tem a relação todinha. Porque aqui o que eu tenho é esparso, teria que tá procurando pra te mostrar.

Rafaela: O senhor tem o contato dela por e-mail para me passar?

(Ele tenta falar pelo celular com a funcionária, Eliana Vilas Boas, mas acaba fornecendo o número da mesma).

Rafaela: Assim, o senhor Ivan (proprietário da Vila dos Operadores de Jaguará) falou super bem do senhor.

Cerchi: Ah, obrigado.

Rafaela: Ele disse que o senhor é um verdadeiro entusiasta aqui da cidade, que se eu estiver com interesse em saber qualquer informação em relação ao bem patrimonial aqui da cidade, o senhor era a pessoa certa pra falar.

Cerchi: Bondade dele...

Rafaela: Umas dúvidas que eu tenho, em relação à administração desses bens, o senhor acha que a ferramenta do ICMS Cultural é o que tem de máximo a ser feito dentro do município?

Cerchi: É, nós trabalhamos com isso.

Rafaela: E tem surtido efeito? A prefeitura tem feito o repasse certinho para a manutenção desses bens?

Cerchi: Tem... então, a gente tá trabalhando, é muita coisa e a exigência é muito grande. E a Eliana tá trabalhando com afinco nisso.

Rafaela: Quem fez o dossiê de tombamento do Desemboque?

Cerchi: Na verdade ele é tombado em nível estadual né? Então foi feito na década de 1990...

(O secretário se distrai com um funcionário que chegou)

Rafaela: Então se eu falar com a Eliana ela vai me passar a relação dos bens certinho né? Então me passa o número dela por favor.

Cerchi: Vai sim ela tem tudo. Passo sim...

Maria Beatriz: Mas então, para o ICMS não precisa ter tombamento. Ele precisa ter a ficha de inventário...

Cerchi: É mesmo? Pra mim tinha que ter o bem tombado não?

Maria Beatriz: Em Uberlândia já fizemos vários inventários para os bens da cidade, fazemos um levantamento e uma ficha de inventário, segundo o modelo do IEPHA, com as características do imóvel, e seu valor patrimonial e em cima dessa documentação solicita-se o ICMS... a partir do que está inventariado...

Cerchi: Então aqui nós, no nosso entendimento, tem que pontuar e em cima da pontuação é que recebe.

Maria Beatriz: Mas para pontuar não precisa ser tombado.

Rafaela: Porque na pontuação vai entrar quesitos estéticos, quais os valores estéticos, históricos, sociais que aquele tem pra cidade. Então se na ficha, quem preencher a ficha, souber descrever através de fotos e de texto a importância daquele bem para a cidade, pontua... então por exemplo, se for um bem excepcional, que nenhuma outra cidade aqui da região tem, seja uma igreja do século XVIII ou uma arquitetura moderna da década de 1950, se você conseguir provar que aquele bem tem uma importância significativa para a cidade, você pontua e recebe.

Cerchi: Olha...

Maria Beatriz: Nós temos um Núcleo de Pesquisa em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, na Universidade Federal de Uberlândia e, além desse trabalho que a Rafaela está fazendo no mestrado, nos trabalhamos com a documentação da Vila de Jaguará e de outros projetos na região e gostaríamos de pensar como a Universidade Federal de Uberlândia poderia trabalhar em Sacramento...

Cerchi: Olha que coisa boa...

Maria Beatriz: ... poderíamos desenvolver um projeto de extensão para realizar as fichas de inventários...

Cerchi: Então, até veio uma empresa mesmo querendo fazer mas aqui nós tínhamos elementos, tem essa moça que é arquivista, ela tem condição. Eu já fiz muito isso também no passado... então eu achei que nós mesmos podíamos fazer.

Maria Beatriz: Então, mas poderíamos dar um apoio? poderíamos tentar fazer um projeto de extensão pra trabalhar em conjunto...

Cerchi: sim vamos... que coisa boa!

Maria Beatriz: Então, não sabemos qual é o interesse de vocês....

Cerchi: Tenho total... total interesse.

Maria Beatriz: O nosso interesse maior é na Vila de Jaguará... nós temos o inventário da Vila de Jaguará inteiro... quer dizer, nosso interesse é saber se a Vila de Jaguará já poderia receber o incentivo para se manter...

Cerchi: Uai vamos desenvolver isso... claro

Maria Beatriz: Nós gostaríamos de saber se o Sr. tem interesse... se o município tem interesse... se poderíamos pensar, pois conversando até com o Dr. Ivan, porque a Universidade já fez uma vez um Plano Diretor pra Sacramento, há um tempo atrás

Cerchi: Eu conheço...

Maria Beatriz: poderíamos pensar numa revisão desse Plano Diretor, e pensar numa relação de como o turismo daqui poderia envolver a conservação desses bens históricos... o Desemboque, a Vila e outros lugares daqui, como um projeto maior de desenvolvimento, que traga também recursos para a cidade... e que também ajude a manter os esses bens.

Cerchi: Claro... e o quê que eu tenho que fazer pra gente formalizar isso?

Maria Beatriz: Então, gostaríamos de saber do interesse da prefeitura... primeiro vamos levar para o núcleo de pesquisa que trabalhamos, para os professores, e montamos uma proposta e trazemos pra vocês...

Cerchi: Tá, tem todo o nosso apoio nesse sentido, pode fazer...

Maria Beatriz: Gostaríamos também de trabalhar no sentido de conscientizar a população de Sacramento, eu não sei até que ponto eles têm essa consciência da importância da Vila de Jaguará, como um bem a ser preservado.... Não precisamos dizer tombado, mas preservado. Que pode ser utilizado para o turismo e que pode reverter um dinheiro para a cidade.

Cerchi: Claro...

Maria Beatriz: O meu interesse específico é na Arquitetura Moderna, mas nós temos outros professores... que já trabalharam com o Desemboque, e com esses outros professores poderíamos estar trabalhando em várias frentes dentro desse universo aqui de Sacramento. A proposta seria como poderíamos auxiliar com a extensão universitária junto com a Secretaria de Cultura.

Cerchi: Sim... nós temos total interesse. Ai se quiser aprofundar essa ideia, se quiser marcar uma entrevista eu vou lá, na Universidade, a gente...

Rafaela: A minha questão é que por exemplo, a Bia pesquisa essa questão da arquitetura moderna e no meu mestrado eu trabalho também a questão da cidade pequena, o senhor consegue me dizer o que dificultaria que esse trabalho fosse efetivado? Se tem alguma limitante política, por parte da população...

Cerchi: Não, a limitação é realmente é pessoas que tenham isso que vocês acabaram de me falar... clareza dessa questão e pelo fato de ficar muito tempo parado, sem interesse nesse resgate, ficou acumulado muita coisa, porque Sacramento é riquíssima em bens patrimoniais haja visto aqui né, onde nós estamos (referindo-se ao prédio da Antiga Cadeia, hoje Secretaria da Cultura e Arquivo Público) uma cadeia, umas celas, que tem toda uma arquitetura né, até fiz uma revista, uma matéria sobre isso, então você sai daqui vai ali no Palácio das Artes e tem uma estação nos moldes ingleses... tem a Estação do Cipó tem, tem muita coisa...

Rafaela: É e precisa amarrar isso num plano turístico...

Maria Beatriz: E esses bens não estão recebendo o ICMS?

Cerchi: Não... não houve encaminhamento na gestão passada então nesse próximo ano é que vai começar a receber...

Rafaela: Ah então vocês estão enviando agora...

Cerchi: É... no ano de 2017 que nós enviamos.

Maria Beatriz: Então, poderíamos receber essa relação do que foi enviado, quais são os bens...

Cerchi: Sim... então aí é com a Eliana mesmo.

Cerchi: Vocês vão ficar por aí hoje?

Maria Beatriz: Não, nós temos que ir embora, mas vamos combinar uma volta...

Cerchi: Nós podemos ir lá também, para estreitar essa relação, essa ideia... porque a Universidade tem todos os elementos para ajudar a gente... né, a gente, pode se dizer, leigos né? Nessa questão de buscar, de fazer uma coisa bem-feita né? Então, o Conselho de Turismo também nós tamo, tá bem orgânico o conselho, reuni com os meninos anteontem, tamo trabalhando um tal de FOFA, que é uma sigla... (foi interrompido pela filha e não retomou o assunto). Então nós tamo trabalhando nisso, ano passado foi um ano de muita correria e tamo ainda em correria porque as coisas tá muito abandonada sabe? Então nós tamo fazendo construção...

Rafaela: Ah, esse Conselho é de Cultura e Turismo né? Eu cheguei a olhar no site aqui no Arquivo né... é tudo integrado...

Cerchi: Tem o Conselho de Cultura, de Turismo e de Desenvolvimento Econômico, tudo aqui nessa pasta... Ai se a senhora quiser marcar nós podemos combinar de ir lá se a senhora não puder vir aqui...

Maria Beatriz: Eu vou marcar uma reunião com o Núcleo então, com os professores, e daí a gente entra em contato de novo...

Cerchi: Tá, eu vou anotar aqui o nome, o endereço e o telefone...

6.5. Entrevista arquiteta Virgínia Dolabela.

Entrevista arquiteta Virgínia Dolabela, antiga Diretora Cultural da cidade de Sacramento. Realizada em 06/06/2018, via e-mail, pela mestranda Rafaela Borsato Belo.

Bom dia Virgínia,

Como mencionei, minha dissertação discorre sobre as particularidades da preservação da arquitetura em uma cidade de pequeno porte e analiso a situação da Vila dos Operadores de Jaguará, um projeto com características modernas, em Sacramento, uma cidade pequena.

Tive muitos avanços nesse período, incluindo um contato mais certo com o professor Ivan Barbosa, proprietário da Vila e com o Berto Cerchi, atual secretário de cultura. Ambos se disponibilizaram em me receber e forneceram alguns dados e materiais que foram de grande valia.

Ao pesquisar um pouco sobre o patrimônio edificado de Sacramento, li muito do que foi levantado e sistematizado por você em alguns blogs. Um material extremamente rico e minuciosamente detalhado que me fez entender muito da história dos bens culturais de Sacramento e a sua visão de arquiteta me fez sentir familiaridade na descrição dos mesmos. E é por isso que senti necessidade de novamente entrar em contato.

Gostaria de tirar algumas dúvidas que surgiram e de entender como foi o seu trabalho na secretaria de cultura e, se possível, utilizar-me de suas respostas para compor a reflexão que venho desenvolvendo em torno das particularidades de Sacramento. O material aqui disponível <http://turismosacramento.wixsite.com/turismosacramento/historico> é um material que em muito se assemelha com o histórico de um dossiê de tombamento. Você foi a responsável por elaborar

alguns dossiês de tombamento, correto? Em qual ano foram desenvolvidos? Qual a finalidade do dossiê naquele momento? Era o de documentar a fim de preservá-lo junto a esfera municipal, IEPHA, ou também visava concorrer ao ICMS Cultural?

Em sua experiência com o patrimônio de Sacramento, acredita que dificuldades lhe foram impostas na efetivação de qualquer iniciativa de preservação, pelo fato de que a administração não valoriza tais ações? O fato da cidade ser pequena e tomada por famílias de sobrenome com familiares em cargos públicos, dificulta algum processo de preservação? Essas são especulações que faço para entender o que faz uma gestão armazenar e produzir tão bem alguns materiais e outra que se dedica a realizar fichas de inventário para concorrer ao ICMS Cultural. Os bens culturais reconhecidos em Sacramento não datam muito além do início do século XX e indicam um certo desconhecimento, por parte da administração pública, do que é a arquitetura moderna, por exemplo.

Me desculpe pela extensão do e-mail e espero não incomodar. Caso haja necessidade, posso anexar suas respostas junto à minha dissertação?!

Muito obrigada desde já pela ajuda!

Respostas da arquiteta:

1. O site que você se referiu era mantido pelo setor de turismo após gestão que participei, mas sei que utilizaram informações que foram desenvolvidas anteriormente. Quem pode te dar mais informações pode ser o Frederico Crema, da Maritaca Expedições.
2. O blog: <http://culturaeturismosacramento.blogspot.com> era o que divulgávamos as atividades e legislação das áreas de patrimônio cultural. (Gestão 2009 – 2012).
3. Quando assumi a Diretoria de Cultura em 2005, foram poucos os documentos encontrados relativos a dossiês, inventário, conselho de patrimônio, etc. Tivemos na época de recorrer ao IEPHA para conseguir cópia do que tinha sido enviado. Na época fiz um planejamento para regularizar os documentos e dossiês, mas infelizmente foi muito pouco que conseguimos fazer. Tombamos com todos os trâmites (dentro do possível) o Casarão Benjamin Vieira, conhecido como Casarão do Cirilo e a família é que restaurou com recursos próprios. E iniciamos o Inventário e os estudos para os dossiês do Patrimônio Ferroviário. Sai em abril de 2007.
4. Havia desenvolvido um Programa de Desenvolvimento Sustentável através da Cultura e do Turismo, que tinha como um dos pilares a preservação, conservação e uso dos bens culturais materiais e imateriais do município. Programa que não foi possível implantar pela total falta de interesse e visão dos gestores.
5. Voltei a convite da gestão 2009 – 2012, e retomamos os trabalhos de documentação, do levantamento e revitalização do patrimônio ferroviário, e o projeto de revitalização do Desemboque.
6. Conseguimos adiantar algumas pesquisas e documentos, mas por problemas ocorridos fiquei sem nenhuma equipe e o trabalho ficou em ritmo muito lento.
7. Dentro do que vivenciei nos períodos que passei na administração municipal, acredito que as mudanças feitas na Legislação do ICMS Cultura (Lei Hobin Hood) ao longo dos anos, foi uma tentativa do Estado de corrigir as distorções do uso dos recursos e conseguir resultados mais concretos na preservação dos bens culturais. No caso de Sacramento, posso lhe dizer que a Gestão Municipal queria os recursos financeiros, mas não queria investir na gestão, preservação e conservação dos bens culturais. Durante muitos anos a prestação de contas dos recursos do ICMS demonstram a quase totalidade para o Carnaval e Festa de 1º de Maio, e algumas poucas ações como nas Festas da Congada e Folia de Reis (subvenções aos grupos e escolas de sambas).
8. Acredito com certeza que a administração municipal não valoriza as ações que fizemos ou que são precisas para uma boa gestão na área de Patrimônio Cultural. Apesar de ter criado um Programa de Desenvolvimento Sócio econômico através da gestão do patrimônio cultural, não consegui implantar nem 1% das ações iniciais que seriam precisas. Consegui muito pouco, assim mesmo porque o Cleber Silveira que era Superintendente de Gestão, me liberava algumas coisas como carro para levantamentos, material de consumo e recursos para algumas atividades. Sei que era por causa da prestação de contas do ICMS Cultural, que eu era responsável. Concluindo, sim o pouco que se consegue é por causa dos recursos do ICMS Cultural, seja em termos de funcionamento do Conselho de Patrimônio, pesquisa, programa ou ação. Mas não conseguem compreender os mecanismos da legislação e as ações que são necessários para se aumentar a pontuação e conseqüentemente os recursos financeiros, assim como isso pode retornar em melhorias sociais e econômicas para a população.
9. Eu sempre tive como base que a preservação do patrimônio passa por diversos eixos, que se iniciam com a documentação, legislação, educação patrimonial, etc. Mas sei que a visão da gestão municipal não era a mesma. Os dossiês são fundamentais, mas não podem ser um maço de papel sem função.

10. Quanto as suas perguntas relativas a ser uma cidade pequena, e tomada por famílias de sobrenome com familiares em cargos públicos, dificulta algum processo de preservação. Todas as dificuldades e entraves. Não precisam estar em cargos públicos, interferem diretamente, com uma visita ou telefonema ao gabinete do prefeito. Tive várias experiências que comprovam isso, seja na época que tentamos fazer o inventário, seja em decisões do Conselho. Quando recebemos a indicação do tombamento do Conjunto da Usina de Jaguará, não sei como, em dois dias já estava recebendo telefonemas seja da parte do proprietário ou do gabinete. Isso por que íamos iniciar os estudos pela capela. Assim como várias vezes escutei não se tomba imóvel particular, não mexe com isso, etc.
11. Para fazer o inventário, na época, criei alguns critérios, para diminuir esses impactos da pressão, e estabelecemos imóveis com mais de 50 anos, mas mesmo assim não conseguimos ir adiante com as pesquisas e documentos. Alguns casos colocamos imóveis de referências políticas e econômicas que eram mais modernas, o conjunto da Jaguará e da Gruta dos Palhares. Mas não conseguimos ir muito adiante, foram poucas fichas que conseguimos desenvolver, mas muito mal, isso ainda pela justificativa do ICMS Cultural. Arquitetura moderna para eles não é patrimônio cultural ou qualquer referência histórica ou de arquitetura.
12. Para você ter uma ideia, conseguimos levantar no início da gestão 2009 – 2012, os remanescentes materiais do Desemboque, como muros, fundações, etc. Mas a própria administração não nos consultava e vários foram destruídos por máquinas da Prefeitura, porque o morador pediu para abrir uma estrada, um acesso, limpar o quintal, e mesmo no projeto de implantação do esgoto e da ETE.
13. Não sei se respondi tudo, mas qualquer coisa entre em contato.

6.6. Entrevista arquiteto Reynaldo Luiz Calvo.

Entrevista realizada via telefone no dia 19/07/2018 pela mestrandia Rafaela Borsato Belo.

Rafaela: O senhor me desculpe a intromissão em um momento tão delicado (o arquiteto encontra-se em tratamento médico), vou tentar ser a mais rápida possível...

Reynaldo: Que isso! Não se preocupa não! É bom porque eu vou reativando a memória!

Rafaela: Ah que bom então! (Explica-se do que se trata a pesquisa e qual a proposta da presente dissertação). A expressão urbanística e arquitetônica que a Vila dos Operadores de Jaguará chamou a atenção da arquiteta e pesquisadora Maria Beatriz Camargo Cappello e desde 2009 ela, juntamente com alunos de graduação ligados a um núcleo de pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia, passaram a documentá-la. O nome do senhor foi encontrado em algumas das pranchas dos projetos que estavam em uma das edificações. Bom, para iniciar, gostaria de saber onde o senhor se formou...

Reynaldo: Ótimo, eu me formei em 1964 na Universidade Federal de Minas Gerais e consegui, após formado o contato da CEMIG, eu tava trabalhando junto com o arquiteto Décio Machado que era de uma linha que a gente seguia, mais no funcionalismo e como ele tinha mais prestígio eu consegui fazer alguns contratos em nome dele já englobando o meu só que incluía o Cláudio (Cláudio Augusto Magalhães Alves, também autor de projetos da Vila dos Operadores de Jaguará) que foi o responsável pela casa de visitas e o Décio que acho que fez o clube da Vila dos Operadores ou coisa parecida. Então nós fizemos um acordo com a CEMIG de coordenar, embora não tivesse sido constituído uma firma propriamente dita de consultoria, de coordenar além desse projeto, outras equipes para que eles, para que não ficasse muito "inchado" o escritório. Então nós começamos a prestar o serviço entregando todos os projetos, o elétrico, hidráulico, a arquitetura etc, etc. A Vila já tinha sido definida por eles, já tava pronta com os locais indicados, onde seria feita cada coisa. Naquele tempo, vamos dizer assim, uma usina era um acontecimento extraordinário dentro da própria empresa, então a Vila era feita com carinho inicialmente para o pessoal que ia operar, porque para os construtores era feita outra vila. E numa questão assim de divulgação, foi então feita a casa de visitas porque, pra levar pessoas importantes pra conhecer, pra ver e inclusive, no nosso entendimento, superdimensionada, porque num quarto daquele lá dá pra você viver um ano só de armário embutido etc e tal (risos) então é um negócio assim, extraordinário! E tinha então todo um esquema feito especialmente para isso. Mas basicamente a Vila foi feita dentro da CEMIG mesmo, o chefe era o José Emílio Resende Costa (arquiteto autor do projeto da Sede da CEMIG em Belo Horizonte entre os anos de 1980-1989), um dos arquitetos, já falecido, Istvan Farkasvolgyi então eles pormenorizavam porque além dessas, nós fizemos além de Jaguará outras coisas pra eles e inclusive, aqui na capital Belo Horizonte, o Laboratório Geral de Análises e Edição que era muito sofisticado, complicado e o pessoal, vamos dizer assim, não inchou o quadro pessoal deles a um custo relativamente mais adequado. Esse projeto até da casa de visitas eu

achei, são até sessenta ou setenta formatos, tão lá no escritório (referindo-se ao seu escritório comercial) e evidentemente como vocês fotografaram, ter a obra realizada não interessa o detalhamento...

Rafaela: Não, interessa sim!! (risos) Para nós a documentação da história dessa arquitetura é importantíssima!

Reynaldo: Então porque qualquer coisa tá a disposição! Temos tudo, detalhamento, esquadria... a meta da CEMIG era interessante sabe. Teve dois postos que eu trabalhei aqui em Belo Horizonte, um foi a CARRPE (provavelmente referindo-se à autarquia denominada Campanha de Reparo e Restauração dos Prédios Escolares do Estado, 1958-1967), que desenvolveu todo um mecanismo de reforma, de medição, de análises, de avaliação e outra a CEMIG exigia projetos a tal nível de complexidade que não haveria questionamento, como acontece muito hoje, quanto à evolução do projeto. Então a construtora começa e “tá faltando isso, aquilo, tem que fazer aditivo” e na CEMIG isso era quase que proibido, então por isso que a nossa coordenação e normalmente eu fazia a gerência de projetos, era muito importante. Que combinava um com outro, num tinha computador, era uma situação mais difícil, mas de qualquer maneira eles estavam praticamente todos enquadrados.

Rafaela: É um prazer falar com o senhor porque a casa de visitas é um dos projetos que mais chamam a atenção...

Reynaldo: É bom porque esse projeto tem o que mais de trinta, quarenta anos?! E tudo fez parte de uma ocasião. É realmente um projeto interessante porque ele é simples, agradável, o aspecto né? Muito bem detalhado, espero que realmente tenha sido feito assim, porque nós não acompanhávamos obra. Nós só fazíamos o projeto e eventualmente, quando algum empreiteiro questionava alguma coisa, a gente então analisava e dizia se ele teria ou não razão. Por exemplo que ficou para o final, que foi a cozinha, ela foi o detalhamento que foi a ser acertado depois, durante a obra. E ela foi detalhada toda, o sistema de exaustão, etc e tal, e também, de certa forma, superdimensionada.

Rafaela: E a respeito do templo ecumênico? (Foram enviadas previamente fotos para que ele se recordasse do projeto).

Reynaldo: É, não... eu tenho uma vaga ideia, não vou te afirmar com toda a segurança não, que realmente nós fizemos assim alguma assim em forma de estudo, que pode ser esse e nunca mais foi tocado. Tanto que procurei nos guardados e não achei nada semelhante, embora tenha a vaga ideia de que o outro ex-sócio (Inaudível. Mas algo semelhante a Décio Everfi) tenha mexido em uma coisa semelhante assim, mas eu não consigo identificar e, assim sendo, eu não posso de qualquer forma assumir...

Rafaela: Sim, entendo. Pergunto porque há histórias de que esse templo seja construído em forma piramidal e voltado para Meca e, portanto, gostaríamos de confirmar alguma informação com o senhor...

Reynaldo: Não, realmente... (risos). Não, não me lembrei de nada que tenha relação e como era coordenador geral do escritório, eu realmente não sei dessa ligação. Eu tenho assim a vaga lembrança de que talvez tenhamos feito o clube da Vila, que além da construção da Vila ser uma coisa durável, tinha que ser, com acabamentos simplórios, com a cobertura bem resolvida para evitar infiltrações e tal, e o clube também em caráter muito provisório porque é, vamos dizer assim, que depois que se instalasse definitivamente a Vila ele pudesse ser ampliado, ir mexendo, mas era só para o pessoal inicial mesmo.

Rafaela: E as habitações? O senhor tem conhecimento de quem as projetou?

Reynaldo: Foi a própria CEMIG (através do Departamento de Engenharia Civil)... eu tenho a impressão de se vocês vierem aqui na CEMIG (em Belo Horizonte) vocês devem ter acesso a esses arquivos porque a CEMIG era muito controlada, como suponho ser até hoje, ela então era muito exigente. Então naquela ocasião ela já tinha, vamos dizer assim, um padrão de apresentação. Era por exemplo você pegava um projeto deles e mostrava “olha, isso nós resolvemos assim, tem que ser apresentado assim, tem que ser feito assado”. Então seguramente alguma coisa eles têm que ter em arquivo.

Rafaela: Eu cheguei a visitar o Setor de Memória da CEMIG aí em Belo Horizonte, naquele prédio bonito...

Reynaldo: Isso, projeto do José Emílio... inclusive, aquele projeto eram duas torres idênticas, um de cada lado da avenida, e só foi erguida uma. Porque é o seguinte, a construção era feita pela Forluz que é Fundação de Seguridade Social, fizeram uma torre agora, que deve ter terminado há um ano atrás, um projeto bastante avançado, e foi feita uma outra torre sem ligações propriamente direta com a CEMIG...

Rafaela: Pois é, na época que visitei o prédio o Setor de Memória estava justamente cuidando de uma mudança e, segundo a funcionária, muito prestativa, que me atendeu, são poucos os materiais que eles possuem referentes à Vila Jaguara, a maior parte refere-se à Usina....

Reynaldo: Ah então aí, como eles colocaram à venda a Vila, seguramente colocaram tudo junto... (possivelmente à documentação de venda).

Rafaela: Nós tivemos acesso à algum material na Usina Jaguará, fotos, algumas outras plantas... O senhor já esteve na Jaguará?

Reynaldo: Não, nunca estive... acho que salvo engano, fui ainda sem nada, fui só pra conhecer o local. Ainda árido, sem grandes coisas..., mas já com a implantação e tudo, nunca mais... tanto é que nem retrato a gente tinha! Eu até procurei retratos mas num tinha... A Vila propriamente foi feita internamente na CEMIG.

Rafaela: O projeto urbanístico também foi feito dentro da CEMIG, previamente?

Reynaldo: Tudo, tanto é que quando nós recebemos, eu tenho lá a planta que eu creio que será muito útil para você, que já está marcada nela os projetos que a integrariam. Entendeu? Então tem a da Vila em si, que é genérica e tal e tem a casa de visitas, onde seria. Naquele local nós mandamos proceder um levantamento específico onde então foi utilizado para lançar o projeto.

Rafaela: Toda a Vila é muito bem pensada e o que chamou a nossa atenção, especificamente, foi a influência da arquitetura e do urbanismo modernos no projeto. Imagino que pela época discutia-se muito as premissas, as funcionalidades...

Reynaldo: Vamos dizer assim, o nosso escritório andava com certo desenvolvimento, então a gente andava com uma série de coisas, até mesmo pra própria CEMIG foram feitos mais de dez projetos, mas sempre procurava sempre a atualização, mas não, vamos dizer assim, não se imaginava nada extraordinário não... o que se fazia era um urbanismo simples, que nós inclusive também trabalhamos nessa área numa certa ocasião, fizemos plano de desenvolvimento no norte, etc e tal, mas aí já com a ideia voltada mais a uma, vamos dizer, a uma definição. Porque nós fomos educados, vamos dizer, no CIAM, no Congresso Internacional da Arquitetura Moderna, quem escreveu a Carta de Atenas (1933) foi Le Corbusier, na ocasião da guerra então no início, o urbanismo nosso tava muito à condição de trabalhar, circular, descansar, divertir, hoje a gente já percebe que a cidade é muito mais do que isso, então, com o tempo, a gente vai ganhando essa experiência, com o tempo, mas de qualquer maneira vamos dizer que inicialmente a gente tinha essa ideia do lançamento das coisas... Mas a Vila de Jaguará não havia sido nada de excepcional que tivesse que ser considerado, e nós recebemos pronta né?! A Vila em si e seguramente foi o José Emílio ou o Istvan que fizeram o projeto, sei lá, mais um ou dois arquitetos, mas ficavam mais voltados ao detalhamento das coisas deles.

Rafaela: É curioso ouvir o senhor falar dessa arquitetura, hoje vista como sendo de tão boa qualidade, como algo banal, comum à uma época, diferentemente do que pode-se dizer da arquitetura produzida no dia de hoje...

Reynaldo: Nós fomos educados realmente em uma arquitetura funcionalista... vamos dizer assim, a mesma grandiosidade de Le Corbusier que era bem visto, na forma e tal, era muito Bauhaus, a gente seguia muito Gropius, e esse tipo de coisa numa certa lógica arquitetônica, de preferência pra torna-la funcional, na tradicional planta livre, e que você arrumar uma coisa não era uma estrutura rígida. Então de modo geral a ideia que a gente tentava colocar nos projetos era essa, certo?

Rafaela: E os projetos foram muito bem executados... por exemplo, a casa de visitas está desde 1989 aproximadamente sem um uso e as patologias existentes agravaram-se nos últimos dez anos...

Reynaldo: Então porque os detalhamentos era uma coisa assim, essencial. Então por exemplo, quando você fazia uma cobertura, você tinha que indicar todos os elementos dela, inclusive se você indicasse uma calha tinha que especificar a chapa etc, entendeu, era tudo extremamente detalhado pra não ter problema na empreitada e realmente perdurasse... Seguramente a fiscalização deles (na obra) era muito rígida, porque depois que começou a obra eu nunca fui lá. De maneira que basicamente é isso e tá a sua disposição os projetos todos, eventualmente deve ter um outro lá de próximo da época... pra você ter uma ideia, quando eu tive que ser atendido de urgência, eu sai e larguei em cima da mesa, segundo a minha mulher que passa lá e abre, tá tudo do mesmo jeito, tá tudo lá (risos).

Rafaela: Pois é, infelizmente ainda não conseguimos ir, mas correndo tudo bem em agosto iremos. Queremos ir tanto para ouvir o seu relato pessoalmente, como também para buscar esse material e, se possível, deixa-lo em posse da universidade mesmo.... Aliás, por acaso o senhor conhece o arquiteto Fernando Graça (arquiteto também de Belo Horizonte e responsável pelo projeto do Terminal Rodoviário de Uberlândia)?

Reynaldo: Conheço! Mas não vejo o Fernando Graça seguramente há mais de dez anos! Mas foi um grande amigo nosso! Ele formou antes de mim, mas nós tivemos um contato, eu fui presidente do Instituto de Arquitetos aqui (IAB MG) até porque unia uma turminha que a gente tinha, assim do pessoal que atuava mais na arquitetura e o Fernando Graça é de extremo bom gosto, nós tivemos um contato muito grande, mas depois eu perdi, tem mais de dez anos num tenho nem notícias dele.

Rafaela: Então, nós estamos tentando ir encontra-lo também porque ele é autor do Terminal Rodoviário de Uberlândia e ele, assim como o senhor, disponibilizou os projetos para que possamos registrar a documentação.

Reynaldo: Olha, perfeitamente... não, e o Fernando grande pessoa, de extremo bom gosto, um desenhista de mão cheia e realmente era gente nossa mesmo, nós éramos uma turma que realizava parte da arquitetura de Belo Horizonte que é muito pobre, acaba que fica virando apartamento só e a legislação ficou muito ultrapassada, depois ela foi, por imposição da revolução, condicionada de forma geral para o Brasil, então aqui nós entramos naqueles processos de modelos de assentamentos e etc, isso também, se houver interesse eu tenho uma vasta vivência nisso, que tive grande contato com isso. Fui vice-presidente nacional do IAB também... e o que é importante constar é o seguinte que a concepção básica ela era feita tudo em conjunto, no escritório, mas a concepção básica é do meu falecido sócio Cláudio Augusto Magalhães Alves. Depois ele abandonou, a carreira profissional, e foi diretor do Instituto do Patrimônio aqui de Belo Horizonte, e depois ele se aposentou. Mas nós mantivemos contato até o fim da vida dele; de extremo bom gosto também muito aplicado. Ele então foi o escritório, vamos dizer assim, eu era então uma espécie de grande coordenador, e que foi junto que detalhou, pensou, foi tudo feito “a várias mãos”. Mas o traçado original, a concepção é dele.

Rafaela: É, por aparecer o nome dele nas pranchas, em um primeiro momento eu passei a procurar por ele, mas não encontrei nenhuma informação...

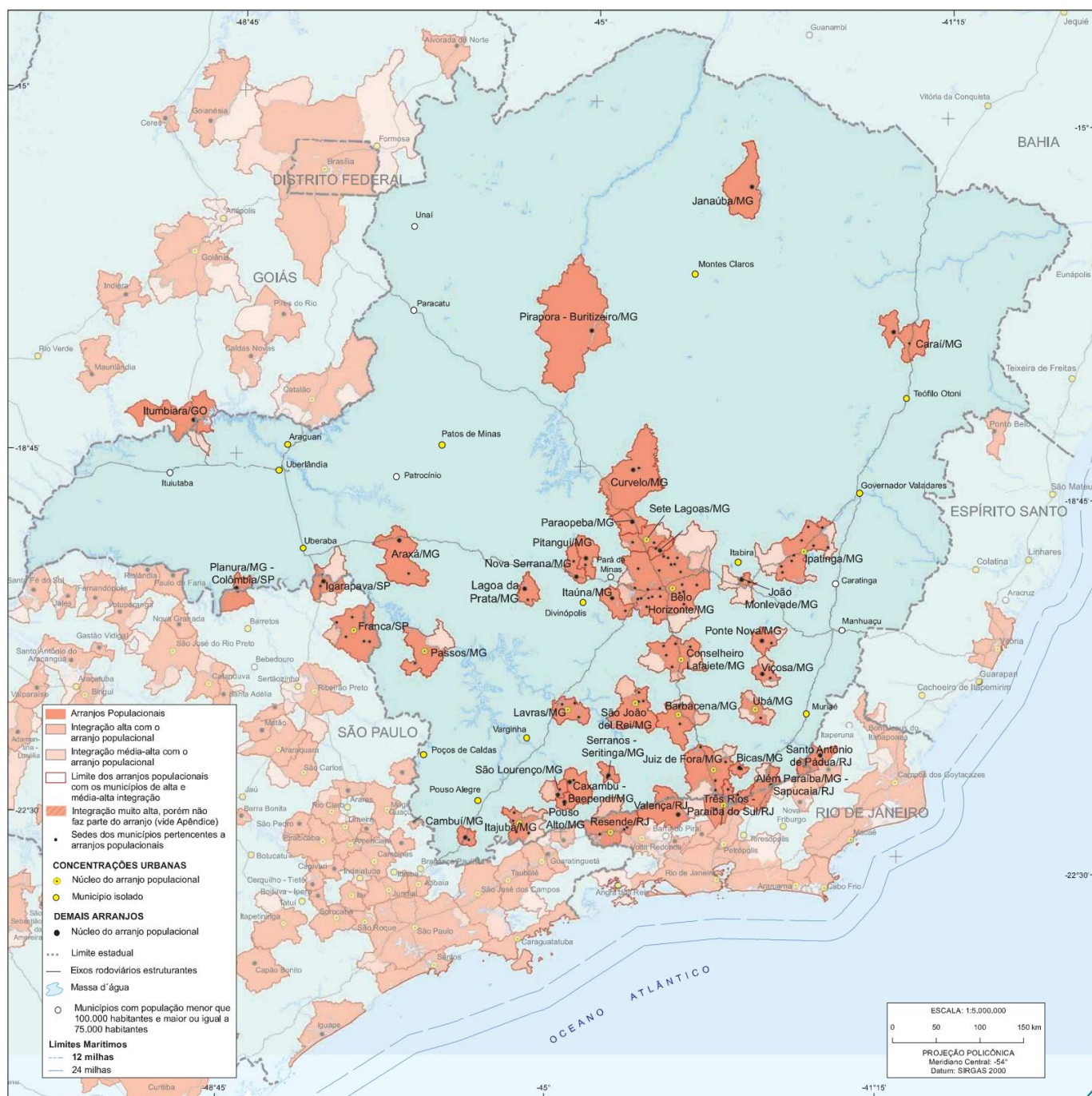
Reynaldo: É que um certo momento ele largou o escritório, aposentou, e encontrou na vida pública, foi secretário adjunto de obras, foi presidente da Codeurb (Companhia de desenvolvimento urbano do estado de Minas Gerais), que era a empresa que fazia obras para o estado sabe, então ele realmente ele se arrastou (risos) ele parou de produzir, por isso que talvez vocês não tenham encontrado nada sobre ele.

Rafaela: Bom senhor Reynaldo, acredito que conversamos sobre o que eu havia programado. Gostaria de agradecer em meu nome e em nome da universidade, a disponibilidade do senhor em ajudar e em compartilhar essa experiência com o projeto da Vila dos Operadores de Jaguará. E espero em breve poder encontra-lo pessoalmente!

Reynaldo: Foi um prazer e será muito bem-vinda! Bom trabalho e eu continuo às ordens aqui!

7. Anexos

7.1. Mapa de arranjos populacionais desenvolvido pelo IBGE.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Notas: 1. Arranjos populacionais identificados segundo metodologia desenvolvida pela Coordenação de Geografia do IBGE.
2. Municípios classificados como "integração média-baixa com o arranjo populacional" foram identificados com o objetivo de complementar o entendimento do contexto urbano das cidades-núcleo. 3. Consideram-se Concentrações Urbanas os arranjos populacionais e os municípios isolados com mais de 100.000 habitantes. Os municípios isolados são aqueles que não fazem parte de arranjos populacionais.

7.2. Lista de bens inventariados em Sacramento – MG.

Plano de Inventário Ano Base 2006, reapresentação/atualização de 2013,

9.1 Zona Urbana

A - Manifestações Culturais

Setor 01

Denominação	Localidade	Bem Inventariado
Imagem – Senhor Morto	Sede - Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio do Santíssimo Sacramento	X
Imagem – Senhor dos Passos	Sede - Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio do Santíssimo Sacramento	X
Imagem – Nossa Senhora das Dores	Sede - Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio do Santíssimo Sacramento	X
Imagem - Nossa Senhora do Patrocínio do Santíssimo Sacramento.	Museu Histórico de Sacramento.	
Praça Getúlio Vargas (Praça da Matriz)	Sede	
Casa da Cultura	Sede	
Casa da Prece	Sede	
Presépio – Folia de reis	Sede	

Setor 02

Denominação	Localidade	Bem Inventariado
Festa da Folia de Reis	Sede	
Festa de Nossa Senhora Perpétuo Socorro – Escola de Samba Unidos do Areão	Sede	
Festa Nossa Senhora do Rosário - Congada	Sede	X

Setor 03

Denominação	Localidade	Bem Inventariado
Festa de São Braz	Sede	
Capoeira / Escola de Samba Beija Flor	Sede	
Festa de São Miguel Arcanjo	Sede	

Setor 04

Denominação	Localidade	Bem Inventariado
Parque de Exposições Hugo Rodrigues da Cunha	Sede	

Setor 05

Denominação	Localidade	Bem Inventariado
Escola de Samba 13 de Maio – Comunidade Negra	Sede	
Festa Santo Antônio	Sede	
Festa Nossa Senhora da Abadia	Sede	
Congada e Comunidade Negra - Nossa Senhora da Abadia	Sede	
Congada	Sede	
Centro de Umbanda	Sede	
Festa São Geraldo Magela	Sede	
Escola de Samba Unidos do Borá	Sede	

B –**Bens Imóveis****Setor 01**

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
01	Res. Aziz Antônio dos Santos	Sede - R. Capitão Ferreira, 312.	X
02	Res. Antônio Marzan	Sede - R. Capitão Ferreira, 258.	X
03	Res. Espólio de Eduardo Afonso de Almeida	Sede - R. Capitão Ferreira, 234.	X
04	Res. José Martins de Oliveira	Sede - R. Capitão Ferreira, 196.	X
05	Res. Alencar Cunha	Sede - R. Capitão Ferreira, 291.	X
06	Res. José Arthur Barbosa Afonso	Sede – R. José Arthur Barbosa Afonso, 271.	X
07	Res. Arnaldo Pavaneli	Sede – R. Capitão Ferreira, 271.	X
08	Res. Adalberto Lenza	Sede – R. Capitão Ferreira, 164.	X
09	Res. Cirley Bezinoto	Sede – R. Capitão Ferreira, 152.	X
10	Res. Fábio de Melo Bernardes	Sede - R. Major Lima, 50.	X
11	Res. José Loyola	Sede – R. Capitão Ferreira, 112.	X
12	Res. Iara Maria de Araújo	Sede – R. Capitão Borges, 85.	X

13	Res. Agenor Martins Borges	Sede – R. Capitão Ferreira, 79.	X
14	Res. Antônio Alves de Souza	Sede – Pç. Getúlio Vargas, 105.	X
15	Res. Denarciso da Cunha	Sede – Pç. Getúlio Vargas, 195.	X
16	Res. Espólio de Eterlina Terra	Sede – R. Virgílio de Melo Franco, 46.	X
17	Res. José Furtado Portela	Sede – Pç. Getúlio Vargas, 105.	X
18	Rio Grande Empreendimentos Ltda	Sede – Pç. Getúlio Vargas, 152.	X
19	Máquina de Beneficiamento de Grãos e Depósito -Paulo Araújo Souza	Sede – Av. Benedito Valadares, 418.	X
20	Serviços - Paulo Araújo Souza	Sede – Av. Benedito Valadares, 388A.	X
21	Sem Uso - Urbano Bezerra do Vale	Sede – Av. Benedito Valadares, 388.	X
22	Comercial - Alcebiades Scalon	Sede – Av. Benedito Valadares.	X
23	Res. Ivan Borges Mata Cardoso	Sede – Av. Benedito Valadares, 276.	X
24	Comercial - Durval Scalon	Sede – Av. Benedito Valadares, 234.	X
25	Res. Espólio de Ferrúcio Bonatti	Sede – Av. Benedito Valadares, 214.	X
26	Sem uso - Célia Maria Gomide Feliciano	Sede – Av. Benedito Valadares, 186.	X
27	Comercial - Lélio Feliciano de Deus (e outra)	Sede – Av. Benedito Valadares.	X
28	Comercial - Ruy Jerônimo Bessa e Renato J. Bessa	Sede – Av. Benedito Valadares, 162.	X
29	Res. José Armando Maluf	Sede – Pç. Getúlio Vargas, 85.	X
30	Utilidade Pública - Câmara Municipal	Sede – Pç. Getúlio Vargas, 81.	X
31	Res. Fernando Arthur Brigagão	Sede – Pç. Getúlio Vargas, 134.	X
32	Res. Sebastiana Borges do Nascimento	Sede - Av. Benedito Valadares, 339.	X
33	Res. Francisco Olívio Bereta	Sede - Av. Benedito Valadares, 319.	X
34	Res. Maria do Carmo Chaer Borges	Sede - Av. Benedito Valadares, 173.	X
35	Comercial - Wanderley José de Oliveira	Sede - Av. Benedito Valadares, 235.	X
36	Demolida - Moemia Ribeiro Bizinoto	Sede - Av. Benedito Valadares, 197.	X
37	Res. Antonio Luiz Bizinoto	Sede - Av. Benedito Valadares, 185.	X
38	Res. Baudélio Afonso de Almeida	Sede - Av. Benedito Valadares, 117.	X
39	Sem Uso - Ary de Souza Bonatti	Sede - Av. Benedito Valadares, 103.	X
40	Comercial - Mario Afonso Borges (e outro)	Sede - Av. Benedito Valadares.	X

41	Igreja Matriz de Sacramento, Arquidiocese de Uberaba	Sede – Pç. Getúlio Vargas, s/n.	X
42	Comercial - Mauro Cunha Rezende	Sede – Pç. Getúlio Vargas, 84.	X
43	Comercial - Terezinha de Lourdes Bizinoto (e outros)	Sede - Av. Visconde do Rio Branco, 380.	X
44	Comercial - Aldene Gomide Ferreira	Sede - Av. Visconde do Rio Branco, 170.	X
45	Comercial - Espólio de Expedito Roberto Almeida	Sede - Av. Visconde do Rio Branco, 122.	X
46	Comercial - Cora Afonso Bernardes de Melo	Sede - Av. Visconde do Rio Branco, 110.	X
47	Comercial - Edson Rezende Pícolo	Sede - Av. Visconde do Rio Branco, 76.	X
48	Uso Misto (comercial e residencial) Márcia Terezinha O. De Sante (e outros)	Sede - Av. Visconde do Rio Branco, 30.	X
49	Res. Donaldo Lenza de Rezende (e outros)	Sede – Pç. Getúlio Vargas, 52.	X
50	Comercial - Ettore Cerchi	Sede - R. Clemente de Araújo, 95.	X
51	Res. Edilberto Afonso de Souza	Sede - Av. Visconde do Rio Branco, 359.	X
52	Res. Hermócrates Correa	Sede - Av. Visconde do Rio Branco.	X
53	Utilidade Pública - Prefeitura Municipal de Sacramento	Sede – R. Silva Jardim, s/n.	X
54	Uso Religioso - Fundação Lar de Eurípedes	Sede - Av. Visconde do Rio Branco, 159.	X
55	Serviços - Espólio de Ítalo Cerchi	Sede- R. Major Lima, 123.	X
56	Comercial - Hebert Giani (e outros)	Sede - Av. Visconde do Rio Branco, 107.	X
57	Res. José Alberto Bernardes Borges	Sede - Av. Visconde do Rio Branco, 63.	X
58	Uso Misto (comercial e residencial) - Manoel Afonso Borges	Sede – R. Clemente Araújo, 38.	X
59	Comercial - Catarino Antônio Magnabosco	Sede – R. Clemente Araújo, 90.	X
60	Comercial - Maria da Glória, Leônidas Afonso Primo	Sede - Av. Antônio Carlos, 144.	X
61	Res. Antônio Giani	Sede – R. Major Lima, 243.	X
62	Res. Espólio de Aristófero Mendes do Nascimento	Sede – R. Major Lima, 274.	X
63	Comercial - Aglemon da Silva Ribeiro	Sede – Av. Capitão Borges, 340.	X

64	Serviços - E. E. Dr. Afonso Pena Júnior	Sede – Av. Capitão Borges, 250.	X
65	Equipamento Social - Prefeitura Municipal de Sacramento - Museu	Sede – Av. Vigário Paixão, s/n.	X
66	Res. Adelar Soares	Sede – Av. Capitão Borges.	X
67	Res. Maurício Bonatti Filho	Sede – Av. Capitão Borges.	X
68	Res. Jamil Salim Leme	Sede - Av. Antônio Carlos.	X
69	Comercial - Benedito Martins da Silva	Sede – Av. Capitão Borges.	X
70	Res. Aglemon da Silva Ribeiro	Sede – Av. Capitão Borges, 333.	X
71	Comercial - Rogério Souza Crema	Sede – Av. Capitão Borges, 301.	X
72	Res. Jamil Salim Leme	Sede – Av. Capitão Borges, 105.	X
73	Res. Odele Alves Salim	Sede – R. Corone, José Afonso de Almeida, 142.	X
74	Res. Espólio de Antônio Scalon Sobrinho (e outros)	Sede – R. Major Lima, 470.	X
75	Serviços - E. E. Cel. José Afonso de Almeida	Sede – R. Major Lima, 459.	X
76	Utilidade Pública - Arquivo Público Municipal – Antiga Cadeia	Sede – Pç. Cônego Hermógenes, 75.	X
77	Chácara Triângulo - Heigorina Cunha (e outros)	Sede – R. Rui Barbosa, 618.	X
78	Industrial - Crema e Cia	Sede – Al. Sinhazinha, s/n.	X
79	Serviço local - Ricardo Crema	Sede – R. Dr. Aldo Fernandes de Barros, 49.	X
80	Utilidade Pública - Prefeitura Municipal – Palácio das Artes	Sede - R. Joaquim Murtinho, 450.	X
81	Residencial - Espólio de Luiz de Melo Santos	Sede – R. Abraão Abdão Amui, 5/15/25/35.	X
82	Ruínas Curtume		
A83	Serviços, Cartório 2º Ofício	Sede – Av. Visconde do Rio Branco, 17.	X
A84	Comercial, Farmácia Drog Almeida	Sede – Av. Visconde do Rio Branco, 146	X
A85	Serviços, Fórum Comarca de Sacramento	Sede – Av. Visconde do Rio Branco, 227.	X

Setor 02

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
----	-------------	------------	------------------

01	Alto Santa Cruz	Sede	
02	Rubemar Martins Lobato	Sede	
03	Casarão Benjamin Augusto Vieira	Sede - Rua Tiradentes, 288.	X
04	Cruzeiro da Ritinha	Sede	
05	Casarão da Ritinha	Sede	
06	Máquina Bininoto	Sede	
07	Igreja Nossa Senhora do Rosário	Sede	

Setor 03

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
01	Cemitério	Sede	
02	Máquina Loyola	Sede	

Setor 06

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
01	Res. Lismar Fernandes Bonete	Sede	
02	Res. Octávio Augusto da Silva	Sede	

9.2 Zona Rural

A - Manifestações Culturais

Setor 02

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
Mc1.	Capela Santa Helena	Sede	
Mc2.	Igrejinha do Chapadão	Sede	

Setor 03

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
Mc1.	Igreja Oliveiras – Comunidade das Oliveiras	Sede	
Mc2.	Igreja Soberbo – Comunidade do Soberbo	Sede	

Setor 04

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
Mc1.	Capela Mumbuca – Comunidade da Mumbuca	Sede	
Mc2.	Capela Divino Pai Eterno	Sede	

Setor 05

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
Mc1.	Igreja Divisa	Sede	

Setor 06

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
	Imagem - São Francisco	Igreja Nossa Senhora do Desterro - Distrito do Desemboque	X
	Imagem – Nossa Senhora do Desterro	Igreja Nossa Senhora do Desterro - Distrito do Desemboque	X
	Imagem – Nossa Senhora do Rosário	Igreja Nossa Senhora do Rosário - Distrito do Desemboque	X
	Imagem – Nossa Senhora da Conceição	Igreja Nossa Senhora do Desterro - Distrito do Desemboque	X
	Imagem – São Sebastião	Igreja Nossa Senhora do Desterro - Distrito do Desemboque	X

B – Patrimônio Natural

Setor 01

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
A	Rio Araguari	Sede	

Setor 02

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
Pn1.	Cachoeira Farinha Podre	Sede	
Pn2.	Cachoeira	Sede	
Pn3.	Cachoeira do Cézar	Sede	
Pn4.	Água Emendada	Sede	

Setor 03

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
Pn1.	Córrego Aroeira	Sede	
Pn2.	Ribeirão da Prata	Sede	

Setor 04

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
A	Ribeirão Borá	Sede	
B	Córrego Rifaina	Sede	
C	Cachoeira da Rofaina	Sede	
D	Serra do Cipó	Sede	
E	Cachoeira do Azulinho	Sede	
F	Rio Grande	Sede	
G	Córrego dos Patos	Sede	
H	Córrego Castegliano	Sede	

Setor 05

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
A	Cachoeira Juvenil	Sede	
B	Cachoeira Jaguarinha	Sede	
C	Cachoeira Jaguarinha	Sede	
D	Cachoeira Soledade	Sede	
E	Morro do Chapéu	Sede	
F	Represa de Jaguará	Sede	
G	Morro do Baú	Sede	

Setor 06

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
A	Cachoeira João Inácio	Sede	
B	Cachoeira do Canal	Sede	
C	Acampanhado Parida	Sede	
D	Cachoeira da Mata	Sede	
E	Cachoeira da Piscina	Sede	
F	Cachoeira da Roda	Sede	
G	Cachoeira do Lobo	Sede	
H	Cachoeira do Valdê	Sede	

I	Cachoeira das Faces	Sede	
J	Cachoeirinha	Sede	
K	Caminho das Águas	Sede	
L	Cachoeira do Cassino	Sede	

C – Bens Imóveis

Setor 01

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
01	Fazenda Santana	Sede	
02	Fazenda Capão dos Porcos	Sede	
03	Usina Pai Joaquim	Sede	

Setor 02

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
01	Fazenda Taquaral – Carlos Suavinha	Sede	
02	Fazenda – Raul Melo Filho	Sede	
03	Fazenda Santa Terezinha	Sede	
04	Ruínas do Engenho – Jamil Salim Leme	Sede	
05	Fazenda Santa Helena – Américo Alves Silva Filho	Sede	
06	Fazenda Polyana – Francisco Capanema	Sede	
07	Fazenda São Manoel – Helio Melo Benardes	Sede	
08	Fazenda Tropicália - Luiz Fernando Valadares Borges	Sede	
09	Fazenda Esperança – José Alberto Bernardes Borges	Sede	
10	Fazenda – José Alberto Borges	Sede	
11	Fazenda Agropecuária Borá – Maria da Glória Afonso	Sede	
12	Fazendinha Olhos D'água – Jaci Alves Ferreira	Sede	
13	Fazenda Alvorada – Scalon e Cerchi	Sede	
14	Fazenda Olhos D'água – Paulo Rezende	Sede	
15	Fazenda Santa Maria – Instituto Cultural Geovana de Araújo	Sede	x
16	Fazenda Mambuca – Luiz de Melo	Sede	

17	Fazenda – Antônio Borges dos Santos Sobrinho	Sede	
18	Fazenda Boa Vista – Aglemom Ribeiro da Silva	Sede	
19	Fazenda – Rui de Souza Crema	Sede	
20	Fazenda Boa Vista – João Ortolan	Sede	
21	Fazenda Borá – Adalberto Afonso de Souza	Sede	

Setor 03

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
01	Fazenda Jabuticabeiras – Elias José Gomes	Sede	

Setor 04

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
01- Aph1	Fazenda Mambuca – Maneval Prata dos Santos (e outros)	Sede	X
02	Fazenda Mambuca – Benita Bizinoto e Irmão	Sede	X
03	Vila Alexandre Simpson	Sede	X
04	Fazenda Boa Vista – José Alves da Silva	Sede	X
05	Fazenda Rifaininha – Rui de Souza Crema	Sede	X
06	Fazenda Rifaininha – Renato de Souza Crema	Sede	X
07	Usina Cajuru – Prefeitura Municipal de Sacramento	Sede	X
08	Gruta dos Palhares - Prefeitura Municipal de Sacramento	Sede	X
09	Fazenda dos Patos – Paulo Rezende	Sede	X
Pf1.	Conjunto da Estação do Cipó	Sede	X
Pf2.	Residência / Parada – Rede Ferroviária Federal S/A	Sede	X
Pf3.	Conjunto da Estação de Jaguará	Sede	X
P1.	Ponte do Córrego Borá	Sede	X
P2.	Ponte do Córrego Rifainha	Sede	X
P3.	Ponte do Córrego de Patos	Sede	X
P4.	Ponte do Córrego (Fazenda dos Patos)	Sede	
P5.	Ponte da Jaguará	Sede	X
P6.	Ponte Córrego da Estação	Sede	X
	Ponte Córrego Cana Brava	Sede	X
	Ponte Córrego Castigliano	Sede	X

Setor 05

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
01	Fazenda São Luiz – Ricardo de Souza Crema	Sede	
02	Povoado Jaguarinha	Sede	
03	Fazenda Monjolo – Hélio Cândido Gomide	Sede	
04	Ruínas do Bugre	Sede	
05	Fazenda Santo Antônio – Augusto Devós	Sede	
06	Fazenda Aldeia – Geraldo Loiola	Sede	
07	Fazenda Boa Vista – Rui Mateus	Sede	
08	Fazenda – Evaldo de Carvalho	Sede	
09	Povoado do Bananal	Sede	
10	Fazenda - Ozias Ferreira	Sede	
11	Fazenda – Espólio de João Majó	Sede	

Setor 06

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
01	Fazenda Juca e Bica - Lindomar	Sede	
02	Distrito de Desemboque	Sede	
03	Fazenda Caxambu	Sede	
04	Fazenda da Serra – Faiano (Sales de Oliveira)	Sede	
05	Povoado de Santa Bárbara	Sede	
06	Fazenda Damásio – Armando Damásio	Sede	
07	Fazenda – Paulinho Ferreira	Sede	
	Igreja N. Sra. Do Desterro	Distrito do Desemboque	X
	Igreja N. Senhora do Rosário	Distrito do Desemboque	X
	Casarão Colonial	Distrito do Desemboque	X

D – Patrimônio Arqueológico

Setor 04

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
Aph2.	Fazenda Palhares	Sede	
Ah1.	Fazenda Santa Fé – Regis Bizinoto	Sede	
Ah2.	Fazenda – Alvar Carvalho de Almeida	Sede	

Ah3.	Fazenda – Herasto Bento	Sede	
------	-------------------------	------	--

Setor 05

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
Aph3.	Serra Azul – Eurípedes de Paula Alves	Sede	
Aph4.	Cafundó	Sede	
Aph5.	Aldeia – Geraldo Loiola	Sede	

Setor 06

Nº	Denominação	Localidade	Bem Inventariado
Aph6.	Região de Sete Voltas	Região de Sete Voltas	
Ah4.	Cemitério e muros de Pedra	Distrito de Desemboque	

Bens tombados (município)

Bens tombados	Ano	Decreto e/ ou lei Tombamento
Igreja Nossa Senhora do Desterro e Nossa Senhora do Rosário - Desemboque	17/01/ 1983	Lei nº 257
Cemitério dos Pretos (a margem esquerda do Rio Araguari)	1/11/1996	Lei nº 521
Casarão de Santa Maria	30/07/ 2007	Decreto nº 175
Chácara Triângulo	12/03/2007	Decreto nº 058
Conjunto Ferroviário da Jaguará	31/03/1997	Lei nº 536
Gruta dos Palhares	19/06/1997	Lei nº 548
Imagens Sacras de Nossa Senhora das Dores, Senhor Morto e Senhor dos Passos-Santos de Rocca. (acervo da Igreja Matriz de Sacramento)	13/12/2002	Lei nº 837
Imagens Sacras de Nossa Senhora do Patrocínio do Santíssimo Sacramento (primeira metade do século XIX no museu) (primeira metade do século XX altar da igreja Matriz)	06/11/2000	Lei nº 748
Imagens Sacras do Desemboque: Nossa Senhora do Desterro do Desemboque, Nossa Senhora do Rosário da Igreja dos Pretos, São Francisco de Assis e do Desterro, Nossa Senhora da Conceição e São Sebastião.	12/09/1997	Lei nº 572
Prédio da Prefeitura Municipal e Câmara dos Vereadores Prédio da E. E. Dr. Afonso Pena Junior Prédio do Museu Histórico Corália Venitez Maluf	19/11/ 1998	Lei nº 619
Ponte de Jaguará, inaugurada em 05 de Março de 1888. As Estações Ferroviárias de Jaguará, inaugurada em 05 de março de 1888; e do Cipó, inaugurada a 23 de abril de 1889.	04/04/1989	Lei nº 208
Casarão Benjamim Augusto Vieira	12/05/2006	Decreto nº 095
Usina Cajuru	17/01/1983	Lei nº 257
Estação dos Bondes	17/01/1983	Lei nº 257
Cadeia Pública (Arquivo Público Municipal)	26/03/1993	Lei nº 383

Casarão Colonial do Desemboque	06/10/ 1993	Lei nº 406
Alto da Santa Cruz	07/11/1989	Lei nº 250

Bens Registrados

Bens Registrados	Ano	Decreto e/ou lei de Registro
Terno de Congada Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	17/12/2010	Decreto nº 360

Documentação enviada para análise o IEPHA_MG

DENOMINAÇÃO DO BEM CULTURAL TOMBADO OU REGISTRADO	Proteção	Exercício de apresentação	Exercício de Reconhecimento para efeito de pontuação
Alto da Santa Cruz	F/E/M	1998 a 2001/2007	2007
Antiga Cadeia Pública	F/E/M	1998/1999/2000/2001/2001/2004	Laudo não aceito
Antiga Estação de Bonde/ Palácio das Artes	F/E/M	1998 a 2001	Laudo não aceito
Arquivo Público	F/E/M	2003	Laudo não aceito
Casarão Colonial - Benjamim Augusto Vieira	F/E/M	1998/1999/2007	2007
Casarão Colonial do Desemboque	F/E/M	2000/2001	Laudo não aceito
Cemitério dos pretos	F/E/M	1998 a 2001/2007	Laudo não aceito
Conjunto Ferroviário da Jaguará	F/E/M	2010/2011	2011
Estação de Sacramento	F/E/M	2010	Laudo não aceito
Estação Ferroviária de Jaguará	F/E/M	1998	Laudo não aceito
Estação Ferroviária do Cipó	F/E/M	1998/1999	Laudo não aceito
Gruta dos Palhares	F/E/M	2001	Laudo não aceito
Igreja de N. Sra. do Rosário	F/E/M	1998 a 2001	Laudo não aceito
Igreja de N. Sra. do Rosário	F/E/M		
Igreja Matriz de N. Sra. do Desterro	F/E/M	1998 a 2001	Laudo não aceito
Igreja Matriz de N. Sra. do Desterro	F/E/M		
Imagem de N. Sra. do Patrocínio do Santíssimo Sacramento	F/E/M	2003	Laudo não aceito
Imagem N. Sra. das Dores	F/E/M	2004	Laudo não aceito
Imagem Senhor dos Passos	F/E/M	2004	Laudo não aceito
Imagem Senhor Morto	F/E/M	2004	Laudo não aceito
Imagens Sacras do Desemboque	F/E/M	2001	Laudo não aceito

Ponte Jaguará	F/E/M	1998 a 2001	Laudo não aceito
Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira	F/E/M		
Usina Hidrelétrica Cajuru	F/E/M	1998/ 1999/ 2001	Laudo não aceito
Antiga Cadeia Pública	F/E/M	2010	Laudo não aceito

7.3. Fichas de Inventários das edificações e do plano urbanístico da Vila dos Operadores de Jaguará.

Docomomo

International working party for documentation and conservation of buildings, sites and neighbourhoods of the modern movement.

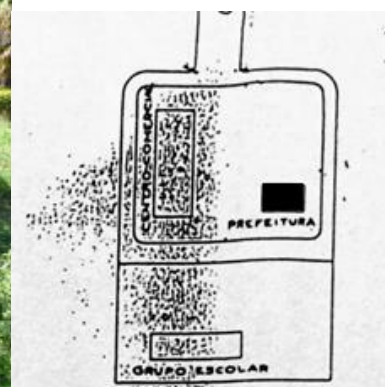


Imagem do edifício/situação *Fonte:* arquivo pesquisa *Data da imagem:* 01/03/2009

1. IDENTIDADE DO EDIFÍCIO/GRUPO DE EDIFÍCIOS / CONJUNTOS URBANOS / PAISAGEM / JARDIM

nome do edifício: Prédio administrativo e lavanderia

variante ou nome anterior:

endereço: Avenida Três Marias

cidade: Sacramento

estado: MG

cep: 38190-000

país: Brasil

national grid reference:

classificação/tipologia: Serviços Públicos (PBS)

estado de proteção e data: não há proteção

2. HISTÓRIA DO EDIFÍCIO

proposta original: O prédio foi projetado para abrigar a administração e a lavanderia da Vila dos Operadores da Usina Hidrelétrica de Jaguará.

datas: projeto/obra/inauguração: 1968/-/1971

autor do projeto e colaboradores: Departamento de Engenharia Civil - CEMIG

outros associados ao projeto:

alterações significativas com datas: Não há alterações significativas.

uso atual: Os proprietários do Parque Náutico de Jaguará pretendem reinaugurar o edifício mantendo o uso original.

estado de conservação: Regular [IEPHA-MG]

3. DESCRIÇÃO

descrição geral: A quadra do edifício é relativamente plana e a sua implantação deixa um grande afastamento frontal no qual se previu um espelho de água e áreas verdes.

O paisagismo é marcado pelo uso de grama, palmeiras e alguns arbustos.

O muro existente e marcante na lateral do edifício é elemento integrante do projeto tendo a função estrutural de ser ponto de apoio para a cobertura em borboleta. Esse elemento também fornecia privacidade às atividades desenvolvidas no pátio de serviços.

A entrada pública da administração localiza-se na elevação frontal diante do espelho de água e é marcada por um banco de alvenaria com assento em placa de concreto. Na elevação lateral direita existe um acesso para o pátio de serviços por um portão metálico.

O bloco administrativo possui uma área de atendimento ao público que se conecta a um depósito. Os sanitários são acessados pelo pátio aberto.

O acesso para a lavanderia é feito por um portão metálico localizado na elevação posterior do conjunto. Da entrada se tem a entrega de roupa suja conectada ao espaço de lavagem e este se liga à rouparia e costura, e a roupa limpa por sua vez é entregue na entrada.

A elevação posterior da lavanderia acima de meia altura possui vedação em cobogó facilitando assim a ventilação e iluminação dos espaços.

A cobertura em borboleta sobre o bloco de administração possui uma viga-calha que passa na linha mediana do bloco retangular. A alvenaria não toca a cobertura sendo esse vão preenchido por janelas metálicas.

O revestimento em pedras confere forte identidade visual ao edifício e está presente em outras construções da Vila dos Operadores de Jaguará, demonstrando uma unidade arquitetônica no conjunto.

construção: A cobertura em concreto armado é protegida por telhas de fibrocimento. A parede externa é robusta sendo mais larga na base com revestimento em pedra.

contexto: A foto aérea demonstra que a área em que foi implantado o imóvel integra um conjunto de edifícios de serviços como: escola, lavanderia, administração e centro comercial.

4. AVALIAÇÃO

técnica: O uso da cobertura com águas invertidas utilizando apenas uma calha foi uma solução utilizada originalmente por Oscar Niemeyer no late Clube do Conjunto Pampulha em Belo Horizonte (MG). A sua aplicação na administração da Vila dos Operadores de Jaguará é referência regional desse desenho.

social:

cultural e estética: A cobertura é o elemento estético de destaque na composição da volumetria do edifício.

histórica: : O conjunto da Vila de Operadores de Jaguará tem sua importância histórica enquanto símbolo da política energética crescente devido a intensa urbanização e industrialização após a 2ª Guerra, sendo também referência regional enquanto conjunto urbano moderno.

general assessment: A preservação da Vila de Operadores de Jaguará é importante devido a relevância arquitetônica e urbanística em nível regional do conjunto. Por ser um conjunto urbanístico a Vila de Operadores de Jaguará é um importante pólo para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre o moderno.

Salvaguardar o conjunto é também essencial para que a população possa conhecer o movimento moderno.

5. DOCUMENTAÇÃO

referências principais: Plantas do arquivo da pesquisa.

material visual anexado: Plantas e fotos dos edifícios.

pesquisador/data: Raquel Beatriz Silva / Janeiro 2009. Leticia Guitarrara Nirschl Crozara / Janeiro 2011.

6. EXAME DO RELATÓRIO

nome do revisor: Maria Beatriz Camargo Cappello

data do preenchimento:

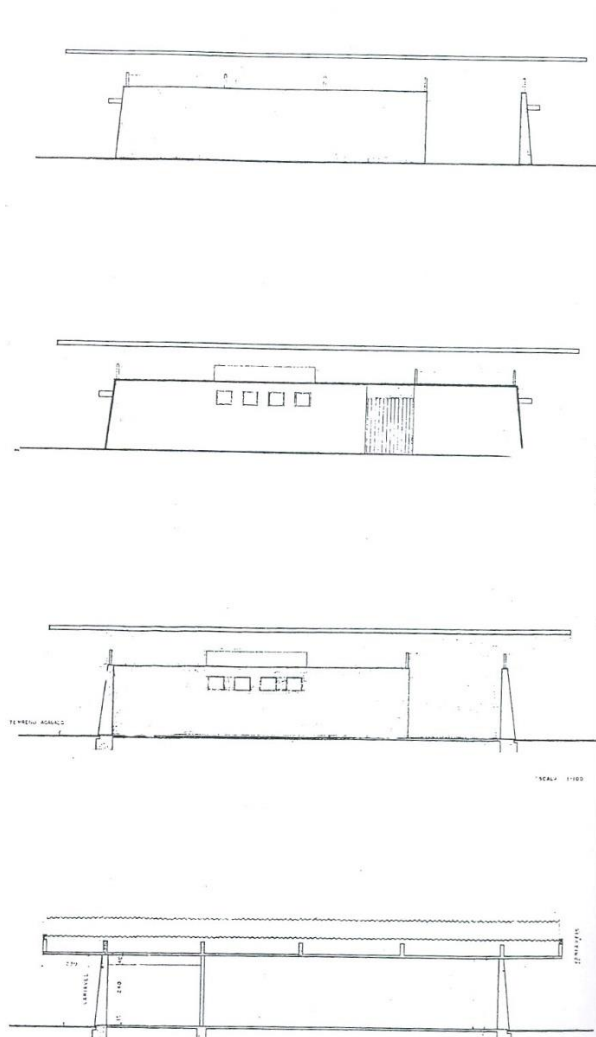
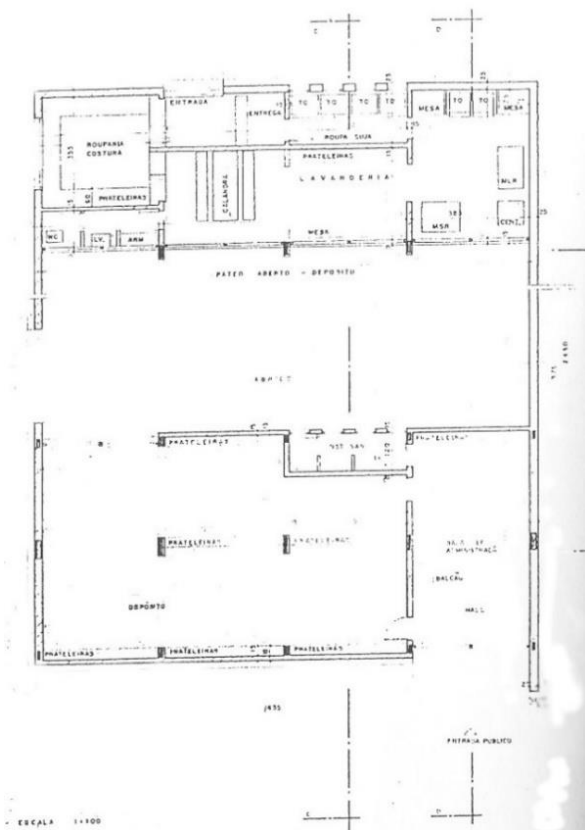
aprovação:

comentários:

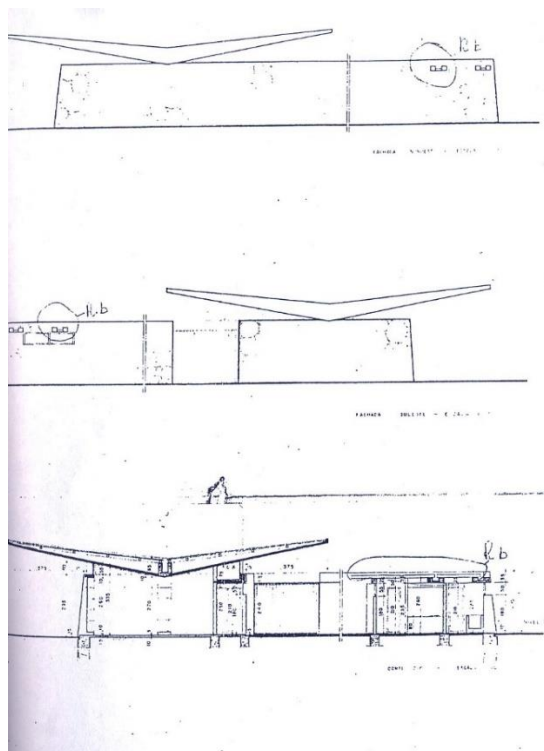
7. ANEXOS



Foto aérea de implantação. Fonte: Google Earth.



Planta baixa da administração e lavanderia e Elevações. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Elevações. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Elevação posterior. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Cobertura e elevação posterior. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Elevação lateral. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Elevação posterior da área da administração. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Elevação posterior da lavanderia. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Docomomo

International working party for documentation and conservation of buildings, sites and neighbourhoods of the modern movement.

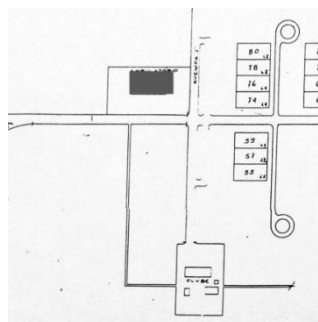


Imagem do edifício/situação *Fonte: arquivo pesquisa* **Data da imagem: 01/03/2009**

1. IDENTIDADE DO EDIFÍCIO/GRUPO DE EDIFÍCIOS / CONJUNTOS URBANOS / PAISAGEM / JARDIM

nome do edifício: Ambulatório

variante ou nome anterior:

endereço: Av. Emborcação

cidade: Sacramento

estado: MG

cep: 38190-000

país: Brasil

national grid reference:

classificação/tipologia: Saúde (HLT)

estado de proteção e data: não há proteção

2. HISTÓRIA DO EDIFÍCIO

proposta original: Prédio proposto para abrigar o posto de saúde da Vila dos Operadores da Usina Hidrelétrica de Jaguara.

datas: projeto/obra/inauguração: 1967/ - /1971

autor do projeto e colaboradores: Maria Lacy Garcia Guimarães - Departamento de Engenharia Civil - CEMIG

outros associados ao projeto: Álvaro Pessoa Coelho

alterações significativas com datas: A planta respectiva ao ambulatório é datada de 1967, porém possui uma proposta baseada na divisão de dois blocos. O bloco maior receberia todas as atividades referentes ao ambulatório e um bloco menor com um programa de apoio para o ambulatório como: cozinha, copa, cantina etc.

O projeto executado é restrito a um único bloco.

uso atual: Atualmente é utilizado como depósito.

estado de conservação: Regular [IEPHA-MG]

3. DESCRIÇÃO

descrição geral: O edifício encontra-se em uma finalização de via, próximo a um retorno em lote plano. Existe um acesso na elevação frontal e outro na lateral esquerda. Os ambientes são distribuídos em torno de uma circulação em L.

construção: O ambulatório é bem simples, utiliza estrutura em concreto e vedação em tijolo laminado aparente. As esquadrias são metálicas, a cobertura é em telha de fibrocimento com duas águas, os pilares

apresentam base mais larga e vão afunilando no sentido vertical. As elevações laterais são caracterizadas pelo revestimento em pedra mineira e a elevação frontal é marcada pelas janelas máximo ar.

contexto: Como as demais construções de caráter público da Vila de Operadores de Jaguará, o ambulatório encontra-se localizado na área perimetral do loteamento, no cruzamento de vias que conduz à Igreja e ao Hotel.

4. AVALIAÇÃO

técnica: A contribuição técnica deste imóvel e dos demais da Vila dos Operadores de Jaguará é a utilização da estrutura em concreto armado proporcionando plantas e fachadas livres.

social:

cultural e estética: O ambulatório possui relevância cultural por ser integrante do conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará, o resgate histórico da mesma é importante para a memória de Sacramento.

histórica: O conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará tem sua importância histórica enquanto símbolo da política energética crescente devido a intensa urbanização e industrialização após a 2ª Guerra, sendo também referência regional enquanto conjunto urbano moderno.

general assessment: A preservação da Vila dos Operadores de Jaguará é importante devido a relevância arquitetônica e urbanística em nível regional do conjunto. Por ser um conjunto urbanístico a Vila dos Operadores de Jaguará é um importante pólo para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre o moderno.

Salvaguardar o conjunto é também essencial para que a população possa conhecer o movimento moderno.

5. DOCUMENTAÇÃO

referências principais: Plantas do arquivo da pesquisa.

material visual anexado: Plantas e fotos dos edifícios.

pesquisador/data: Raquel Beatriz Silva / Janeiro 2009. Leticia Guitarrara Nirschl Crozara / Janeiro 2011

6. EXAME DO RELATÓRIO

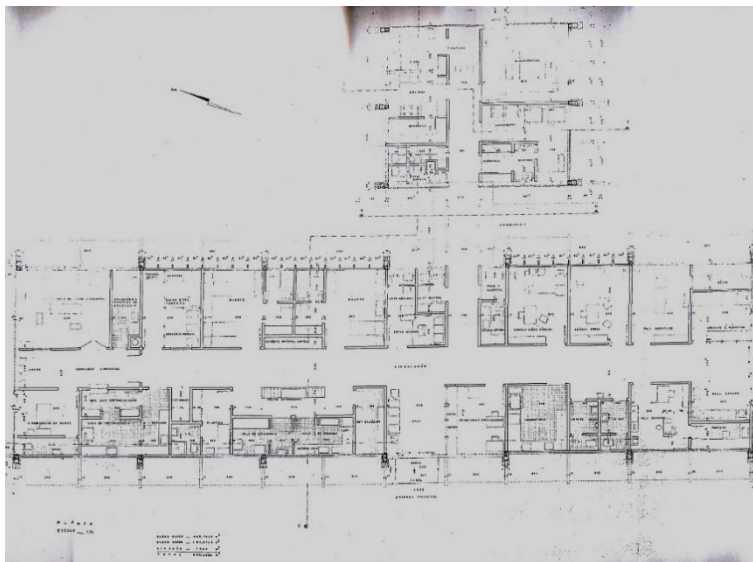
nome do revisor: Maria Beatriz Camargo Cappello

data do preenchimento:

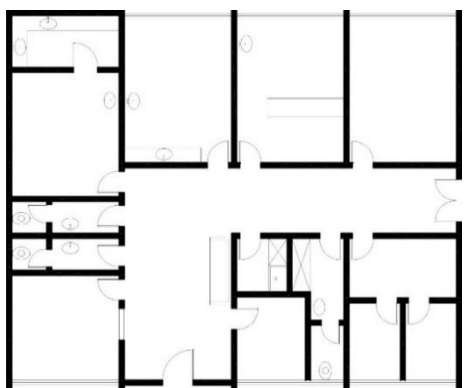
aprovação:

comentários:

7. ANEXOS



Planta original do ambulatório, notar a divisão em dois blocos; configuração diversa do que foi executado. Fonte: Arquivo da pesquisa



Projeto executado. Fonte: Administração Parque Náutico Jaguará.

Elevação frontal e parte da lateral. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Elevação lateral. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Detalhe das portas e janelas. Fonte: Arquivo da pesquisa. Interior do ambulatório. Fonte: Arquivo da pesquisa.

Docomomo

International working party for documentation and conservation of buildings, sites and neighbourhoods of the modern movement.



Imagem do edifício/situação **Fonte:** arquivo pesquisa **Data da imagem:** 01/03/2009

1. IDENTIDADE DO EDIFÍCIO/GRUPO DE EDIFÍCIOS / CONJUNTOS URBANOS / PAISAGEM / JARDIM

nome do edifício: Casa Tipo L1

variante ou nome anterior:

endereço:

cidade: Sacramento

estado: MG

cep: 38190-000

país: Brasil

national grid reference:

classificação/tipologia: Residencial - RES

estado de proteção e data: não há proteção

2. HISTÓRIA DO EDIFÍCIO

proposta original: Residência da Vila dos Operadores da Usina Hidrelétrica de Jaguará.

datas: projeto/obra/inauguração: 1965/-/1971

autor do projeto e colaboradores: Isvaú - Departamento de Engenharia Civil da CEMIG.

outros associados ao projeto: Projeto de Reforma e Ampliação desenvolvido por Maria Alice e com desenho de Rainério.

alterações significativas com datas: Não houve alterações significativas, mas a Cemig fez na década de 90 projetos de reforma e ampliação para todas as tipologias. (2008- 2009) Construção de novas casas que não respeitam a proposta espacial da Vila dos Operadores de Jaguará.

uso atual: : Locação e venda.

estado de conservação: Bom [IEPHA-MG]

3. DESCRIÇÃO

descrição geral: As setenta unidades residenciais se distribuem nas vias perpendiculares a via principal da Vila dos Operadores de Jaguará. Desse conjunto oito são do tipo L1 com 53.71 metros quadrados de área construída.

As unidades residenciais da Vila são de mesma tipologia no que se refere a técnica construtiva e implantação; as diferenças entre os cinco tipos de habitações existentes são: articulação da planta, área construída e detalhes de fachada.

A implantação das residências possibilita uma grande permeabilidade visual devido ao generoso afastamento frontal.

Os lotes são murados e quase não são perceptíveis na vista frontal porque são recuados e a garagem localiza-se na parte posterior do terreno que se caracteriza como área de lazer privativa.

As quadras são alternadas de um lado garagem e do outro jardim frontal das residências evitando assim que rua se torne morta.

Em todo o loteamento há um predomínio das áreas verdes sobre a edificada.

A estrutura da residência é em concreto com vedação em tijolo aparente do lado exterior e pintado de branco na parte interna. A cobertura é de duas águas com telha de amianto e reservatório de água aparente.

A unidade tipo L1 possui uma sala conectada com a varanda posterior e o acesso à cozinha se dá pela circulação que leva a área íntima. A cozinha possui também ligação com a varanda posterior utilizada também como área de serviço.

Essa tipologia possui três quartos e um banheiro, e essa área íntima pode ser isolada ao fechar a porta da circulação.

Na elevação frontal existe uma pequena varanda, possui duas janelas de abrir pertencentes aos dormitórios, a porta e janelas basculantes da sala. A tipologia L1 caracteriza-se pelo uso litocerâmica na parte inferior e separando as janelas que são contornadas por tinta látex branca.

As janelas são de madeira pintadas de branco com duas folhas de abrir, o desenho das mesmas associa vidro na parte central e permite ventilação através do uso de veneziana na parte superior e inferior.

A porta de entrada para a sala possui também na parte superior bandeira em vidro ampliando a iluminação natural do ambiente. Ao lado da porta existem duas janelas basculantes com a parte inferior fixa.

A elevação posterior possui uma parede em cobogó para ocultar a área de serviço.

construção: A construção utiliza a estrutura de concreto independente da vedação e a alvenaria é em tijolo cerâmico aparente do lado externo. Possui laje com cobertura é em telha de amianto.

contexto: As residências são implantadas em linha horizontal ao centro do quarteirão permitindo um área verde pública na parte frontal e a parte posterior de cada lote, também permeável, configura-se como uma área de lazer privada.

4. AVALIAÇÃO

técnica: A contribuição técnica das residências é o uso da estrutura em concreto armado proporcionando plantas e fachadas livres.

social: As residências da Vila dos Operadores de Jaguará possuem características de projeto que são únicas dentro do contexto de Sacramento, elas representam as concepções espaciais modernas nas quais se observa o predomínio do espaço público devido à implantação das casas em linha e no centro da quadra, o que permite um jardim frontal.

cultural e estética: As unidades residenciais possuem relevância cultural por integrarem o conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará, o resgate histórico da mesma é importante para a memória de Sacramento.

histórica:

general assessment: A preservação da Vila dos Operadores de Jaguará é importante devido a relevância arquitetônica e urbanística em nível regional do conjunto. Por ser um conjunto urbanístico a Vila dos Operadores de Jaguará é um importante pólo para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre o moderno.

Salvaguardar o conjunto é também essencial para que a população possa conhecer o movimento moderno.

5. DOCUMENTAÇÃO

referências principais: Plantas do arquivo da pesquisa.

material visual anexado: Plantas e fotos dos edifícios.

pesquisador/data: Raquel Beatriz Silva / Janeiro 2009.
Leticia Guitarrara Nirschl Crozara / Janeiro 2011.

6. EXAME DO RELATÓRIO

nome do revisor: Maria Beatriz Camargo Cappello

data do preenchimento:

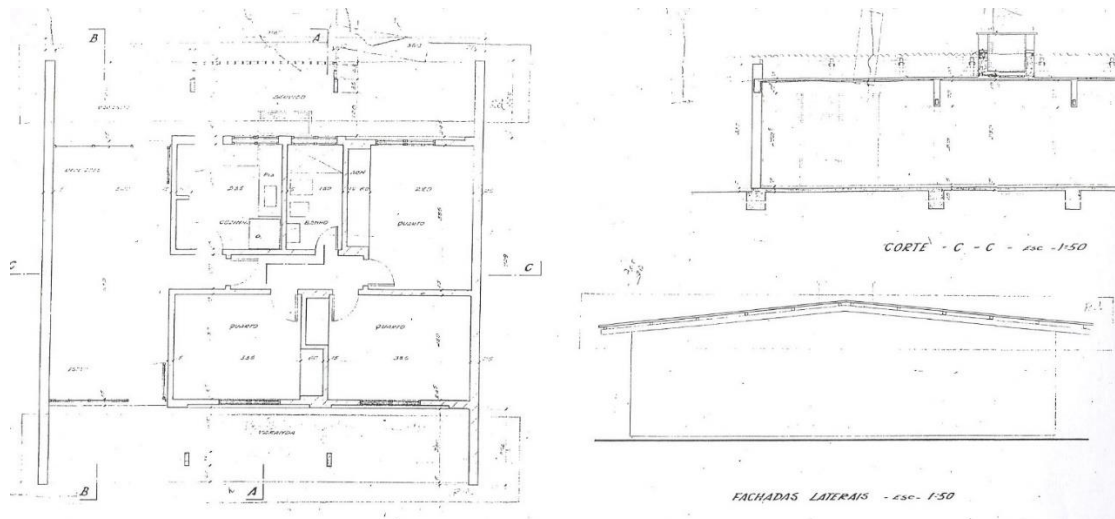
aprovação:

comentários:

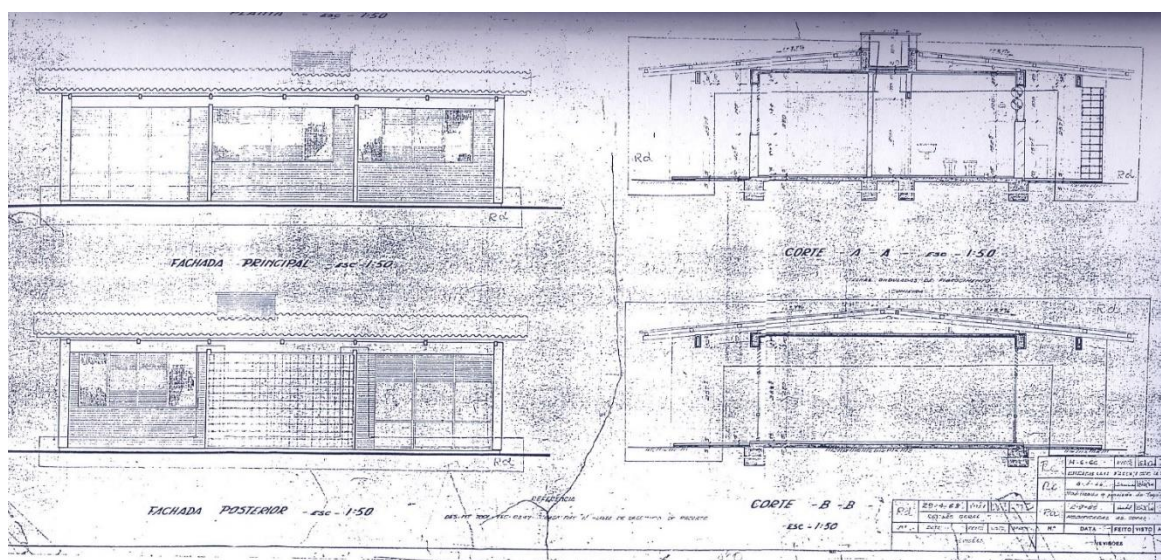
7. ANEXOS



Foto aérea das unidades residenciais. Fonte: Google Earth.



Planta baixa e fachadas laterais. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Docomomo

International working party for documentation and conservation of buildings, sites and neighbourhoods of the modern movement.



Imagem do edifício/situação **Fonte:** arquivo pesquisa **Data da imagem:** 01/03/2009

1. IDENTIDADE DO EDIFÍCIO/GRUPO DE EDIFÍCIOS / CONJUNTOS URBANOS / PAISAGEM / JARDIM

nome do edifício: Casa Tipo L2

variante ou nome anterior:

endereço: Av. Emborcação nº 80

cidade: Sacramento

estado: MG

cep: 38190-000

país: Brasil

national grid reference:

classificação/tipologia: Residencial - RES

estado de proteção e data: não há proteção

2. HISTÓRIA DO EDIFÍCIO

proposta original: Residência da Vila dos Operadores da Usina Hidrelétrica de Jaguara.

datas: projeto/obra/inauguração: 1968-/1971

autor do projeto e colaboradores: Isvaú - Departamento de Engenharia Civil da CEMIG.

outros associados ao projeto: Projeto de Reforma e Ampliação desenvolvido por Maria Alice e com desenho de Rainério

alterações significativas com datas: A Cemig fez na década de 90 projetos de reforma e ampliação para todas as tipologias de residências. (2007) Pinturas de algumas unidades residências para locação. (2008-2009) Construção de novas casas que não respeitam a proposta espacial da Vila dos Operadores de Jaguara.

uso atual: : Locação e venda.

estado de conservação: Bom [IEPHA-MG]

3. DESCRIÇÃO

descrição geral: As setenta unidades residenciais se distribuem nas vias perpendiculares a via principal da Vila dos Operadores de Jaguara. Desse conjunto dezenove são do tipo L2 com 77,43 metros quadrados de área construída.

As unidades residenciais da Vila são de mesma tipologia no que se refere a técnica construtiva e implantação; as diferenças entre os cinco tipos de habitações existentes são: articulação da planta, área construída e detalhes de fachada.

A implantação das residências no lote possibilita uma grande permeabilidade visual devido ao generoso afastamento frontal. Os lotes são murados e quase não são perceptíveis na vista frontal porque são recuados e a garagem localiza-se na parte posterior do terreno que se caracteriza como área de lazer privativa.

As quadras são alternadas de um lado garagem e do outro jardim frontal das residências evitando assim que rua se torne morta.

Em todo o loteamento há um predomínio das áreas verdes sobre a edificada. As plantas das residências são retangulares com programa contendo: sala, cozinha, três quartos sendo um reversível, banheiro e circulação. O tipo L2R é essa tipologia com acréscimo de um banheiro e ampliação da cozinha que passa a ter uma copa.

A sala possui proximidade com a cozinha, e a área íntima da casa é acessada pela circulação e pode ser isolada com o fechamento da porta.

A existência do quarto reversível possibilita o uso do ambiente tanto como um quarto como um apoio para a área de serviço e lazer da parte posterior do lote.

A elevação frontal possui uma pequena varanda, as janelas são do tipo guilhotina sendo que a da sala possui somente a bandeira de vidro enquanto que nos quartos previu-se uma folha do tipo veneziana para garantir privacidade. A porta da sala é pivotante.

A elevação posterior possui, no módulo onde estão os quartos, uma parede de cobogó e ao lado desta há uma bancada a meia altura.

construção: A construção utiliza a estrutura de concreto independente da vedação e a alvenaria é em tijolo cerâmico aparente do lado externo. Possui laje com cobertura em telha de amianto.

contexto: As residências são implantadas em linha horizontal ao centro do quarteirão permitindo um área verde pública na parte frontal e a parte posterior de cada lote, também permeável, configura-se como uma área de lazer privada.

4. AVALIAÇÃO

técnica: A contribuição técnica das residências é o uso da estrutura em concreto armado proporcionando plantas e fachadas livres.

social: As residências da Vila dos Operadores de Jaguará possuem características de projeto que são únicas dentro do contexto de Sacramento, elas representam as concepções espaciais modernas nas quais se observa o predomínio do espaço público devido à implantação das casas em linha e no centro da quadra, o que permite um jardim frontal.

cultural e estética: As unidades residenciais possuem relevância cultural integrarem o conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará, o resgate histórico da mesma é importante para a memória de Sacramento.

histórica:

general assessment: A preservação da Vila dos Operadores de Jaguará é importante devido a relevância arquitetônica e urbanística em nível regional do conjunto. Por ser um conjunto urbanístico a Vila dos Operadores de Jaguará é um importante pólo para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre o moderno.

Salvaguardar o conjunto é também essencial para que a população possa conhecer o movimento moderno.

5. DOCUMENTAÇÃO

referências principais: Plantas do arquivo da pesquisa.

material visual anexado: Plantas e fotos dos edifícios.

pesquisador/data: Raquel Beatriz Silva / Janeiro 2009.

Leticia Guitarrara Nirschl Crozara / Janeiro 2011.

6. EXAME DO RELATÓRIO

nome do revisor: Maria Beatriz Camargo Cappello

data do preenchimento:

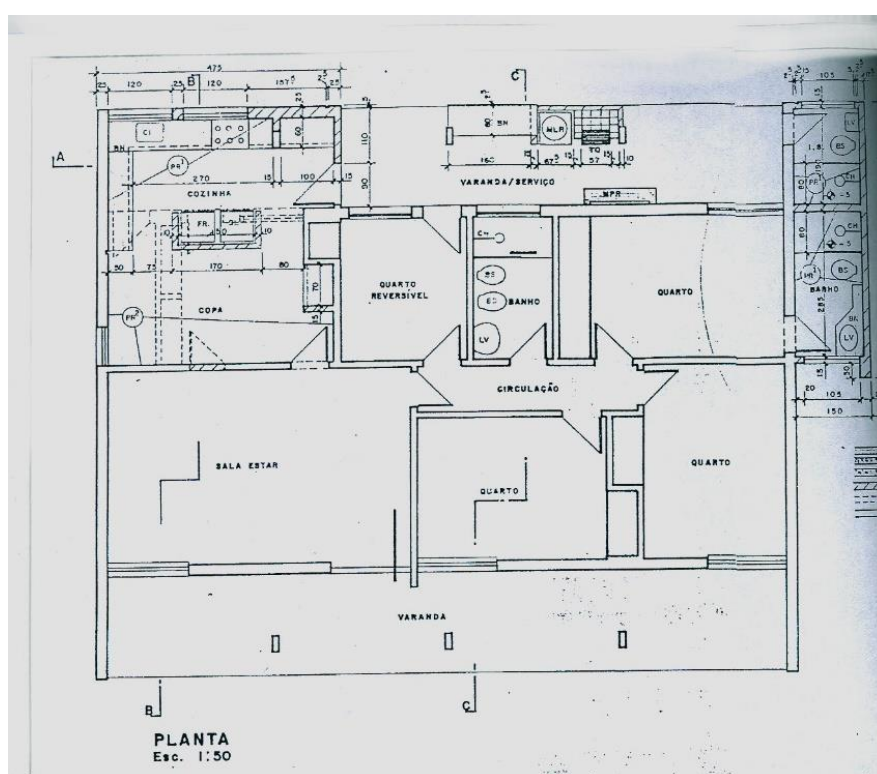
aprovação:

comentários

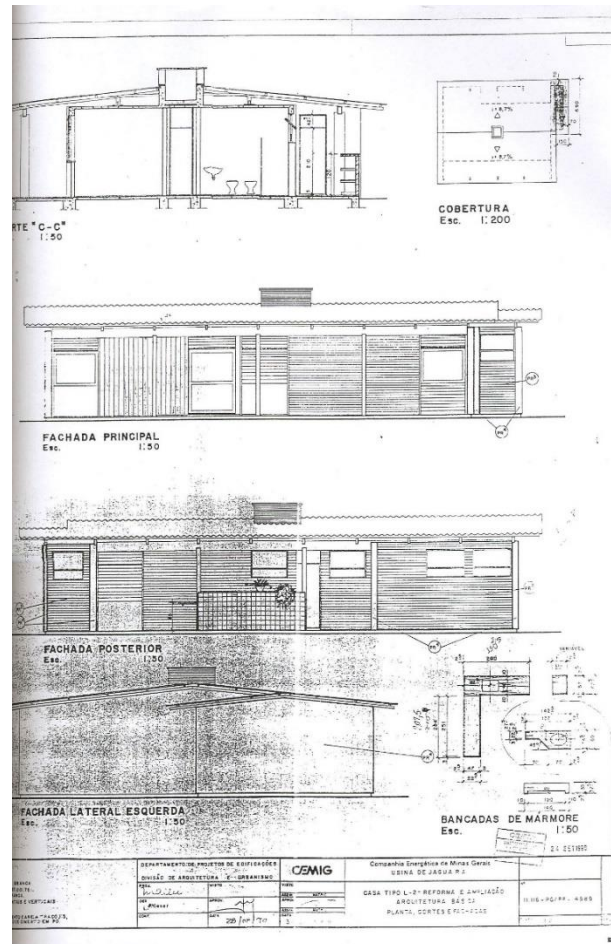
7. ANEXOS



Foto área das unidades residenciais. Fonte: Google Earth.



Detalhe da planta baixa que compreende o projeto de reforma sendo possível verificar a proposta original e a ampliação proposta e executada em algumas unidades de tipologia L2 passando a ser denominada de L2R. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Elevações. Fonte: Arquivo da pesquisa



Detalhe da porta pivotante. Fonte: Arquivo da pesquisa.

Docomomo

International working party for documentation and conservation of buildings, sites and neighbourhoods of the modern movement.



Imagem do edifício/situação **Fonte:** arquivo pesquisa **Data da imagem:** 01/03/2009

1. IDENTIDADE DO EDIFÍCIO/GRUPO DE EDIFÍCIOS / CONJUNTOS URBANOS / PAISAGEM / JARDIM

nome do edifício: Casa tipo L3

variante ou nome anterior:

endereço: Rua Tronquerias nº 30

cidade: Sacramento

estado: MG

cep: 38190-000

país: Brasil

national grid reference:

classificação/tipologia: Residencial - RES

estado de proteção e data: não há proteção

2. HISTÓRIA DO EDIFÍCIO

proposta original: Residência da Vila dos Operadores da Usina Hidroelétrica de Jaguará.

datas: projeto/obra/inauguração: 1965/-1971

autor do projeto e colaboradores: Isvaú - Departamento de Engenharia Civil da CEMIG.

outros associados ao projeto: : Projeto de Reforma e Ampliação desenvolvido por Maria Alice e com desenho de Rainério.

alterações significativas com datas: Não houve alterações significativas, mas a Cemig fez na década de 90 projetos de reforma e ampliação para todas as tipologias de residências. (2007) Pinturas de algumas unidades residências para locação. (2008- 2009) Construção de novas casas que não respeitam a proposta espacial da Vila dos Operadores de Jaguará.

uso atual: : Locação e venda.

estado de conservação: Bom [IEPHA-MG]

3. DESCRIÇÃO

descrição geral: As setenta unidades residenciais se distribuem nas vias perpendiculares a via principal da Vilados Operadores de Jaguará. Desse conjunto quatro são do tipo L3 com 84.48 metros quadrados de área construída.

As unidades residenciais da Vila são de mesma tipologia no que se refere a técnica construtiva e implantação; as diferenças entre os cinco tipos de habitações existentes são: articulação da planta, área construída e detalhes de fachada.

A implantação das residências no lote possibilita uma grande permeabilidade visual devido ao generoso afastamento frontal. Os lotes são murados e quase não são perceptíveis na vista frontal porque são recuados e a garagem localiza-se na parte posterior do terreno que se caracteriza como área de lazer privativa.

As quadras são alternadas de um lado garagem e do outro jardim frontal das residências evitando assim que rua se torne morta.

Em todo o loteamento há um predomínio das áreas verdes sobre a edificada.

A estrutura da residência é em concreto com vedação em tijolo aparente do lado exterior e pintado de branco na parte interna. A cobertura é de duas águas com telha de amianto e reservatório de água aparente.

O tipo L3 possui sala conectada com a cozinha e esta liga-se com a varanda também utilizada como área de serviço.

Essa tipologia possui quatro quartos e um banheiro, essa área íntima pode ser isolada ao fechar a porta da circulação.

O projeto de reforma e ampliação previu para esta unidade o acréscimo de um banheiro que transformaria um quarto em suíte, e outro banheiro na varanda/área de serviço. A cozinha passaria também por uma ampliação. Percebe-se que o projeto de ampliação e reforma não teve um padrão de aplicação.

Na elevação frontal existe uma pequena varanda, duas janelas de abrir pertencentes aos dormitórios, a porta e janelas basculantes da sala e detalhe em madeira. A litocerâmica é utilizada na parte inferior das janelas e separando-as. O preenchimento do requadro das janelas é feito com tinta látex branca.

Na elevação posterior existe uma bancada de serviço.

construção: A construção das residências utiliza a estrutura de concreto independente da vedação e a alvenaria é em tijolo cerâmico aparente do lado externo. Possui laje com cobertura em telha de amianto.

contexto: As residências da Vila são implantadas em linha horizontal ao centro do quarteirão permitindo um área verde pública na parte frontal e a parte posterior de cada lote também permeável configura-se como uma área de lazer privada.

4. AVALIAÇÃO

técnica: A contribuição técnica das residências é o uso da estrutura em concreto armado proporcionando plantas e fachadas livres.

social: As residências da Vila dos Operadores de Jaguará possuem características de projeto que são únicas dentro do contexto de Sacramento, elas representam as concepções espaciais modernas nas quais se observa o predomínio do espaço público devido à implantação das casas em linha e no centro da quadra, o que permite um jardim frontal.

cultural e estética: As unidades residenciais possuem relevância cultural integrarem o conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará, o resgate histórico da mesma é importante para a memória de Sacramento.

histórica:

general assessment: A preservação da Vila dos Operadores de Jaguará é importante devido a relevância arquitetônica e urbanística em nível regional do conjunto. Por ser um conjunto urbanístico a Vila dos Operadores de Jaguará é um importante pólo para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre o moderno.

Salvaguardar o conjunto é também essencial para que a população possa conhecer o movimento moderno.

5. DOCUMENTAÇÃO

referências principais: Plantas do arquivo da pesquisa.

material visual anexado: Plantas e fotos dos edifícios.

pesquisador/data: Raquel Beatriz Silva / Janeiro 2009.

Leticia Guitarrara Nirschl Crozara / Janeiro 2011.

6. EXAME DO RELATÓRIO

nome do revisor: Maria Beatriz Camargo Cappello

data do preenchimento:

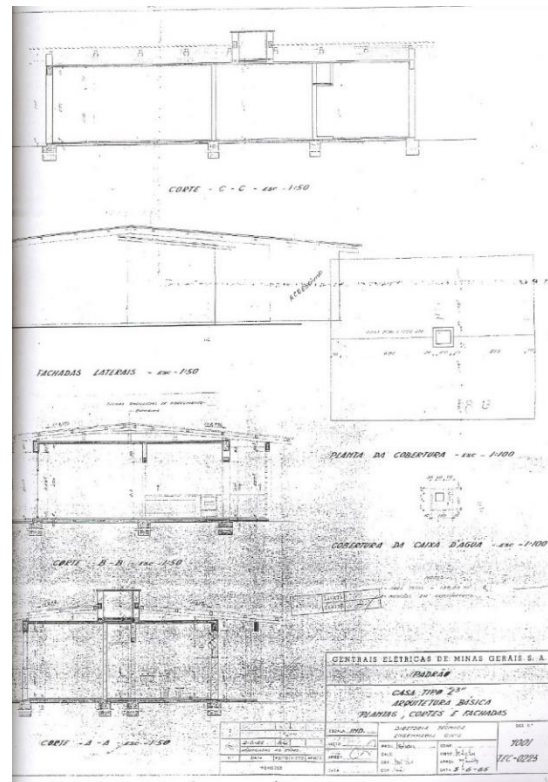
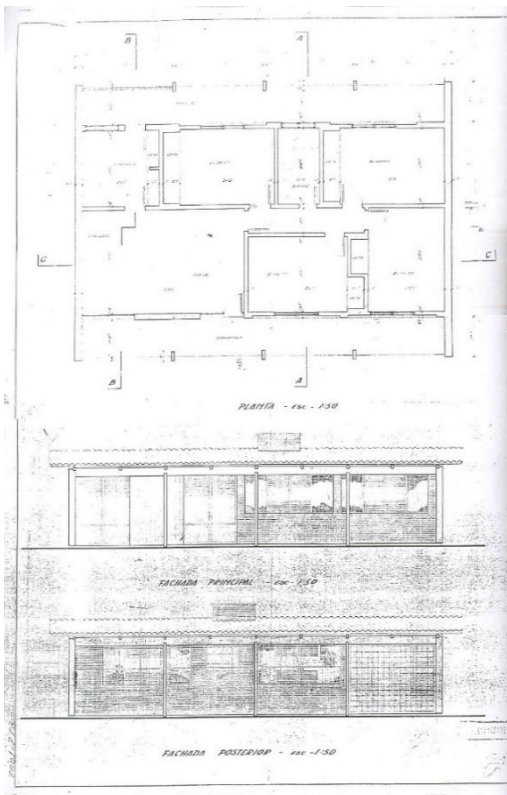
aprovação:

comentários

7. ANEXOS



Foto área das unidades residenciais. Fonte: Google Earth.



Detalhe do projeto original da tipologia. Fonte: Arquivo da pesquisa.

Cortes. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Detalhe da porta de entrada. Fonte: Arquivo da pesquisa.

Docomomo

International working party for documentation and conservation of buildings, sites and neighbourhoods of the modern movement.



Imagem do edifício/situação *Fonte:* arquivo pesquisa *Data da imagem:* 01/03/2009

1. IDENTIDADE DO EDIFÍCIO/GRUPO DE EDIFÍCIOS / CONJUNTOS URBANOS / PAISAGEM / JARDIM

nome do edifício: Casa Tipo L4

variante ou nome anterior:

endereço: Avenida Três Marias nº 36

cidade: Sacramento

estado: MG

cep: 38190-000

país: Brasil

national grid reference:

classificação/tipologia: Residencial - RES

estado de proteção e data: não há proteção

2. HISTÓRIA DO EDIFÍCIO

proposta original: Residência da Vila dos Operadores da Usina Hidrelétrica de Jaguara.

datas: projeto/obra/inauguração: 1965/-1971

autor do projeto e colaboradores: Isvaú - Departamento de Engenharia Civil da CEMIG.

outros associados ao projeto: Projeto de Reforma e Ampliação desenvolvido por Maria Alice e com desenho de Rainério

alterações significativas com datas: A Cemig fez na década de 90 projetos de reforma e ampliação para todas as tipologias de residências. (2007) Pinturas de algumas unidades residências para locação. (2008-2009) Construção de novas casas que não respeitam a proposta espacial da Vila dos Operadores de Jaguará.

uso atual: : Locação e venda.

estado de conservação: Bom [IEPHA-MG]

3. DESCRIÇÃO

descrição geral: As setenta unidades residenciais se distribuem nas vias perpendiculares a via principal da Vila dos Operadores de Jaguará. Desse conjunto dezoito são do tipo L4 85,46 metros quadrados de área construída.

As unidades residenciais da Vila são de mesma tipologia no que se refere à técnica construtiva e implantação; as diferenças entre os cinco tipos de habitações existentes são: articulação da planta, área construída e detalhes de fachada.

A implantação das residências no lote possibilita uma grande permeabilidade visual devido ao generoso afastamento frontal. Os lotes são murados e quase não são perceptíveis na vista frontal porque são recuados e a garagem localiza-se na parte posterior do terreno que se caracteriza como área de lazer privativa.

As quadras são alternadas de um lado garagem e do outro jardim frontal das residências evitando assim que rua se torne morta.

Em todo o loteamento há um predomínio das áreas verdes sobre a edificada.

A estrutura da residência é em concreto com vedação em tijolo aparente do lado exterior e pintado de branco na parte interna. A cobertura é de duas águas com telha de amianto e reservatório de água aparente.

A unidade tipo L4 possui a sala conectada com a cozinha que se liga a varanda / área de serviço.

Essa tipologia possui uma suíte com acesso pela varanda. São cinco quartos e dois banheiros, e essa área íntima pode ser isolada ao fechar a porta da circulação.

O projeto de reforma e ampliação previu para esse tipo de residência um aumento da cozinha destruindo a suíte com acesso pela varanda, e transformação da cozinha em quarto reversível. A última modificação é a construção de um bloco de banheiros na parte lateral que transformaria um dos quartos em suíte, ficando um banheiro para a varanda / área de serviço.

Na elevação frontal existe uma pequena varanda, duas janelas de abrir pertencentes aos dormitórios e a porta de abrir e janelas basculantes da sala.

As janelas são de madeira pintadas de branco com duas folhas de abrir, o desenho das mesmas associa vidro na parte central e permite ventilação através do uso de veneziana na parte superior e inferior.

A litocerâmica é utilizada na parte inferior das janelas e separando-as. O preenchimento do requadro das janelas é feito com tinta látex branca.

A porta de entrada para a sala possui também na parte superior um requadro em vidro ampliando a iluminação natural do ambiente. Ao lado da porta existem duas janelas basculantes com a parte fixa inferior.

Na elevação posterior existe uma bancada de serviço.

construção: A construção das residências utiliza a estrutura de concreto independente da vedação, e a alvenaria é em tijolo cerâmico aparente do lado externo. Possui laje com cobertura em telha de amianto.

contexto: As residências da Vila dos Operadores de Jaguará são implantadas em linha horizontal ao centro do quarteirão permitindo um área verde pública na parte frontal e a parte posterior de cada lote também permeável configura-se como uma área de lazer privada.

4. AVALIAÇÃO

técnica: A contribuição técnica das residências é o uso da estrutura em concreto armado proporcionando plantas e fachadas livres.

social: As residências da Vila dos Operadores de Jaguará possuem características de projeto que são únicas dentro do contexto de Sacramento, elas representam as concepções espaciais modernas nas quais se observa o predomínio do espaço público devido à implantação das casas em linha e no centro da quadra, o que permite um jardim frontal.

cultural e estética: As unidades residenciais possuem relevância cultural integrarem o conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará, o resgate histórico da mesma é importante para a memória de Sacramento.

histórica:

general assessment: A preservação da Vila dos Operadores de Jaguará é importante devido a relevância arquitetônica e urbanística em nível regional do conjunto. Por ser um conjunto urbanístico a Vila dos Operadores de Jaguará é um importante pólo para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre o moderno.

Salvaguardar o conjunto é também essencial para que a população possa conhecer o movimento moderno.

5. DOCUMENTAÇÃO

referências principais: Plantas do arquivo da pesquisa.

material visual anexado: Plantas e fotos dos edifícios.

Leticia Guitarrara Nirschl Crozara / Janeiro 2011.

6. EXAME DO RELATÓRIO

nome do revisor: Maria Beatriz Camargo Cappello

data do preenchimento:

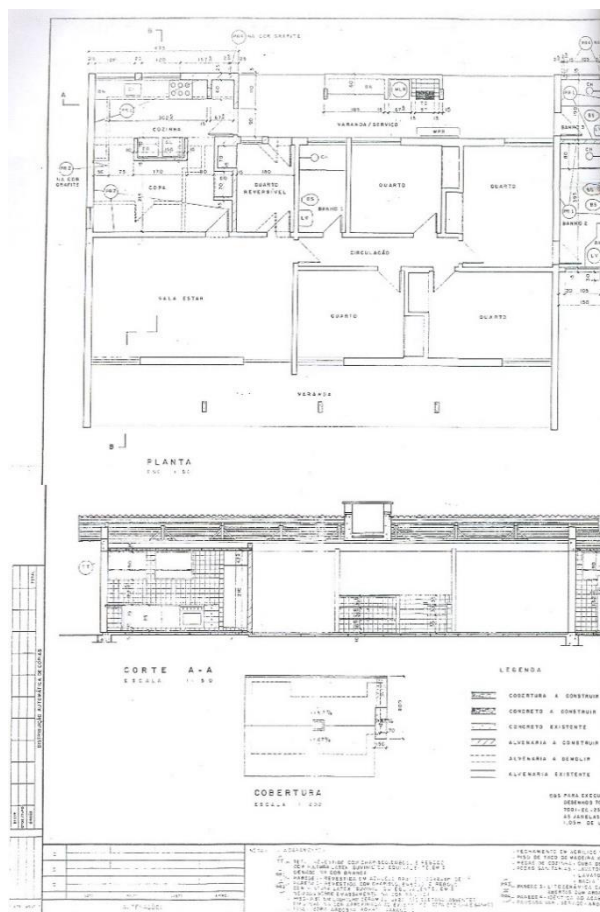
aprovação:

comentários

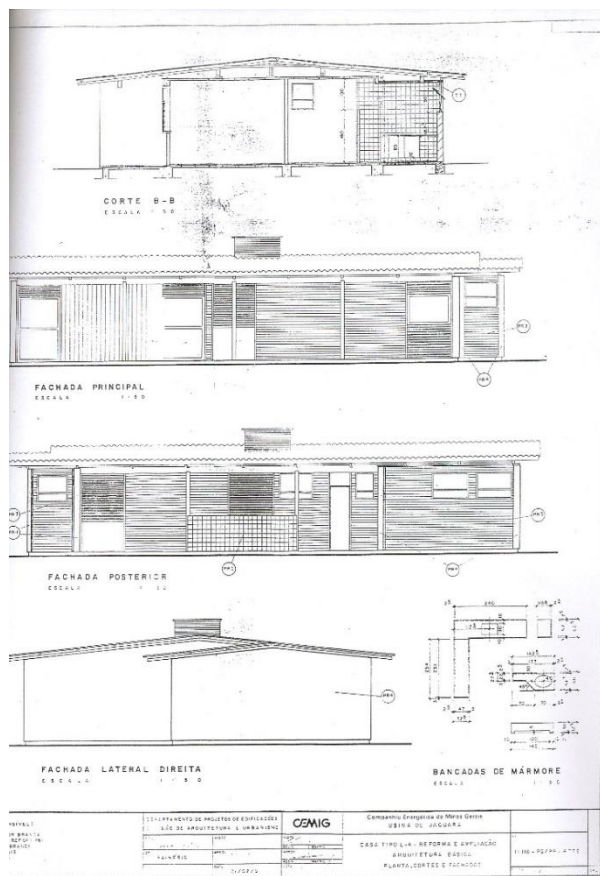
7. ANEXOS



Foto área das unidades residenciais. Fonte: Google Earth.



Detalhe do projeto original da tipologia. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Detalhe das elevações. Fonte: Arquivo da pesquisa



Detalhe da elevação frontal. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Mobiliário das unidades. Fonte: Arquivo da pesquisa



Detalhe da cozinha. Fonte: Arquivo da pesquisa.

Docomomo

International working party for documentation and conservation of buildings, sites and neighbourhoods of the modern movement.

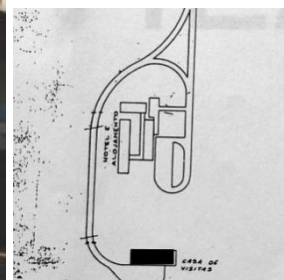


Imagem do edifício/situação **Fonte:** arquivo pesquisa **Data da imagem:** 01/03/2009

1. IDENTIDADE DO EDIFÍCIO/GRUPO DE EDIFÍCIOS / CONJUNTOS URBANOS / PAISAGEM / JARDIM

nome do edifício: Casa de visita

variante ou nome anterior:

endereço: Rua Poquim

cidade: Sacramento

estado: MG

cep: 38190-000

país: Brasil

national grid reference:

classificação/tipologia: Residencial - RES

estado de proteção e data: não há proteção

2. HISTÓRIA DO EDIFÍCIO

proposta original: Casa de Visita da Vila dos Operadores da Usina Hidroelétrica de Jaguará.

datas: projeto/obra/inauguração: 1967-/1971

autor do projeto e colaboradores: Cláudio Augusto Magalhães Alves – Departamento de Engenharia Civil

outros associados ao projeto:

alterações significativas com datas:

uso atual: Os proprietários do Parque Náutico de Jaguará pretendem reinaugurar o edifício com o uso de um spa.

estado de conservação: Bom [IEPHA-MG]

3. DESCRIÇÃO

descrição geral: O entorno da Casa de Visita da Vila dos Operadores de Jaguará possui grande beleza natural com vista para a represa.

A implantação é definida por uma cobertura retangular onde estão os serviços de apoio e ao fundo um volume em L com um jardim central.

O nível térreo possui garagem, depósito, vestiários feminino e masculino e a suíte do zelador; daí também surgem duas escadas, uma acessa a área coletiva do primeiro pavimento e a outra se liga ao terraço.

A área coletiva da casa possui cozinha, bar, lavabo e despensa além de área de estar e refeições, tal conjunto possui um acesso direto a circulação das suítes. A varanda externa conecta-se também às suítes. O desnível também contribui para diferenciar a parte social dos quartos.

A área central do conjunto é marcada por um jardim que possui um espelho de água em forma de S e uma fonte.

A delimitação da área coletiva é feita por portas de correr em madeira e a varanda possui guarda corpo metálico sem pintura.

A alvenaria recebe acabamento com pedra filete e textura.

A construção é caracterizada pela grande cobertura plana pousada no bloco revestido de pedra, e o fato do perímetro do salão ser recuado acentua ainda mais a dimensão da cobertura. O desenho da construção é marcado pelo predomínio das linhas retas.

O corredor que liga os quartos abre-se para com o jardim interno devido ao vidro das portas de abrir. O revestimento externo das paredes deste bloco é feito em pedra filetada e a parte interna é pintada de branco.

construção: A construção da casa de visitas utiliza a estrutura de concreto independente da vedação. Sendo que as alvenarias de tijolo cerâmico recebem pintura branca na parte interna e na parte externa os revestimentos utilizam pedra são-tomé filetada, e textura de massa.

A cobertura é feita em concreto armado sendo protegida por telha fibrocimento.

contexto: A casa de visita encontra-se em uma área do loteamento mais distante da Vila dos Operadores de Jaguará e próxima à represa, fator importante devido ao uso da paisagem natural como pano de fundo

4. AVALIAÇÃO

técnica: O edifício possui relevância arquitetônica devido à linguagem projetual adotada: estrutura aparente e materiais utilizados de forma a preservar sua qualidade original. O elemento arquitetônico que se destaca é a cobertura plana apoiada no bloco de apoio com serviços. Tais características de projeto são incomuns no perímetro urbano de Sacramento validando a preservação do mesmo.

social:

cultural e estética: A Casa de Visita possui relevância cultural por ser integrante do conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará, o resgate histórico da mesma é importante para a memória de Sacramento. Está dentro o grupo de edifícios pontuais que se destacam pela qualidade arquitetônica.

histórica: O conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará tem sua importância histórica enquanto símbolo da política energética crescente devido a intensa urbanização e industrialização após a 2ª Guerra, sendo também referência regional enquanto conjunto urbano moderno.

general assessment: A preservação da Vila dos Operadores de Jaguará é importante devido a relevância arquitetônica e urbanística em nível regional do conjunto. Por ser um conjunto urbanístico a Vila dos Operadores de Jaguará é um importante pólo para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre o moderno. Salvaguardar o conjunto é também essencial para que a população possa conhecer o movimento moderno.

5. DOCUMENTAÇÃO

referências principais: Plantas do arquivo da pesquisa.

material visual anexado: Plantas e fotos dos edifícios.

pesquisador/data: Raquel Beatriz Silva / Janeiro 2009.
Letícia Guitarrara Nirschl Crozara / Janeiro 2011.

6. EXAME DO RELATÓRIO

nome do revisor: Maria Beatriz Camargo Cappello

data do preenchimento:

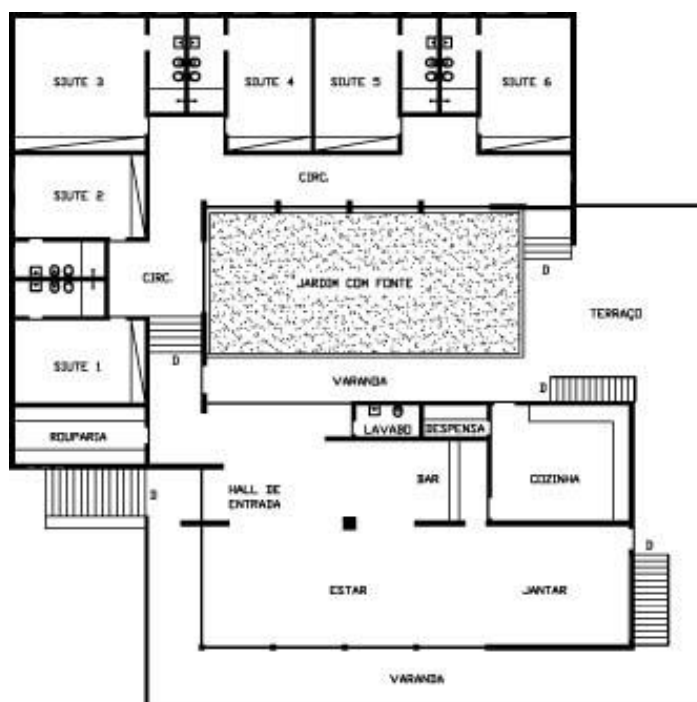
aprovação:

comentários:

7. ANEXOS



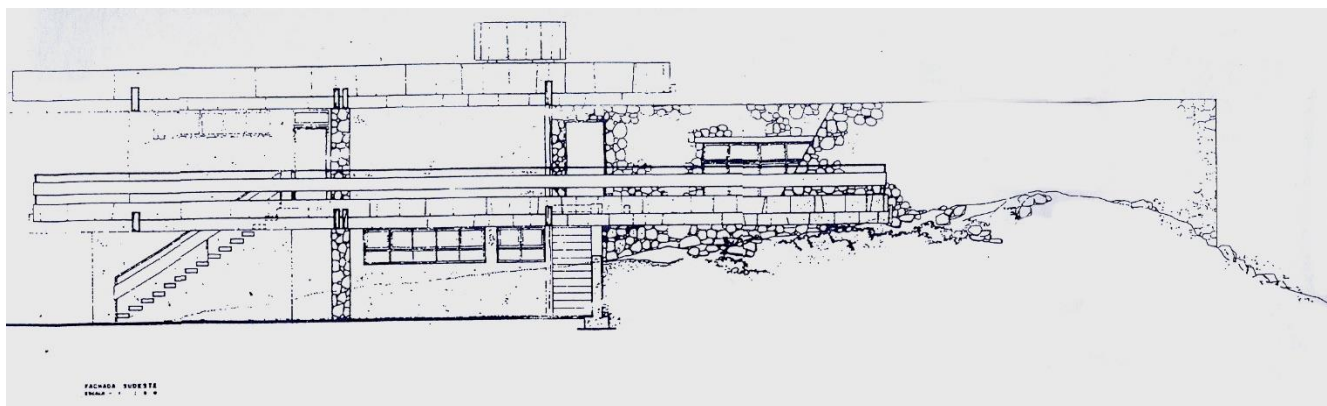
Foto área do Clube e Casa de visita ao lado. Fonte: Google Earth.



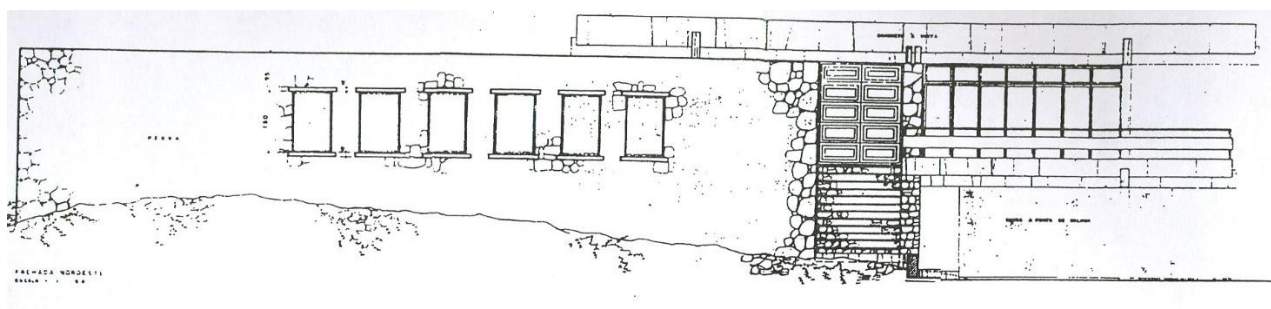
Planta do 1º pavimento. Fonte: Levantamento cedido pelo Parque Náutico de Jaguará



Planta do térreo. Fonte: Levantamento cedido pelo Parque Náutico de Jaguará



Detalhe das pranchas originais. Elevação Sudeste. Fonte: Arquivo da Pesquisa.



Detalhe das pranchas originais. Elevação Nordeste Fonte: Arquivo da Pesquisa.



Elevação lateral. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Nível térreo. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Detalhe da escada que acessa o terraço. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Vista interna da área coletiva. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Vista do jardim central e circulação das suítes. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Elevação frontal do bloco de suítes. Fonte: arquivo da pesquisa.

Docomomo

International working party for documentation and conservation of buildings, sites and neighbourhoods of the modern movement.

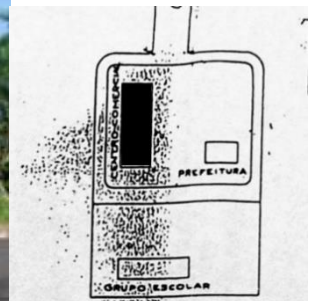


Imagem do edifício/situação *Fonte:* arquivo pesquisa *Data da imagem:* 01/03/2009

1. IDENTIDADE DO EDIFÍCIO/GRUPO DE EDIFÍCIOS / CONJUNTOS URBANOS / PAISAGEM / JARDIM

nome do edifício: Centro comercial

variante ou nome anterior:

endereço: Avenida Três Marias

cidade: Sacramento

estado: MG

cep:

país: Brasil

national grid reference:

classificação/tipologia: Serviços Públicos (PBS)

estado de proteção e data: não há proteção

2. HISTÓRIA DO EDIFÍCIO

proposta original: Centro comercial da Vila dos Operadores da Usina Hidrelétrica de Jaguará.

datas: projeto/obra/inauguração: 1968/-/1971

autor do projeto e colaboradores: Isvaú – Departamento de Engenharia Civil.

outros associados ao projeto:

alterações significativas com datas: Não há alterações significativas.

uso atual: Os proprietários do Parque Náutico de Jaguará pretendem reinaugurar o edifício utilizando-o como um centro de convenções.

estado de conservação: Regular [IEPHA-MG]

3. DESCRIÇÃO

descrição geral: O lote do centro comercial é plano e a sua implantação é caracterizada por permeabilidade visual com o exterior uma vez que não há muros, somente área verde ao seu redor. A parte lateral do lote foi destinada a algumas vagas para automóveis. (vide anexo 01)

O paisagismo utiliza grama, eixos de palmeiras e algumas árvores mais concentradas na área lateral do lote.

O edifício possui a cobertura independente como elemento de destaque do projeto. O desenho da mesma é formado por módulos triangulares ritmados e apóia-se numa viga robusta com pilares modulados em vãos de 5,40m. As telhas que protegem a laje são de amianto.

A planta é simples, constituída por um bloco circular de 10,30 metros de diâmetro onde se localizavam as lojas, e outro bloco retangular onde se desenvolvia o uso do centro comercial propriamente dito.

O bloco circular utiliza como vedação, em algumas partes, o tijolo de vidro, as esquadrias são pantográficas. A parede não chega até a cobertura, sendo o restante preenchido por lambril de madeira. Na parte interior tem-se um painel de azulejos e uma parede divisória em tijolo cerâmico laminado.

A área destinada ao supermercado é bem ampla. Grande parte das vedações é feita através de painéis de madeira pintados de branco com parte inferior de venezianas para ventilação e a superior é de vidros fixos.

construção: A cobertura em concreto armado é protegida por telhas de fibrocimento. Os fechamentos externos são variados, com tijolo laminado aparente, painéis de madeira, tijolo de vidro, e esquadrias pantográficas pintadas de branco. O piso da área externa é em placas de concreto.

contexto: A foto aérea demonstra que a área em que foi implantado o imóvel integra um conjunto de edifícios de serviços como: escola, lavanderia, administração e centro comercial.

4. AVALIAÇÃO

técnica: O avanço técnico em nível local proporcionado pelo Centro Comercial é a cobertura em concreto incomum no contexto da construção civil da região.

social:

cultural e estética: A exploração da cobertura enquanto elemento plástico e espacial aparece na pesquisa dos arquitetos brasileiros modernos dentre os quais pode-se citar: Oscar Niemeyer, Affonso Reidy, João Vilanova Artigas. O Centro Comercial da Vila dos Operadores de Jaguará está inserido nessa produção.

histórica: O conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará tem sua importância histórica enquanto símbolo da política energética crescente devido a intensa urbanização e industrialização após a 2ª Guerra, sendo também referência regional enquanto conjunto urbano moderno.

general assessment: A preservação da Vila dos Operadores de Jaguará é importante devido a relevância arquitetônica e urbanística em nível regional do conjunto. Por ser um conjunto urbanístico a Vila dos Operadores de Jaguará é um importante pólo para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre o moderno. Salvar o conjunto é também essencial para que a população possa conhecer o movimento moderno.

5. DOCUMENTAÇÃO

referências principais: Plantas do arquivo da pesquisa.

material visual anexado: Plantas e fotos dos edifícios.

pesquisador/data: Raquel Beatriz Silva / Janeiro 2009.
Leticia Guitarrara Nirschl Crozara / Janeiro 2011.

6. EXAME DO RELATÓRIO

nome do revisor: Maria Beatriz Camargo Cappello

data do preenchimento:

aprovação:

comentários:

7. ANEXOS



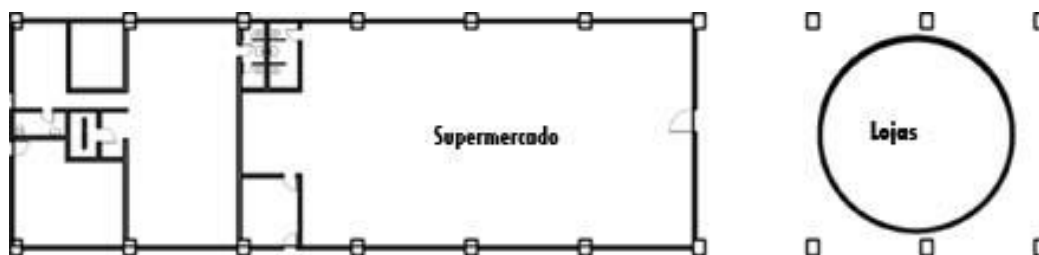
Legenda:

1. Conjunto comercial
2. Administração e Lavanderia
3. Escola
4. Estacionamento
5. Espelho de água

Foto área de implantação. Fonte: Google Earth.



Vista do Conjunto: Centro Comercial, Administração e Escola ao fundo. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Levantamento do Centro Comercial. Fonte: Levantamento cedido pelo Parque Náutico de Jaguará



Elevação posterior. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Detalhe da cobertura e área de lojas. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Detalhe frontal da área de lojas. Fonte: arquivo da pesquisa

Docomomo

International working party for documentation and conservation of buildings, sites and neighbourhoods of the modern movement.

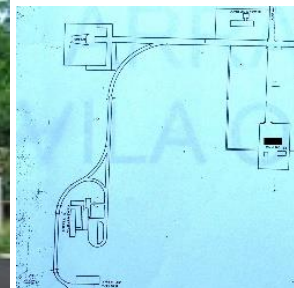


Imagem do edifício/situação *Fonte:* arquivo pesquisa *Data da imagem:* 01/03/2009

1. IDENTIDADE DO EDIFÍCIO/GRUPO DE EDIFÍCIOS / CONJUNTOS URBANOS / PAISAGEM / JARDIM

nome do edifício: Clube

variante ou nome anterior:

endereço: Av. Emborcação

cidade: Sacramento

estado: MG

cep: 38190-000

país: Brasil

national grid reference:

classificação/tipologia: Recreação - REC

estado de proteção e data: não há proteção

2. HISTÓRIA DO EDIFÍCIO

proposta original: A proposta original do edifício foi abrigar um clube para os moradores da Vila dos Operadores da Usina Hidrelétrica de Jaguara.

datas: projeto/obra/inauguração: 1967/-/1971

autor do projeto e colaboradores: Reynaldo Luiz Calvo – Departamento de Engenharia civil.

outros associados ao projeto:

alterações significativas com datas: No projeto original não existe uma porta para dividir a circulação entre a área de jogos e o salão principal, porém como a esquadria existente é igual às demais utilizadas no conjunto pode ser uma alteração no momento de execução do edifício.

Foi encontrado um desenho que consta um projeto de ampliação para o mesmo, as principais intervenções seriam na área de jogos que passaria a ter maior área e na outra lateral seria colocado um palco com camarim que serviria o salão principal, tal projeto não foi executado.

uso atual: Os proprietários do Parque Náutico de Jaguara reabriram o clube.

estado de conservação: Bom [IEPHA-MG]

3. DESCRIÇÃO

descrição geral: O edifício ocupa um lote plano e próximo à represa. Na parte posterior estão localizados as piscinas, quadras e equipamentos de lazer, implantados de forma ortogonal.

A fachada é caracterizada pelas portas de abrir de madeira e as empenas laterais são revestidas por pedra mineira.

A caixa de água é um elemento que se destaca na volumetria do Clube sendo também revestidas também por pedra mineira.

Na elevação frontal existem três acessos, dois para o salão de jogos e um para o salão principal. Na área interna observa-se que não há muitas paredes, sendo que a divisão da área de jogos e o salão ocorre através de uma circulação entre o bloco de apoio (cozinha, administração e bar) com os sanitários.

O interior possui materiais como: piso em madeira, empenas laterais revestidas de pedra mineira e laje aparente.

A área externa é destinada para as piscinas, vestiários, depósito e quadras com arquibancada.

construção: A estrutura independente da vedação é constituída de vigas, pilar e laje de com vigotas em concreto armado e tijolos aparente.

As elevações laterais são caracterizadas pelo revestimento em pedra mineira.

contexto: O edifício está implantado próximo à represa, ao Hotel e à Casa de Visita, configurando uma área de lazer e recreação.

4. AVALIAÇÃO

técnica: A contribuição técnica deste imóvel e dos demais da Vila dos Operadores de Jaguará é a utilização da estrutura em concreto armado proporcionando plantas e fachadas livres.

social:

cultural e estética: O clube possui relevância cultural por ser integrante do conjunto da Vila dos Operadores da Usina Hidrelétrica de Jaguará, o resgate histórico da mesma é importante para a memória de Sacramento.

histórica: O conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará tem sua importância histórica enquanto símbolo da política energética crescente devido a intensa urbanização e industrialização após a 2ª Guerra, sendo também referência regional enquanto conjunto urbano moderno.

general assessment: A preservação da Vila dos Operadores de Jaguará é importante devido a relevância arquitetônica e urbanística em nível regional do conjunto. Por ser um conjunto urbanístico a Vila dos Operadores de Jaguará é um importante pólo para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre o moderno.

Salvaguardar o conjunto é também essencial para que a população possa conhecer o movimento moderno.

5. DOCUMENTAÇÃO

referências principais: Plantas do arquivo da pesquisa.

material visual anexado: Plantas e fotos dos edifícios.

pesquisador/data: Raquel Beatriz Silva / Janeiro 2009.

Leticia Guitarrara Nirschl Crozara / Janeiro 2011.

6. EXAME DO RELATÓRIO

nome do revisor: Maria Beatriz Camargo Cappello

data do preenchimento:

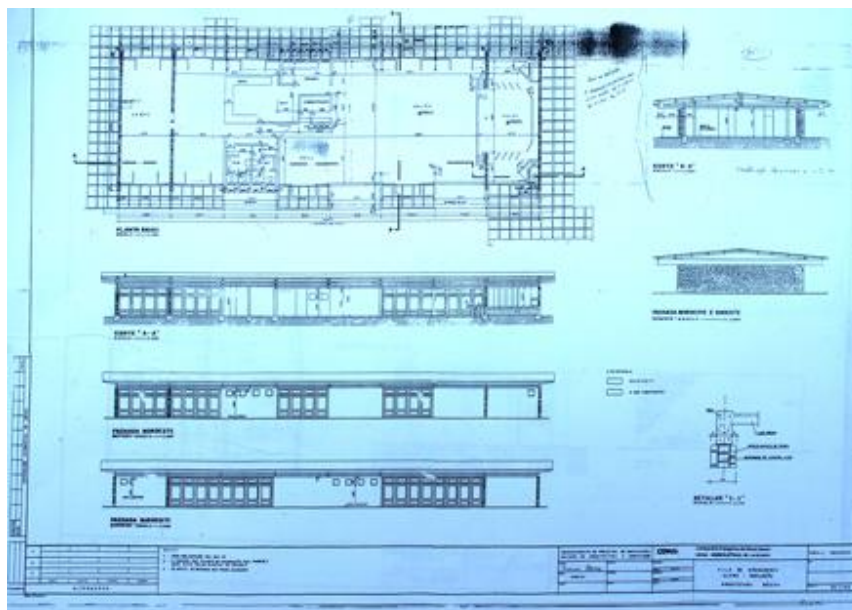
aprovação:

comentários:

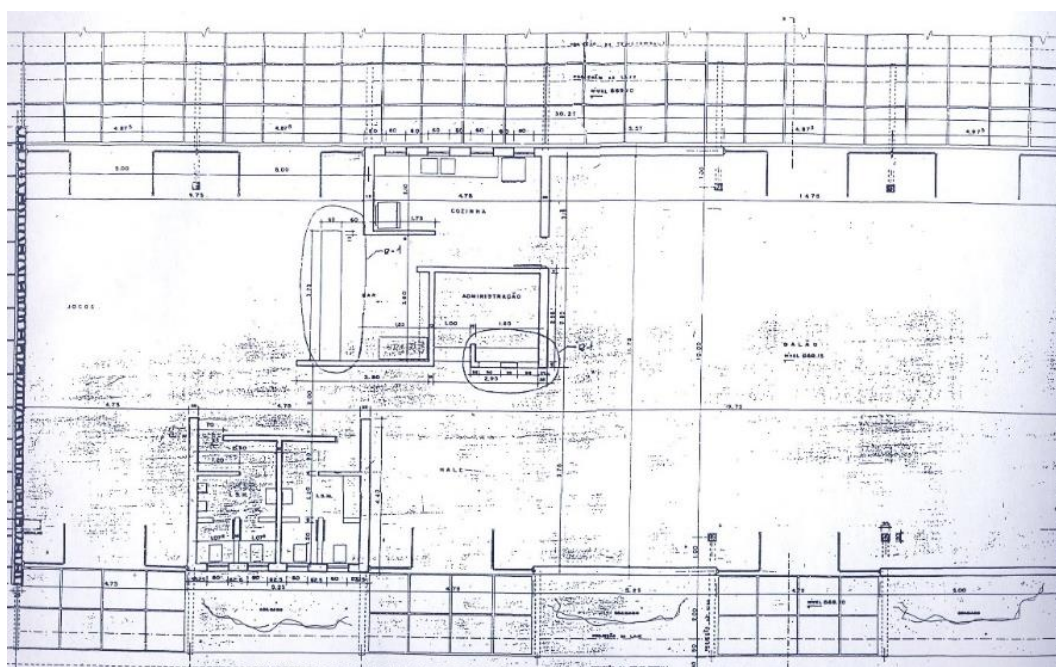
7. ANEXOS



Foto área do Clube. Fonte: Google Earth.



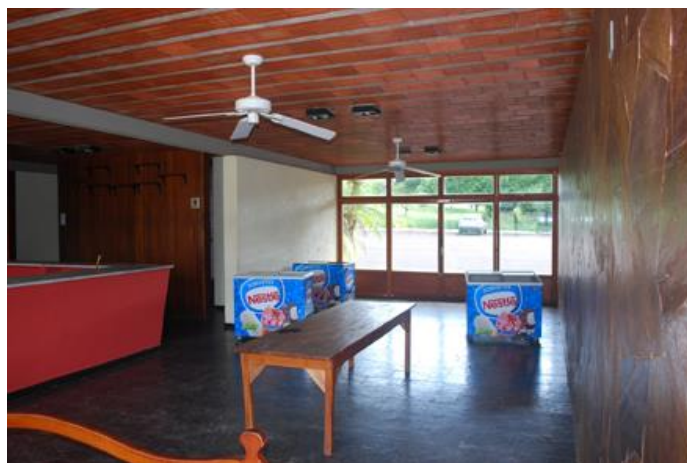
Prancha com desenhos técnicos do Clube. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Detalhe da planta. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Elevação posterior. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Vista do salão de jogos para a entrada frontal do edifício. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Vista do salão. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Vista do vestiário. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Vista da piscina. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Parque infantil e anexo com equipamentos de ginástica. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Quadras. Fonte: Arquivo da pesquisa.

Docomomo

International working party for documentation and conservation of buildings, sites and neighbourhoods of the modern movement.

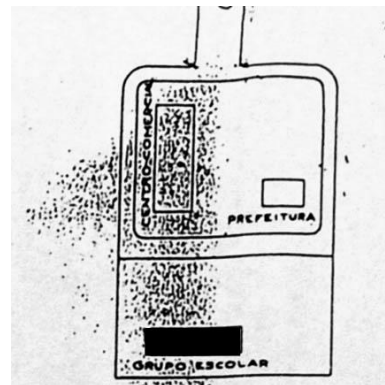


Imagem do edifício/situação *Fonte:* arquivo pesquisa *Data da imagem:* 01/03/2009

1. IDENTIDADE DO EDIFÍCIO/GRUPO DE EDIFÍCIOS / CONJUNTOS URBANOS / PAISAGEM / JARDIM

nome do edifício: Escola

variante ou nome anterior:

endereço: Avenida Três Marias

cidade: Sacramento

estado: MG

cep: 38190-000

país: Brasil

national grid reference:

classificação/tipologia: Educação (EDC)

estado de proteção e data: não há proteção

2. HISTÓRIA DO EDIFÍCIO

proposta original: Escola da Vila dos Operadores da Usina Hidrelétrica de Jaguará.

datas: projeto/obra/inauguração: -/-/1971

autor do projeto e colaboradores: Isvaú – Departamento de Engenharia Civil.

outros associados ao projeto:

alterações significativas com datas: Não há alterações significativas.

uso atual: Ainda está sendo utilizada como escola mas os proprietários do Parque Náutico de Jaguará pretendem transformar o edifício em uma colônia de férias.

estado de conservação: Bom [IEPHA-MG]

3. DESCRIÇÃO

descrição geral: O edifício ocupa um lote murado e plano que se encontra na parte mais baixa da Vila dos Operadores de Jaguará.

A implantação é definida por um afastamento ao fundo utilizado como área de recreação e outro lateral onde se encontra a quadra. A parte frontal possui áreas com piso de placas em concreto e grama.

A estrutura é independente e em concreto, sendo chapiscada, e os pilares possuem base mais larga afunilando no sentido vertical. A cobertura em telha de fibrocimento é feita de forma a permitir entrada de ar

para ventilação. O beiral saliente também se destaca na composição do conjunto. As esquadrias são metálicas com folhas basculantes e de grande proporção.

O programa é composto de cinco salas de aula, diretoria, sanitários, depósito e cozinha.

O acesso é lateral no qual se chega a uma área aberta com piso cerâmico e as salas estão dispostas lado a lado no corredor, ao fim deste chega-se a um pátio coberto e ao fundo do pátio localiza-se a cozinha. As paredes internas são pintadas em branco.

construção: A estrutura independente da vedação é constituída de vigas, pilar e laje de concreto armado. A cobertura é de amianto. O piso da área interna é em cerâmico. As elevações laterais são caracterizadas pelo revestimento em pedra mineira.

contexto: A foto aérea demonstra que a área em que foi implantado o imóvel integra um conjunto de edifícios de serviços como: escola, lavanderia, administração e centro comercial.

4. AVALIAÇÃO

técnica: O imóvel possui um sistema construtivo simples sendo que sua contribuição no contexto local da construção civil refere-se ao uso da estrutura independente em concreto.

social:

cultural e estética: A escola possui relevância cultural por integrar o conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará, o resgate histórico da mesma é importante para a memória de Sacramento.

histórica: O conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará tem sua importância histórica enquanto símbolo da política energética crescente devido a intensa urbanização e industrialização após a 2ª Guerra, sendo também referência regional enquanto conjunto urbano moderno.

general assessment: A preservação da Vila dos Operadores de Jaguará é importante devido a relevância arquitetônica e urbanística em nível regional do conjunto. Por ser um conjunto urbanístico a Vila dos Operadores de Jaguará é um importante pólo para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre o moderno.

Salvaguardar o conjunto é também essencial para que a população possa conhecer o movimento moderno.

5. DOCUMENTAÇÃO

referências principais: Plantas do arquivo da pesquisa.

material visual anexado: Plantas e fotos dos edifícios.

pesquisador/data: Raquel Beatriz Silva / Janeiro 2009.

Leticia Guitarrara Nirschl Crozara / Janeiro 2011.

6. EXAME DO RELATÓRIO

nome do revisor: Maria Beatriz Camargo Cappello

data do preenchimento:

aprovação:

comentários:

7. ANEXOS



Foto área de implantação. Fonte: Google Earth.



Vista do Conjunto: Centro Comercial, Administração e Escola ao fundo. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Levantamento da Escola. Fonte: Levantamento , cedido pelo Parque Náutico de Jaguará.



Elevação posterior da Escola. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Área de circulação. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Pátio coberto e ao fundo a cozinha. Fonte: Arquivo da pesquisa.

Docomomo

International working party for documentation and conservation of buildings, sites and neighbourhoods of the modern movement.



Imagem do edifício/situação *Fonte:* arquivo pesquisa **Data da imagem:** 01/03/2009

1. IDENTIDADE DO EDIFÍCIO/GRUPO DE EDIFÍCIOS / CONJUNTOS URBANOS / PAISAGEM / JARDIM

nome do edifício: Estação de passageiros e Aeroporto

variante ou nome anterior:

endereço: Rodovia-MG 428 Km 102

cidade: Sacramento

estado: MG

cep: 38190-000

país: Brasil

national grid reference:

classificação/tipologia:

estado de proteção e data: não há proteção

2. HISTÓRIA DO EDIFÍCIO

proposta original: Estação de passageiros para atender a pequena pista de pouso de aviões da Vila dos Operadores da Usina Hidrelétrica de Jaguará.

datas: projeto/obra/inauguração: 1968/-/1971

autor do projeto e colaboradores: Isvaú – Departamento de Engenharia Civil.

outros associados ao projeto: Isvaú – Superintendência Técnica / Departamento de Engenharia Civil CEMIG

alterações significativas com datas: O projeto encontrado possui diferenças em relação à construção existente. Os sanitários formavam com a cozinha um núcleo hidráulico no projeto e no edifício construído os banheiros localizam-se em frente ao que possivelmente funcionava como um local de vendas.

No projeto havia uma parede que ocultava o bloco de serviços e se estendia além dos limites da cobertura, esta não foi executada.

uso atual: A estação não possui um uso contínuo mas quando a pista de pouso é utilizada é um abrigo para quem espera o avião, sendo que os proprietários do Parque Náutico de Jaguará pretendem manter o imóvel.

estado de conservação: Regular [IEPHA-MG]

3. DESCRIÇÃO

descrição geral: A estação de passageiros apresenta tipologia pavilionar. O edifício possui apenas um bloco de serviços com uma cozinha e sanitários.

O bloco de serviços é de tijolo laminado aparente e a parede que oculta os banheiros é de cobogó.

A cobertura é constituída por três águas com telha de fibrocimento.

A estrutura de pilares e vigas é em madeira sendo que os pilares recebem na base um bloco de cimento.

construção: A cobertura é em telha de fibrocimento e estrutura em madeira.

contexto: A estação está implantada próximo à pista de pouso.

4. AVALIAÇÃO

técnica:

social:

cultural e estética: A estação de passageiros possui relevância cultural principalmente pelo valor de seu uso, sendo que o resgate histórico da Vila dos Operadores de Jaguará e seus edifícios é importante para a memória de Sacramento.

histórica: O conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará tem sua importância histórica enquanto símbolo da política energética crescente devido a intensa urbanização e industrialização após a 2ª Guerra, sendo também referência regional enquanto conjunto urbano moderno.

general assessment: A preservação da Vila dos Operadores de Jaguará é importante devido a relevância arquitetônica e urbanística em nível regional do conjunto. Por ser um conjunto urbanístico a Vila dos Operadores de Jaguará é um importante pólo para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre o moderno. Salvar o conjunto é também essencial para que a população possa conhecer o movimento moderno.

5. DOCUMENTAÇÃO

referências principais: Plantas do arquivo da pesquisa.

material visual anexado: Plantas e fotos dos edifícios.

pesquisador/data: Raquel Beatriz Silva / Janeiro 2009. Leticia Guitarrara Nirschl Crozara / Janeiro 2011.

6. EXAME DO RELATÓRIO

nome do revisor: Maria Beatriz Camargo Cappello

data do preenchimento:

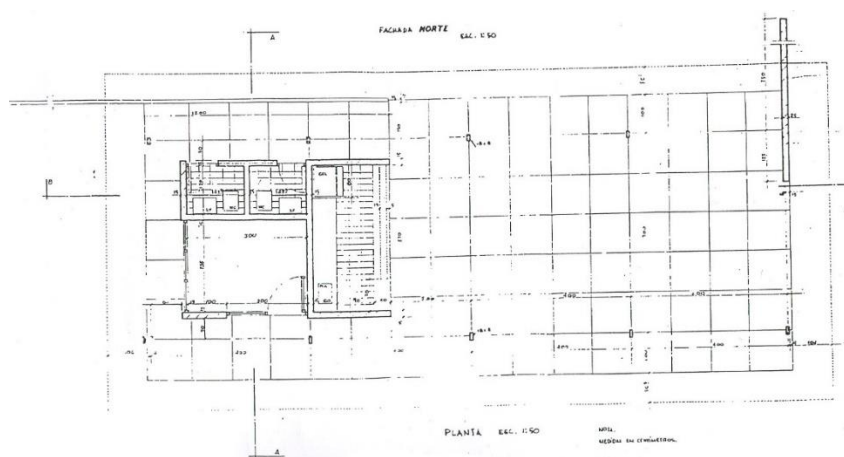
aprovação:

comentários:

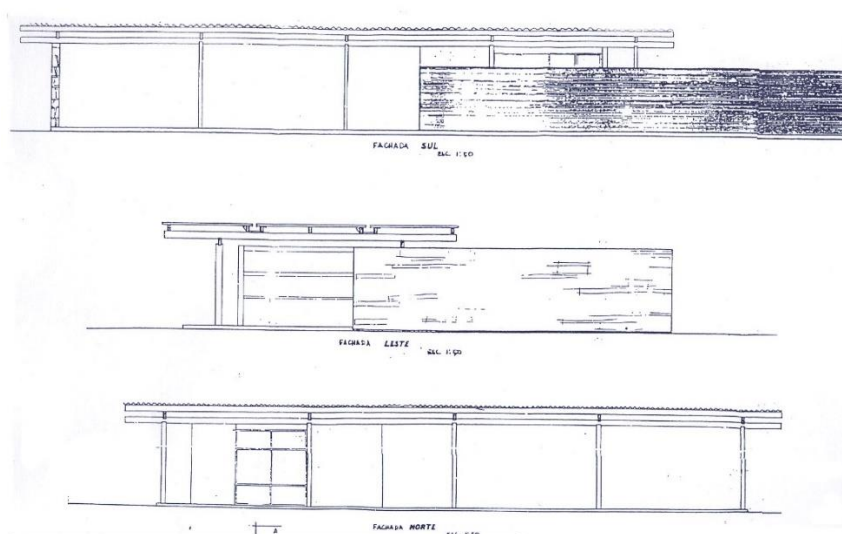
7. ANEXOS



Em destaque a estação de passageiros. Fonte: Google Earth.



Planta original da estação de passageiros, notar que os sanitários e a cozinha formavam um núcleo diferente do que foi executado. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Elevações, notar o plano proposto para além dos limites da cobertura, o qual não foi executado. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Área de cozinha, possível lanchonete. Fonte: Arquivo da pesquisa.



*Sanitários feminino e masculino, em frente a cozinha. Detaque para os planos de cobogós.
Fonte: Arquivo da pesquisa.*

Docomomo

International working party for documentation and conservation of buildings, sites and neighbourhoods of the modern movement.



Imagem do edifício/situação *Fonte:* arquivo pesquisa *Data da imagem:* 01/03/2009

1. IDENTIDADE DO EDIFÍCIO/GRUPO DE EDIFÍCIOS / CONJUNTOS URBANOS / PAISAGEM / JARDIM

nome do edifício: Prédio de portaria e recepção
variante ou nome anterior:
endereço: Rodovia-MG 428 Km 102
cidade: Sacramento
estado: MG
cep: 38190-000
país: Brasil
national grid reference:
classificação/tipologia:
estado de proteção e data: não há proteção

2. HISTÓRIA DO EDIFÍCIO

proposta original: Prédio de portaria e recepção da Vila dos Operadores da Usina Hidrelétrica de Jaguará.

datas: projeto/obra/inauguração: 1968/-/1971

autor do projeto e colaboradores: Daniel – Superintendência Técnica / Departamento de Engenharia Civil CEMIG

outros associados ao projeto: Isváu – Superintendência Técnica / Departamento de Engenharia Civil CEMIG

alterações significativas com datas: No projeto aprovado para construção não observa-se a existência de fechamento na extremidade posterior. Outra diferença em relação ao projeto é que onde está o banco de alvenaria, era previsto uma copa, porém tal situação não parece ser uma alteração posterior podendo ser uma modificação durante a execução ou pode ser que o projeto tenha sido modificado.

uso atual: Guarita.

estado de conservação: Bom [IEPHA-MG]

3. DESCRIÇÃO

descrição geral: A guarita possui estrutura em concreto armado sendo formada por uma laje de concreto biapoiada em seus extremos.

O projeto previu uma sala para os guardas com um núcleo de apoio (copa e sanitários), acima deste localiza-se a caixa de água.

Os ambientes administrativos que se localizam nas extremidades são separados por uma área aberta que conta com bancos de alvenaria.

As elevações são caracterizadas pelo revestimento em pedra são-tomé filetada e uso de esquadrias metálicas.

O elemento técnico que sobressai é a cobertura em concreto protegida por telha de fibrocimento.

construção: A estrutura do edifício utiliza o concreto, sendo a cobertura o elemento construtivo de maior destaque.

contexto: A guarita controla o acesso à pista de pouso e ao conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará, tendo por isso uma implantação estratégica.

4. AVALIAÇÃO

técnica: A exploração estrutural da guarita, na qual a laje em concreto apóia-se nas vigas invertidas, é a contribuição técnica para o contexto da arquitetura local.

social:

cultural e estética: A exploração da cobertura enquanto elemento plástico e espacial aparece na pesquisa dos arquitetos brasileiros modernos dentre os quais pode-se citar: Oscar Niemeyer, Affonso Reidy, João Vilanova Artigas. A guarita assim como outros projetos da Vila dos Operadores de Jaguará possuem similaridades com essa produção.

histórica: O conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará tem sua importância histórica enquanto símbolo da política energética crescente devido a intensa urbanização e industrialização após a 2ª Guerra, sendo também referência regional enquanto conjunto urbano moderno.

general assessment: A preservação da Vila dos Operadores de Jaguará é importante devido a relevância arquitetônica e urbanística em nível regional do conjunto. Por ser um conjunto urbanístico a Vila dos Operadores de Jaguará é um importante pólo para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre o moderno. Salvar o conjunto é também essencial para que a população possa conhecer o movimento moderno.

5. DOCUMENTAÇÃO

referências principais: Plantas do arquivo da pesquisa.

material visual anexado: Plantas e fotos dos edifícios.

pesquisador/data: Raquel Beatriz Silva / Janeiro 2009. Leticia Guitarrara Nirschl Crozara / Janeiro 2011

6. **EXAME DO RELATÓRIO**

nome do revisor: Maria Beatriz Camargo Cappello

data do preenchimento:

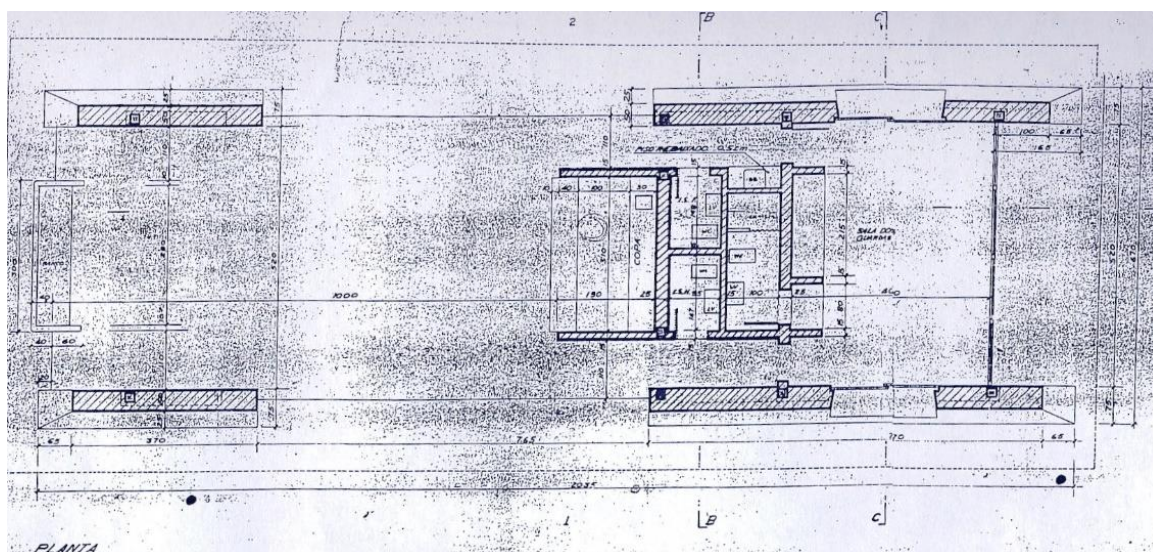
aprovação:

comentários:

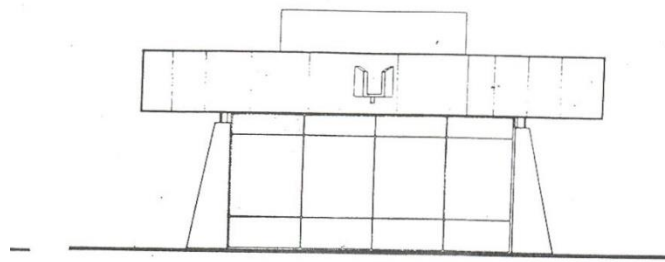
7. **ANEXOS**



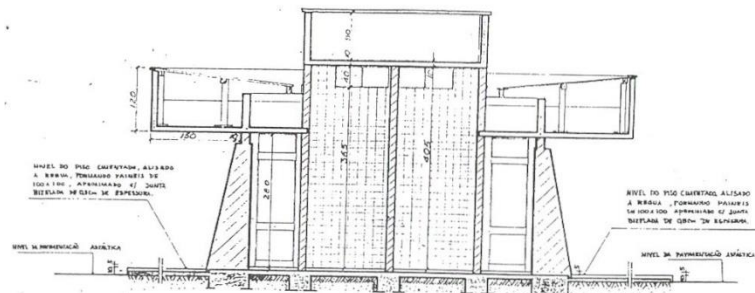
Implantação da guarita de entrada, em vermelho indica-se o acesso para a estação de passageiros da pista de pouso e em amarelo o acesso para a vila. Fonte: Google Earth.



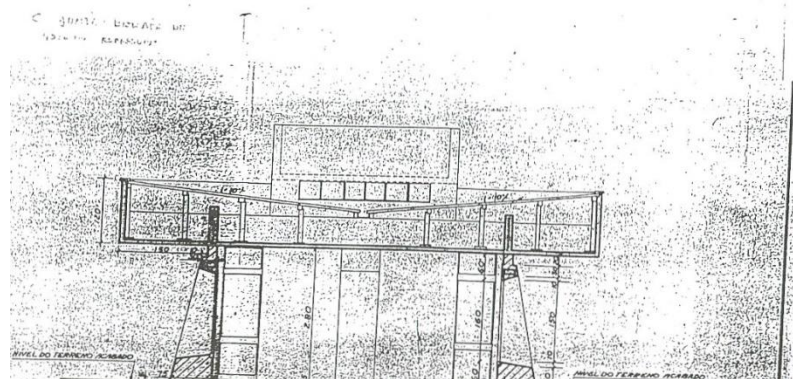
Planta da guarita. Fonte: Arquivo da pesquisa.



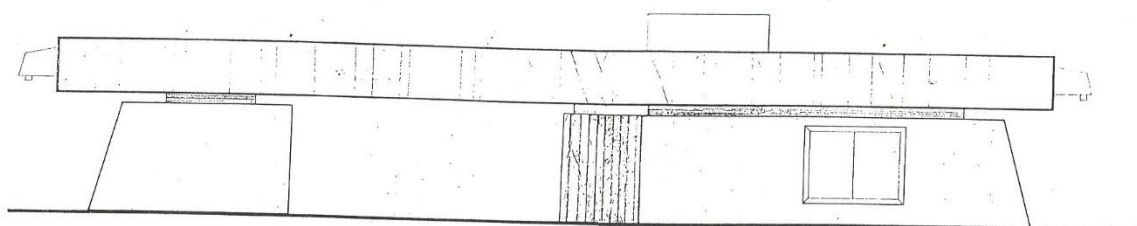
FACHADA - 3
ESC. 1:50



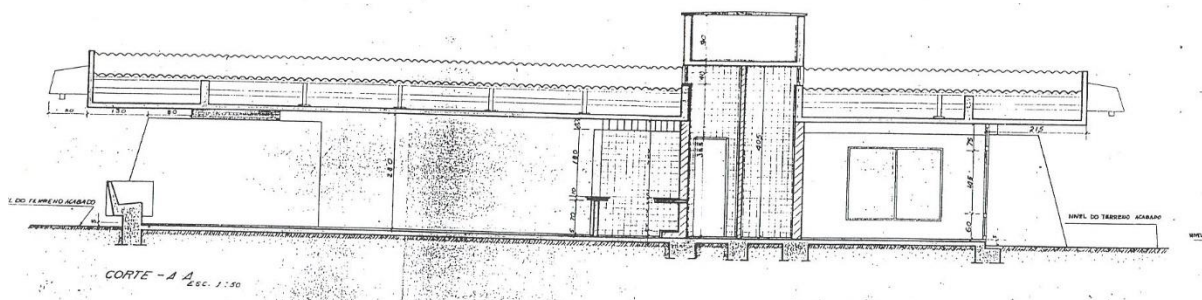
CORTE - B B
ESC. 1:50



Elevações e corte. Fonte: Arquivo da pesquisa.



FACHADA - 1
ESC. 1:50



CORTE - A A
ESC. 1:50

Elevações. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Elevação lateral e posterior. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Elevação lateral. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Detalhe da área de espera. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Detalhe dos apoios da laje. Fonte: Arquivo da pesquisa.

Docomomo

International working party for documentation and conservation of buildings, sites and neighbourhoods of the modern movement.



Imagem do edifício/situação *Fonte:* arquivo pesquisa *Data da imagem:* 01/03/2009

1. IDENTIDADE DO EDIFÍCIO/GRUPO DE EDIFÍCIOS / CONJUNTOS URBANOS / PAISAGEM / JARDIM

nome do edifício: Hotel da Vila dos Operadores da Usina Hidrelétrica de Jaguara.

variante ou nome anterior: Hotel e alojamento

endereço: Rua Poquim

cidade: Sacramento

estado: MG

cep: 38190-000

país: Brasil

national grid reference:

classificação/tipologia: Residencial (RES)

estado de proteção e data: não há proteção

2. HISTÓRIA DO EDIFÍCIO

proposta original: Hotel e Alojamento da Vila dos Operadores da Usina Hidroelétrica de Jaguara.

datas: projeto/obra/inauguração: 1965/-/1971

autor do projeto e colaboradores: Isvaú - Departamento de Engenharia Civil civil.

outros associados ao projeto:

alterações significativas com datas: Pintura das paredes e esquadrias (2007)

uso atual: Hotel do Parque Náutico de Jaguará.

estado de conservação: Bom [IEPHA-MG]

3. DESCRIÇÃO

descrição geral: O edifício encontra-se em uma área plana próxima à represa. A implantação é feita em U com um jardim central.

A estrutura é em concreto, vedação de tijolo cerâmico e cobertura com telha fibrocimento. As vedações laterais recebem pedra mineira e as janelas em guilhotina e portas são em madeira pintadas de branco.

Acima das portas de entrada para as suítes existe uma veneziana que permite a entrada de ventilação.

Na parte frontal está o restaurante e ao fundo os blocos destinados para as suítes, a circulação lateral é vedada por cobogós que funcionam como anteparo à luz direta.

A ligação dos blocos ocorre por meio de passarelas cobertas com telha fibrocimento.

O bloco do restaurante possui recepção, um refeitório principal e outro menor, cozinha, depósitos e sanitários.

construção: A estrutura independente da vedação é constituída de vigas, pilar e laje de concreto armado.

As elevações laterais são caracterizadas pelo revestimento em pedra mineira.

contexto: O local de implantação do hotel é próximo a Casa de Visita ambos mais distantes da Vila dos Operadores de Jaguará e próximos à represa favorecendo o uso da paisagem natural.

4. AVALIAÇÃO

técnica: Do conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará foi o edifício que utilizou com maior ênfase o cobogó, elemento característico da arquitetura moderna brasileira.

social:

cultural e estética: O hotel possui relevância cultural por ser integrante do conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará, o resgate histórico da mesma é importante para a memória de Sacramento.

histórica: O conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará tem sua importância histórica enquanto símbolo da política energética crescente devido a intensa urbanização e industrialização após a 2ª Guerra, sendo também referência regional enquanto conjunto urbano moderno.

general assessment: A preservação da Vila dos Operadores de Jaguará é importante devido a relevância arquitetônica e urbanística em nível regional do conjunto. Por ser um conjunto urbanístico a Vila dos Operadores de Jaguará é um importante pólo para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre o moderno. Salvar o conjunto é também essencial para que a população possa conhecer o movimento moderno.

5. DOCUMENTAÇÃO

referências principais: Plantas do arquivo da pesquisa.

material visual anexado: Plantas e fotos dos edifícios.

pesquisador/data: Raquel Beatriz Silva / Janeiro 2009. Leticia Guitarrara Nirschl Crozara / Janeiro 2011.

6. EXAME DO RELATÓRIO

nome do revisor: Maria Beatriz Camargo Cappello

data do preenchimento:

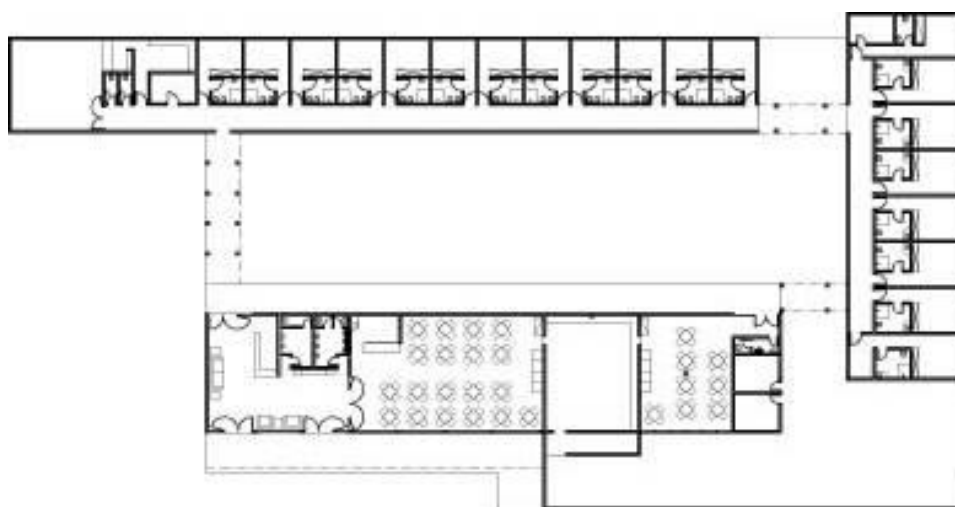
aprovação:

comentários:

7. ANEXOS



Foto área do Hotel. Fonte: Google Earth.



Planta do Hotel de Jaguará. Fonte: Levantamento cedido Parque Náutico de Jaguará.



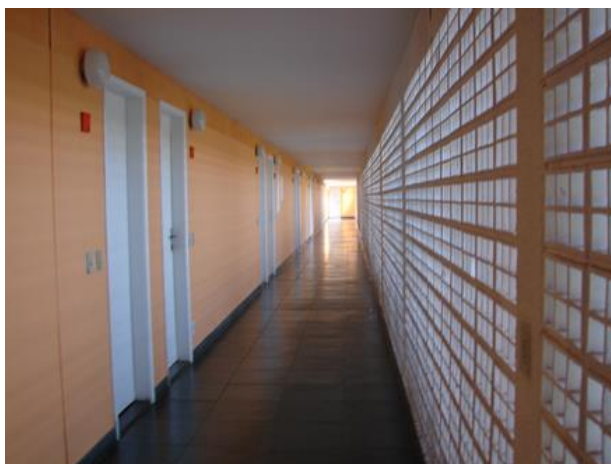
Detalhe da elevação lateral. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Elevação posterior do bloco de suítes. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Pátio central. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Detalhe das circulações com os planos de cobogó. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Interior das suítes. Fonte: Arquivo da pesquisa



Detalhe da janela guilhotina. Fonte: Arquivo da pesquisa

Docomomo

International working party for documentation and conservation of buildings, sites and neighbourhoods of the modern movement.

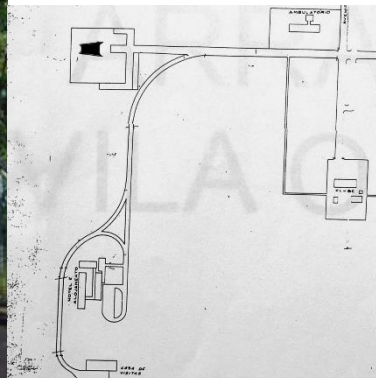


Imagem do edifício/situação *Fonte:* arquivo pesquisa *Data da imagem:* 01/03/2009

1. **IDENTIDADE DO EDIFÍCIO/GRUPO DE EDIFÍCIOS / CONJUNTOS URBANOS / PAISAGEM / JARDIM**
nome do edifício: Templo

variante ou nome anterior:

endereço: Av. Rio Grande

cidade: Sacramento

estado: MG

cep: 38190-000

país: Brasil

national grid reference:

classificação/tipologia: Religião -REL

estado de proteção e data: não há proteção

2. HISTÓRIA DO EDIFÍCIO

proposta original: A proposta original foi para abrigar um espaço religioso comum a todas as religiões na Vila dos Operadores da Usina Hidrelétrica de Jaguara.

datas: projeto/obra/inauguração: 1967/-/1971

autor do projeto e colaboradores: Isvaú

outros associados ao projeto: Desenho: Luis

alterações significativas com datas:

uso atual: O edifício encontra-se sem uso.

estado de conservação: Bom [IEPHA-MG]

3. DESCRIÇÃO

descrição geral: O edifício é implantado acima do nível da via, o que ressalta o simbolismo deste. A área externa tem como piso placas de concreto e à direita se localiza o cruzeiro em concreto e pintado de branco.

O acesso encontra-se recuado protegendo assim a área dos cultos da entrada de luz direta e permitindo proteção da chuva para os usuários.

A igreja é piramidal sendo pintada de branco na área externa e internamente o concreto é mantido aparente.

O projeto previa no átrio o confessionário e batistério, sendo possível identificar no edifício somente o primeiro.

A nave é caracterizada pela demarcação da área dos bancos com piso em madeira e as demais em cerâmica. Os bancos de madeira são baixos e sem encosto.

O altar ocupa a parte central e atrás deste existe uma meia parede em alvenaria revestida com madeira com uma cruz que oculta escada que dá acesso à sacristia no subsolo.

O coro é elevado em relação ao piso da nave sendo que uma lateral avança não tocando o chão.

Ao fundo um rasgo em forma trapezoidal que permite a entrada de luz enfatizando o altar. Existe também uma entrada de luz zenital o que contribui para que o ambiente mantenha uma luminosidade difusa.

Os lustres são fixos na parte superior e possuem hastes metálicas bem finas e de tamanhos variados criando uma iluminação com efeito cênico.

construção: A igreja possui estrutura em concreto armado sendo pintado de branco na parte externa e mantido natural na área interna sendo que a mesma deve ter recebido algum tipo de impermeabilização devido a grande exposição à chuva.

As aberturas retangulares na elevação frontal têm a função de fazer a água escoar para as calhas.

contexto: A igreja por ser um local onde se necessita de retiro, foi implantada afastada da Vila utilizando a paisagem natural como plano de fundo e para a construção de uma atmosfera adequada para a reflexão.

4. AVALIAÇÃO

técnica: A igreja da Vila dos Operadores de Jaguara explora as potencialidades do concreto armado ao utilizar uma estrutura piramidal.

social:

cultural e estética: A Igreja da Vila dos Operadores de Jaguara explorou a potencialidade do concreto o que permitiu uma estrutura piramidal de caráter plástico e de efeito simbólico para o tema religioso, pode-se associar o projeto com a produção da Igreja de São Francisco de Assis (1943) e a Catedral de Brasília (1958) ambas projetadas por Oscar Niemeyer nas quais também é possível notar uma pesquisa estrutural associada com a busca de uma plástica.

histórica: O conjunto da Vila dos Operadores de Jaguara tem sua importância histórica enquanto símbolo da política energética crescente devido a intensa urbanização e industrialização após a 2ª Guerra, sendo também referência regional enquanto conjunto urbano moderno.

general assessment: A preservação da Vila dos Operadores de Jaguara é importante devido a relevância arquitetônica e urbanística em nível regional do conjunto. Por ser um conjunto urbanístico a Vila dos Operadores de Jaguara é um importante pólo para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre o

moderno. Salvar o conjunto é também essencial para que a população possa conhecer o movimento moderno.

5. DOCUMENTAÇÃO

referências principais: Plantas do arquivo da pesquisa.

material visual anexado: Plantas e fotos dos edifícios.

pesquisador/data: Raquel Beatriz Silva / Janeiro 2009.

Leticia Guitarrara Nirschl Crozara / Janeiro 2011.

6. EXAME DO RELATÓRIO

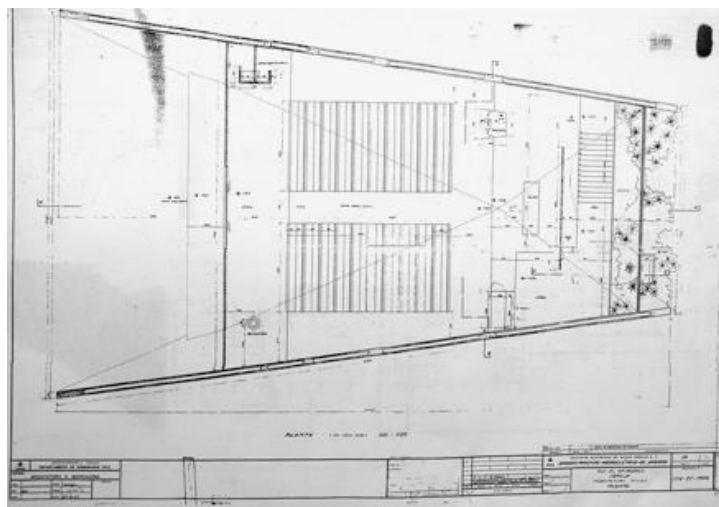
nome do revisor: Maria Beatriz Camargo Cappello

data do preenchimento:

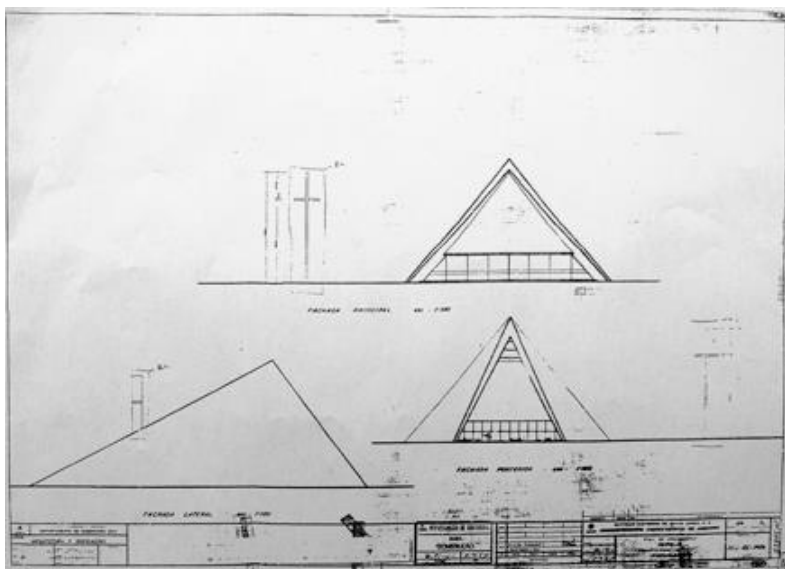
aprovação:

comentários:

7. ANEXOS



Planta baixa da Igreja. Fonte: Arquivo da pesquisa



Elevações. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Detalhe da lateral. Fonte: Arquivo da pesquisa.



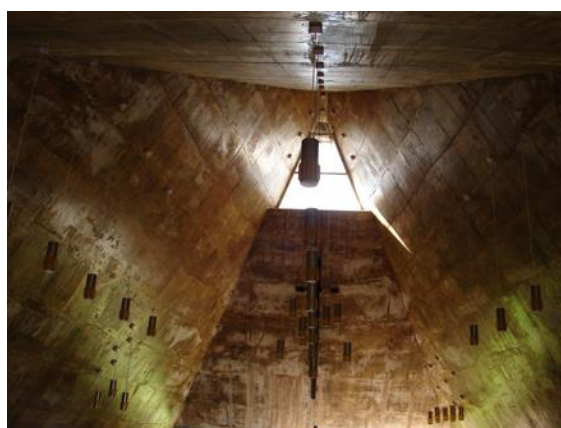
Elevação lateral. Fonte: Arquivo da pesquisa.



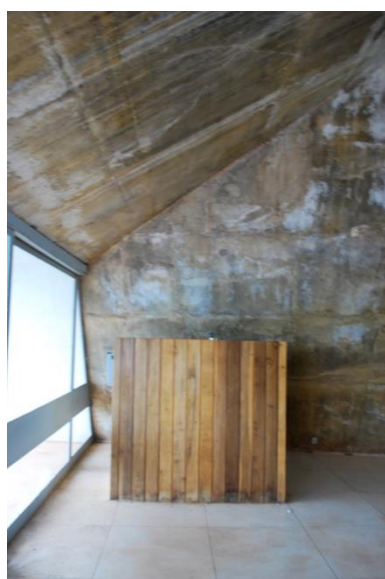
Elevação posterior. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Interior da igreja. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Detalhe da iluminação zenital. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Confessionário em madeira. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Acesso à sacristia. Fonte: Arquivo da pesquisa.

Docomomo

International working party for documentation and conservation of buildings, sites and neighbourhoods of the modern movement.



Imagem do edifício/situação *Fonte:* arquivo pesquisa *Data da imagem:* 01/03/2009

1. IDENTIDADE DO EDIFÍCIO/GRUPO DE EDIFÍCIOS / CONJUNTOS URBANOS / PAISAGEM / JARDIM

nome do edifício: Vila dos Operadores de Jaguará.

variante ou nome anterior: Conhecida também como Vila Jaguará e atualmente Parque Náutico de Jaguará.

endereço: Rodovia-MG 428 Km 102.

cidade: Sacramento

estado: MG

cep: 38190-000

país: Brasil

national grid reference:

classificação/tipologia: Urbanismo (URB)

estado de proteção e data: não há proteção

2. HISTÓRIA DO EDIFÍCIO

proposta original: A vila surge da demanda de uma infra-estrutura urbana que atendesse aos funcionários da Usina Hidrelétrica de Jaguará.

datas: projeto/obra/inauguração: 1965/-/1971

autor do projeto e colaboradores: Departamento de Engenharia Civil - CEMIG

outros associados ao projeto:

alterações significativas com datas: (2007) Pinturas de algumas casas e do Clube. (2008- 2009) Construção de novas casas que não respeitam a proposta espacial da inicial Vila dos Operadores de Jaguará.

uso atual: Parque Náutico de Jaguará.

estado de conservação: Regular [IEPHA-MG]

3. DESCRIÇÃO

descrição geral: O acesso a Vila dos Operadores de Jaguará é feito através da Rodovia MG 428, Km 102 de onde sai uma avenida até chegar na guarita, daí pode-se ir diretamente para a Usina ou adentrar na área residencial.

O loteamento possui forma retangular sendo que os quarteirões mais próximos à represa são mais irregulares variando, portanto, o número de lotes em cada um.

As residências são implantadas no lote com um grande afastamento frontal, utilizado como área verde e acesso social. O acesso privado é feito na zona posterior onde se localiza a garagem.

A área verde predomina sobre a edificada, sendo que o afastamento frontal cria grande permeabilidade visual, mas o mesmo não ocorre na zona posterior dos quarteirões porque os lotes são murados preservando a área de lazer individual de cada residência.

A topografia é relativamente plana.

O sistema viário da Vila dos Operadores de Jaguará é constituído por uma avenida principal de onde saem ruas cujas finalizações possuem retornos, configuração esta que se assemelha a uma espinha de peixe. A nomenclatura do sistema viário é referente às usinas ou subestações da empresa CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais).

Os equipamentos (vide anexo 01) estão em sua maioria localizados na zona perimetral da Vila, próximos à represa, o que permitiu o aproveitamento da mesma para lazer ou plano de fundo.

construção: As construções da Vila dos Operadores de Jaguará são caracterizadas por terem linguagem moderna, utilizando a estrutura em concreto armado aparente, cobogós, panos de vidro; em maior parte dos casos, os materiais construtivos são mantidos em sua aparência natural.

As residências utilizam estrutura em concreto armado, tijolo aparente, esquadrias de madeira e cobertura em telhas de amianto. Outros projetos como o clube, escola, ambulatório, hotel também possuem essa mesma linguagem.

Alguns projetos mais significativos para a vida social da Vila como: conjunto comercial, administração e lavanderia, templo ecumênico, casa de visitas e guarita receberam uma arquitetura mais simbólica e de maior impacto. (vide fichas específicas).

contexto: A Vila dos Operadores de Jaguará encontra-se fora do perímetro urbano de Sacramento o que contribui para que a população local não conheça o conjunto, favorecendo assim a descaracterização do mesmo.

4. AVALIAÇÃO

técnica: O conjunto da Vila dos Operadores de Jaguará possui edificações pontuais que se destacam pelo avanço técnico na aplicação e uso do concreto armado.

social: Durante o tempo em que abrigou os funcionários da CEMIG a Vila dos Operadores de Jaguará tinha uma relação social mais intensa com a área urbana de Sacramento; uma vez que foi vendida para proprietários particulares com objetivo de utilizar a infra-estrutura existente para implantar um complexo turístico a dinâmica será restrita à parcela da população que disponha de recursos para usufruir do local.

cultural e estética: É o primeiro edifício na área urbana a utilizar a estética moderna devido ao volume puro, panos de vidro e planta livre.

histórica: A Vila dos Operadores de Jaguará é um exemplar moderno de significativa importância regional pela qualidade urbanística e arquitetônica do projeto. Sendo um espaço planejado, permitiu a criação de uma nova espacialidade urbana similar a Brasília: os edifícios ocupam uma pequena superfície de solo, predomínio de área verde, entrada de veículos na parte posterior do quarteirão e existência de infra-estrutura que permitia ao morador viver no local sem necessidade de se deslocar para à Sacramento e demais cidades próximas.

general assessment: A preservação da Vila dos Operadores de Jaguará é importante devido a relevância arquitetônica e urbanística em nível regional do conjunto. Por ser um conjunto urbanístico a Vila dos Operadores de Jaguará é um importante pólo para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre o moderno.

Salvaguardar o conjunto é também essencial para que a população possa conhecer o movimento moderno.

5. DOCUMENTAÇÃO

referências principais: Plantas do arquivo da pesquisa.

material visual anexado: Plantas e fotos dos edifícios.

pesquisador/data: Raquel Beatriz Silva / Janeiro 2009. Leticia Guitarrara Nirschl Crozara / Janeiro 2011.

6. EXAME DO RELATÓRIO

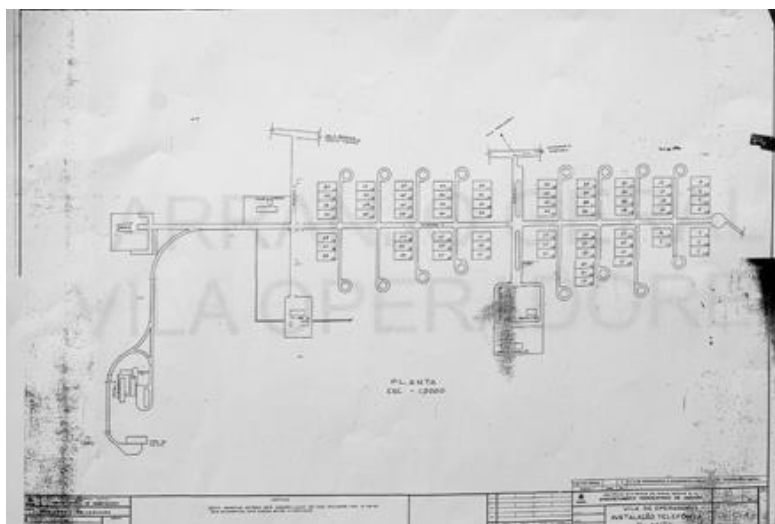
nome do revisor: Maria Beatriz Camargo Cappello

data do preenchimento:

aprovação:

comentários:

7. ANEXOS



Implantação da Vila Jaguara. Fonte: Arquivo da pesquisa.



Localização dos equipamentos da Vila. Fonte: Arquivo da pesquisa.



1. Recepção e portaria, localizada na entrada da Vila. Fonte: Arquivo da pesquisa.



2. Administração e Lavanderia. Fonte: Arquivo da pesquisa



3. *Centro Comercial. Fonte: Arquivo da pesquisa.*



4. *Escola. Fonte: Arquivo da pesquisa.*



5. *Ambulatório. Fonte: Arquivo da pesquisa.*



6. *Templo Ecumênico. Fonte: Arquivo da pesquisa*



7. *Hotel. Arquivo da pesquisa*



8. *Casa de visita. Fonte: Arquivo da pesquisa.*



9. *Clube. Fonte: Arquivo da pesquisa.*



10. *Estação de passageiros atende a pista de pouso. Fonte: Arquivo da pesquisa.*

7.4. Fotografias doadas pelo ex-funcionário da CEMIG, o senhor Marco Aurélio de Almeida, ao Arquivo Municipal de Sacramento.

Sacramento, 12 de Março de 2012

Dr. Amir Salomão Jacob

Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Saudações

Conforme nossos entendimentos, entrego-lhe estas fotografias que as guardei por muitos anos, como recordação e parte de minha vida de trinta e três anos com empregado da CEMIG na Usina Hidrelétrica de Jaguará.

Estas fotos eram tiradas e apresentadas junto com o boletim de medição pelos profissionais da área dando conta que os serviços foram executados ou o andamento que se encontravam.

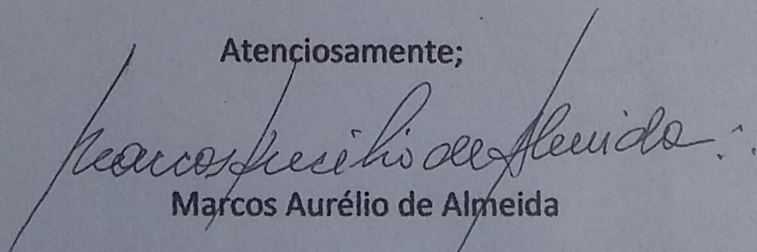
Após pagamento da fatura eram arquivados. Quando a CEMIG implantou o programa de Qualidade Total, especialmente o de "5S", foi feita uma grande limpeza de guardados. As fotos foram colocadas para incinerar. Então pedi minha Chefia se podia ficar com elas, assim eu fiz um álbum para a Usina de Jaguará "Operação" e outro guardei para mim.

Depois que visitei o arquivo municipal e conheci o trabalho de qualidade feito pelo Sr. Secretário e equipe; achei oportuno doar estas fotos como parte deste acervo municipal.

Portanto, faço esta pequena contribuição que também é de conhecimento de minha família e somos felizes por isto.

Externo meus agradecimentos, e votos que cada dia mais este órgão seja guardião de parte de nossa história e progresso.

Atenciosamente;



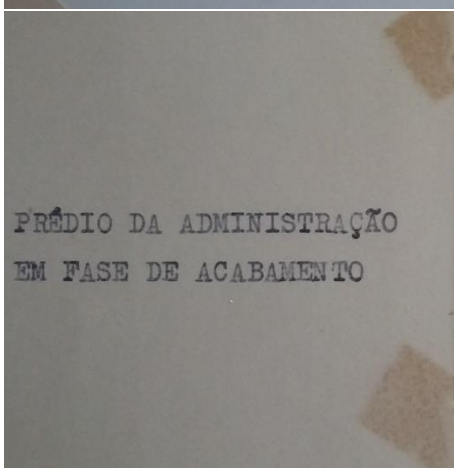
Marcos Aurélio de Almeida

Ex- empregado da CEMIG no período de 1966 a 1999

Cidadão Sacramentino



CLUBE RECREATIVO
OBRA CONCLUIDA



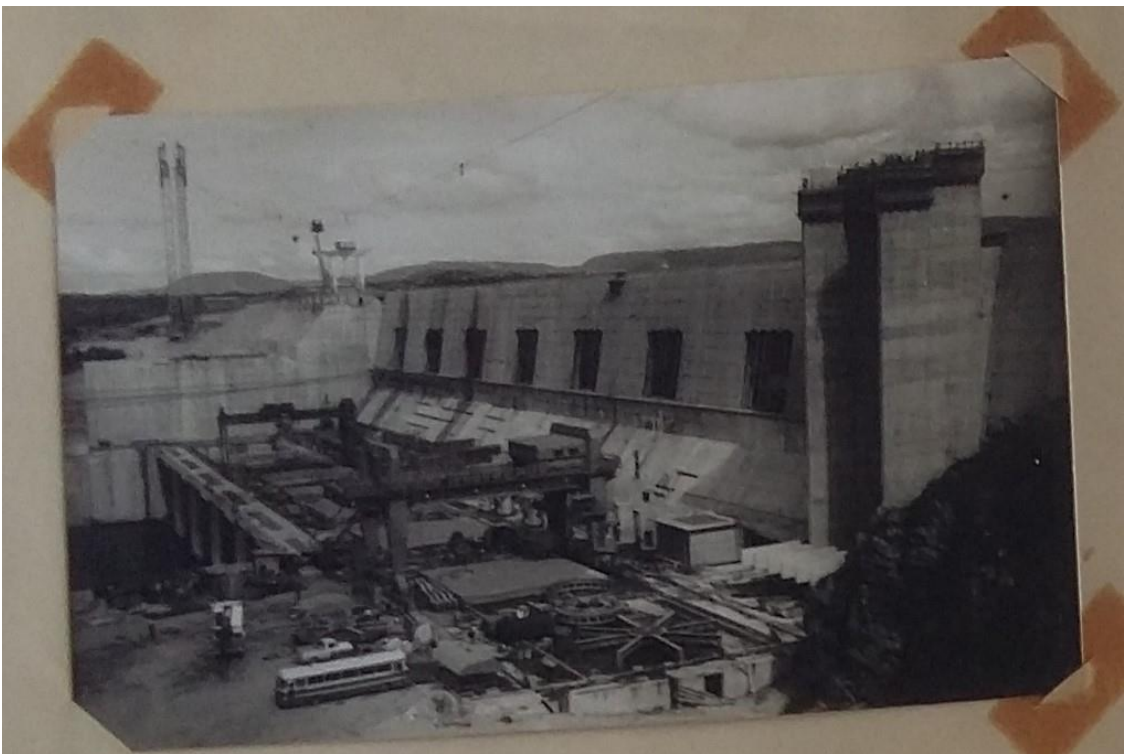
PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO
EM FASE DE ACABAMENTO



CASA DE VISITAS
EM CONSTRUÇÃO



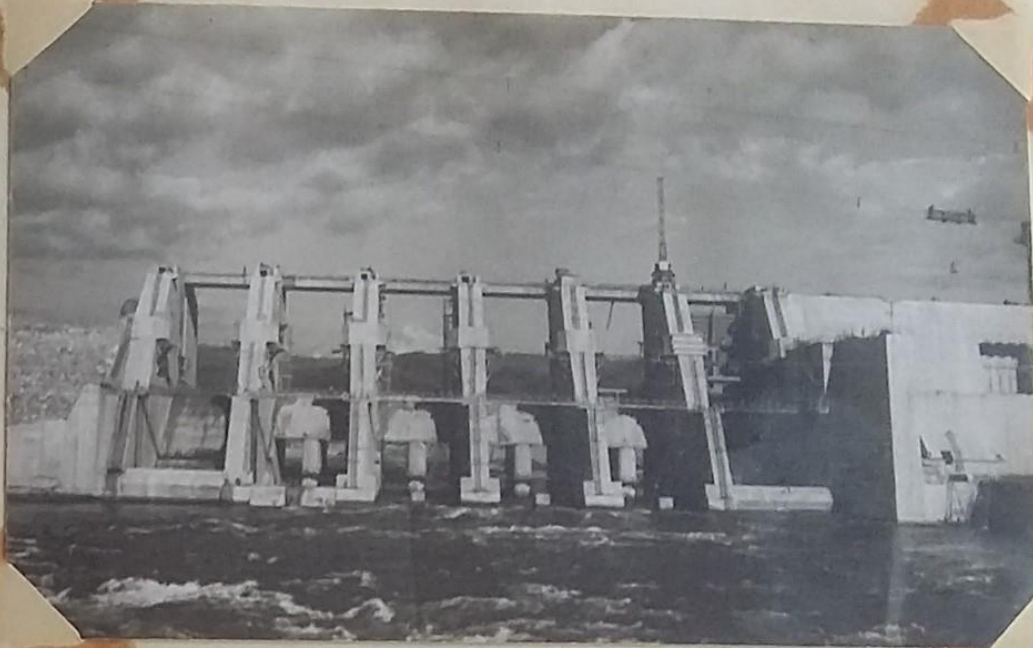
RECEPÇÃO PREPARO DE
FÔRMAS PARA CONCRETA
GEM DE VIGAS E LAGE



Vista Geral das Estruturas



Galeria de Barramentos - Paredes dos Tranfor-
madores



Vertedor - Vista de Jusante observando-se a 1ª adu-
fa já fechada



Vertedor - Vão nº 1 - Montagem da Comporta de Setor

A bela 'Vila de Jaguará' ontem e hoje

A partir de 1972, data da inauguração da Usina Hidrelétrica de Jaguará, até os anos 80, a Vila de Jaguará era um dos locais mais convidativos do município com o seu clube em plena atividade, o templo no seu estilo moderno, em forma de pirâmide, recebia dominicalmente os fiéis moradores da Vila, amigos e visitantes, que completavam as belezas do local.

O restaurante, a praia, a escola, o supermercado, as ruas movimentadas, festas e bailes memoráveis, festivais de arte, o hotel com sua belíssima praia e ancoradouro de belas lanchas, a casa de visita sonho de consumo de muitos.

Tudo isso fazia parte do paraíso local, que era uma cidade com famílias constituídas. Cidade pequena no tamanho, mas grande na atividade e no coração.

Mas, sem que percebêssemos, o local, que no fim da década de 80, chegou a ter mais de 500 habitantes, com o tempo, foi ficando deserto. Todos foram se mudando, a começar pelos chamados "barrageiros", aqueles moradores itinerantes que acompanhavam as empresas construtoras para novas obras. Os operadores da usina, também, aos poucos, foram se transferindo para as cidades vizinhas, Rifaina, Sacramento, Uberaba, Davagar. A bela Vila foi ficando deserta até que um dia, tudo acabou...

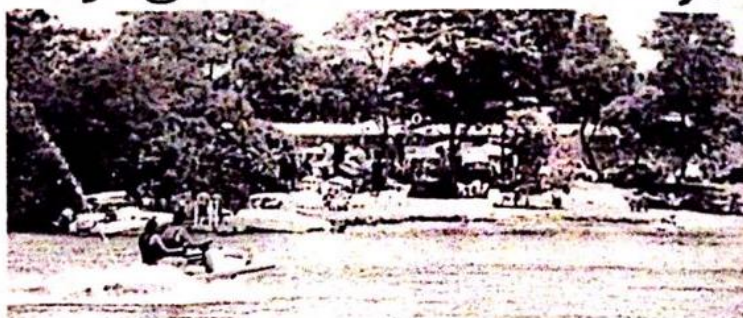
A vida ali restringiu-se a imprecisão da natureza com suas matas muito bem cuidadas e preservadas, a beleza dos ipês, que sempre floresceram até agosto, mas desta feita em meio às casas abandonadas. O magnífico pôr de sol, que sempre

preveniu o local, ficou amarelado de medo da solidão. A lua, que tantas vezes enterneceu namorados, passou a perscrutar desconfiada as ruas, em busca de olhares admiradores e maliciosos. Até o canto dos pássaros entristeceu. A Vila estava abandonada. Os últimos moradores saíram em meados da década de 1990 e, só restou um morador, o engenheiro-eletricista Nilton Brás Moura Silva. "Aqui, antes, só faltava ter cinema", disse, já com um certo saudosismo, por ocasião do edital de venda da Vila, em outubro de 2006.

Como o engenheiro, os guardas da guarda, viram diminuir e sumir a movimentação na cancela. O único sinal de vida era o ir e vir diário dos funcionários, que agitavam o restaurante no horário do almoço, mas um dia isso também acabou.

Os zeladores da Vila deserta contemplavam com tristeza a imensidão do vazio. Eram mais de 30 anos de história que chegava ao último capítulo. A vila virou uma "cidade fantasma".

E com esta triste alcunha, a outrora bela Vila de Jaguará poderia passar para a história como aquelas tantas do Velho Oeste, dos filmes e das revistinhas que faziam tanto sucesso na nossa juventude.



Ontem, a 'Vila de Jaguará', hoje o Parque Náutico de Jaguará, com o belo Hotel margeando as águas claras do rio Grande

O espírito empreendedor de uma família

E foi graças ao espírito empreendedor de uma família que a Vila deixou de ser uma "cidade fantasma". O casal Ivan Sebastião Barbosa Afonso e Ruth Scalon e as filhas, Renata, Paula e Simone compraram a cidade abandonada e se incumbiram de reativar a vida no local, reunindo ali famílias, jovens, crianças, atletas, desportistas, amantes da natureza, das artes, da beleza e da qualidade de vida.

R\$ 6,3 milhões foi o valor do investimento, mas as propostas futuras dão à vila muito mais que o retorno comercial, também o resgate histórico e ecológico. Os frutos ali colhidos serão, além do lazer e turismo, o seu carro chefe, o grande viés cultural e artístico que Ivan se propôs a realizar. E, naturalmente, aliado ao retorno econômico que advirá do complexo.

Hoje, dois anos, o Parque Náutico de Jaguará desponta como um centro de turismo, cultura e arte, não como um

bairro da cidade de Sacramento, mas regional, atraindo para as paradisíacas margens das águas claras do rio Grande, turistas de várias regiões, que se deliciam e encantam com o 'verdor' da natureza e o sonoro canto dos pássaros.

De lá pra cá, os ipês têm florido com mais vigor, adabado com o riso e alegria que passam pelo parque, pedalando, velejando, voando, fazendo trilhas a cavalo, de motos e bicicletas, construindo ou reformando as casas ou simplesmente contemplando a bela natureza do entorno.

Graças à saga dessa família, a história da Vila de Jaguará está preservada, o fim com que foi idealizada, abrigar vidas e belezas, será mantido. Assim, a antiga Vila de Jaguará continuará viva e presente para sempre nos corações de centenas de

pessoas, que ali cresceram, viveram, namoraram e enamoraram-se, casaram, viram seus filhos nascerem.

Os saraus, os bailes, o encontro, os festivais, as boas risadas nas portas das casas estão sendo reativados, como aqueles iniciados nos anos 70, e que foram privilégios de poucos, dos que viveram aqueles áureos tempos na Jaguará de ontem.

E, uma das primeiras iniciativas tomadas pelos empreendedores vem alcançando amplo sucesso, a exemplo do I Festival de Inverno, em 2009, com objetivo de difundir e resgatar a cultura local e regional, que chega agora, mais vigoroso e brilhante na sua segunda edição; da Audiência Pública da Assembleia com a presença de ilustres autoridades estaduais e regionais, demonstram o trabalho empreendedor

delavan.

Alado a esse trabalho cultural, assistimos nestes quase dois anos de reabertura, um incremento fantástico da vida turística local, com uma diversidade de atividades do turismo de aventura, como bike tour, caminhadas, cavalgadas, mergulho, encontro de motos, ultra leves, reveillon, encontro de famílias e grupos que marcaram épocas, carros antigos... Enfim, atividades de resgate histórico, ecológicas de lazer, amor e saudades.

Com tudo isso e o muito que há por vir, com certeza, o Parque Náutico de Jaguará ou a Jaguará de hoje, com toda a sua pujança, será ainda objeto de muitas outras páginas nos jornais, revistas, na mídia como um todo.

Bela Jaguará de ontem, bem-vinda seja, resgatada e plena de aventura!



O ontem e o hoje do Hotel de Jaguará, mudança completa



Pátio interno do Hotel ontem, cheio de mato; hoje, jardins bem cuidados tomam conta do espaço



Ontem, as casas abandonadas, hoje belas residências na Vila

Publicação de 09/07/2010 que apresentou os planos para o novo uso da Vila dos Operadores de Jaguará após o leilão. Fonte: Arquivo pessoal Ivan Sebastião Barbosa.



José Maria Sobrinho, presidente da Câmara, entre o prefeito Bruno Cordero e o empresário Ivan Barbosa e demais vereadores, preside sessão solene no Parque Náutico de Jaguará

Demonstrando o reconhecimento do poder público ao Festival de Inverno do Parque Náutico de Jaguará, a Câmara Municipal de Sacramento realiza sessão solene no palco do Festival, na sua quinta edição e entrega a Ivan Sebastião Barbosa Afonso placa alusiva à data, na noite do último dia 15.



Valorizando a arte, CMS realiza sessão solene no palco do V Festival de Inverno, em Jaguará

"É notória a importância cultural deste evento", afirma o presidente da CMS

Ao justificar aquela sessão solene fora do Paço Municipal, o presidente da Câmara, José Maria Sobrinho, afirmou que "é notória a importância cultural do Festival de Inverno. Ano a ano, ele vem se tornando, de forma meritória, de reconhecimento nacional, seja por sua expressividade na divulgação de calendário didático, seja, por elevar a história musical, artística e literária de sacramento, região e brasileiros em geral.

Elogiando o tema central do Festival, os "100 anos do nascimento de Vinícius de Moraes" e referendo-se às mostras permanentes do Festival em homenagem ao ex-prefeito, Dr. João Cordero, o empresário

Sebastião Ottoni Scalco e os 45 anos do jornal O Estado do Triângulo", o presidente afirmou que Ivan Barbosa está fazendo história.

"Essa sessão solene está realçando a história que o senhor está fazendo e como autor do requerimento, sinto-me honrado por estar aqui realçando essa história feita pelo seu empreendedorismo, essa sua capacidade de visão de futuro", afirmou, passando-lhe um cartão de prata com os dizeres:

"Pergunte sempre a cada ideia: a quem serves? (Berthold Brecht)". E, em seguida, uma placa, também com os nomes de todos os edis, alusiva à realização daquela sessão solene no Parque, que traz grafados

versos do Hino de Sacramento:

"...A sombra de altas montanhas, de planícies e da Maniqueira;

O ouro do sol ilumina a paisagem da terra mineira" (Lei Municipal nº 281/971)

Aos 15 dias do mês de junho de 2013, a Câmara Municipal de Sacramento realizou, no Parque Náutico de Jaguará, Sessão Solene Especial comemorativa aos cinco anos de Festival de Inverno, ficando este registro para a história como homenagem do Legislativo sacramentoense ao empreendedorismo turístico", seguindo-se as assinaturas do presidente José Maria Sobrinho e demais vereadores.

O vereador Cleber Rosa da Cunha também deixou a sua mensagem pessoal de reconhecimento e o vereador Luiz Alberto da Silva, entregou-lhe uma moção, aprovada pela casa: "A Câmara Municipal de Sacramento aprova por unanimidade a Moção de Congratulação nº 24/2013 concedida a Ivan S. Barbosa Afonso pelos cinco anos do Festival de Inverno do Parque Náutico de Jaguará".

"Um sonhador com os pés no chão..."

Abriendo a solenidade Legislativa no PNI, um excelente documentário, elaborado pelo fotógrafo e produtor cultural Ernani Baraldi, também, um dos

grandes mestres do Festival, ao lado das irmãs Renata, Paula e Simone, na estruturação do projeto, mostrou em vídeo, com narração de Ivan Barbosa, a riqueza cultural, artística e histórica do Parque, no Festival de Inverno.

Ao reverter os espetáculos apresentados no Festival, Ivan reafirmou os seus objetivos principais: "O crescimento das pessoas, torná-las melhores através da arte e da história, a integração da região para dar a conhecer suas diferentes culturas que no final de cada edição deixam um mix de ideias e projetos viáveis e, sobretudo, a oportunidade de despertar novos talentos".

Seguraram-se os discursos, com a palavra do prefeito

Bruno Scalco Cordero, destacando que, "Ivan foi um sonhador com os pés no chão"... Enumerando o que representa o Festival para o município de Sacramento, o prefeito destacou a oportunidade de "mostrar as demais cidades este belíssimo local e o que temos de belo de valor histórico e cultural, através do Festival de Inverno, rico em acontecimentos, rico em emoções, rico na cultura, rico na mostrar as nossas riquezas. Isso é de uma felicidade imensa", destacou.

Renovando seu apoio, frisou: "Com toda certeza, o Festival está consagrado no calendário do município. Somos parceiros de suas ideias e Sacramento e região só têm a ganhar com isso".

Ivan Barbosa agradece homenagens



Ivan Barbosa com a esposa Rute e as filhas, Paula, Simone e Renata: valorizando a arte e a cultura no interior do Brasil

Com a emoção que lhe é peculiar, Ivan Barbosa ocupou a tribuna para agradecer aqueles que são os responsáveis por fazer acontecer o Festival e, sobretudo, as homenagens.

"Agradeço de coração à Câmara Municipal de Sacramento, porque ao conferir essa honraria ao Parque Náutico de Jaguará nos injeta de ânimo, de esperanças e de sonhos", agradeceu.

Para Ivan, não há nada mais importante para os sonhos do que revelar-se que andam no caminho certo.

"Aqueles sonhadores da tragédia não chegam a lugar nenhum, mas Camões descreveu Vasco da Gama que sonhava encontrar as Índias, numa época em que era um

verdadeiro desastre enfrentar o Atlântico. Portanto, quando vemos o povo de Sacramento por seus representantes, reconhecerem que estamos caminhando no rumo certo,

isso nos enche de ânimo, a mim, a minhas filhas, minha esposa, enfim a minha família. Isso nos faz com que fiquemos mais fortes", enfatizou.

Dirigindo-se ao prefeito Bruno, agradeceu, reafirmando a parceria com o poder público: "Vamos caminhar ombreiros. As ações culturais e de desenvolvi-

to econômico do Parque serão certamente onividas também pela administração atual e isso nos traz uma profunda injeção", frisou.

Finalmente, reconheceu-

do que foi encorajado por outras pessoas para realizar esse sonho de "profunda audácia", Ivan, reafirmou sua satisfação e alegria com o esse reconhecimento da Câmara Municipal lembrando as inúmeras oportunidades dadas no tablado do Parque, finalizou.

"... Não procuramos difundir a cultura e vamos continuar fazendo o mesmo neste tablado pedagógico. E com esse reconhecimento, estamos mais fortes, não como aquele premiado que diz, 'eu fui premiado' e passa. Para nós, isso é um gesto de injeção de forças de ânimo, de sonhos de pessoas que caminham conosco, para que possamos voltar um dia a merecer, mais um vez, o Hino Nacional".